

ESTADO DA ARTE DA ECONOMIA

Atualidades Teóricas e Decisões Práticas

Fernando Nogueira da Costa

[HTTPS://FERNANDONOGUEIRACOSTA.](https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/)

WORDPRESS.COM/

© Blog Cultura & Cidadania – 2019

Fernando Nogueira da Costa

COSTA, Fernando Nogueira da
Estado da Arte da Economia:
Atualidades Teóricas e Decisões Práticas
Campinas, SP: Blog Cultura & Cidadania, 2019.
252p.

1. Metodologia. 2. Economia. 3. Política Econômica.
I. Título.

330
C837a

Sumário

<i>Prefácio</i>	6
Capítulo 1 Atualidades Teóricas	10
Nova Economia: Fluxos e Estoques, Feedback de Retorno e Atrasos	10
Caos Determinístico em Sistema Econômico Complexo	14
Fluxos Circulares de Renda e Entropia	18
Econofísica ou Física Social	21
Sofismas da Composição: Economia como Sistema Complexo	25
Economês: panaceia para remediar todos os males.....	29
Reduccionismo Binário face à Complexidade de Análise Combinatória de Tríades..	32
Debate Pluralista no IE-UNICAMP.....	37
Parte I - Questão de Métodos: Heterodoxia e Mainstream.....	37
Parte II - Falseamento e Transitoriedade da Verdade	41
Parte III - Debate para Aliança Centro-Esquerda	44
Capítulo 2 Atualidades Políticas	49
Cenário: Euforia dos Especuladores e Pânico dos Cidadãos	49
Tendência de Regressão Histórica da Nação	53
Distopia Brasileira	57
Impessoalidade no Trato da Coisa Pública.....	60
Neocolonialismo: Submissão Voluntária ao Império Norte-americano.....	63
Desmanche do Estado Brasileiro sem Aval Democrático.....	66
Servidor Público: injusto ataque como fosse “privilegiado”	70
Classe Média Esmagada por Castas de Natureza Ocupacional	75
Quem pergunta demais descobre o que não quer saber	80
O vencedor não leva tudo	84
Democracia e Direitos de Minorias.....	88
Inclusão Interrompida na Educação Superior.....	92
Além da Estagnação, Risco de Dolarização.....	96
Vergonha do General e do Procurador: 99% querem igual.....	99
Capítulo 3 Frente Ampla de Oposição	104
O que é ser de esquerda hoje? O que fazer aqui-e-agora?.....	104
Revisionismo e Evolução Sistêmica	109
Irracionalismo e Evolução Sistêmica (uma tréplica)	112
“Nós contra Eles”: Participantes Interativos de um Sistema Financeiro Complexo	116
Nacionalismo Populista contra o Marxismo Cultural Globalista.....	120

Frente Ampla Progressista	124
Todos sabem: ex-emprego e ex-amor	128
Karl Polanyi: Alternativa ao Debate Polarizado.....	131
Fórum 21: Reorganização da Sociedade Civil.....	135
Nova Economia: Combate à Pobreza prioritária frente ao Combate à Desigualdade	139
Capítulo 4 Retomada do Crescimento: Prioridade para Combate ao Desemprego	144
Introdução	144
Perda de Dinamismo pela Substituição do Desenvolvimentismo pelo Neoliberalismo	148
Abordagem da Demanda Externa.....	151
Abordagem do Mercado Interno	156
Mobilidade Social via Ensino Superior: Plano de Vida Frustrado.....	164
Alavancagem Financeira: Limite para novo Ciclo de Endividamento e Investimento.....	167
Conclusão parcial	176
Capítulo 5 Visão Holística e Decisões Práticas	181
Introdução	181
Contexto Atual: Estagdesigualdade	182
Derrocada do Keynesianismo com a Estagflação	186
Derrocada da Economia do Lado da Oferta com a Estagdesigualdade	193
Teoria Alternativa da Moeda ou Modern Money Theory (MMT)	196
Conclusão parcial	204
Capítulo 6 Decisões Financeiras Práticas.....	207
Narrativas sobre O Mercado	207
Da Economia do Endividamento à Economia de Mercado de capitais: Risco de Dolarização	211
Valor Adicionado Estagnado e Valor Apropriado Concentrado	214
Transição entre Mercado de Capitais e Mercado de Bens e Serviços.....	218
Grau de Concentração da Riqueza Financeira	223
Capitalização por Juros Nominais Compostos e não por Juros Reais	226
Viés da Auto Atribuição de Riqueza	229
Comparação entre Individualismo e Holismo Metodológico.....	232
Big-Five na Administração de Recursos de Terceiros.....	236
Preferência por Investimentos Financeiros: Motivo Aposentadoria	239
Ciclos de Endividamento: Alavancagem e Desalavancagem Financeira	243
Imagine uma Moeda Única sem Fronteiras	247
Lições do Padrão-Ouro para o Padrão-Libra do “Feicebuque”	250
Planos de Carreira Profissional e Desigualdade Salarial	254

<i>Bibliografia</i>	260
----------------------------------	------------

Prefácio

É falsa dicotomia um intelectual ter de optar por ser ou pesquisador ou ser debatedor. Como intérprete do seu tempo, ele necessita elaborar complexas teorias para a análise técnico-científica ir além da mera descrição. Desenvolve conceitos fundamentais, reunindo métodos de análises de diversas áreas do conhecimento humano, para subsidiar o debate público. Como os demais cidadãos conscientes, não pode deixar de se engajar em debates políticos, orais ou escritos, sobre temas relevantes para a sociedade. Assume uma dimensão pública.

Isso me faz pensar: meus *posts* escritos durante o primeiro semestre de 2019 podem ser reunidos em mais um livro eletrônico gratuito para leitura de quem não teve acesso a eles a cada semana. Foram postados originalmente nos sites *GGN*, *Carta Maior*, *Brasil Debate* e reproduzidos no meu blog *Cidadania & Cultura*. Ao levar à frente essa empreitada me surpreendeu sua dimensão: 50 artigos. Organizei-os em seis grandes temas: atualidades teóricas, atualidades políticas, debate com a esquerda, análise do atual ciclo de desalavancagem financeira, prioridade para política de emprego, decisões financeiras práticas. Concentram meus interesses maiores na atualidade. Além desses artigos, publiquei nesse semestre no Portal do IE-UNICAMP dois textos para discussão.

O primeiro capítulo apresenta a atualidade teórica como a visão da Economia como um dos componentes de um sistema complexo, cujas interações resultam em padrões possíveis de serem interpretados a cada conjuntura. A configuração atual é composta de fatos transcorridos em um *processo socioeconômico e político* ainda em andamento.

O pensamento sistêmico se utiliza de três metáforas para esboçar sua visão holística. Os *níveis de um estoque* mudam com o tempo devido ao saldo entre suas entradas e saídas, ou seja, devido aos *fluxos*. Ciclos de *feedback*, por sua vez, são interconexões de reforço ou de balanceamento. Com *reforços de feedback*, quanto mais se tem, mais se ganha. Sem controle ou regulação, para certo equilíbrio, amplificam o movimento em círculos virtuosos ou viciosos. Finalmente, para acompanhar o dinamismo econômico, isto é, variações ao longo do tempo, é necessário se atentar para os *atrasos* nos distintos fluxos para acumulação de estoque.

O segundo capítulo retrata como agora com a casta de militares e a subcasta de sabidos-pastores evangélicos no Poder Executivo, a política pública prioritária está sendo vilipendiada. Os cidadãos conscientes sentem

pânico pelo retrocesso civilizatório, inclusive com ataques aos direitos civis conquistados após os anos de ditadura de 1964 a 1984. Reagirão com a reorganização da sociedade civil como ocorreu antes para derrubar o regime militar.

O terceiro capítulo debate a proposta para se criar no Brasil uma Frente Ampla Progressista (FAP) *à la* Uruguai, Portugal ou Dinamarca. A estratégia é, justamente, sair do gueto da esquerda e ampliar a aliança de modo a conseguir inclusive o apoio dos liberais clássicos.

No quarto capítulo, levanto algumas hipóteses para responder à pergunta-chave: *por que a economia brasileira não tem um crescimento sustentado em longo prazo desde 1980?* Discuto, inicialmente, a substituição do desenvolvimentismo pelo neoliberalismo como ideologia orientadora das equipes econômicas dos governos. Depois, abordo a disjuntiva entre mercado externo e mercado interno. Por fim, analiso a perspectiva futura de desemprego tecnológico face à Revolução Industrial 4.0 e as inovações financeiras, destacando as possíveis reações políticas a esse quadro de desemprego desesperador.

Uma política pública seria a saída via massificação do Ensino Superior, outra seria a alternativa violenta, oferecida pelo populismo de direita com característica armamentista ou neofascista. Contra esta, apresento algumas ideias para um programa alternativo de obtenção dos bens básicos universais para uma boa vida: saúde, segurança pública e econômica, liberdade para assumir a própria personalidade, respeito mútuo tolerante, harmonia com a natureza, afeto, e trabalho ou lazer criativo.

O quinto capítulo diz respeito à atual análise macroeconômica e das decisões práticas possíveis de serem tomadas para enfrentar um contexto caracterizado como de estagnação e desigualdade com suas decorrentes mazelas de desocupação e concentração de renda e riqueza. Nele, a pergunta-chave a ser respondida é a seguinte: como a teoria macroeconômica necessita se adequar ao novo ambiente, onde se busca políticas econômicas para enfrentamento da *estagdesigualdade*, distinta da *estagflação* das décadas perdidas?

Hoje, controlada a inflação, a desocupação e a desigualdade social passaram a ser os maiores problemas. Nesta Era de Juros Baixos, a Teoria Moderna da Moeda oferece os fundamentos teóricos necessários à concepção de uma nova política econômica para os enfrentar?

Se uma teoria científica necessita ser generalizável no tempo e no espaço, a Teoria Moderna da Moeda padece de se referir, praticamente, a uma economia sem impacto da taxa de câmbio sobre taxa de inflação - e só a uma

fase do ciclo econômico-financeiro: Grande Depressão com Armadilha de Liquidez. Nessa fase de desalavancagem financeira deflacionária, apenas em economia com moeda conversível (ou sem taxa de câmbio dentro do bloco regional de comércio), a política de “afrouxamento monetário” sem limite não provoca forte depreciação cambial e choque inflacionário.

Teoria é o conjunto de princípios e conceitos fundamentais de uma arte ou de uma ciência. Teoria é uma espécie de noção geral ou opinião sintetizada. Originalmente, na Grécia Antiga, significava observar ou examinar. Evoluindo, passou a designar o conjunto de ideias abstratas ou conceitos a respeito de determinado tema. Procura transmitir uma explicação racional para aspectos da realidade, sem a descrever.

Teoria se forma a partir de hipóteses, conjecturas, especulações, previsões sobre determinado fenômeno a partir de uma explicação conceitual de como ele se comporta. As hipóteses necessitam ser testadas perante a realidade dos fatos para serem falseadas ou não. As teorias envolvem hipóteses já testadas, fatos e leis.

Em Matemática, uma proposição teórica a partir de hipóteses levantadas em um teorema, para ser admitida, precisa de demonstração até o “C.Q.D.”. Na ciência em geral, “teoria” é similar ao teorema na Matemática: uma conclusão lógica retirada a partir dos fatos, mas possível de ser questionada. É função do intelectual questionar.

No último capítulo do livro, apresento implicações práticas da análise conjuntural para o enriquecimento pessoal. Há dois tipos de metodologia para o raciocínio.

Um intuitivo adota o individualismo metodológico. Neste caso, parte de experiências pessoais vivenciadas, muitas vezes em contextos ultrapassados. A aprendizagem da Economia por leigo se daria pela “teorização” das repetições racionais. É um método experimental de tentativa-e-erro: se deu certo, repete; se deu errado, toma outras decisões.

O conhecimento específico de economista com boa formação é o sistêmico. O holismo metodológico é aprendido pelo estudo sistemático em diversos níveis de abstração. Considera os fenômenos socioeconômicos e políticos como totalidades irreduzíveis à simples soma de suas partes. O significado de um evento microeconômico será plenamente compreensível se for considerado em sua relação com uma totalidade macroeconômica maior, através da qual adquire pleno sentido.

O conhecimento de teorias abstratas, capazes de fornecer conceitos para interpretar o atual ciclo econômico e político, é pré-requisito para

depois abaixar o nível de abstração e incorporar áreas de conhecimento antes abstraídas: História, Geoeconomia e Geopolítica, Economia Política, Sociologia Econômica, Economia Comportamental, Direito, etc. Como dizia Hegel, “a verdade é o todo”.

Como não faz sentido lógico apenas descrever toda a complexidade, necessitamos partir de atualidades teóricas para a transformar em simplicidade inteligível. Daí, reincorporamos o antes abstraído, mas agora organizado com conceitos. Por fim, tendo como pré-requisitos esses conhecimentos teóricos anteriores, ficamos melhor apetrechados para tomar decisões práticas.

O adjetivo “intelectual” caracteriza alguém capaz de desempenhar uma atividade de natureza mental, relacionado com o intelecto e a inteligência. Uma pessoa intelectual produz pensamentos. Exige ela ser culta, por se propor a estudar e refletir sobre ideias abrangentes dos mais variados temas com relevância social ou individual.

Os falsos intelectuais ou charlatões agem como se tivessem algum conhecimento. Aprenderam a se apresentar, aparentemente, como os sábios. Na realidade, não apreciam a liberdade de expressão de outros em ciência, cultura, artes, literatura, etc. Quem tem um trabalho criativo ou não alienante deve se sentir feliz como eu ao escrever e palestrar para colaborar intensamente com o debate público em favor das liberdades democráticas e dos direitos civis ameaçados.

Capítulo 1

Atualidades Teóricas

Nova Economia: Fluxos e Estoques, *Feedback* de Retorno e Atrasos

Para uma visão holística da Nova Economia como um dos componentes de um sistema complexo, emergente das interações entre todos eles, busca-se um novo conhecimento transdisciplinar, onde *insights* de distintas metodologias científicas são integrados. O objetivo é superar a compartimentalização da antiga divisão de trabalho científico.

Os economistas sofrem de complexo de inferioridade científica. Apela então ao argumento de autoridade. É uma falácia lógica, onde se usa a reputação de algum cientista a fim de validar o argumento. A conclusão se baseia exclusivamente na credibilidade do autor da proposição e não nas razões apresentadas para sustentá-la.

É o caso quando eles se inspiram nas Leis do Movimento de Newton - Lei da Inércia, Lei da Dinâmica e Lei da Ação e Reação - para teorizar, tratando O Mercado - um ser sobrenatural por conta de ser onipresente, onisciente e, contraditoriamente, onipotente - como um mecanismo pendular. Via alterações de preços relativos seria convergente, de maneira inexorável, para um equilíbrio geral.

Economistas constroem narrativas metafóricas para designação de uma qualidade mediante uma palavra capaz de designar outra qualidade com a qual guarda uma relação de semelhança. No caso da Lei da Gravidade, a atração gravitacional de renda atrai trabalhadores despossuídos para empregos oferecidos por empreendedores.

O problema é essa demanda e oferta de empregos serem independentes. Em depressão, mesmo aceitando rebaixamento de seus preços relativos (salários reais), novas gerações de trabalhadores não encontram ocupações quando os empregadores não tomam decisões de gastos em investimentos, isto é, de ampliação da capacidade produtiva.

“Equilíbrio com desemprego”, rigorosamente, não existe. Existe sim, no mundo real, uma economia de desequilíbrios.

Há dois grandes temas a serem tratados na Ciência do Século XXI. O primeiro se refere aos modos relacionais de pensar sobre o mundo: não existe nada fixo, nem espaço, nem tempo absoluto, tudo está em relação a outras coisas. O segundo trata da auto-organização da seleção natural via regras de originação-adoção-retenção e/ou reprodução com adequação. A evolução do

pensamento sobre a sociedade caminha em direção da união dessas duas grandes ideias advindas, respectivamente, do relativismo einsteiniano e do darwinismo evolucionário.

Sob inspiração da Teoria Evolutiva, compreendemos melhor a Nova Economia como um complexo sistema adaptativo, composto de seres humanos e instituições interdependentes em um mundo dinâmico e vivo. O organismo de mercado supera o mecanismo de mercado. Isto já está nas mentes de economistas atualizados. Resta conquistar os corações dos demais. *Ops*, mentes... porque parece não terem corações.

Sistema complexo é um conjunto de componentes, entre os quais a atividade econômica. Suas interações propiciam a emergência de padrões distintos de comportamento ao longo do tempo. Há auto-organização sem autoridade ou planejamento central. A conjuntura ou configuração atual é composta de fatos transcorridos em um processo socioeconômico e político ainda em andamento.

As condições iniciais são desconhecidas porque decisões *ex-ante* são vistas por resultados *ex-post*, isto é, a partir da provisória “linha de chegada” atual. Os analistas observam as regras de interações, mas não têm a possibilidade de dedução precisa da dependência de trajetória caótica. A história importa, mas o futuro é desconhecido.

Daí vem a piada corporativa: Cristóvão Colombo foi um economista, porque quando partiu não sabia onde ia, quando chegou não sabia onde estava... e tudo isso por conta de dinheiro público. Nós, economistas, não sabemos de onde viemos nem para onde vamos! Resta-nos fazer modelagens em escalas menores da realidade configurada.

O pensamento sistêmico se utiliza pelo menos de três outras metáforas para esboçar sua visão holística. Os *níveis de um estoque* mudam com o tempo devido ao saldo entre suas entradas e saídas, ou seja, devido aos *fluxos*. Estoque é a quantidade de qualquer ativo (forma de manutenção de riqueza mercantil, financeira, imobiliária, etc.), acumulado seja para ganho de capital com a venda por preço superior ao da compra (“regra de ouro” do comércio, inclusive de ações), seja para geração de fluxos de rendimentos (juros, alugueis, dividendos, etc.).

Ciclos de *feedback*, por sua vez, são interconexões de reforço (“positivo”), como juros compostos, ou de balanceamento a ser equilibrado (“negativo”), como a confiança na moeda nacional. Com *reforços de feedback*, quanto mais se tem, mais se ganha. Sem controle ou regulação, amplificam o movimento em círculos virtuosos ou viciosos.

A terceira figura concebida para acompanhar o dinamismo econômico, isto é, variações ao longo do tempo, diz respeito aos *atrasos* nos fluxos para acumulação de estoque. Podem gerar obstinação no sistema: um tempo demasiado para regeneração, por exemplo, da confiança no sistema financeiro depois de uma corrida bancária.

Fluxo é o ato ou efeito de fluir, de se movimentar de modo contínuo, se refere à circulação. No sentido figurado, fluxo é a sucessão de acontecimentos, é uma grande quantidade de fatos, de ideias ou de ações.

Fluxos de caixa descontados é um modelo de análise usado pelos analistas financeiros para estimarem o valor de uma empresa ou de um projeto através do custo de capital. Determina o valor futuro estimado para os fluxos de caixa descontando-os do custo de capital apropriado, ou seja, do custo de oportunidade em relação à taxa de juro de mercado esperado no período futuro.

A ideia subjacente a esta abordagem de fluxos de caixa futuros estimados é o fato de o valor do dinheiro hoje ser maior em relação ao mesmo valor nominal no futuro. Como uma estimativa pode não se concretizar, por isso, tem um maior risco em lugar do “dinheiro no bolso”. Para compensar o risco terá de superar o custo de oportunidade esperado.

Fluxo de caixa é um instrumento usado pelo empresário para acompanhar a situação financeira de seu negócio. Registra todos os recebimentos e pagamentos realizados pela empresa. O fluxo logístico integra os diversos fluxos: de transporte de produtos, de materiais, de informações e até o fluxo financeiro. Compõem o todo organizacional.

No processo produtivo, são gerados um fluxo (real) de produtos e um fluxo (nominal) de renda. Este último pode ser destinado ou aos gastos ou às aplicações em saldos e estoques. Aquele primeiro dirige-se para atender à demanda no mercado. O circuito dos dois fluxos pode não se encontrar na mesma proporção, gerando estoques. O fluxo financeiro é cada parcela de capital-dinheiro capaz de fluir dos consumidores em direção aos fabricantes, dos depositantes para os bancos, destes para empréstimos, etc.

Se *feedbacks reforçadores* fazem um sistema se mover, então os *feedbacks* de equilíbrio balanceado o impedem ele explodir ou implodir. O Estado busca os utilizar para compensarem os acontecimentos negativos como os atrasos entre os fluxos. Em lugar do “mecanismo de mercado”, tentam regular o sistema complexo em âmbito nacional.

Problema surge quando os esforços discricionários estabilizadores se transformam em desestabilizantes por causa das “falsas partidas-e-paradas”.

A economia já teria se alterado quando começariam a surtir os efeitos da política econômica discricionária. Por isso, economistas neoliberais optam por “regras”, ou seja, uma programação apriorística para não perturbar o livre funcionamento das forças de mercado. Os keynesianos optam por “arbítrio” com rígida fiscalização administrativa sobre a atuação dos bancos na alavancagem financeira de inflação de ativos e/ou controles seletivos.

Há cinco estágios de um ciclo arquetípico de endividamento em longo prazo. Em cada qual, pode ser conceber uma boa e uma má política econômica. Para enfrentar uma bolha (inflação em ativos como ações ou imóveis), a boa política econômica previne o crescimento excessivo de dívida e a inflação em ativos com políticas macroprudenciais e política fiscal rígida. A má é permissiva com novos investimentos financiados por dívida de especuladores, apostando na tendência de alta dos preços com juros baixos demais.

No topo ou auge do ciclo, depois do controle, deve-se facilitar a retomada do crescimento, via políticas setoriais seletivas, mas estimulantes, e não continuar o aperto da política monetária, mesmo depois de estourar a bolha. Durante a depressão, cabe fornecer ampla liquidez, reduzir rapidamente as taxas curtas de juros, buscar monetizações agressivas, adotar estímulos fiscais e proteção para os bancos “*too big to fail*”. Os maus operadores são lentos em cortar a taxa de juro, fornecem liquidez limitada, adotam austeridade fiscal e abandonam bancos sistemicamente importantes.

Na desalavancagem financeira, as retomadas começam com monetizações agressivas por meio de compras de ativos ou grandes depreciações da moeda, o suficiente para levar o crescimento nominal do PIB acima das taxas de juros nominais. No entanto, os despreparados vacilam nas monetizações iniciais, são discretos nas compras de ativos de risco, justificando-se em evitar o “efeito-riqueza”, além de prejudicarem o estímulo da política monetária, dada a obsessão por austeridade e/ou ajuste fiscal.

A normalização ocorre quando as forças depressivas de inadimplência e austeridade se equilibram com as *forças reflacionárias* de monetização da dívida, depreciações cambiais e estímulo fiscal. As “depressões inflacionárias feias” surgem nos casos onde os formuladores de políticas permitem a confiança na moeda nacional entrar em colapso ao imprimir excesso de dinheiro ou baixar excessivamente a taxa de juro. Quando a economia é dependente de capital estrangeiro, para o equilíbrio do balanço de pagamentos, a queda do cupom cambial leva ao repatriamento desse capital-motel. Tal como estamos observando aqui-e-agora na atual cena brasileira.

Vivemos uma *estagdesigualdade*: estagnação econômica com elevada concentração de riqueza. Nessa situação, há uma desilusão monetária: em renda fixa, juros nominais elevados importam para grande volume de negócios. Senão, ao se priorizar acumulação de reservas financeiras para aposentadoria, há menor propensão a consumir.

Caos Determinístico em Sistema Econômico Complexo

A Teoria do Caos é um campo de estudo em Matemática, mas possibilita aplicações em Economia. Ao tratar as interações de diversos agentes econômicos como um dos componentes de sistemas complexos e dinâmicos percebe-se estes apresentarem um fenômeno de instabilidade. Resulta de sua sensibilidade às condições iniciais. Estas modulam um ciclo de feedback de recorrência, tornando-os não previsíveis em longo prazo. Com reforços de feedback, quanto mais se tem, mais se ganha. Sem controle ou regulação, amplificam o movimento em círculos virtuosos ou viciosos.

Pequenas diferenças nas condições iniciais, por exemplo, tomadas de decisões governamentais cruciais capazes de alterar o contexto de maneira irreversível, produzem resultados amplamente divergentes para tais sistemas dinâmicos.

Classificar o sistema socioeconômico e político, onde a economia está incrustada na sociedade, como determinista significa seu comportamento futuro ser possível de ser totalmente determinado por suas condições iniciais, sem elementos aleatórios envolvidos. Esse comportamento é conhecido como caos determinístico.

No entanto, a alta sensibilidade às condições iniciais dá ao sistema não linear uma característica de instabilidade. Não deve ser confundido com um sistema aleatório. A configuração de uma conjuntura, por exemplo, pode ser desencadeada e se desenvolver com base em incontáveis fatores como inflação, desemprego, déficit no balanço comercial, fluxo de entrada e saída de capital estrangeiro, bolha de ativos, reversão de expectativas no auge do ciclo, entre outros.

Se as condições de todos os fatores econômicos forem conhecidas com exatidão no momento presente, o exato formato do contexto no futuro poderá ser previsto com exatidão? Não. Na verdade, as condições atuais exatas da atividade econômica não são totalmente conhecidas, por exemplo, por não incorporar variáveis político-jurídicas, sociais e psicológicas. Logo, o exato cenário econômico futuro se torna difícil de prever.

Mesmo se o número de fatores influentes sobre um determinado resultado for pequeno, ainda assim a ocorrência do resultado esperado pode ser instável, quando o sistema for não-linear.

A instabilidade dos resultados de sistemas determinísticos, isto é, determinados por leis de evolução bem definidas, advêm de uma grande sensibilidade a perturbações, tratadas como ruídos, atrasos ou erros. Isso leva a resultados, na prática, imprevisíveis, embora não aleatórios. Enquanto o comportamento futuro do sistema caótico pode ser determinado, se as condições iniciais forem perfeitamente conhecidas e não alteradas, o mesmo não ocorre com um sistema aleatório. Em Economia, geralmente, as condições iniciais são desconhecidas porque decisões ex-ante são vistas por resultados ex-post.

Mesmo em sistemas nos quais não há ruídos, atrasos ou erros na determinação, desde o estado inicial até o atual do sistema, eles podem ser imprevisíveis, devido à não linearidade ou ao grande número de interações entre os componentes. O caos determinístico se refere a um comportamento sistêmico futuro difícil de prever.

A dificuldade de se conhecer o estado presente com exatidão leva muitos economistas afoitos a modelar o sistema não linear como fosse aleatório. Quando detalhes influentes no comportamento sistêmico não são observados com interesse pelos analistas de mercado, eles se esquecem deles poderem ser, na realidade, determinísticos.

Formados na tradição da Economia neoclássica, inspirada na Física newtoniana, muitos economistas enxergam apenas o mecanismo de livre-mercado como determinístico. A complexidade do sistema emergente das interações de múltiplos componentes leva a uma abordagem simplória na qual a maioria dos graus de liberdade dos agentes econômicos é tratada como mero “ruído” sem a capacidade de afetar o pressuposto equilíbrio esperado por mecanismo pendular.

Analistas de mercado abandonam as variáveis estocásticas com valores aleatórios. Apenas algumas variáveis mais simples são analisadas de acordo com uma lei de comportamento predeterminada, embora ela seja sujeita à ação desse ruído casual.

Alguns pesquisadores já conseguiram simular o resultado de sistemas como esses. Ainda assim, a maior parte desses cálculos matemáticos prevê um mínimo de constância dentro do sistema, o que normalmente não ocorre na natureza.

Os cálculos envolvendo a Teoria do Caos são utilizados para descrever e entender variações no mercado financeiro, entre outros fenômenos macroscópicos. Por exemplo, o chamado “efeito borboleta”, teorizado pelo matemático Edward Lorenz, em 1963, é a ideia de bastar uma pequena variação nas condições em determinado ponto de um sistema dinâmico para ter consequências de proporções inimagináveis.

O efeito de realimentação de erro em termos sistêmicos - ou reforço de *feedback* - pode ser classificado como Efeito Borboleta: uma dependência sensível dos resultados finais às condições iniciais da alimentação dos dados. Assim, havendo uma distância, embora ínfima, entre dois pontos iniciais diferentes, depois de um tempo os pontos estariam completamente separados e irreconhecíveis. Porém, se o bater das asas de uma borboleta, em um extremo do globo terrestre, pode provocar uma tormenta no outro extremo, em certo intervalo de tempo, cabe perguntar a partir do ponto-de-chegada: qual foi a borboleta irresponsável por provocar o desastre observado?!

Para evitar tais erros de previsão precisaríamos de medidas exatas de muitas variáveis em praticamente todos os pontos do globo terrestre. Sob o ponto de vista das múltiplas variáveis microeconômicas, mesmo com *big data*, é impraticável. Além da falta de medidas, as medidas tomadas possuem ainda um certo grau de erro, gerando os problemas para obter previsões certas.

As bases da metodologia científica ficaram presas à simplicidade da obtenção de resultados. Segundo a metodologia reducionista de transformar complexidade em simplicidade, a Ciência Econômica não evoluirá em direção à determinação das realidades socioeconômicas futuras e terá de ter a humildade de se restringir à análise das configurações conjunturais em diversos níveis de escalas. A troca da complexidade por maior simplicidade, com foco menor, devem alertadas aos leitores ou ouvintes.

O comportamento de três corpos gravitacionais poderia ser perfeitamente previsível, apesar do trabalho aumentado em função de mais dados inseridos para a execução dos cálculos necessários à determinação de posição quando se sai de pares binários para tríades interativas. Porém, ao se acrescentarem mais corpos para as determinações de suas posições, começam a ocorrer certos desvios imprevisíveis.

Uma inteligência artificial, conhecendo todas as variáveis universais, em determinado momento, poderia compor em uma única fórmula matemática a unificação de todos os movimentos do Universo?! Mesmo se isso fosse possível, deixaria de ser feita por essa inteligência a análise tanto o passado quanto o futuro. Em seu foco, todos os eventos seriam resultantes no

momento presente. Quanto ao futuro, viva a Teoria das Probabilidades! Embora o futuro espaço probabilístico não esteja definido...

Ao invés de existirem ciclos ordenados e regulares em um sistema equilibrado e harmônico, o que ocorrem são configurações sistêmicas desestabilizadas. Não prevalece uma ordem natural, mas sim o caos, a desordem (não a bagunça à brasileira) quando os movimentos se tornam aparentemente aleatórios até atingir uma auto-organização sem planejamento central.

Os resultados observados levam à confusão e à desarmonia, não condizem com a harmonia proposta pela Economia inspirada na mecânica clássica. Hoje, a Economia da Complexidade reconhece a possibilidade da existência de um sistema desordenado, com variáveis ao acaso. Estuda como lidar com sistemas dinâmicos não-lineares.

Os agentes econômicos estudados ao se inter-relacionarem são classificados como componentes do sistema. Consideram-se duas categorias em movimento: lineares e não-lineares. Elas divergem entre si na sua relação de causa e efeito. Na primeira, a resposta a um distúrbio é diretamente proporcional à intensidade deste. Na segunda, a resposta não é necessariamente proporcional à intensidade do distúrbio. Esta categoria de sistemas dinâmicos não-lineares é objeto de estudo com base na Teoria do Caos. Esta teoria estuda o comportamento de sistemas cujo estado futuro é difícil de prever.

Uma das ideias centrais desta teoria é os comportamentos casuais também serem governados por leis. Estas podem predizer dois resultados para uma entrada de dados. O primeiro é uma resposta ordenada, lisa e cognitiva. Nesse caso, o futuro dos eventos ocorre dentro de margens estatísticas de erros previsíveis. O segundo é uma resposta também ordenada, porém, a resultante futura de eventos é caótica. Daí ocorre uma contradição entre a Economia ortodoxa, onde tudo é apresentado como previsível, e a Economia heterodoxa, onde os resultados de um determinado sistema serão caóticos.

A primeira prega o livre-mercado, porque se liberadas forem as forças de mercado elas buscarão mecanicamente um equilíbrio geral por tentativas e erros pendulares via sistema de preços relativos. A segunda reconhece a incapacidade de previsão certa e automatismo. Ela se propõe à contínua regulação e/ou arbítrio das configurações sistêmicas futuras com feedbacks de balanceamento para impedir sua implosão.

Fluxos Circulares de Renda e Entropia

Meu primeiro contato com a Economia foi através da leitura do manual de Introdução à *Economia: Uma Abordagem Estruturalista* de autoria de Antônio Barros de Castro e Carlos Lessa, ex-economistas da CEPAL e meus futuros professores no mestrado do IE-UNICAMP. Sua primeira edição foi em 1967. Eu li a 5ª. edição em 1971.

Recordo seu Sumário na seguinte ordem: sistema econômico - produção e destino dos fluxos - circulação nos mercados e preços - relações com o exterior - setor público - sistema monetário-financeiro - inserção de empresas produtoras no sistema econômico - repartição do produto no sistema econômico. Graças ao meu professor estruturalista na disciplina Introdução à Economia (e ao ME - Movimento Estudantil) não me submeti à ideologia do livre-mercado pregada pelos economistas neoclássicos!

Embora a ideia do fluxo circular já estar presente no trabalho de Richard Cantillon (1680-1734) e François Quesnay (1694-1774), visualizando-se esse conceito no chamado *Tableau Économique*, elaborado em 1759, o ponto a destacar é essa abordagem estruturalista de sistemas ainda ser muito moderna. Basta ser atualizada para o estudo das atividades econômicas como componentes, cujas interações entre si - e com os demais aspectos políticos, sociais, psicológicos e jurídicos - resultam na emergência da complexidade sistêmica do mundo real.

O fluxo circular de renda é um modelo da economia, onde os principais movimentos são representados como fluxos de dinheiro, bens e serviços, etc. entre agentes econômicos. A análise circular do fluxo é a base das Contas Nacionais e, portanto, da Macroeconomia. Antes do estudo de Macroeconomia Aberta, os fluxos de dinheiro e bens trocados em um circuito fechado correspondiam-se em valor, mas corriam em direções opostas.

O primeiro modelo fisiocrata de fluxos representava a realidade através de um sistema emergente das interações de três classes sociais: produtiva, proprietária e estéril. Esse sistema era apenas um modelo, portanto, uma simplificação da realidade. O próprio Quesnay reconhecia: com a alteração das quantidades os preços deixariam de ser constantes e romperia o fluxo circular com desequilíbrio entre as ofertas e demandas.

O fluxograma circular é uma abstração da economia como um todo. O diagrama mostra como a economia pode se reproduzir. Enquanto as famílias gastam dinheiro comprando bens e serviços das empresas, as empresas têm os meios para contratar mão-de-obra das famílias, possibilitando as famílias comprarem mais bens e serviços. Esse processo poderia ser contínuo como um mecanismo automático em “movimento perpétuo”.

No entanto, de acordo com as Leis da Termodinâmica, máquinas de movimento perpétuo não existem.

- *Primeira Lei:* a matéria e a energia não podem ser criadas ou destruídas.
- *Segunda Lei:* matéria e energia se movem de um estado de baixa entropia útil para um estado de entropia superior menos útil.

Assim, nenhum sistema pode continuar sem insumos de energia nova. Esta é resíduo de alta entropia. Assim como nenhum animal pode viver com seus próprios resíduos, nenhuma economia pode reciclar os resíduos produzidos - como desejariam os ambientalistas favoráveis ao crescimento zero - sem a entrada de energia nova para se reproduzir. A economia, portanto, não pode ser o todo autorregulado pelo mercado. Deve ser encarada como um subsistema do ecossistema maior. Por essa reflexão se deduz a economia estar incrustada em uma sociedade, como sugeriu Karl Polanyi, e ser um componente do sistema complexo.

A entropia é uma grandeza capaz de mensurar o grau de irreversibilidade de um sistema, encontrando-se geralmente associada ao denominado por “desordem”, mas não de acordo com o senso comum de “bagunça”. Em termos científicos, a desordem de um sistema pode ser associada ao número de microestados acessíveis ao sistema uma vez satisfeitas as restrições impostas a ele. Crescimento econômico é desordem positiva.

Em processos mais complexos, incluindo os processos irreversíveis e de não equilíbrio como a expansão livre de um mercado, a entropia é produzida dentro do próprio sistema. Mas, além disso, é possível de ser trocada com a vizinhança, ou seja, com outros componentes. A entropia produzida se anula apenas quando o processo é reversível. Ela é sempre positiva em transformações irreversíveis. Estas são frutos de decisões cruciais com capacidade de alterar o contexto de maneira irreversível a não ser à custa de enormes prejuízos, dados pelo retrocesso histórico. O tempo não é reversível.

Em todos os processos, a entropia total do sistema mais vizinhança ou aumenta em processos irreversíveis ou fica constante em transformações reversíveis. Na prática, apesar de existirem processos capazes de muito se aproximarem dos reversíveis, toda transformação leva a um aumento na entropia total do sistema mais vizinhança.

Esse princípio permite definir a Segunda Lei da Termodinâmica, cuja implicação direta consiste no fato de um processo tende a dar-se de forma espontânea em um único sentido. É aquele capaz de levar ao aumento da

entropia total, isto é, do sistema mais vizinhança. Por esses motivos, a entropia também é chamada de flecha do tempo.

Não é possível determinar-se o aumento da entropia partindo-se diretamente de considerações sobre os sistemas em processos de não equilíbrio, isto é, irreversíveis, justamente por estarem fora do equilíbrio. Então, para determinar-se a variação de entropia total sofrida por um sistema ao longo de um processo de não equilíbrio determina-se a diferença entre as entropias associadas aos respectivos estados de equilíbrio inicial e final. Tal consideração leva em conta o fato de a entropia ser uma função de estado. Por isso, sua variação não depende de como o sistema saiu de um estado e chegou ao outro, e sim apenas dos estados inicial e final envolvidos.

Ilustremos essa narrativa metafórica com um exemplo econômico. Na Química, na Física e na linguagem cotidiana, o vácuo é um espaço onde não existe matéria. Em Economia ortodoxa, vácuo é o vazio pressuposto ser ocupado pelo setor privado quando o setor público for retraído por políticas neoliberais, dado seu *crowding-out*. Em economia, esse “efeito deslocamento” é um fenômeno resultante do aumento da intervenção do governo em um setor da economia de mercado, afetando substancialmente o restante do mercado.

O vácuo, porém, não pode ser vivenciado por ser humano. Ele não sobreviveria sem oxigênio. Nessa metáfora, o fluxo expansivo de renda é o oxigênio da economia. O lugar do Estado não fica vazio, simplesmente, desaparece. A economia se reduz por a renda e as ocupações caírem. Não há substituição automático por iniciativa privada.

Na verdade, o vácuo vivenciado atualmente no Brasil é um sentimento de esvaziamento mental. O lema de “ordem e progresso” é uma contradição em seus próprios termos. Sem uma desordem entrópica não se sairá nunca da pasmeira aqui-e-agora existente.

Um breve aumento do endividamento - em julho de 2019 alcançou R\$ 5,5 trilhões ou 78,7% do PIB - será necessário para o gasto público substituir o gasto privado, inibido por expectativas negativas. Por este multiplicador fiscal ser superior a um, o efeito sobre a renda nacional será maior. Um montante inicial de gastos incrementais pode levar a um aumento do consumo e mais aumento nos fluxos circulares da renda, resultando em um aumento global da renda nacional superior ao incremento inicial.

A futura arrecadação fiscal será superior ao gasto financiado pela dívida pública. Em depressão não se faz ajuste fiscal. Com a retomada do crescimento da renda e do multiplicador de emprego, futuramente, será possível o balanceamento das Finanças Públicas.

O fluxograma circular é útil para entender os fundamentos de uma economia, como vazamentos e injeções. Sem dúvida, há uma quantidade finita de entradas para o fluxo e saídas do fluxo capaz do ambiente suportar, logo, há um limite sustentável para o movimento, e, portanto, o crescimento da economia. Mas um país como o Brasil com baixa renda per capita e grande capacidade produtiva ociosa está longe desse limite.

O modelo de cinco setores do fluxo circular de renda é uma representação mais realista da economia. Ela é dividida em cinco setores: setor doméstico, subdividido em famílias consumidoras e empresas não-financeiras constituintes do setor produtivo, setor financeiro, como bancos e instituições não bancárias envolvidas na alavancagem financeira, setor governamental nos três níveis de governo (local, estadual e federal), e setor externo, ou seja, o resto da economia mundial. Isso transforma o modelo de economia fechada em economia aberta, porque o sistema complexo tem abrangência planetária. A economia globalizada não fica circunscrita às fronteiras nacionais.

No modelo de cinco setores, há vazamentos e injeções. Vazamento significa retirada do fluxo. Quando as famílias e as empresas não gastam parte dos seus rendimentos, isso constitui fluxos para investimentos financeiros, pagamentos de impostos e importações. Se vazamentos reduzem ou não o fluxo de renda depende dos passos posteriores dos outros setores: se há alavancagem financeira, investimento público e exportação.

Injeção significa introdução de renda no fluxo circular. Os gastos constituem injeções e aumentam o fluxo de renda. Enquanto os vazamentos forem iguais às injeções, o fluxo circular de renda continuará adiante. Se as instituições financeiras ou o mercado de capitais não desempenham o papel de intermediários e acumulam estoques de riqueza estéril, isso significa ativos ociosos e nem toda a produção ser comprada. É a crise atual.

Econofísica ou Física Social

O sonho de economistas idolatras do livre-mercado sempre foi a Ciência Econômica ter o status da Física para obterem o prestígio científico dos físicos. Hoje, pragmaticamente, muitos físicos almejam trocar sua sapiência pela remuneração dos economistas no mercado financeiro.

A vanguarda teórica dos economistas, por sua vez, deseja desenvolver uma Física Social de modo ela ampliar o pensamento socioeconômico e político, incluindo não apenas forças competitivas, mas também trocas de ideias, informações, pressão em busca de status social, etc. a fim de explicar melhor o comportamento humano. Ela busca explicar como as interações

sociais afetam as metas e decisões individuais e como esses efeitos sociais geram a auto-organização dinâmica da economia como um sistema complexo.

Busca entender como das interações sociais dos componentes sistêmicos, desde os agentes até a comunidade, o mercado e o Estado, emerge uma sociedade conectada em rede. A dependência de trajetória caótica se afasta das condições iniciais sem destino pressuposto para um futuro equilíbrio entre todos os planos dos agentes econômicos e a disponibilidade de recursos. Substitui a ideia propiciada por “a mão invisível do mercado” de haver uma reversão ao equilíbrio - e não uma competição sem fim.

Evidentemente, essa metáfora de “a mão invisível do mercado”, publicada por Adam Smith em 1776 (data da Revolução Americana), em *Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*, foi inspirada na Lei da Gravitação Universal. Quando dois agentes possuem bens ou serviços para troca, ambos sofrem uma força de atração mútua proporcional às suas forças de mercado e inversamente proporcional à distância entre si. Essa lei, formulada pelo físico inglês Isaac Newton, e anunciada em 1687 (véspera da Revolução Gloriosa inglesa), em conjunto com as três leis dos corpos em movimento se tornaram os fundamentos da mecânica clássica.

Newton ainda construiu todo o arcabouço matemático necessário - o cálculo diferencial e integral - para economistas imaginarem *à la* físicos projetar e construir sistemas mais eficientes. Conhecida como o Princípio da Inércia, a primeira lei de Newton sugere: se a força resultante de todas as forças de mercado agindo é nula, logo o ritmo de crescimento do preço ou cotação é inercial ou constante. Pela segunda lei, a taxa de variação de uma cotação é igual à resultante de todas as forças exógenas a ela aplicadas.

A terceira lei, ou Princípio da Ação e Reação, sugere a força de mercado representar a interação mercantil entre dois agentes ou partes distintas de uma economia. Se um exerce uma força em outro, este simultaneamente reage exercendo uma força de mesma magnitude no primeiro. Em um mercado competitivo, ambas as forças seguiriam na mesma direção, contudo em sentidos contrários. Embora as forças sejam iguais, as acelerações de ambos não o são necessariamente: quanto menor a massa de capital, maior será sua aceleração relativa. É matemático.

Dessa forma simples, as forças no mercado aparecem sempre aos pares. Não há força solitária, ou seja, não há nenhuma força real sem a sua contraparte. Toda a ação deve se desenvolver pelo contato mercantil e a reação da contraparte. Os indivíduos “atomizados” não são afetados pela

ação. Esta se resume às premissas neoclássicas a eles atribuídas: racionais, atomistas, dotados de informações perfeitas (e não privilegiadas), para a maximização de todos. Jamais alteram o seu comportamento na interação com os outros dotados da mesma “racionalidade” comportamental.

O nome “Física Social” tem uma longa história desde o século XVIII. Ao usar a analogia com a Física newtoniana, a sociedade foi conceituada pela Ciência Econômica como uma vasta máquina. Mas a sociedade simplesmente não é tão maquinal ou mecânica.

Física Social é uma Ciência Social quantitativa. Ela se propõe a descrever conexões matemáticas entre fluxo de informações e ideias, por um lado, e o comportamento das pessoas, por outro. Ela nos ajuda a entender como as ideias fluem de pessoa a pessoa através do mecanismo de aprendizagem social e como esse fluxo de ideias acaba moldando as normas, a produtividade e a produção criativa das sociedades.

Como um exemplo de Física Social em ação, considere o comportamento dos operadores do mercado de capitais. Eles compartilham dicas em uma rede social. Há momentos quando muito poucos *traders* (*insiders*) lucram muito. São resultados ruins para os demais *traders* (*outsiders*), e seus corretores. Estes perdem seus negócios quando esses amadores desistem. Logo, os corretores e agentes autônomos tentam melhorar o conhecimento e a experiência dos amadores para os “profissionalizarem”.

Market timing é um tipo de estratégia comum para se investir em ações. É o ato de tentar comprar ativos na baixa e vender na alta. Consiste em uma análise dos investidores com o objetivo de prever os passos de O Mercado divino ou sobrenatural (onipotente, onisciente e onipresente) – e obter lucro com esta análise.

Tipicamente, o *Market timing* se utiliza do cenário de todo o mercado para prever as tendências. Esta estratégia não costuma focar em um ativo específico, mas sim no movimento do mercado como um todo, ou seja, avaliar a psicologia de massa.

A Análise Técnica estuda os padrões de mercado e a oferta e a procura de ações, prognosticando as probabilidades do curso das cotações. Tem pouco fundamento teórico além das afirmações banais do Princípio da Ação e Reação - os preços das ações serem determinados pela oferta e procura - e do Princípio da Inércia - a experiência do passado recente ser importante no prognóstico do futuro próximo.

Para ser útil às Finanças Comportamentais, a Análise Técnica teria de ser vista como reflexo de Psicologia Social Aplicada. Seu objetivo teria de ser a identificação de tendências e mudanças no comportamento das multidões, ou seja, a emergência de cotações pelas interações da massa de indivíduos.

O que interessa às Finanças Comportamentais são como os fatores de oferta e demanda de mercado são capazes de entender e traduzir a “psicologia” do mercado. O Mercado (assim com letras maiúsculas como *God*) corresponde à soma dos desejos, medos e expectativas de seus participantes, isto é, pessoas.

Já os analistas fundamentalistas agem, basicamente, como os economistas. Utilizam-se de informações econômicas e históricas. Incluem todos os determinantes primários de preços: análises das empresas, setoriais e macroeconômicas.

Contrastam com os analistas grafistas, porque estes se comportam tal como os físicos. Buscam tirar vantagem da Segunda Lei do Movimento: os preços se movem segundo tendências. Daí, descartam todos os fatos sobre o ativo, exceto a sua história de preços.

Hoje, os algoritmos são responsáveis pela maioria das transações com ações e derivativos. Depois de alimentar os softwares com certos parâmetros estatísticos, os computadores dispensam a ação humana para disparar ordens de compra e venda de ativos. Seguem sequência de comandos, isto é, o algoritmo, para identificar ínfimas distorções de preços dos ativos e fazer as operações de arbitragem automaticamente.

Conectados a sistemas de transmissão de dados rápidos, esses sistemas de alta frequência negociam os papéis com velocidade incapaz de algum investidor atingir. Como os ganhos por transação são pequenos, para faturar alto fazem grande volume de operações em frações de segundo, turbinando a movimentação total nas bolsas.

As estratégias de algoritmos incluem desde operações triviais como adquirir certa ação com cotação determinada, até transações reativas, quando disparam compras quando alguma ação atinge certo volume de negociação. Para resguardar a segurança dessas ordens, os operadores da corretora não podem ter acesso às transações efetuadas pelos sistemas de algoritmos. Há “*chinese wall*” para evitar informações privilegiadas e garantir a privacidade do investidor.

Em fundos *hedge*, há o rastreamento das tendências. Ter como meta um nível específico de “volatilidade administrada” - dimensionar a exposição com compra na baixa “calma” e venda na alta “turbulenta” - está entre as

estratégias conhecidas como “paridade de risco”. A teoria desta é, com o tempo, uma carteira grande e diversificada de ativos, equilibrada pelo risco matemático (na prática, a volatilidade dos rendimentos esperados) de cada um, vai ter retornos melhores em lugar de um portfólio tradicional.

Muitos investidores e analistas culpam as estratégias de algoritmos, ao se ajustarem automaticamente sua exposição ao mercado de acordo com a volatilidade, por agravar os “flashes crashes”. As operações automatizadas dos “físicos” têm sido denunciadas, ocultando a crescente ansiedade com a piora dos fundamentos, anunciada por “economistas”.

O medo diante das máquinas está entranhado na psique humana. A “aversão a algoritmos” mostra as pessoas confiarem instintivamente mais em projeções de humanos em vez na dos algoritmos, mesmo depois de verem os “algos” cometerem menos erros de previsão e menos graves se comparados aos dos economistas.

Sofismas da Composição: Economia como Sistema Complexo

O conhecimento específico dos economistas é o macro sistêmico. Os leigos tomam decisões com base em experiência vivenciada, aprendida na “escola da vida”, ou através de tentativa-e-erros. A Economia Neoclássica considerava todos os agentes econômicos como seres racionais. A Economia Comportamental verifica seus erros serem repetidos.

Errar é humano. Repetir erro também. Prova maior: segundo casamento, a vitória da esperança sobre a experiência. Ou a vitória da paixão emocional e narcisista - se ver belo(a) nos olhos da outra pessoa - sobre a razão.

A abordagem clássica da Economia Política dá ênfase às relações estabelecidas entre os indivíduos em suas atividades econômicas: produção, distribuição, compra-e-venda, financiamento, etc. A abordagem neoclássica busca teorizar a capacidade humana de fazer melhores escolhas, em face da múltiplos fins e de diversos meios para alcançá-los.

Hobbes, em 1651, encarou a sociedade como sendo a organização social resultante das interações de indivíduos mecanicamente determinados. Desde o Renascimento, os indivíduos tomaram consciência de si mesmos como um ser apartado específico, atuando de modo diferente do comportamento da coletividade.

Para o individualismo metodológico, adotado por John Stuart Mill (1872), *avant la lettre*, as leis dos fenômenos sociais podem ser apenas

resultantes das ações individuais. Porém, as decisões de cada pessoa só são compreensíveis por outra pessoa observadora se ambas estão conectadas. Cada indivíduo experimenta, pensa, age e compreende dentro de uma esfera comum a muitos.

Para o holismo de Auguste Comte (1896), uma sociedade não é mais decomponível em indivíduos do que a decomposição de uma superfície em linhas ou de uma linha em pontos. Durkheim (1893) acreditava no determinismo social dos indivíduos, onde todos os fenômenos supra orgânicos são entendidos como de origem social, em contraste com os postulados do “dogmatismo psicológico”.

Em contraponto, para Max Weber (1903), o significado subjetivo atribuído pelos atores humanos às suas ações, em suas orientações mútuas, está dentro de um contexto social-histórico específico. Ele enfatizou tanto a generalização causal quanto a compreensão humana autônoma. Acreditava o individualismo metodológico ser o caminho mais seguro na pesquisa, exorcizando “o espectro das concepções coletivas”.

A expressão “individualismo metodológico” foi cunhada por Joseph A. Schumpeter (1942). Influenciou, entre outros, Hayek (1948) e Popper (1966). Para eles, os fenômenos sociais deveriam ser vistos como resultantes da ação humana. “Nunca devemos ser satisfeitos por uma explicação em termos de os chamados coletivos”.

O individualismo metodológico é contrastado pelo holismo ou organicismo sociológico. Nesta última visão, os sistemas sociais constituem “totalidades” no sentido de alguns dos seus comportamentos, em grande escala, serem regidos por leis macro essencialmente sociológicas. São sui generis e não explicadas como meras regularidades ou tendências resultantes do comportamento agregado de ações dos indivíduos.

Pelo contrário, os comportamentos individuais deveriam, de acordo com o holismo, ser explicado pelo menos em parte em termos de leis de movimento social. Levaria em conta, primeiro, os papéis dos indivíduos nas instituições, depois, as funções sistêmicas dessas instituições. São restrições criadas para dar forma às interações humanas.

Então, o individualismo metodológico supõe os seres humanos como os únicos agentes no movimento da história. Por sua vez, o holismo metodológico observa fatores sobre-humanos em ação na história. Essas duas alternativas são exaustivas das possibilidades?

Se a microeconomia é composta por teorias das decisões e a macroeconomia é a resultante incerta dessas decisões descentralizadas,

descoordenadas e desinformadas umas das outras, há uma nítida divisão entre uma - ações *ex-ante* - e outra - resultados *ex-post*? Uma investiga as causas apriorísticas e outra reflete a respeito dos resultados a posteriori? No mundo real, há uma nítida linha de separação entre o atomismo dos agentes econômicos e o pressuposto equilíbrio sistêmico?

A ortodoxia supõe a homogeneidade dos agentes, porquanto todos detêm a mesma racionalidade e informações perfeitas. Torna então possível a ideia de a macroeconomia ser mera agregação de ações individuais. Mas se a heterodoxia prova serem irrealistas as premissas de racionalismo, preços livres em mercados competitivos e simetria de informações, é possível deduzir macroeconomia de comportamentos heterogêneos?

Hoje, economistas atualizados enxergam a economia como um sistema complexo. Nela há heterogeneidade comportamental, mas a ação coletiva tem uma lógica própria. Ela é possível de ser captada e entendida, quando se considera os principais elos de interconexões das interações entre agentes heterogêneos com racionalidade limitada.

A economia é um componente de um sistema descentralizado, cuja auto-organização é irregular e instável. Sua evolução é dinâmica e não linear, ou seja, varia ao longo do tempo, quando os indivíduos vão aprendendo e adaptando os seus comportamentos a cada meio ambiente natural e/ou institucional.

Há dependência de trajetória face às condições iniciais em algum lugar impreciso do passado desconhecido. Historiadores se dedicam a fazer previsões de o que ele de fato foi, mas economistas não sabem com precisão quando ocorreram as condições iniciais. Sabem apenas a trajetória caótica da economia significar o afastamento delas.

Acham o sistema complexo ser historicamente determinado, porque seu atual estado tem particularidades resultantes de acontecimentos específicos prévios. São causas primárias, mas elas já podem ter sido ultrapassadas e o movimento inercial sistêmico permanecer. Impossibilita o ataque às causas. Exige a regulação sistêmica no presente.

A análise da economia como um sistema complexo, emergente das interações entre seus componentes, supera a dicotomia micro-macro. Permite visualizar as redes de relacionamento entre o todo e as partes. Aristóteles já estudava os argumentos sofisticos, “quando se alega aquilo verdadeiro para a parte ser, por esse motivo, também verdadeiro para o todo.”

A definição de sofismo mudou bastante ao longo dos séculos: atualmente, significa um pensamento ou retórica indutiva ao erro. Na Grécia

Antiga, o termo era utilizado no sentido de “transmitir sabedoria” através de técnicas de retórica e argumentação. Etimologicamente, sofismo vem de *sophia*, cujo significado é “sabedoria”.

O Sofisma da Composição, em Economia, ressalta: o todo não é a mera soma das partes como aparenta ser. Os economistas são obrigados a analisar os efeitos sociais inesperados de todas as decisões individuais, porque nem sempre o que é bom e correto para os indivíduos é o melhor para a sociedade.

Se todo mundo ficar em pé para assistir a um jogo de futebol, ninguém o verá bem e confortavelmente. Inúmeros exemplos análogos podem ser dados em Economia.

Por exemplo, a remarcação de preços pode aumentar o lucro de quem iniciar o processo, mas sua dinâmica interativa poderá resultar em inflação. Em um processo de retroalimentação, todos agentes econômicos podem perder poder aquisitivo real.

Cortar empregos pode ser racional sob o ponto de vista de um empresário. Mas salário representa, ao mesmo tempo, custo trabalhista e demanda social. Se todos desempregam, a classe empresarial sentirá falta de demanda agregada.

Poupança é uma virtude individual, mas se o corte do consumo for generalizado resultará no Paradoxo da Parcimônia: cairão as vendas, aumentará a capacidade produtiva ociosa, desempregará gente, reverterá decisões de investimentos, diminuirá a renda e, em consequência, a poupança futura.

Os banqueiros pensam ser apenas intermediários financeiros entre recursos de terceiros e tomadores de empréstimos. Desconhecem o efeito rede bancária capaz de multiplicar a moeda escritural captada sob forma de depósitos à vista. Como classe, criam moeda.

Se o governo corta gastos sociais, a economia entra em recessão e com a queda do PIB há, em consequência, queda da arrecadação fiscal e elevação do endividamento público em relação ao PIB. Pior, os economistas ortodoxos acham a solução ser maiores cortes de gastos públicos!

A 4ª Revolução Industrial com a automação e a digitalização global eleva a produtividade e maximiza lucros dos acionistas, mas causa também desemprego tecnológico. A solução não é o ludismo: movimento contrário à mecanização ou robotização do processo de trabalho. Visa a destruição da máquina ao responsabilizá-la pelo desemprego. Contra a concepção de qualquer progresso tecnológico ser socialmente nocivo, se contrapõe com a

redução da jornada semanal de trabalho, mantendo-se os salários e demais direitos trabalhistas. Repartirá assim mais igualmente a mais-valia relativa. Para enfrentar desafios como o atual, serve a visão holística ou sistêmica.

Economês: panaceia para remediar todos os males

“A determinação do nível de preços na FTPL pressupõe que o regime fiscal não zelar por satisfazer a ROI do governo em qualquer circunstância. No jargão da FTPL, é a hipótese de um regime fiscal ‘ativo’, ou ‘não ricardiano’. Se, pelo contrário, o regime fosse ‘passivo’, ou ‘ricardiano’, a ROI valeria como identidade, pelo ajuste endógeno da postura fiscal, e não determinaria o nível de preços de equilíbrio. A MMT não reconhece tal condição de equilíbrio, muito embora o regime fiscal que propõe adotar seja, aos olhos da FTPL, nitidamente ativo, ou não ricardiano.”

Assim falou Eduardo Loyo, economista, sócio e membro do Conselho de Administração do Banco BTG Pactual, a respeito da polêmica recente sobre a “Moderna Teoria Monetária” (MMT para os íntimos) e pela controvérsia de dois anos atrás sobre ‘neofisherianismo’ e sua prima-irmã, a ‘Teoria Fiscal do Nível de Preços’ (também chamada pela sigla em inglês, FTPL). Para o leigo em Economia, mas leitor do Caderno de Fim-de-Semana do jornal Valor (31/05/19), esse discurso hermético, onde se usa e abusa do “economês”, pode ser lido como ato ou efeito de empulhar. O logro, a tapeação, o embuste, a mentira, tudo de ruim transparece na falta de transparência desse jargão profissional. Mas o pressuposto é remediar todos os males.

Economês é a linguagem em um estilo supostamente típico dos economistas. É linguajar destinado a não ser entendido senão por um grupo restrito. Em geral, quem demonstra menosprezo pelo saber de outros profissionais se utiliza de um texto excessivamente complicado ou obscuro, repleto de termos técnicos de Economia e Finanças.

O esnobismo de economistas ortodoxos despreza também seus colegas heterodoxos e pressiona a mídia brasileira para não dar espaço no debate público às suas “sandices”. No meu caso, defendi como tese de Livre-Docência no IE-UNICAMP há 25 anos, em 1994, a organização de postulados de uma Teoria Alternativa da Moeda. Publiquei-a parcialmente em livro impresso, na Editora Makron Books, em 1999. Foi finalista do Prêmio Jabuti. Por não ter sido divulgada em inglês e por ter sido defendida na UNICAMP, embora tenha a graduação em Economia no primeiro lugar no RUF (Ranking Universitário da Folha), a tese não foi lida por professores de escolas ortodoxas.

Praticamente, não há debate público entre as diversas correntes de pensamento econômico, seja na academia, seja na mídia brasileira. Pela falta do contraditório, governos e empresários cometem erros em suas decisões econômico-financeiras. Não vislumbram as alternativas entre opiniões especializadas.

Por exemplo, uma aliança de esquerda em Portugal definiu uma alternativa à política de austeridade centrada em maior crescimento, mais e melhor emprego e mais igualdade. “Virar a página da austeridade” foi o lema eleitoral dos socialistas capaz de atrair o apoio de comunistas e do Bloco de Esquerda para formar governo. A fórmula, batizada depreciativamente como a Gerigonça, se transformou em um sucesso dois anos depois, apesar do receio de organismos como a Comissão Europeia e o FMI. Eles velavam pelos bilhões de euros emprestados em 2011 para impedir o país quebrar.

Somente dois anos após, pela primeira vez desde a adesão ao euro, Portugal já cresce acima da média da União Europeia: 2,7%, a maior taxa de crescimento neste século. O salário mínimo subiu de 505 a 580 euros e chegará a 600 no próximo ano, respectivamente, R\$ 2.057, R\$ 2.362 e R\$ 2.444. Se em 2013 o desemprego chegou a 16,2%, hoje baixou para 8,9%. Os funcionários públicos tiveram os salários descongelados, as aposentadorias subiram e o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) de produtos básicos deixou de ser taxado em 23%. O déficit público, acima de 3% há dois anos, é de 1,1% e no próximo ano será de 0,3%.

O crescimento não é devido a um aumento de gasto público, porque vem das exportações, com um aumento de 11,7%, e do investimento, com elevação de 9%, especialmente o privado e o estrangeiro. Também ajudou muito o aumento do turismo: no ano passado, o país superou seu recorde de visitantes, com 20 milhões, quase o dobro da população portuguesa.

Aqui, o obscurantismo censura “os heterodoxos”, tipicamente os pensadores de vanguarda. Impede a busca de alternativas à política econômica de austeridade, onde só se tecla, de maneira robotizada, a “reforma da Previdência”. Confira, como exemplo, o ataque do economista aos próprios autores em lugar de debater as novas ideias.

“[Não fique com] uma falsa impressão de equidistância da profissão entre a FTPL e a MMT. Formularam e propagandei a FTPL acadêmicos perfeitamente inseridos no campo dominante da Macroeconomia, alguns com merecido destaque. As hipóteses que conduzem às conclusões peculiares da determinação fiscalista do nível de preços são facilmente distinguíveis, e sua consistência teórica presta-se a um escrutínio disciplinado dentro da própria modelagem convencional. A resistência mais forte que enfrenta é à vigência

empírica dessas hipóteses, que aparenta ser um evento raro no mundo real (embora a evidência nesse sentido não seja irretorquível). A MMT, por sua vez, é extravagante e marginal mesmo no universo acadêmico, polêmica até no interior do campo heterodoxo, pelo que um contingente dominante de estudiosos enxerga como sérias lacunas lógicas em sua cadeia de argumentação. (...) No debate econômico global, modismos heterodoxos reciclados são como a mitológica sereia, que não manteria sua presença milenar na parada de sucessos sem cantar um repertório continuamente antenado às demandas do momento.”

Virando a página, o que se lê na primeira entrevista exclusiva do presidente do Banco Central do Brasil, o neto do Roberto Campos? Apenas o truísmo da palavrinha-mágica - credibilidade -, sustentando a forma correta de estimular a economia ser pela credibilidade da política monetária. “Eu vou lá e reduzo os juros, porque eu quero dar um impulso à economia. Provavelmente, o que vai ocorrer nesse cenário? A curva de juros vai inclinar, os juros futuros vão subir”, afirma. Mas ele vê sinais positivos em O Mercado (com maiúsculas por ser tratado como um ser divino, sobrenatural, onipotente, onipresente e onisciente) ao avaliar ter aumentado “a confiança na aprovação da reforma da Previdência, o que leva à queda da inflação implícita nos títulos públicos e a uma melhora na curva de juros”. *‘tendeu?* Nem eu com 45 anos de profissão não entendo essa mitificação de um canal de transmissão inexistente. Os colegas substituem fundamentos econômicos objetivos por subjetividade dos agentes econômicos - “estado de confiança na credibilidade” - como o decisivo na Economia.

O argumento reducionista e simplório é: as Autoridades Monetárias adquirem credibilidade com a própria manutenção da política contracionista, acima das pressões políticas para mudá-la. O equilíbrio fiscal é relevante para elas não se verem forçadas a acomodar déficits públicos com emissão monetária. Nessa abordagem novo-clássica, a inflação é reduzida pela elevação da taxa de juro: se isso causa ou não recessão depende muito da credibilidade na mudança de regime monetário. Acredita todos os agentes fixadores de preços e salários ajustarem seu comportamento para ficarem de acordo com o modelo dominante no arcabouço mental dos economistas no comando da economia. Eles extrapolam sua opinião especializada para toda a opinião pública!

Mas nem tudo está perdido, caro leitor leigo. Na tabela abaixo vou lhe ensinar a pronunciar de acordo com “o conhecimento do charlatão”. Charlatões agem como se tivessem algum conhecimento. Aprenderam a se apresentar, aparentemente, como os sábios. Para tanto, juntam em frases-feitas os verbos usuais, os substantivos sem substância e os adjetivos laudatórios. Juntando essas palavrinhas-mágicas das colunas, verdadeiras

panaceias, você formará lugares-comuns em um discurso rebuscado. Será capaz de enganar trouxas e esconder seu desconhecimento de causa. Certamente, com esta linguagem, obterá sucesso em O Mercado.

Adjetivo	Jargão	Predicado
eficiente	alavancagem	abaixo da linha
eficaz	complexidade	acima da linha
abundante	credibilidade	de primeira linha
robusto(a)	conformidade	futura
incerta	confiança / desconfiança	ancorada
relevante	curva de juros	deixou a desejar
qualificado	expectativa	deu a volta por cima
constante	observância / inobservância	em alto e bom tom
variável	reforma da previdência	em curto prazo
substancial	reforma tributária	em longo prazo
estridente		quanto estivermos mortos

Reduccionismo Binário face à Complexidade de Análise Combinatória de Tríades

Sentimos atração por histórias simplórias e aversão às abstrações. Nossa mente abomina complexidade emergente de interações de diversos componentes. Por isso, aspectos relevantes são desvalorizados em favor de outros irrelevantes.

O autoengano é comum. Por exemplo, entramos em uma sorveteria cara. Pedimos uma bola e a atendente pergunta-nos se desejamos “copinho” ou “copão”. Qual resposta damos? Copinho, lógico! Assim, sairemos felizes com o copinho transbordando - e não com uma bolinha de sorvete perdida no meio do copão...

Se nosso cérebro prefere o caminho mais curto para decidir, não devemos decidir por impulso. Preocupemos com as informações essenciais e excluamos as inúteis!

Durante vários dias seguidos, no fim de ano, o peru recebe alimento abundantemente. Ele passa a acreditar essa fartura ser merecida porque o admiram. Ele não antecipa o cenário futuro com uma visão realista.

Quanto mais é bem-sucedido, mais a falsa segurança aumenta. Há tendência a deduzir certezas universalmente válidas a partir de uma ou poucas observações individuais. Porém, todas as certezas são temporárias. São falseadas pela mudança de contexto.

A primeira estória narra a Síndrome do Copo-de-Sorvete. A segunda, a Síndrome do Peru de Natal. Ambas narrativas metafóricas expressam dificuldades mentais humanas, respectivamente, o pensamento instintivo e o desconhecimento do futuro incerto.

Nosso cérebro é uma máquina de fazer associações. O problema é o falso conhecimento derivado de associação causal para algo casual. Transforma correlação em causalidade, tipo “a causa do câncer é beber água, porque todo morto pelo câncer bebia água!”

Desde a própria biografia até a história universal, modelamos tudo em “narrativas com sentido”. Assim, deturpamos a realidade - cheia de acasos, acidentes ou “cisnes negros” - como tudo tivesse uma causa duradoura e não apenas uma breve circunstância. *Ex nihilo nihil fit* (em latim) significa “nada surge do nada”. Daí achamos tudo ter uma causa ou uma lógica possível de ser racionalizada. Isso prejudica nossas análises e decisões.

Costumamos brincar a respeito de nossos “inimigos”: “eles só têm 2 neurônio” (sem S)! Um chama Tico, o outro, Teco. Tico e Teco não conversam entre si...

Neurônio é a célula do sistema nervoso responsável pela condução do impulso nervoso. Estima-se haver cerca de 86 bilhões neurônios no sistema nervoso humano. Redes neurais artificiais são modelos computacionais inspirados no cérebro de um animal. São capazes de realizar o aprendizado de máquina com o reconhecimento de padrões.

A inteligência artificial, incorporada em *software*, busca assimilar a inteligência humana. Este campo de estudo acadêmico projeta um agente inteligente, capaz de perceber seu ambiente e tomar atitudes para maximização de suas chances de sucesso.

Daí vem a dúvida existencial de economistas: é possível um agente econômico, isoladamente, ser inteligente? Para os adeptos do individualismo metodológico, a Ciência Econômica se reduz às teorias testáveis de decisões individuais ótimas. Para os dotados de visão holística, para compreender os fenômenos sistêmicos, é necessário observar um “todo” com propriedades distintas da soma das suas partes - e mutantes.

Essa forma específica de contemplar um sistema complexo permite uma visão global das interconexões entre todos os elementos, estratégias e atividades. A visão holística opõe-se à lógica mecanicista. Esta compartimenta tudo em vários blocos, tipo *blockchain* (tecnologia de cadeia de blocos), causando a perda da visão global.

Voltemos ao Tico e Teco do pensamento convencional. A mente mundana capta mais facilmente os memes binários e agressivos em vez de um raciocínio complexo. A estratégia ideológica binária, tipo “nós contra eles”, atrai seguidores, estimula controvérsia, cria lealdade e faz os seguidores lutar contra “os inimigos” sem pensar.

Em Economia convencional, é comum a redução de todas as negociações a pares: um demandante e outro ofertante. Todos agentes econômicos teriam uma racionalidade homogênea. Os comportamentos racionais não se alterariam a partir do aprendizado de múltiplas interações. Haveria só competição. A cooperação e o altruísmo não eram considerados pela teoria econômica, assim como eram ignorados os vieses heurísticos.

Heurística é uma característica típica dos seres humanos quando estão em busca de respostas para questões complexas. É uma técnica de pensamento e comportamento praticamente automática nos humanos. Agem de modo intuitivo para achar prováveis respostas para suas dúvidas. É um atalho mental, embora incerto e incompleto, para se chegar às respostas de questões complicadas de modo rápido e fácil.

A imaginação, a criatividade, o pensamento marginal e divergente, aliados às experiências de vida própria ou observadas em outras pessoas, ajudam a formar os processos cognitivos da heurística. A análise heurística é prática e rápida. Mas é superficial. É ideal para conseguir uma resposta imediata ou emergencial sobre determinado assunto. Por isso, os animais humanos erram - e repetem erros!

Quando se afastam de um raciocínio binário para fazer análise combinatória com base em tríades as mentes dos economistas dão um “nó”. Por exemplo, quando relacionam duas tríades: a dos motivos por demanda de dinheiro e a das funções do dinheiro.

Tanto o motivo especulativo como o motivo precaução são demanda de dinheiro como reserva de valor. Há demanda especulativa, considerando a aversão ao risco, porque se espera uma melhor oportunidade para o liberar em troca de outro ativo menos líquido. Há demanda de precaução porque o dinheiro é mantido para ser usado como meio de pagamento em momento incerto. O motivo transação, assim como o finance, vem das funções “medida

de valor” e “meio de pagamento”. São demandas para liberá-lo em datas previstas. Reinterpretadas assim, as duas tríades são compatíveis entre si.

Uma terceira tríade pode ser relacionada a essas duas: as dos atributos de ativos. No caso do ativo monetário, ele tem rendimento zero, ou seja, não recebe juros. Também não possui custo de manutenção, caso uma inflação não corroa seu poder aquisitivo. Representa o maior prêmio de liquidez entre todos os ativos: por definição jurisdicional, a moeda oficial é a única com poder de pagamento de tributos e contratos.

Quando também é aceita pelo mercado para cumprir as três funções convencionais - reserva de valor, unidade de conta e meio de pagamento -, a moeda se torna plenamente dinheiro. Se a comunidade foge para uma divisa estrangeira como reserva de valor, o sistema se torna bi monetário e com alto risco de um choque de demanda disparar a alta da cotação da moeda estrangeira. Se ela passa a ser a unidade de conta para a precificação dos bens e serviços, quando for convertida em moeda nacional, para ser usada como meio de pagamento, os preços dispararão em uma hiperinflação.

O risco de massificação do uso da Libra do *Facebook* como reserva de valor é resultar em hiperinflação por conta do sistema bi monetário. Se houver um choque de demanda mundial por ela, contaminará a unidade de conta utilizada na precificação dos produtos nacionais. Se não for possível pagar impostos com ela, a sonegação fiscal aumentará, devido ao seu uso como “dinheiro frio” sem deixar “pegadas digitais” com o uso de tecnologia *blockchain*. Isto sem considerar o risco de ser utilizada como “dinheiro sujo” para tráfico de drogas e armas de milicianos paramilitares.

Para tornar o raciocínio mais complexo, em uma visão holística para a avaliação do risco do surgimento dessa *criptomoeda* mundial, temos de interconectar outra tríade na nossa rede neural. Refiro-me à das três funções básicas dos bancos: viabilizar um sistema de pagamentos, oferecer oportunidades de investimento financeiro com rendimentos, liquidez e segurança, além de propiciar alavancagem financeira da rentabilidade dos negócios capitalistas. Multiplica-se pela maior escala obtida quando se toma empréstimo de recursos de terceiros e soma o valor aos recursos próprios.

Se a *criptomoeda* provocar uma fuga massiva dos depósitos à vista, o multiplicador monetário da rede bancária diminuirá. Haverá menor alavancagem financeira dos negócios. Com menos gastos financiados, a oferta de empregos cairá.

Pior ainda será se a Libra motivar especulação, absorvendo recursos que deveriam ser investidos em longo prazo para os rendimentos do capital financeiro substituir os rendimentos do trabalho na fase de aposentadoria. Em

economia de autorregulação pelo livre mercado, é comum surgir um boom quando muitos especuladores seguem a tendência de alta do valor de um ativo em processo de retroalimentação.

Logo depois da euforia pela perspectiva de ganho de capital fácil, confirmado por quem o realiza antes da reversão das expectativas, vem o pânico. Subitamente, passa a predominar a impressão da cotação estar muito acima do preço justificado por fundamentos microeconômicos, setoriais ou macroeconômicos. Todos tomadores de crédito para alavancagem de posições “compradas” têm de cumprir os compromissos contratuais. Para amortizar os empréstimos, colocam de uma vez o ativo especulativo à venda. Sua cotação cai “sem choro nem vela” para quem investiu seu dinheiro da aposentadoria na especulação. O desespero pela perda de tudo pode levar ao suicídio.

PENSAMENTO BINÁRIO MANIQUEÍSTA	TRÍADES OU COMPLEXIDADE
Bem ou Mal	Pacificação, Conciliação e Harmonização
Espírito ou Matéria	Corpo, Alma e “Espírito-de-Porco”
Deus ou Diabo	Céu, Inferno, Paraíso... Santíssima Trindade
Demonização ou Santificação	Desdemonizar, naturalizar, adaptar-se
Ateu ou Religioso	Tolerância, Hinduísmo, Budismo, Judaísmo, Cristianismo, Candomblé, etc.
Monoteísmo ou Politeísmo	Agnósticos e adoradores de quase 5.000 deuses
Reino da Luz ou Reino das Sombras	Luz, Sombra e Penumbra
Preto ou Branco	Cinza, ou melhor, Arco-íris
Certo ou Errado	Hipótese a ser sempre testada
Causa ou Efeito	Relação biunívoca, mão-dupla
Isso ou Aquilo	Fulano, Sicrano e Beltrano - e LGBT
Dualismo ou Monismo	Idealismo, Materialismo, Sincretismo
Estado ou Mercado	Estado, Mercado e Comunidade
Trabalhadores X Capitalistas	Classe Média, Castas e Párias
Protagonista X Antagonista	Anti-heróis, preconceituosos, invejosos
“Nós contra Eles”	Pobres, “remediados” e ricos

Público não-bancário X Banqueiros	Participantes do sistema bancário (PF, PJ, Bancos Públicos, Privados Nacionais e Estrangeiros, <i>Fintechs</i> , etc.)
Mercado Financeiro X Mercado de Capitais	Crédito com recursos livres, direcionados e externos, Debêntures, Ações, etc.
Especialista X Generalista	Totalidade Indivisível e Complexa
Justaposição de Teses X Ecletismo	Síntese equilibrada de elementos díspares: o melhor entre várias doutrinas
Monismo X Pluralismo	Universo composto por elementos heterogêneos, mas com contiguidade, continuidade e concatenação entre si

Debate Pluralista no IE-UNICAMP

Assisti, no Auditório do Instituto de Economia da Unicamp, ao debate entre Guilherme Mello (IE-Unicamp), Marcos Lisboa (presidente do Insper e ex-secretário de política econômica do governo Lula), Pedro Paulo Zahluth Bastos (IE-Unicamp) e Samuel Pessôa (FGV-IBRE). No evento houve o lançamento do livro “*O Valor das Ideias*” (São Paulo: Companhia das Letras; 2019).

Marcos Lisboa e Samuel Pessôa organizaram o livro com os debates travados na imprensa brasileira a respeito de temas da agenda política e econômica brasileira. Este livro reconstitui uma discussão plural sobre os rumos da esquerda, o balanço dos mandatos PT e PSDB, a crise da democracia e as controvérsias das escolas econômicas.

Parte I - Questão de Métodos: Heterodoxia e *Mainstream*

Na primeira parte, tratou-se dos distintos métodos da Economia do *Mainstream* e da Economia Heterodoxa, respectivamente, o hipotético-dedutivo-racional e o histórico-indutivo. Inicialmente, Marcos Lisboa adotou o discurso presidencial proferido por Robert Shiller na 129ª reunião anual da *American Economic Association*, no dia 7 de janeiro de 2017, em Chicago, a respeito de *Narrativas Econômicas*. Passou a ser uma referência para debate entre os economistas.

Shiller, um economista comportamental, foi ganhador do Prêmio Nobel de Ciências Econômicas em 2013. A Economia Narrativa é o estudo da disseminação e dinâmica de narrativas econômicas populares por meio de histórias, particularmente aquelas correspondentes aos interesses e às emoções humanas. Observa como as estórias mudam através do tempo para compreender as diversas flutuações econômicas.

A apresentação de Lisboa lembrou-me também do artigo “*The Changing Face of Mainstream Economics*”, escrito por David Colander, Ric Holt e Barkley Rosser, e publicado em 2003. Eles comentam: se alguém lê a literatura heterodoxa em Economia hoje em dia, tem-se a impressão de a moderna Economia *Mainstream* ainda ser muito parecida com a Economia de 50 anos atrás. Ela é chamada ainda de “Economia Neoclássica” e é criticada da mesma forma como adotada nos anos 1950 ou 1960.

Lisboa alega muito desta crítica hoje estar anacrônica porque o pensamento econômico dominante mudou. Para ele, a Economia da corrente principal se afastou de uma adesão estrita à Santíssima Trindade neoclássica - racionalidade, egoísmo e equilíbrio - para uma posição mais eclética de diversos modelos. Estuda, inclusive, comportamentos com racionalidade limitada, combinando interesse próprio e sustentabilidade. O que importa é o *falsificacionismo*: ponto de vista metodológico segundo o qual as hipóteses só são científicas - e não meras narrativas sobre “O Sistema” - se e somente se suas previsões são empiricamente falsificáveis.

Desde o ensaio de Milton Friedman sobre *A Metodologia da Economia Positiva*, publicado em 1953, há uma ideia-fixa por parte de muitos economistas: não importa a realidade dos pressupostos, mas sim a capacidade preditiva da teoria. Hoje, Lisboa caracteriza o pensamento econômico como um conjunto de ideias em evolução, mantido por uma abordagem de modelagem dos problemas e testes de hipóteses.

Daí alguém pode fazer parte do *mainstream* e ainda assim não necessariamente manter ideias “ortodoxas” neoclássicas. Sua narrativa sobre a Economia nas últimas décadas diz respeito à crescente variação de visões aceitáveis. Para Lisboa, deixou de ser relevante o núcleo [hard core] da Economia neoclássica.

A história do pensamento econômico era lida antes como sutis variações de três premissas básicas do Programa de Pesquisa Científica neoclássico. A primeira é a racionalidade: os agentes econômicos maximizam suas funções de utilidade e lucro, isto é, agem racionalmente. A segunda diz respeito ao atomismo: os mercados livres, inclusive o mercado de trabalho, tendem para o equilíbrio via flexibilidade de preços e salários. Finalmente, a terceira se

refere à simetria de informações: todos os agentes têm informação perfeita e jamais se enganam.

O monetarismo manteve a primeira premissa e alterou as outras duas, substituindo-as, respectivamente, por ilusão monetária - com taxas de inflação crescentes, os salários reais estariam sempre atrás do crescimento dos preços - e expectativas adaptativas, formadas a partir da experiência passada, com ênfase maior para os períodos mais recentes.

O novo-classicismo também não questionou a racionalidade. Ele focalizou a desestabilização, quando variações previstas na oferta da moeda não afetariam a produção, apenas as mudanças imprevistas o fariam. Adotou as expectativas racionais. Todos os agentes, seja capitalista, seja trabalhador, teriam o mesmo modo de entender a economia, correspondente à “lógica verdadeira de funcionamento”, isto é, a sua.

Mantendo o suposto de racionalidade, as duas hipóteses do novo-keynesianismo são a rigidez de preços e a descoordenação. Ele estuda os fundamentos microeconômicos (instituições, contratos, clientela, etc.) para explicar a rigidez de salários e preços. Esta rigidez decorre de externalidades das decisões individuais e dos problemas de coordenação entre os agentes.

Portanto, todas as principais correntes do pensamento econômico possuem em comum a premissa de racionalidade dos agentes, mesmo limitando-a. Apenas, recentemente, a Economia Comportamental parte do pressuposto de irracionalidade e/ou decisões emocionais equivocadas e incoerentes. Destaca a ineficiência do mercado por conta de vieses heurísticos e dependência da forma desviarem os preços de seus fundamentos microeconômicos, setoriais ou macroeconômicos determinantes.

A partir da década de 1950, a classificação “Economia neoclássica” deixou de ser a mais apropriada para caracterizar a Economia moderna. Como escreveu meu ex-colega do IE-UNICAMP, Mário Possas, no artigo “A Cheia do *Mainstream*” - Comentário sobre os Rumos da Ciência Econômica” (publicado na revista da UFRJ, Economia Contemporânea, Nº 1 Jan. - Jun. 1997), “vários temas relevantes considerados marginais ou intratáveis, e por isso relegados à heterodoxia (ou ao limbo), passaram a ser incorporados, ganhando o status de objetos cientificamente sérios”.

Como exemplos, cita os seguintes. Um economista industrialista precisa estudar Teoria dos Jogos, exaustivamente, por conta de as estratégias empresariais do mundo real serem em geral formuladas em condições bem mais complexas. O macroeconomista adepto de Keynes explica não fazer sentido uma curva de oferta de trabalho e o desemprego não ser só uma “falha de mercado”, devida à rigidez dos salários nominais. Quando constrói

um modelo de investimento ou de preços, precisa justificar-se por não assumir expectativas racionais, mas sim incertas. Seus “microfundamentos” se referem à diferença entre incerteza e risco e ao pressuposto crucial de o mundo econômico ser não-ergódico e não-estacionário.

O economista atualizado ao trabalhar com crescimento e dinâmica não pressupõe otimização e equilíbrio geral competitivo em longo prazo. Isso ocorria nos modelos de crescimento com progresso técnico endógeno e rendimentos crescentes. Quem não pressupõe equilíbrio permanente como norma decorrente, tanto dos “mercados eficientes”, como de “agentes pressupostos racionais”, argumenta com base na Economia Institucionalista: existem regras, inclusive informais, hábitos, lógicas de ações e organizações capazes de impor outra dependência de trajetória bem-sucedida.

Portanto, as tendências recentes do *mainstream* da Ciência Econômica, distinto da ultrapassada ortodoxia neoclássica, destaca a ampliação das fronteiras do seu objeto. Haveria certo consenso a respeito dos critérios comuns de cientificidade aceitos por seus diversos praticantes.

Para a Economia ser bem-sucedida em termos científicos, necessita de novas ideias serem testadas com novos métodos, novas tecnologias e novas informações. Em geral, isso acontece na “fronteira da Economia”. Muitas ideias da vanguarda heterodoxa foram sendo absorvidas pelo *mainstream* ao longo do debate intelectual em alguns ambientes acadêmicos e midiáticos pluralistas em lugar de outros monolíticos.

Por exemplo, avanços na tecnologia analítica, como desenvolvimentos em dinâmica não linear, permitem modelos alternativos de processos. Tornam possível estudar modelos muito mais complexos se comparados aos estudados antes sem apoio computacional.

A atividade econômica dinâmica pode ter uma dependência de trajetória caótica, afastando-se das condições iniciais. A economia vista como um dos componentes de um sistema complexo se configura a cada conjuntura com uma feição distinta. Porém, é inteligível por pesquisadores perspicazes em análises de diversas escalas.

Para entender o argumento do novo *mainstream*, é útil pensar na profissão também como um sistema complexo. Não pode ser entendido a partir dos primeiros princípios assumidos. Ele só é compreensível através do processo de mudança subjacente. Da mesma forma, o pensamento econômico pode ser melhor entendido pelo processo de mudança caracterizador de sua evolução ao incorporar ideias antes heterodoxas.

Nesse sentido vanguardista, os debatedores “heterodoxos” questionaram Lisboa. O holismo metodológico ou organicismo sociológico se contrapõe ao individualismo metodológico ainda predominante na Economia do *mainstream*. Na visão holística, os sistemas sociais constituem “totalidades” a serem analisadas em busca de identificação dos elos principais das interconexões entre seus diversos componentes. Seus desempenhos em grande escala são regidos por leis macroeconômicas essencialmente sociológicas. Há sofismas da composição como o Paradoxo da Parcimônia. Nem tudo verdadeiro para as partes - por exemplo, corte de gastos - se confirma para o todo.

Parte II - Falseamento e Transitoriedade da Verdade

Na segunda parte do debate, foi realizado um balanço dos mandatos sob hegemonia do PSDB (1995-2002) e PT (2003- ½ 2016). Ideologicamente, os debatedores liberais e social-desenvolvimentistas apresentaram suas discordâncias em relação às avaliações de respectivos governos FHC, Lula e Dilma.

Um julgamento imparcial necessitará ainda de maior distanciamento histórico e, portanto, menos apelo emocional e mais dados estatísticos objetivos. É comum em debate entre economistas a apelação à fixação arbitrária das “condições iniciais” ou a avaliação controversa de mérito por critério de “continuidade ou descontinuidade”.

Curiosamente, na controvérsia sobre métodos, Lisboa ressaltou o que diferencia o conhecimento científico de outros sistemas de crença é todo tipo de afirmação deve poder ser submetido a algum tipo de procedimento capaz de confrontar a afirmação com a realidade por meio de um teste. Se a afirmação em busca de expressar o conhecimento não for passível de ser submetida a algum procedimento pelo qual sua falsidade possa ser desvendada, então, não há o que se falar sobre essa afirmação.

O princípio de falseamento está diretamente associado à incerteza quanto ao sabido. Temos de conviver com a possibilidade de as crenças possuídas estarem equivocadas.

Contraditoriamente, o cérebro humano abomina a complexidade, isto é, o desafio de compreender um sistema emergente a partir de múltiplos componentes interativos. Preferem estabilidade e, portanto, infalibilidade para compreensão do mundo. Mas nossa cognição tem de ser capaz de apreender o caráter falseável dos modelos e esquemas de compreensão de mundo, no caso, em sua artificial partição econômica.

O falseamento impõe ao conhecimento científico a transitoriedade. Se o conhecimento anterior é provado ser equivocado, deve haver então um conhecimento melhor a ser colocado em seu lugar. Novas explicações substituem as explicações mais antigas. Em outro momento, estas deixam de ser tão eficazes quanto foi em um passado emocional, justamente porque alguém apresentou e testou outra mais convincente. O caráter transitório do conhecimento científico não possui prazo de validade predeterminado.

Por exemplo, o que foi (e ainda é) dito a respeito do governo da Presidenta Dilma se contaminou pelo clima instaurado de golpismo, desde sua reeleição até ser levado a cabo em meados de 2016. Afirmou-se muita falsa impressão e nítida deturpação em apoio à instauração de pressão política. Houve sabotagem até com “pautas-bombas” no Congresso Nacional, para desalojá-la injustamente do cargo para o qual foi reeleita.

Pior, a repetição de ladainha sem autocrítica, para formação da opinião pública, tem continuado por parte de quem afirmou algo intelectualmente falso face aos dados. Isto ocorre, supostamente, em defesa da reputação por não ter antevisto e alertado sobre a possível deterioração das condições subsequentes ao locaute empresarial.

Lisboa disse: “há um ambiente institucional muito deteriorado no setor produtivo, e isso já vem de anos [no debate reconheceu vir de muitas décadas]. Houve uma degradação da infraestrutura, uma piora imensa da estrutura tributária brasileira nesta década. O que não era bom se tornou pior, com obrigações acessórias, uma criatividade impressionante para novas regras tributárias. Além do mais, nós tivemos intervenções desastrosas na última década, no setor de óleo e gás, no controle de preços da gasolina, no setor de energia”. No entanto, é possível outra narrativa a respeito do governo Dilma.

Ele não releva a chamada “agenda FIESP industrialista”, lobby empresarial em favor de desonerações fiscais. Também não ameniza a crítica nem reconhece o primeiro mandato da Dilma ter mantido a taxa de inflação abaixo do teto da meta (6,41% em 2014), apesar da longa seca em todas as estações chuvosas de 2013 a 2016. Para compensar a inflação de alimentos (e a de serviços), houve, de fato, controle dos preços administrados antes do choque tarifário (alta de 18%) de Joaquim Levy em 2015. Só então a inflação em doze meses, medida pelo IPCA, avançou para 10,71%, no pico em janeiro de 2016. Passada a seca, recuou até atingir o piso de 2,46% em agosto de 2017.

Segundo as Contas Nacionais, a taxa de investimento se manteve em patamar acima de 20% de 2010 a 2014. Houve sim investimentos em

infraestrutura energética (petróleo e hidrelétricas), logística (aeroportos e estradas), mobilidade urbana e estádios: uma herança bem vinda de financiamentos dos bancos públicos com capitalização do Tesouro.

Dilma também conseguiu entregar as menores taxas de desocupação da série histórica no fim dos anos 2012 (6,9%), 2013 (6,2%), 2014 (6,5%). Quando voltou a velha Matriz Neoliberal, elevou-se no fim de 2015 (8,9%), 2016 (12%), 2016 (11,8%) e 2018 (11,6%).

Há ainda economistas neoliberais queixosos contra “o pleno-emprego” da Era Lula-Dilma. Sem comprovação empírica, simplesmente, alegam a taxa de desemprego natural” no Brasil ser em torno de 9% da PEA. Daí os custos trabalhistas pressionaram as “coitadas” das empresas não-financeiras. Na verdade, muitas se endividaram durante as grandes obras públicas. Foi quando houve a chamada “Cruzada da Dilma” contra os juros disparatados brasileiros em uma tentativa relativamente bem-sucedida de alterar a relação juros / câmbio com a depreciação lenta e gradual da moeda nacional até o fim de seu primeiro mandato. Mesmo assim, não foi possível impedir o déficit no balanço de transações correntes em 2014 por conta da explosão da bolha de commodities, entre as quais, despencou a cotação do petróleo já então com exportação líquida do país.

Quando começou a campanha para reduzir os spreads bancários em abril de 2014 e a redução do preço da energia chegou às contas de luz em março de 2013, a popularidade da Dilma atingiu 65% segundo a Datafolha. Em abril de 2013, voltou a elevação dos juros. Durante o auge das manifestações de rua (“revolta dos 20 centavos” ou “queremos padrão FIFA”), em junho daquele ano, a popularidade caiu para menos da metade, próxima de 30%. Porém, com a queda do desemprego logo adiante, a popularidade ultrapassou 40% até levá-la à reeleição no segundo turno em 2014.

Com mais uma derrota, o golpismo “saiu do armário”. Dilma, infelizmente, atendeu o lobby para colocar um economista neoliberal no comando do Ministério da Fazenda. O novo mandato inicia com um discurso de austeridade fiscal contrário às promessas de continuidade do social-desenvolvimentismo, feitas durante a campanha eleitoral.

Logo, em março de 2015, começam as manifestações de ruas a favor do golpe, em simultâneo com as sabotagens do “aliado” PMDB com “pautas-bombas”, armadas pelo vingativo Eduardo Cunha por não ter obtido a solicitada proteção governamental. A política econômica de choques de preços relativos e de juros deteriora ainda mais o déficit nominal. O país perde o grau de investimento em setembro em 2015. De resto, é uma agonia

só até o golpe final “semi-parlamentarista”, com apoio dos “podres poderes”: judiciário, midiático e empresarial.

Samuel Pessôa apresenta a calamitosa política econômica do governo Temer - teto dos gastos públicos, reforma trabalhista e tentativa de reforma da Previdência Social -, contra os trabalhadores, como fosse uma resposta a erros acumulados na gestão anterior. Explica-se: ele votou em branco no segundo turno das eleições de 2018, mas torce pela reeleição de Jair Bolsonaro, segundo reportagem do Valor (05/04/19).

O golpe contra a Dilma quebrou o princípio da convivência democrática no Brasil, onde é necessário “autocontrole” ou “comedimento”. É a disposição de se abster de usar contra o adversário ideológico todos os recursos institucionais disponíveis, para manter um pacto de governabilidade e a alternância democrática de poder.

Ambos debatedores, Pessôa e Lisboa ainda acusam o PT de ter aberto mão da autocontenção: “desde sempre, porque fez uma oposição a Fernando Henrique Cardoso altamente destrutiva, mesmo, tendo o presidente tucano praticado bastante a autocontenção em 2002 e entregado a Lula um superávit primário de 3% do PIB”.

O rancor tucano (expresso nessa justificativa a posteriori), tal como o dos demais perdedores em 2014 (Marina) e 2018 (Ciro), ainda se mantém. Nas palavras de Pessôa, “porque no processo eleitoral de 2014, o PT resolveu queimar todas as pontes. Isso ocorreu em três situações: quando o governo petista transformou o superávit fiscal em déficit para reeleger Dilma; quando ‘mentiu à larga’ sobre o que ia fazer, maquiando as contas públicas; e quando demonizou os adversários”. Ora, ora, o “choro de (mau) perdedor” não lhe permite se ver fazendo a mesma “demonização” - e tática política.

Já é hora de virar essas tristes páginas da história recente do país. A esquerda e o centro necessitam se aliar contra a pauta regressiva da extrema-direita. É necessário seguir os exemplos bem-sucedidos da Frente Ampla no Uruguai, da Geringonça em Portugal e, recentemente, na contramão da tendência de crescimento da extrema direita na Europa, dos dinamarqueses com o “bloco vermelho”, dos partidos situados no campo da esquerda, como o Social Democrata, a Lista da Unidade, o Partido Socialista Popular e o Alternativa. A inteligência necessita voltar a vencer a burrice.

Parte III - Debate para Aliança Centro-Esquerda

O debate permitiu comparar os métodos e as interpretações sobre a economia brasileira do social-desenvolvimentismo e do liberalismo

econômico. Constituiu um exemplo de debate respeitoso em tempos de polarização.

No entanto, confesso ter ido assistir com uma expectativa maior. Eu vislumbro as forças dos fatos imporem a necessidade de uma Frente Ampla da Esquerda ao Centro na próxima eleição presidencial. Será contra a direita fragmentada entre as candidaturas de reeleição do capitão de extrema-direita e da ambição de poder pessoal do atual governador de centro-direita do Estado de São Paulo, aliás, eleito por diminuta maioria percentual. Os partidos do centro à esquerda necessitarão se apresentar aliados contra o atual retrocesso econômico, político, social e na área de costumes.

Com discursos de ódio mútuo há uma polarização ideológica destrutiva da coesão nacional. À oposição cabe oferecer ao eleitorado brasileiro a oportunidade de um projeto de conciliação com tolerância mútua. São necessários um programa de governo progressista e um candidato com valores morais contra a misoginia, o racismo, a homofobia, a corrupção clientelista, o nepotismo e/ou o favoritismo, etc.

Há uma confusão entre muitos estudantes de Economia (e levada à vida profissional por jovens profissionais ainda imaturos) a respeito da identificação de correntes de pensamento econômico com correntes ideológicas.

Grosso modo, colocam a Economia Política na extrema-esquerda, devido à inspiração marxista. Sua bandeira de luta mais importante seria a defesa de uma distribuição de renda e propriedade mais igualitária. Antes, via acumulação de capital como dependente de um exército industrial de reserva. Hoje, em tempos de automação robótica, percebe o capital estar se descolando da exploração da força do trabalho e o pleno-emprego no capitalismo ser uma miragem distante. Reconhece também a estatização dos meios de produção muitas vezes ter levado a um regime totalitário, distanciando o socialismo realmente existente de sua idealização utópica.

Os pós-keynesianos são posicionados na centro-esquerda. Percebem a inflação ser devido ao conflito distributivo elevado, quando há crescimento até alcançar o pleno-emprego, e a oferta de moeda endógena se acomodar às necessidades das forças de mercado. Seria necessária uma política de rendas para combater essa inflação.

Os novos-keynesianos estão no centro, destacando as forças produtivas e monetárias serem inter-relacionadas e ser possível qualquer nível de emprego, devido à assimetria de informações, seleção adversa pelos credores e risco moral por parte de devedores. Uma política contrária ao racionamento

de crédito e outra de gastos públicos contra o ciclo recessivo seriam necessárias face ao “empoçamento da liquidez”.

A síntese neoclássica seria o pensamento econômico da centro-direita. Para ela, a distribuição de renda seria uma resultante natural de acordo com o modelo de equilíbrio geral e o desemprego seria um desequilíbrio temporário. Em curto prazo, a inflação apresentaria um trade-off com desemprego, mas em longo prazo se tornaria inercial. Alguns macro-controles ocasionais poderiam ser necessários muito brevemente.

Para o monetarismo I (Escola de Chicago) e II (novo-clássico), além da Escola Austríaca na extrema-direita, somente a moeda importa, porque o desemprego é assumido como resultante de ilusão monetária em curto prazo e natural em longo prazo. A inflação é um fenômeno monetário devido ao déficit público causado por política favorável ao pleno emprego. Sua estratégia contumaz é defender o livre-mercado através de uma política econômica de austeridade fiscal e “laissez-faire”. A ameaça recessiva manteria a credibilidade da política monetária do Banco Central - e a economia como refém.

Diante dessas linhas de pensamento econômico, devemos pensar na seguinte hipótese: caso em lugar do fragmentado sistema partidário brasileiro houvesse apenas uma opção binária como no segundo turno, ou melhor, como na prática do sistema partidário norte-americano entre os conservadores (Partido Republicano) e os progressistas (Partido Democrata), não teríamos muito mais simpatizantes deste bloco político a favor de tolerância com costumes sociais contemporâneos e contra os citados retrocessos do conservadorismo? Muitos tucanos liberais não se aliariam aos petistas social-desenvolvimentistas, lado a lado, contra a extrema-direita atualmente no poder?

O crescimento de uma frente ampla de oposição só ocorrerá da esquerda para o centro. Hábitos de convivência plural com antigos companheiros de luta contra a ditadura militar devem ser resgatados para sair das quatro décadas de estagnação econômica. Superada a estagflação, temos de enfrentar agora a *estagdesigualdade*.

Os liberais à americana, isto é, à esquerda (diferentemente dos neoliberais brasileiros aliados à direita) defendem as instituições independentes capazes de resguardar o primado da lei e os direitos das minorias. Os direitos individuais (e dessas minorias) e a vontade popular da maioria nem sempre andam juntos. Em defesa de uma democracia liberal, mecanismos institucionais de controle têm de impedir um populista de direita

acumular demasiado poder em nome de uma circunstancial maioria contra as minorias.

Embora os debatedores liberais e social-desenvolvimentistas apresentassem suas discordâncias em relação às avaliações de respectivos governos FHC, Lula e Dilma, o (pouco) dito sobre o presente (des)governo mostrou ser possível conciliar ambas visões em um programa comum de Frente Ampla de Oposição. Se não se dividirem pela discussão ainda rancorosa do passado e se unirem pensando no futuro do país, pode se partir de um diagnóstico aparentemente consensual expresso pelo Marcos Lisboa.

Depois de a economia brasileira ser a de maior crescimento no mundo até 1980, ela estagnou. São já quatro décadas de crescimento médio pífio. Depois da Grande Depressão de 2015-16, há três anos cresce em torno de 1% ao ano. É provável a renda per capita terminar a década atual sem nenhum avanço em relação à anterior.

Em vez de buscar “culpados” e/ou “bodes-expiatórios”, é necessário focalizar os grandes problemas: degradação da infraestrutura, deficiência da logística, economia muito fechada para obter a contrapartida em transferência de tecnologia da indústria 4.0, deterioração do ambiente de negócios desfavorável ao investimento no setor produtivo, estrutura tributária regressiva e excessivamente burocratizada, contencioso tributário do tamanho do patrimônio líquido de empresas não-financeiras, complexidade disfuncional das regras, das normas, das determinações, dos julgamentos. Empresas estrangeiras estão saindo do Brasil. Por causa da micro ou da macroeconomia?

Lisboa foi um dos principais responsáveis pelo avanço da agenda microeconômica no primeiro mandato do governo Lula. Baseados em sua experiência profissional, temos de contemplar suas sugestões para melhorar o ambiente de negócios, criar segurança para ocorrer o investimento em infraestrutura e logística, acertando a legislação tributária junto ao Congresso Nacional, para o país retomar um ritmo de crescimento sustentado.

Diz ele: “É possível mexer em medidas infra legais na mão do Poder Executivo. Na estrutura tributária, reduzir esse contencioso, essas interpretações criativas da Receita, simplificar obrigações acessórias. A agenda de reduzir várias restrições ao comércio exterior já poderia ter começado. Por fim, há a questão da governança do investimento em infraestrutura. Não se precisa esperar até grandes reformas. Há muita medida de desburocratização para simplificar, como protocolos de impacto ambiental mais claros”.

Os debatedores travaram, na verdade, um falso debate em torno da prioridade aos grandes temas da macroeconomia ou da microeconomia, assim como é falso o dilema entre o mercado interno ou o mercado externo no debate entre social-desenvolvimentistas e novos-desenvolvimentistas. A política macroeconômica de regulação da demanda agregada, ou seja, monetária, fiscal cambial, controle da mobilidade de capital, segundo Lisboa, não faz o país crescer. Importante seria a agenda institucional. Bastos e Mello contrapuseram uma visão keynesiano-desenvolvimentista. Quando há expectativa negativa generalizada por parte do setor privado, o gasto público tem de substituir o privado para o arranque inicial e depois sim fazer o ajuste fiscal.

Em uma visão holística da economia como componente de um sistema complexo, decisões práticas focalizadas nos principais elos de interconexões necessitam ser tomadas. A evolução virá com inovação ou ruptura. Quando houver interação entre agentes empreendedores, meio-ambiente institucional favorável e condições macroeconômicas adequadas voltarão então as variações dinâmicas com retroalimentação virtuosa. As propriedades emergentes das redes de relacionamento entre múltiplos comportamentos desenvolvimentistas de agentes privados e públicos implementarão uma auto-organização sistêmica em novo patamar de crescimento.

Capítulo 2

Atualidades Políticas

Cenário: Euforia dos Especuladores e Pânico dos Cidadãos

A mitificação da reforma da Previdência Social com a falsa promessa de um regime de capitalização à chilena soou como música para os ouvidos de O Mercado. A onda de otimismo fez o Ibovespa, índice referência do mercado acionário, renovar as máximas de forma consecutiva até superar a barreira dos 100 mil pontos.

A implantação de um regime de capitalização em lugar do regime de repartição se referia à recordação juvenil dos *Chicago's Oldies* ao servirem à ditadura chilena: uma bolha de ativos inflada (e posteriormente explodida), propícia ao enriquecimento de quem já detinha os poucos ativos existentes em resposta ao choque de demanda.

O “cisne negro” não era esperado pelo ex-banqueiro de negócios, czar atual do Ministério da Economia. Rodrigo Maia, presidente da Câmara de Deputados, nasceu no Chile, na época de exílio de seu pai, Cesar Maia, sendo registrado no consulado do Brasil em Santiago, o que o caracteriza brasileiro nato. Como filho de chilena sabe: lá, entre 2010 e 2015, 936 adultos maiores de 70 anos se mataram por conta da miséria (+/- US\$ 100 ou R\$ 400) na aposentadoria. Foi a maior taxa de suicídio de idosos do mundo.

Com o (falso) anúncio do projeto em favor do mercado de ações, quase 600 mil pessoas físicas ingressaram na especulação da bolsa de valores brasileira desde 2016 até junho de 2019. O número de investidores individuais ativos bateu um recorde histórico com 1,161 milhão (PF). Esse choque de demanda inflou uma bolha sem fundamentos macroeconômicos para justificar essa euforia. Apenas há *estagdesigualdade*.

É um mercado de ações muito concentrado e propício à “sorte do iniciante”. Este faz uma falsa associação a êxitos anteriores, projetando repetir os êxitos no futuro. Os primeiros lucros dão motivação para mais investir, mas obviamente nada tem a ver com sua capacidade individual, mas simplesmente por ter entrado em ciclo de alta.

Os investidores individuais são $\frac{3}{4}$ do gênero masculino, provavelmente, agressivos. Os investidores acima de 56 anos têm 24% das contas e 65% do valor total detido por Pessoa Física. O valor de mercado de apenas 332 empresas listadas na Bovespa, entre as 1040 sociedades anônimas existentes no Brasil, é de R\$ 4,022 trilhões ou US\$ 1.058,7 bilhões. O PIB brasileiro está

estimado em R\$ 7 trilhões, ou seja, um fluxo de renda bem superior (75%) a esse estoque de riqueza com baixa distribuição de dividendos.

As ações da maior sociedade aberta, Petrobras, detêm 9,32% da movimentação da Bovespa. As das cinco maiores, além da petrolífera, pela ordem, Itaú, Bradesco, Vale e Banco do Brasil, concentram 29,54%. São ações *blue chips*. As demais do grupo de dez maiores são Eletrobrás, JBS, Itaúsa, Braskem e Oi. Todas elas controlam 42,62%. Como as trinta maiores recebem 2/3 das ordens de compra e venda, as demais são tratadas como “*small caps*” (baixa capitalização). Logo, não possuem tanta liquidez.

O segmento de 123 mil clientes *Private Banking* com riqueza financeira per capita de R\$ 9,2 milhões tinha 20,6% em ações, sendo 14,2% diretamente e 6,4% através de fundos de terceiros ou exclusivos. Representava R\$ 237 bilhões do total de R\$ 1,151 trilhão retidos pelos ricos, em maio de 2019, antes de privatização das empresas estatais. Cada qual tinha, em renda variável, média per capita de R\$ 1.923.715,30.

Insensíveis ao ilusório futuro brasileiro, sem (bons) fundamentos, mas apenas devido ao anúncio da agenda de reformas modernizantes-conservadoras, os estrangeiros na bolsa brasileira executaram um roteiro de fuga de capitais. Foi como em um dos seus piores momentos na história. Em dezembro de 2015 eram detentores de 51% dos valores nela investidos; em junho de 2019 detinham bem menos: 45%. A saída de R\$ 11,5 bilhões da B3 no ano de 2018 e de R\$ 4,8 bilhões no primeiro semestre de 2019, foi a maior desde a crise financeira de 2008, quando os não residentes sacaram R\$ 24,2 bilhões.

Em contrapartida à inércia da equipe do capitão perante à estagnação econômica, no segundo trimestre de 2019, estavam 28,5 milhões de pessoas de 14 anos ou mais de idade subutilizadas. Eram 12,8 milhões desocupadas, 7,4 subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e 8,3 milhões apenas compondo a força do trabalho potencial, divididas entre 4,9 milhões de desalentados e 3,4 milhões de não desalentados. A taxa total de subutilização da força do trabalho era 25%, crescente desde o 4º trimestre de 2014, quando era 14,9%, e lá se encerrou a Era Social-Desenvolvimentista.

Quando se verifica a distribuição da desocupação por nível de instrução, 10,4% dos desocupados tinham curso superior completo, enquanto 39% tinha até o ensino médio completo 20,4% só tinham o fundamental incompleto. A importância do nível da escolaridade da população fica evidente quando se vê a taxa de desocupação, entre o primeiro trimestre de 2012 e o de 2019, ter se elevado de 4,3% para 6,9% para os detentores de

ensino superior completo, de 9,5% para 14,5% (dobro) para os de ensino médio completo e de 13,6% para 22,1% (triplo) para os de médio incompleto.

Pela correlação entre desemprego e renda mensal familiar, entre as pessoas da classe E com renda até R\$ 1.100 (mediana dos rendimentos da população ocupada), 30,7% estavam desempregadas no fim de 2018. Enquanto isso, as pessoas pertencentes às Classes A e B (10% do total) com renda mensal familiar acima de R\$ 7.278, tinham taxas de desemprego, respectivamente, de 3,3% e 3,8%.

O atraso no fluxo de oferta de empregos, entre outros motivos pelo atraso educacional brasileiro, é o grande “desequilíbrio interno”. O outro círculo vicioso passou, de certa forma, por um *feedback* de balanceamento, impedindo-se explodir a inflação. O atraso no fluxo de alimentos, devido às secas nos primeiros trimestres de 2013 a 2016, não se repetiu na estação chuvosa de 2017 e 2018. Quando aconteceu, novamente, no primeiro trimestre 2019, a economia brasileira já estava “rastejante” com uma estagnação após a Grande Depressão de 2015-16.

Em outros termos, a taxa de inflação esteve abaixo do teto da meta inflacionária desde 2005, só ultrapassando este por conta do choque “levyano” em 2015. Foi resultante de tratamento de choque do ministro da Fazenda neoliberal, Joaquim Levy, em busca de reequilíbrio de preços relativos. Devido ao choque tarifário, a inflação de preços administrados (24,4%) atingiu 18,07% em 2015, caindo para 5,50% no ano seguinte, 8% em 2017 e 6,22% em 2018. A inflação de preços livres (peso 75,6%) caiu de 8,51% em 2015 para 6,54% em 2016, 4,52% em 2017 e 3,34% em 2018.

Quanto ao “desequilíbrio externo”, no período 1995-2019, só ocorreram déficits no balanço comercial de 1995 a 2000 e em 2014. O superávit no balanço de transações correntes de 2003 a 2007 foi inédito na história econômica moderna do Brasil. Mas, em 2017 e 2018, os déficits em transações correntes foram diminutos, respectivamente, -0,4% e -0,8% do PIB. Os investimentos diretos estrangeiros no país os cobriram.

A participação da exportação brasileira no total mundial entrou em tendência de queda desde 2011 (1,43%), quando em setembro explodiu a “bolha de commodities”, até 2018 (1,09%), com conseqüente queda dos termos de troca de 129% para 109% no período. A depressão/estagnação pós 2015 levou a importação a crescer menos. Em *índices de quantum* (com o ano-base em 1994 igual a 100), o da exportação atingiu 318 e o da importação 372, em 2018. A dedução é a evolução dos *índices de preços* (com a mesma base fixa) das exportações (173) e das importações (147) ter sido favorável à pauta comercial brasileira.

Os valores da exportação de manufaturados superaram os dos básicos até 2008. A partir da crise mundial, inverteu: os valores da exportação dos básicos se tornaram superiores. Alguns economistas “apressadinhos” correram para denunciar “a reprimarização da pauta de exportação brasileira”. Lego engano, embora a participação de sete commodities (complexo de soja, petróleo, minérios, complexo de carne, celulose, açúcar e café) tenha atingido 50,2% no total da exportação em 2018, outras cinco exportações industriais (material de transporte, metalúrgicos, químicos, equipamentos mecânicos, elétrico-eletrônicos) atingiram 29,7%. Se considerarmos petróleo (exportado pela Petrobras) e minérios (principalmente pela Vale) como exportações da indústria extrativa, o número de produtos industriais seria superior, demonstrando a economia brasileira ser diversificada em termos produtivos. Manufaturados (36,2% em 2018) e semimanufaturados (12,8%) representam a metade da composição das exportações.

Quanto à participação das exportações industriais por intensidade tecnológica, as de alta tecnologia em 2018 foram apenas 4,2%, as de média-alta 16,2%, as de baixa 23,3%, as de média-baixa 15,2%. Os restantes 41,1% da pauta eram produtos não industriais.

O país tem déficit comercial em alta (exceto em aviação e aeroespacial), média-alta e média-baixa tecnologia. Em produtos de baixa tecnologia, o superávit em alimentos, bebidas e tabaco, além de madeiras e/ou derivados em papel e celulose, compensa os déficits dos demais, obtendo um bom superávit comercial como saldo líquido.

A cadeia produtiva globalizada em veículos automotores e aviões, além do peso dos químicos, comprovam a importância de o país fazer uma maior abertura externa, aumentar a competição entre corporações globais, e ingressar em blocos regionais de comércio. Processo de substituição de importações nunca foi autárquico. O protecionismo hoje é um atraso histórico. A esquerda deve criticar o capitalismo de compadrio e defender maior competição da comunidade face ao mercado e ao Estado.

A economia brasileira não está com problema no balanço de pagamentos. Hoje, o petróleo é o segundo maior produto na pauta de exportações do país. A produção de petróleo no Brasil deve passar dos atuais 2,7 milhões de barris diários para 3,756 milhões de barris diários em 2023, de acordo com projeções da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Especialistas apontam para daqui a 15 anos se dobrar essa produção. O Brasil será uma economia de exportação de petróleo.

Crise cambial, como se tinha no passado, deixou de ameaçar. A inflação é muito ligada à taxa de câmbio. Então, o maior problema é o da

desocupação. A prioridade da política econômica deveria ser a retomada do crescimento da renda e do emprego - e não ajuste fiscal, o chamado “austericídio”. Houve um atraso para entrar na Era dos Juros Baixos.

O Brasil é uma “colônia” dependente de tecnologias estrangeiras por conta da baixa prioridade concedida à Educação e à Pesquisa & Desenvolvimento. Notavelmente, agora com a casta de militares e a subcasta de sabidos-pastores evangélicos no Poder Executivo, essa política pública prioritária está vilipendiada. Os cidadãos conscientes sentem pânico pelo retrocesso civilizatório, inclusive com ataques aos direitos civis conquistados após os anos de ditadura de 1964 a 1984. Reagirão com a reorganização da sociedade civil como ocorreu antes para derrubar o regime militar.

Tendência de Regressão Histórica da Nação

Os psicólogos usam o termo “regressão” para definir um retorno a um modo de pensar ou de comportar-se normalmente característico de um período anterior da vida. Já “retrocesso” é um termo utilizado para caracterizar o ato ou o processo de recuar, retroceder, voltar no mesmo caminho antes percorrido. Representa simbolicamente um retorno a um período passado, no caso atual, ao regime militar brasileiro (1964-1984), anteriormente considerado ultrapassado em relação a época presente.

O presidente nomeado pelo capitão para a Petrobras é o Roberto Castello Branco e o do Banco Central Roberto Campos Neto. Será recriado o Departamento de Ordem Política e Social - DOPS para nomear como diretor alguém chamado Sérgio Fleury Junior?

Contraditoriamente, porque se confessou ignorante em Economia, o presidente eleito afirmou: “quem ferrou o Brasil foram os economistas”. Bem antes da subcasta dos economistas, desde a colônia portuguesa nas Américas, se constituiu a casta dos guerreiros-militares e ela não tornou o futuro nacional promissor. A profissão de economista foi reconhecida em 1951, mas se massificou durante a ditadura militar. Por isso, o militar repete o erro: “caça os inimigos” e dá novamente “carta-branca” a um economista. Aliás, agrava intensamente o erro, porque o “posto Ipiranga” (PI) centralizará todo o poder governamental em um superministério de Economia.

Já tirou da tumba os “*Chicago boys*” da Era Pinochet na sanguinolenta ditadura militar chilena. Há uma combinação histórica entre os militares e a Escola de Chicago. No caso brasileiro, os monetaristas passam por reciclagem na FGV-Rio e nos bancos de negócios.

Cirurgicamente, estão nomeadas “raposas para cuidar do galinheiro”. Os novos dirigentes das principais empresas estatais (BNDES, BB, Caixa, Petrobras, etc.) são nomes do mercado de compra-e-venda de ativos com passagens pelo antigo banco Bozano, Simonsen, BTG Pactual e Brasil Plural. São todos economistas egressos de Chicago e da FGV-RJ. Por exemplo, para presidir o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), foi escolhido o economista Carlos Von Doellinger (ex-FGV). Ele também prestou serviços à ditadura militar, quando foi secretário da Comissão de Programação Financeira entre 1980 e 1983, órgão antecessor da Secretaria do Tesouro.

Para quem foi estudante sob o Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, definindo infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, estamos revivendo um pesadelo. Um colombiano foi escolhido Ministro da Educação por ser adepto da Escola Sem Partido. Foi indicado para o posto pelo ex-astrólogo Olavo de Carvalho, guru intelectual da Nova Direita Brasileira, e aceito pelo pastor Silas Malafaia. Este pastor pentecostal, ligado à Assembleia de Deus, tinha vetado a indicação anterior com uma censura ideológica. Ele é conhecido por sua crítica a temas como direitos dos homossexuais e direito ao aborto, bem como por defender a Teologia da Prosperidade.

Olavo de Carvalho, um perfeito idiota, mas indiferente ao mal feito à sua reputação e aos brasileiros, dita ordens lá de sua matriz nos Estados Unidos. Ele fez também a indicação de um diplomata fundamentalista, promovido há pouco tempo e sem nunca ter chefiado embaixada no exterior, para Ministro das Relações Exteriores.

Divide o Itamaraty assim como os demais indicados com a missão de destruir, privatizar e/ou desnacionalizar as instituições estatais. Todos sofrem a repulsa das respectivas corporações profissionais. Um servidor público com consciência de sua missão social estará bem-disposto a servir quem vai destruir o futuro autônomo da Nação brasileira? E, ao mesmo tempo, “roubar seu ganha-pão”?

A “privataria tucana” parecerá “brincadeira de criança”, espécie de ensaio neoliberal para o mal anunciado a vir por aí. Todos os democratas unidos - e não divididos por razão eleitoral - necessitam colocar prioridade na defesa da liberdade de expressão da imprensa e da liberdade de cátedra. Cobrar do STF (Supremo Tribunal Federal) o julgamento da inconstitucionalidade de leis para implantar a Escola Sem Partido. Teremos de ser vigilantes quanto aos crimes lesa-pátria e investigativos a respeito da privatização. Será uma luta de resistência similar à da época da ditadura militar.

Daron Acemoglu e James Robinson, autores do livro “*Por que as Nações fracassam?*”, chamam de instituições econômicas extrativistas as capturadas por grupos de interesses das castas, cujas propriedades são opostas às daquelas ditas “inclusivas”. Elas têm como finalidade a extração da renda e da riqueza de um segmento da sociedade para benefício de outro. Têm correspondência com instituições políticas.

As instituições políticas extrativistas permitem a concentração de poder em uma aliança entre a casta dos militares e a casta dos mercadores-financeiros, especialistas em comprar patrimônio público barato para revender mais caro aos investidores estrangeiros. As bancadas temáticas tiram todas as restrições ao exercício desse poder.

O propósito é enriquecer todos os parceiros, inclusive a subcasta dos sábios pastores evangélicos, cuja riqueza e poder econômico ajudam a consolidar seu domínio político. As demais castas - trabalhadores organizados e sábios criativos e intelectuais - ficam à margem desse arranjo. Necessitam se opor em nome da tolerância mútua, liberdade religiosa e demais valores necessários para vigorar um Estado laico.

O tempo é irreversível. Porém, nações podem sofrer regressão histórica e fracassar. Temos um exemplo, ao lado, na outrora rica Argentina. Relembremos brevemente.

O Império Espanhol subordinou o potencial econômico do território argentino à riqueza imediata das minas de ouro e prata na Bolívia e no Peru. O Vice-Reino do Peru o representava até a criação do Vice-Reino do Rio da Prata em 1776, com Buenos Aires como sua capital. Buenos Aires repeliu duas invasões britânicas em 1806 e 1807.

Os ingleses buscavam apossar-se das riquezas naturais e dos produtos primários argentinos, como a lã, o couro e a carne. Coerentemente com a nova consciência nacional dos argentinos, não tinha sentido lutar contra as invasões britânicas e permanecer sob o domínio espanhol. A revolução de maio de 1810 instituiu um governo local. Em 1816, o Congresso de Tucumán formalizou a Declaração de Independência.

A onda maciça de imigração europeia no fim do século XIX, menor apenas se comparada à dos Estados Unidos, em 1908 já tinha colocado o país como a sétima nação mais próspera do mundo. De 1870 a 1910, tanto as exportações argentinas de trigo quanto as exportações de carne congelada colocaram a Argentina como um dos cinco maiores exportadores mundiais. Sua rede ferroviária aumentou de 503 km para a 31.104 km. Aprimorada por um novo sistema de ensino público, obrigatório, livre e secular, a alfabetização disparou de 22% para 65%. Era um nível muito superior ao da maioria das

nações latino-americanas. A renda per capita entre 1862 e 1920 passou de 67% da dos países desenvolvidos para a igualar.

Em 1865, a Argentina já era uma das 25 nações mais ricas e, em 1908, ultrapassou a Dinamarca, o Canadá e os Países Baixos para chegar ao 7º lugar, atrás somente da Suíça, Nova Zelândia, Austrália, Estados Unidos, Reino Unido e Bélgica. A renda per capita da Argentina era 70% superior ao da Itália, 90% superior ao da Espanha, 180% superior ao do Japão e 400% superior ao do Brasil. Hoje, segundo o FMI, é inferior à do Brasil.

Embora tenha ocorrido forte desenvolvimento de indústrias locais na década de 1920, uma parte significativa do setor manufatureiro continuou a ser intensiva em mão-de-obra na década de 1930. Em 1930, um presidente eleito por sufrágio universal masculino e secreto, promulgado em 1912, foi expulso do poder pelos militares. A Argentina permaneceu entre os 15 países mais ricos até meados do século XX, mas este golpe de Estado marca o início de um declínio econômico e social constante. Empurrou o país de volta ao subdesenvolvimento. Outros golpes militares buscaram proscurever o peronismo nacionalista e populista em nome do excesso de gastos para obter “finanças públicas sadias”. No entanto, os peronistas se mantiveram na luta. Polarizados, o desenvolvimentismo trabalhista e o neoliberalismo entreguista se revezam no poder. Administram a progressiva decadência da Nação argentina.

Infelizmente, este é hoje o cenário pessimista antevisto também para o Brasil: uma Nação a caminho do fracasso histórico. Isto não significa ninguém ganhar, pelo contrário, o banqueiro de negócios fará o que sabe fazer - e tem carta-branca para isto: propiciar bons negócios para “os parças”, parceiros dos bancos de investimentos.

Os eufóricos em comprar o Brasil barato, porém, cometem um erro ao avaliar a possibilidade de vender mais caro mais adiante. O País pode entrar em um processo de regressão histórica *à la* Argentina. Será irreversível com a privatização das instituições desenvolvimentistas e a desnacionalização do petróleo. Haverá o risco real da chamada “doença holandesa”: com superávit volumoso em exportação de recursos naturais, entre os quais o petróleo já desnacionalizado, o extrativismo gerará uma apreciação da moeda nacional, isto é, queda da taxa de câmbio. A indústria brasileira permanecerá só com sua baixa intensidade tecnológica ligada a recursos naturais: alimentos, têxtil, etc. e com montadoras de componentes importados: maquiladora tipo indústria mexicana. Hoje parece ser este o destino da pátria da elite sonegadora *à la* Neymar ou Carlos Ghosn.

Distopia Brasileira

Ano de 2022. Os Estados Unidos do Brasil comemoram ter trocado as 27 estrelas de sua bandeira por apenas uma. Não cabia a 51ª. estrela na dos Estados Unidos da América. Oficialmente declarado Estado Livre Associado do Brasil, passou a ser um território não incorporado dos Estados Unidos das Américas (s acrescentado), localizado na América do Sul. Acima da Pátria, só Deus - e acima de todos os EUA. Abaixo a independência!

Seus habitantes não possuem representação no Congresso e não participam das eleições presidenciais norte-americanas. Ao mesmo tempo, os brasileiros ganharam o status de cidadãos norte-americanos, sujeitos ao serviço militar e às leis federais, porém, têm o impedimento de lá trabalhar, dado o excesso de latinos em disputa de vagas de trabalho manual mal remunerado.

O governador brasileiro continuará a ser nomeado para um mandato de quatro anos dentro da dinastia estabelecida pelo clã Bolsonaro. Garantidos pelo menos mais três mandatos, o único dissidente do regime evangélico-militar foi o midiático ministro da Justiça, dado seu projeto de ser tornar governador desta colônia norte-americana. Um providencial encarceramento na República de Curitiba o levará à voluntária autocrítica.

De 2018 a 2022, a política brasileira foi dominada por um partido defensor da associação voluntária com os EUA. O PSL, favorável à transformação do Brasil em estado norte-americano, ganhará certamente pelo menos mais três nomeações para governador. Aliás, sistema partidário é uma excrescência, dada sua demasiada quantidade, fragmentado em excesso, tornou-se uma superfluidade. Desequilibra a harmonia de um todo dominado pelas quatro bancadas de interesses (BBBB) sem fidelidade partidária.

Desde a campanha de 2018, o projeto foi apresentado, de maneira límpida, tornando desnecessária a perda de tempo em debatê-lo: criar um quadrúpede chamado Brasil apoiado por quatro patas. Para ganhar a eleição, as duas patas dianteiras: bíblia e bala, tendo na retaguarda o boi e a banca. Para governar, trocam de posições, adiantando-se o agronegócio e os bancos de negócios, e colocando o projeto sob a garantia ou do evangelismo ou do armamentismo. As quatro bancadas foram contempladas.

Assim se montou o ministério com uma fácil equação política cartesiana. Dividiu-se o aparelho do Estado brasileiro em quatro: toda a economia sob a casta dos mercadores-financistas, exceto o agrobusiness, porque ninguém tasca os ruralistas. Colocou sob esses até a secretária da concentração fundiária com o vice-ministro presidente da UDR. Coisa de gênio, assim como foi nomear as raposas especialistas nos seus respectivos

galinheiros para o desmanche dos bancos públicos. Cuidou-se de detalhes com requintes de cruel sabedoria ao escolher um astronauta para pairar acima da C&T (Ciência e Tecnologia), um fundamentalista pró-Trump em defesa da soberania norte-americana sobre o Ocidente quicá o mundo, um adepto da Escola Sem Partido como ministro da Deseducação. O aparelho de segurança, naturalmente, ficou sob a casta da farda e a casta da toga, para atuarem em dobradinha.

Comparando com o quadro existente em 2018, deu-se continuidade à tendência de regressão histórico-social do impopular governo anterior. Temer ficou! Deixou suas marcas indelévels na história brasileira: corte dos direitos trabalhistas e imposição de corte de gastos públicos para os vinte anos seguintes! Atendeu a quase todos os reclamos dos mercadores-financistas, exceto o corte de direitos previdenciários por um detalhe de má-fé do ex-procurador geral da República: a gravação de uma conversa não-republicana, confidencial e de fórum íntimo entre o (i)legítimo presidente da República e um reles corruptor insistente em suborná-lo na calada da noite.

O fim do polarizado ciclo eleitoral e a expectativa concretizada de o novo presidente formar uma equipe econômica de velhos chicagões com viés ultraliberal e reformista (leia-se privatizante) agradou a O Mercado. Mas mesmo com o cenário doméstico cercado de expectativas positivas para os especuladores devido à mitificação da reforma da Previdência Social, com impacto sobre a bolsa de valores, houve grande volatilidade nela por conta de turbulências internacionais. A queda do preço do petróleo, a guerra comercial entre EUA e China, a política monetária do FED (banco central americano) e o ritmo de desaceleração das duas maiores potências econômicas mundiais desiludiram os investidores em relação ao risco Brasil. Repatriaram o capital-motel, inclusive para “rebalancear” o portfólio face a essa aversão ao risco.

Em contrapartida, o Investimento Direto no País (IDP) registrou US\$ 88,3 bilhões, bem acima do déficit no balanço de transações correntes de 0,8% do PIB em 2018. As operações do tipo empréstimos intercompanhia eram fruto de decisões estratégicas de longo prazo para controlar a exportação dos recursos naturais e o mercado interno brasileiro através das montadoras industriais. Entre 2016 e 2017, a rentabilidade média do estoque de investimentos diretos no país mantido sob a forma de participação no capital subiu a 5,3%, depois de uma queda a 2,1% em 2015.

Mas seguia inferior à rentabilidade entre 6,8% e 9,1% observados entre 2010 e 2013, antes de o país entrar em grande depressão com o processo golpista. Para comparação, os investimentos diretos feitos por brasileiros no exterior tiveram retorno de 4,8% em 2017. Os EUA eram o principal país de origem dos investimentos diretos, com 22% do estoque de IDP sob a forma de

participação no capital. A Espanha tinha 12%, e a Bélgica, 10,4%. A China ainda era o nono maior investidor e respondia por 3,9%.

Em vez de convencer à China fazer investimentos na infraestrutura brasileira, interessada potencial por ser o destino de 26,8% das exportações brasileiras, os adeptos do fundamentalismo evangélico de origem norte-americana pretenderam tomar partido no conflito comercial com os Estados Unidos. Quase metade (47,7%, ou US\$ 47,3 bilhões) dos produtos básicos brasileiros em grãos, carnes e minério foi para o país asiático no acumulado até outubro de 2018. Os chineses aumentarem sua vantagem como maior parceiro comercial do Brasil. Os EUA, segundo lugar nas exportações, tinham menos da metade: 12%. Sem pragmatismo, o governo ideológico colocou sua anacrônica doutrina anticomunista acima dos interesses comerciais.

Outro destaque negativo foi, em 2017, as três esferas de governo investirem o equivalente a 1,16% do PIB, o menor nível da série iniciada em 1947. Entre 2000 e 2017, a média anual do investimento público no Brasil foi de apenas 1,92% do PIB, a segunda mais baixa entre um grupo de 42 países. No período, apenas na Costa Rica o governo investiu menos (1,87% do PIB) em relação à média dos 42 países (3,51% do PIB), atingindo 5,3% do PIB na Estônia. A base de dados compilada pela OCDE referia-se a gastos da União, Estados e municípios, sem investimentos de empresas estatais.

A retomada da infraestrutura passa necessariamente pela revisão do teto de gastos públicos, regra impeditiva da ampliação dos investimentos além da variação da inflação de um ano para o outro. O Estado brasileiro perdeu assim a capacidade de investimento. Porém, a subcasta da banca de negócios insiste em manter a PEC do teto de gastos, justificativa para a privatização das estatais para seus parceiros comprarem barato e revenderem um pouco mais caro para os estrangeiros. Desnacionalizam a soberania das decisões.

Os investidores financeiros - gestoras, fundos de investimento, fundos de pensão - ambicionam papel mais relevante na infraestrutura, apostando em energia, rodovias, portos, entre outros bons negócios de compra e venda em privatizações. O saneamento, entretanto, é deixado de lado, mesmo com grande necessidade social para a saúde pública. Quem investe sofre com a pulverização, as questões regulatórias e o risco elevado como principais problemas nessa área.

Mas esta distopia revela uma “solução perfeita”! Com a maior mortandade e a queda da esperança de vida no Brasil, o livre-mercado leva à autorregulação do problema da Previdência Social: os pobres idosos se aposentam... e se matam!

Impessoalidade no Trato da Coisa Pública

Só fui aprender esse termo jurídico - “impessoalidade”: qualidade, caráter ou condição de impersonalidade - quando estive em Brasília na alta administração de um banco público, a vice-presidência de Finanças e Mercado de Capitais da Caixa Econômica Federal, entre janeiro de 2003 e junho de 2007. Eu antes o entendia como a ausência de originalidade ou banalidade.

Aí está uma contradição no próprio termo: todo eleito como presidente quer, pelo contrário, deixar “sua marca na história do Brasil”. Em princípio, deseja sua personalidade ser reconhecida pelas próximas gerações. E não ser jogado na “lata-de-lixo da história”, onde encontrará muitos antecessores.

Nem sempre o eleito (e muito menos o nomeado) é um estadista. Este é uma pessoa versada nos princípios ou na arte de governar. É pessoa ativamente envolvida em conduzir os negócios de um governo ou moldar a sua política como um verdadeiro homem de Estado. Exerce liderança política com sabedoria e sem limitações partidárias.

Outra contradição é esta: os militantes partidários de sua campanha, em geral, almejam uma “boquinha” poderosa, senão se locupletar, ou seja, se tornar rico ou mais abastado, pelo menos enriquecer a família, o clã e/ou sua dinastia. O nepotismo é o favoritismo pelo poder público para com parentes. O familismo brasileiro acha justo, quando alcança aquilo visto como o maior Poder da República, deixar de ser republicano!

Visa, muitas vezes, apenas tornar-se cheio de riquezas. Cumular, encher-se, abarrotar-se de dinheiro público - ou de dinheiro privado em nome de “troca de favores”.

A República, diferentemente da tradição das Monarquias dinásticas, é uma forma de governo onde o Estado se constitui de modo a atender o interesse geral dos cidadãos. Nela, o povo deve ser soberano, governando o Estado por meio de representantes investidos nas suas funções em poderes distintos de autocontrole: Poder Legislativo, Poder Executivo, Poder Judiciário. Aqui, o político profissional acaba se submetendo à soberania popular apenas durante os anos eleitorais. Esquece-se do dever de o país ser governado como uma comunidade com interesses comuns e cooperativos.

O Princípio da Impessoalidade é um dos princípios pelos quais se rege o Direito Administrativo. Pois é, eu me formei em Economia e nunca tive aulas sobre esse ramo do Direito Público. Ele tem como finalidade garantir a satisfação do interesse coletivo. Era obrigatório ter apenas uma Introdução ao

Direito Comercial, como todos os economistas fossem formados para trabalhar para O Mercado.

Em sua essência, aquele Princípio diz respeito à necessidade de o Estado agir de modo imparcial perante terceiros, não podendo beneficiar nem causar danos a pessoas específicas, mas visa sim atender à comunidade ou a um grupo amplo de cidadãos, em especial os mais carentes de apoio - e não os mais ricos “desnecessitados”.

Os atos dos servidores públicos são imputados ao órgão ao qual pertencem. Ele tem de se assumir como um representante, porque o ato de um agente é, na verdade, o ato de um órgão público ou uma empresa estatal. Por exemplo, estava sob minha responsabilidade a administração da Tesouraria (recursos próprios) da Caixa. Pela estratégia elaborada, em período quando a taxa de juro Selic atingia 26,5% aa, éramos tomadores de recursos para fazer operações compromissadas e acumular lucros capazes de compensar o financiamento de habitações de interesse social no ponto de equilíbrio praticamente sem lucro. Eram 2/3 dos ativos do banco: bilhões de reais.

Todas as operações eram gravadas, filmadas, e completadas pelo *back-office*, depois do aval do *compliance* (conformidade jurídica), instalado na sala da Tesouraria. Lá só entravam os operadores sob minha autorização (eu respondia perante o Banco Central) e, na minha ausência, do Tesoureiro. Recomendaram-me logo: eu seria convidado para almoços de negócios, mas nunca deveria comparecer sozinho. Sempre deveria estar acompanhado de uma “testemunha” com relacionamento profissional e não pessoal.

A impessoalidade na Administração Pública não permite os agentes públicos concederem privilégios a poucos em desfavor do interesse majoritário da coletividade e impede os agentes públicos se valerem da coisa pública, isto é, dinheiro público e dos bens públicos. Ora, é o oposto do anunciado pelo centralizador responsável pelo superministério da Economia ao nomear seus pares de bancos de negócios para administrar bancos públicos. *Ops*, ato falho, fazer o melhor para seus parceiros: vender bons bocados de patrimônio público! São “raposas no galinheiro”!

Sem debate público-eleitoral, não se pode afirmar esse programa de total privatização ter sido aprovado, conscientemente, pela maioria (55%) do eleitorado. Pesquisas apontam a maioria dos brasileiros ser a favor da intervenção estatal. Eles votaram no eleito mais por apoio a costumes conservadores e mal informados (também malformados) por rede social. O país sofre por sua má educação. A burrice ganhou.

De acordo com o imaginário social dos comuns é concedido aos agentes, órgãos e pessoas integrantes da Administração Pública certas prerrogativas pessoais capazes de reger a vida social. Todavia, os cidadãos administrados também são dotados de direitos capazes de impedir ações arbitrárias cometidas pela autoridade em favor de sua família e/ou de seus pares, sejam corporativos, sejam empresariais.

Desconhecida por muitos, a Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu art. 37, traz alguns princípios norteadores da Administração Pública direta e indireta. São eles: o da legalidade, da impessoalidade, da moralidade administrativa, da publicidade e o da eficiência. Esta visa conseguir o melhor rendimento com o mínimo de erros e/ou de dispêndio de energia, tempo, dinheiro ou meios. A transparência é fundamental.

A eficiência exige uma pessoa ser apropriada ou ideal para determinada função, operação, objetivo, etc. Tudo isso exige a manutenção da tolerância mútua entre os adeptos das diversas doutrinas existentes na sociedade. No entanto, o ex-militar eleito nomeou com excessivo apego à sua doutrina evangélica fundamentalista e à aplicação rígida de seus princípios morais conservadores ou ante modernizantes.

A República brasileira, desde sua instalação em 1889 por militares positivistas, não pertence ao clero nem a uma ordem religiosa. Justifica-se assim ser hostil à influência, ao controle de qualquer religião sobre a vida intelectual e moral, sobre as instituições e os serviços públicos. Em uma Nação multiétnica com diversas religiões e deuses, o Estado laico tem de ser independente em face do clero ou pastores, ou seja, de toda confissão religiosa, em tudo aquilo relativo à vida civil. Ele é secular porque é próprio do “século”, no sentido de “mundo”, não se adequa à nenhuma Igreja. É profano, temporal, mundano, laical. É pertencente ao século presente, portanto, não pode ser regressivo.

Nomenclatura se refere ao ato de nomear. Na antiga Roma, era o ato de ensinar a um pretendente de favores os nomes dos cidadãos importantes, para ele poder lhes saudar, chamando-os pelo nome - e solicitando favores pessoais ou familiares. Na ex-União Soviética, Nomenclatura era o conjunto dos indivíduos, especialmente do Partido Comunista, dentre os quais eram indicados os ocupantes para os altos cargos no governo e nas empresas.

A mídia classificou a nomeação pelo governo, cuja hegemonia político-eleitoral era do PT, de “aparelhamento”. Era a ocupação e o controle, por exemplo, de empresas estatais de economia mista ou setores da administração pública por representantes de interesses corporativos e partidários. E agora, no caso da direita, é o que?!

Inversamente, na meritocracia há o predomínio em uma sociedade ou organização daqueles detentores de mais méritos no sentido dos mais trabalhadores, mais dedicados e/ou mais bem-dotados intelectualmente. Na Universidade, há um sistema de recompensa e/ou promoção hierárquico fundamentado no mérito pessoal. É atestado por títulos obtidos em defesas de teses originais perante bancas julgadoras.

Na Administração Pública brasileira é necessária também a predominância da meritocracia, seja em governo de esquerda ou de direita. O mérito é a questão central em uma pendência, exige um conjunto de fatos e provas capazes de orientar a formação de um juízo administrativo por merecimento - e não pelo popular QI: Quem Indica.

Um líder autêntico tem de ser espécie de mentor intelectual capacitado para mesclar em sua equipe diversos tipos de inteligência dos seres humanos, tanto lógico-matemática ou científica, típica de QI (Quociente de Inteligência), quanto a QE (Quociente Emocional) com capacidade de autoconhecimento intrapessoal e espírito de equipe interpessoal. É o contrário do critério não técnico, adotado pelo eleito, de só nomear neoliberais, antipetistas, fundamentalistas evangélicos, adeptos da Escola Sem Partido, os contra a globalização cultural, todos ambiciosos de universalização de seus credos particulares através de sua imposição ao Estado brasileiro e, daí, a todos os cidadãos.

As decisões tomadas pela Administração Pública têm sempre visar o interesse público da população, garantindo diversas liberdades, como o direito de expressão. Desta forma, garante a igualdade e impede qualquer tipo de favorecimento a si próprio, ou à sua família, à sua religião e à sua corporação. Impessoalidade acima de tudo!

Neocolonialismo: Submissão Voluntária ao Império Norte-americano

O Partido Republicano nasceu progressista como um partido oposto à expansão da escravatura nos novos territórios. Inspirou-se no republicanismo dominante durante a Revolução Americana (1775- 1783): Guerra de Independência contra a Inglaterra. Foi fundado por abolicionistas, modernistas, *ex-Whigs* e *ex-Soilers* livres em 1854.

Os republicanos dominaram a política nacional dos EUA através de maioria nos estados do Norte durante a maior parte do período entre 1860 e 1932. Houve 19 presidentes republicanos, sendo o primeiro Abraham Lincoln (1861-1865). Durante a Guerra Civil, quando saiu vitorioso contra o Sul escravista. O mais recente é o bilionário conservador e mentiroso, Donald

Trump, após vencer as eleições de 2016. Colocou os republicanos de volta na presidência depois de oito anos do presidente democrata Barack Obama.

Para entender como dois caipiras alcoólatras, como Bush e Cheney, ascendem ao Poder Executivo norte-americano entre 2001-2008, vale conhecer brevemente todas as tendências do Partido Republicano. Nos Estados Unidos, praticamente, domina um sistema bipartidário, diferentemente da imensa fragmentação partidária brasileira.

A plataforma do Partido Republicano tem como base fundamental o conservadorismo norte-americano. Ao contrário, os membros do Partido Democrata defendem políticas liberais no sentido usado nos EUA para descrever os defensores de políticas intervencionistas voltadas à socialdemocracia ou ao liberalismo social em costumes.

O liberalismo clássico-conservador é defendido pelos republicanos Sua plataforma envolve o apoio ao capitalismo de livre mercado, à livre iniciativa, ao conservadorismo fiscal, a uma forte defesa nacional, desregulamentação e restrições aos sindicatos. Além de defender essas políticas econômicas neoliberais, o Partido Republicano é socialmente conservador ao defender a manutenção de valores tradicionais, baseados principalmente na ética judaico-cristã, em particular, do evangelismo pentecostal.

Antes, desde a sua fundação até a década de 1930, estava fortemente comprometido com o protecionismo e as tarifas, quando se baseava no Nordeste industrial e no Centro-Oeste. Após 1952, houve uma reversão contra o protecionismo. O apoio central do partido, a partir do governo neoliberal de Ronald Reagan, vem principalmente do Sul, das Grandes Planícies, dos Estados de Montanha e dos distritos rurais do Norte.

Eleitores com esse perfil conservador se concentram em estados do Sul, como Geórgia, Carolina do Sul, Carolina do Norte, Alabama, Mississippi, Louisiana, Kentucky, Tennessee, Virgínia (região conhecida como *Bible Belt* ou “Cinturão da Bíblia”), no Meio-Oeste em estados como o Texas, Virgínia Ocidental, Missouri, Kansas, Arkansas, Iowa, Nebraska, Dakota do Sul e Dakota do Norte, e Oeste do país em estados como Utah, Arizona, Wyoming, Idaho, Montana e Colorado.

Segundo o Wikipedia, o Partido Republicano norte-americano está dividido em diversas facções:

1. *direita cristã*: composta por eleitores protestantes, católicos conservadores, judeus ortodoxos e mórmons, contra o aborto, casamento gay, pesquisas em célula-tronco e eutanásia;

2. *conservadores sociais*: como a direita religiosa, são defensores dos valores morais e da família tradicional, mas não são necessariamente religiosos, agem independentemente de suas comunidades religiosas ou de seus líderes religiosos - os ex-presidentes Ronald Reagan, George H. W. Bush e George W. Bush são desta ala;
3. *conservadores fiscais*: defendem o direito a propriedade privada, o Estado-mínimo, a redução ou o corte de impostos, privatizações e o fim de programas sociais, mas são favoráveis ao porte legal de armas, além de serem defensores dos princípios moralistas familiares;
4. *neoconservadores*: defensores da política intervencionista do governo norte-americano, com ações militares em vários países onde os interesses dos EUA estejam ameaçados - o ex-vice-presidente Dick Cheney e o ex-secretário de Defesa Donald Rumsfeld são os maiores expoentes dessa ala;
5. *libertários*: opõem-se a gastos sociais do governo, são favoráveis à redução de impostos e à privatizações, ou seja são favoráveis à política do Estado-mínimo e também são defensores das liberdades individuais, diferentemente dos conservadores sociais e das direitas religiosa do partido;
6. *moderados*: políticos e eleitores sem tanta preocupação com questões religiosas, defendem o fim da pena de morte, o fim do porte legal de armas, legalização da maconha, as pesquisas em células-tronco, e defendem alguns programas sociais;
7. *liberais*: na década de 1930, apoiaram as políticas liberais do então presidente Franklin Roosevelt do Partido Democrata, tomadas para recuperar a economia após a Crise de 1929, também apoiam a existência de um Estado maior e participativo na economia, a existência de programas sociais, o aumento de alguns impostos e são mais tolerantes às causas sociais, como casamento gay, aborto, controle de armas, toleram os imigrantes ilegais, opõem à pena de morte, não são religiosos, encontram-se nos estados do Nordeste, principalmente em Nova York.

Tempo e lugar são duas dimensões físicas limitadoras da transposição automática das experiências vivenciadas na década passada nos Estados Unidos para o Brasil de hoje. Aliás, suspeito do pensamento marxista “a história se repete: a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa”, talvez pela contradição com a ideia “*de te fabula narratur*”: o futuro dos países de capitalismo tardio estaria espelhado no presente do capitalismo avançado. O Brasil visto no espelho parece uma caricatura grotesca do

ocorrido no passado dos Estados Unidos! Agora, a casta dos militares brasileiros fala em até em acabar com as reservas indígenas e exterminar os nativos restantes do genocídio histórico! Invadirá a Venezuela?! Abrirá embaixada em Jerusalém?! Tal pai, tal filho...

O que se passa no Império norte-americano permite aos brasileiros mais cultos e lúcidos refletirem sobre alguns acontecimentos recentes no País. Como um acordo entre um presidente-capitão despreparado e um vice general-de-pijama (reformado), com maior apoio nas Forças Armadas, poderá transformar aquele em um fantoche voluntário. Um *running mate* é termo em inglês para designa uma pessoa empossada em um cargo político por ser subordinado a outro em uma eleição conjunta. Dick Cheney, oriundo da sabida casta dos oligarcas governantes norte-americanos, era *running mate* de George W. Bush - e o dominava.

O nepotismo dos clãs políticos dinásticos, a tortura oficiosa, a criação de canais conservadores de TV (Fox News lá, Record e SBT aqui), o conflito entre esnobismo e anti-intelectualismo, as brigas internas entre facções da direita (lá o Movimento *Tea Party*, aqui as cópias tupiniquins MBL, Vem Pra Rua, Instituto Von Mises, Millenium, Endireita Brasil, etc.), o dinheiro dos irmãos Koch direcionados para esses movimentos conservadores, entre outros pontos em comum, se encontram no filme. Lá a “guerra cultural” cinematográfica está em vigor. Veja e reflita sobre o que fazer aqui.

Desmanche do Estado Brasileiro sem Aval Democrático

O ministro da Economia, Paulo Guedes, em evento sobre privatizações no BNDES, comparou as empresas estatais brasileiras a “filhos fugidos de casa e hoje drogados”. Em sua visão, todas deveriam ser privatizadas, mas os militares pediram algumas permanecerem estatais, “porque foram eles que as criaram”.

Esta imagem não só é desrespeitosa com todos os servidores públicos empregados em empresas estatais, como também demonstra ignorância da história econômica do Brasil. Caso não fossem elas, criadas na Era Nacional-Desenvolvimentista do getulismo (1930-45 e 1950-54), o BRIC seria apenas RIC, ou seja, o País não pertenceria ao grupo das quatro maiores economias emergentes do mundo. Todas essas economias adotaram o capitalismo de Estado ou o socialismo de mercado para tirar um pouco do atraso histórico em relação às economias de capitalismo avançado.

Aliás, o Estado militar norte-americano foi decisivo não só nas guerras de conquista do Oeste (e massacre dos nativos indígenas), na guerra civil abolicionista do Norte contra o Sul, no século XIX. No último século, as

encomendas do Estado foram decisivas para a indústria bélica-militar nas duas guerras mundiais e outras regionais (Coréia, Vietnam, Golfo, Iraque, Afeganistão, Síria, etc.) pelo mundo afora. A *National Aeronautics and Space Administration* (NASA) é uma agência do Governo Federal dos Estados Unidos responsável por P&D de tecnologias e programas de exploração espacial.

Portanto, seria risível se não fosse triste a doutrina ideológica dos *oldies Chicago's Boys*, aprendida na Era Monetarista do Milton Friedman na Escola de Chicago e implantada à força apenas na ditadura chilena do general Pinochet. A tentativa de implantar essas ideias estapafúrdias na Era Reagan e Thatcher, nos anos 80s, significou a derrocada do monetarismo, cuja ascensão tinha sido arquitetada pelo conluio entre a mídia e os intelectuais conservadores nos anos 70s. A política de recuperação econômica se deu através do estímulo à oferta, popularmente conhecida como “*Reaganomics*”, incluiu medidas de desregulamentação, redução dos gastos governamentais e cortes de impostos. Mas a dívida pública norte-americana quase triplicou.

O problema maior deste programa de desmanche estatal, aqui-e-agora, é ele não ter recebido aval nas urnas por não ter sido submetido ao debate público durante a eleição de 2018. O vencedor não o anunciou detalhadamente para os eleitores. Venceu pela comoção provocada por uma cirurgia arquitetada por uma suposta facada ainda não investigada a fundo por jornalismo sério. Juntou *fake News* em rede social com discurso de ódio antipetista para satisfazer a raiva dos anteriormente rejeitados direitistas, conservadores, evangélicos e incultos de maneira geral. A burrice venceu a inteligência.

A eleição de um presidente da República não implica em tratar a coisa pública como “*cosa nostra*” por parte um banqueiro de negócios a criar oportunidades lucrativas para seus ex-parceiros com privatizações a granel e regime de capitalização com uso do FGTS, um fundo social para combate do déficit habitacional. Ao fim e ao cabo, agravará o déficit da Previdência Social com o afastamento das contribuições dos mais ricos para aplicações no raquítico mercado de capitais brasileiro. Gerará uma bolha de ações para enriquecimento maior dos já “comprados” e empobrecimento futuro dos iniciantes.

O Estado republicano, sob soberania popular, é assunto público, exige impessoalidade. Nepotismo é um termo utilizado para designar o favorecimento de parentes ou amigos próximos em detrimento de pessoas mais qualificadas no que diz respeito à nomeação ou concessão de privilégios ou cargos públicos e políticos.

O nepotismo apareceu na interferência dos filhos do eleito na montagem do ministério e nas relações exteriores. O favoritismo não exigiu relações familiares com o favorecido. Bastou ser “amigo” (*like*) na rede social ou na corporação militar.

Há um desconhecimento do Estado brasileiro por parte da opinião pública. Os servidores públicos estão sofrendo uma campanha midiática difamatória como fossem “privilegiados” e responsáveis pela miséria dos “desprivilegiados”. O ataque dos representantes da casta dos mercadores à casta dos sábios-tecnocratas é motivado por interesses escusos da ressurgência (*revival*) da privatária à *la* Era Neoliberal.

O melhor desinfetante é a luz do sol. Trazer à luz o não dito na campanha de demonização do Estado e seus servidores públicos é um dever dos democratas brasileiros. O primeiro passo é revelar a verdade.

Com base no Atlas do Estado Brasileiro, plataforma de dados e análises sobre o setor público desenvolvida pelo Ipea, apresento alguns padrões e tendências essenciais à compreensão da evolução da ocupação no setor público brasileiro de 1995 a 2016.

A primeira tendência observada é a ampliação do número absoluto de servidores até 2014, mas estabilidade em relação ao percentual de ocupados no mercado de trabalho nacional. De 1995 a 2016, o total de vínculos ativos civis e militares aumentou de aproximadamente 7,5 milhões para 12 milhões. O total de ocupados formais reportados no setor privado, pela RAIS, passou de 27,1 milhões para 55,12 milhões no mesmo período. Estão excluídos os trabalhadores informais ou por conta própria. Eles respondem por mais de 40% dos trabalhadores do setor privado e são um contingente em expansão pelo desemprego desde a volta da Velha Matriz Neoliberal.

O percentual de vínculos no setor público em relação ao total de ocupados formalmente no conjunto da economia, incluindo as empresas públicas, se reduziu de 22,3%, em 1995, para 17,4%, em 2016. Considerando apenas os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e excluindo essas empresas, o percentual baixou de 18% para 17% neste período. Após a “privatária Tucana”, nas empresas públicas e de capital misto, houve redução do total de vínculos 1,7 milhão, em 1995, para 493 mil vínculos, em 2016.

O total de servidores civis ativos do Poder Executivo apresentou trajetória de queda entre 1992 e 2001, e crescimento entre 2002 a 2014, último ano da Era Social-desenvolvimentista. Contudo, o total de servidores civis ativos em 2018 é inferior ao observado em 1991. A expansão observada nos anos 2000 conjuga políticas deliberadas de recomposição dos quadros de servidores e imposições do Tribunal de Contas da União (TCU). Em 2002, ele

considerou irregulares os expedientes precários de recrutamento utilizados nos anos 1990, como terceirizações e contratações avulsas por meio de organismos internacionais, entidades sem fins lucrativos e similares, para atividades próprias do serviço público, e não de natureza complementar.

A expansão do total de vínculos no setor público nacional, em absoluto e proporcional (de 38% para 57%), se concentrou nos municípios. Este crescimento da ocupação no setor público municipal decorre da contínua municipalização do serviço público brasileiro, vis-à-vis os Estados e a União. Ganhou força já na década de 1970, mas principalmente após a Constituição Federal de 1988, quando os serviços de saúde, educação e assistência social começaram a se ampliar nos governos locais.

Em sentido inverso, o total de vínculos no setor público estadual caiu de 47% para 33%, no mesmo período de 1995 a 2016. O setor público federal reduziu sua participação de 15% para 10%, nos 22 anos dessa série temporal.

Quando se observam as ocupações dos servidores municipais, 40% integram o núcleo dos serviços de educação ou saúde - são professores, médicos, enfermeiros e agentes de saúde. O cenário é similar nos governos estaduais e, considerando ainda os profissionais de segurança pública, o percentual das três áreas pode alcançar 60% do total de vínculos. Quem deseja cortar esses servidores?!

Uma segunda tendência é a ampliação da escolaridade dos servidores públicos, em todos os níveis da administração. Entre 1995 e 2016, o percentual dos servidores federais com nível superior completo ou diversas modalidades de pós-graduação subiu de 45% para 78%, de 28% para 60%, entre servidores estaduais, e de 19% para 38%, entre servidores municipais.

A terceira tendência é a diferença nas remunerações mensais médias, tanto entre níveis federativos quanto entre poderes. As remunerações do Judiciário são as maiores entre os poderes e as remunerações federais são as maiores da federação. Quando se desagregam poderes e níveis, a remuneração média dos servidores vinculados ao Poder Executivo federal é superior à dos Executivos estaduais, por sua vez, superior aos municipais. De 2007 a 2016, a remuneração média dos servidores federais passou de R\$ 6,5 mil para R\$ 8,1 mil. A remuneração dos servidores estaduais, de R\$ 3,5 mil para R\$ 5 mil, e a remuneração dos servidores municipais passou de R\$ 2 mil para R\$ 3 mil.

Na média da série, os servidores do Executivo federal receberam remunerações equivalentes a 50% das remunerações médias do Judiciário federal. O Legislativo federal tem remuneração equivalente a 90% da remuneração do Judiciário federal. A remuneração média, ao longo dos dez

anos da série, foi de R\$ 16 mil para o Judiciário federal, R\$ 14,3 mil para o Legislativo federal e R\$ 8 mil para o Executivo federal.

Portanto, quando se fala em “privilegiados” é necessário pensar antes e distinguir os três poderes. Senão, a opinião pública imputa a quem lhe serve diretamente uma hostilidade prejudicial, em última análise, a si própria. O Poder Judiciário ao se omitir quanto à perseguição política (“despetização”) e o Poder Legislativo, caso aprove o projeto de reforma da Previdência Social favorável aos especuladores e desfavorável aos trabalhadores, ambos assim serão vistos como cúmplices de crime de lesa pátria.

Servidor Público: injusto ataque como fosse “privilegiado”

Desde a volta dos neoliberais ao Poder Executivo, devido ao golpe de 2016, os servidores públicos têm sido tratados como fossem “privilegiados”. Atacam as carreiras de Estado. A perseguição política, apelidada de “despetização” por um ex-deputado do baixo clero e ministro no governo do capitão, visa em última análise levar todos ao regime de capitalização. Desestimulará o futuro ingresso de talentos, via concursos públicos, para uma carreira antes promissora em termos de mobilidade social e de estabilidade no emprego, justamente, para evitar demissões motivadas por alternâncias de poder.

Aliás, graças a esses servidores a máquina pública continua a funcionar, apesar dos incompetentes eleitos ou nomeados para cargos políticos de representação. Eles têm *know-how* (“sabem como”), isto é, um conjunto de conhecimentos práticos adquiridos por formação qualificada e experiência profissional. Mas possuem também o “*know-why*” (“sabem o porquê”), isto é, conhecem o motivo porque as ações públicas, inclusive fiscais e diplomáticas, são feitas de determinada maneira. Não à toa a ESAF (Escola de Administração Fazendária) e o Instituto Rio Branco se destacam na formação de quadros de excelência, no Brasil, embora o atual ministro de Relações Exteriores seja um “cisne negro” para falsear essa impressão. Ou ele é uma “ovelha negra”?

Na França, uma “*grande école*” é um estabelecimento de ensino superior, cujo recrutamento de seus alunos é realizado por concurso seletivo disputadíssimo por assegurar a formação de alto nível para quadros do Estado francês. A qualidade da formação dessas instituições confere a seus alunos grande prestígio. Nelas é preparada a maior parte da elite política e científica francesa. Entre seus ex-alunos incluem-se políticos de primeiro escalão e altos executivos de instituições públicas e privadas. As primeiras faculdades desse tipo foram criadas pelo Estado em meados do século XVIII, com o objetivo de fornecer as capacitações técnicas e militares para os altos cargos.

Entre as preocupações do confucionismo estão o saber, a moral, a política e a pedagogia. Conhecida pelos chineses como “ensinamentos dos sábios”, o confucionismo também tem uma continuidade histórica. É considerado uma filosofia, ética social, ideologia política, tradição literária e um modo de vida. Confúcio compila e organiza antigas tradições da sabedoria chinesa e elabora uma doutrina assumida como oficial na China por mais de 25 séculos. Combatido como reacionário durante a Revolução Cultural chinesa (1966-1976), o confucionismo, cuja peça-básica é o amor ao conhecimento, retomou seu papel-chave após as mudanças políticas realizadas por Deng Xiaoping no país. Dá caráter moral a funcionários de Estado, submetidos a rigoroso exame de méritos, para assessorar o governo e os representantes populares.

Aqui, em contraste, o Messias se formou na Academia Militar das Agulhas Negras em 1977. Tornou-se conhecido do público em 1986, quando escreveu um artigo para a revista *Veja* no qual reclamava dos baixos salários de oficiais militares. Por causa disso, foi preso por quinze dias. Absolvido dois anos depois, ingressou na reserva em 1988 com o posto de capitão, para concorrer à Câmara Municipal do Rio de Janeiro naquele ano. Com votos dos soldados rasos e policiais militares, foi reeleito por seis vezes durante seus 27 anos na Câmara dos Deputados. Ficou conhecido por sua postura corporativista e de extrema-direita ao expressar simpatia pela ditadura militar e a defesa das práticas de tortura. Criou um clã político e virou presidente com discurso de ódio em WhatsApp.

Em lugar da luta de classes, entende-se melhor o atual quadro político analisando-o como conflito de interesses entre castas de natureza ocupacional. A casta dos negociantes se alia, oportunisticamente, à casta dos militares e à casta dos sabidos-pastores, alijando a casta dos oligarcas governantes e atacando a casta dos sábios-tecnocratas e a casta dos trabalhadores. A reforma trabalhista já tinha atentado contra os sindicatos ao retirar-lhes a principal fonte de receita e “pejotizado” a nova geração de trabalhadores.

Agora, na mesma sanha, o rancor, a fúria, a ira e o desejo de vingança contra “os petistas”, *latu sensu*, caricaturados como quadros socialistas a dominarem o país desde os governos do Partido da Social Democracia Brasileira (o neoliberal PSDB), se dirigem contra seus supostos quadros incrustados no Estado. É risível, porque um quarto de século depois, os economistas tucanos são sim servidores privados dos bancos. Assustados, eles cuidam da imagem pública ao propagar um revisionismo histórico: “confessam” a ambição do Plano Real ter ido além da estabilização do poder de compra da moeda, pois pretendia consolidar um novo modelo de desenvolvimento no país com características claramente liberais. O programa

de desestatização (“privataria tucana”) quer se apropriar daquela marca bem-sucedida.

Curiosamente, quem vociferou no discurso de posse contra “o socialismo instalado no Brasil” [risos] está acabando com as chances do capitalismo tardio no Brasil tirar seu atraso histórico!

De um lado, o papel do Estado e servidores públicos foi chave para saltar etapas em direção a se tornar um país emergente. Os ultraliberais não provam ele ser dispensável ao dizerem não existir mais uma “indústria nascente brasileira” a ser protegida.

De outro lado, neoliberais têm a ambição de transformar toda nova geração de trabalhadores de CPFs em CNPJs, ou seja, em microempreendedores de si só - ou trabalhadores sem direitos trabalhistas. Inovarão com um capitalismo sem empregados a serem explorados?! Existem 4,5 milhões de “empregadores”?! Trabalhadores por conta própria cresceram de 20,4 milhões em 2012 para 23,3 milhões em 2018!

O último lance, colocando o futuro das carreiras dos servidores públicos em xeque, está na proposta de reforma da Previdência Social de forçar a troca de um regime de repartição coletiva ou geracional (“trabalhadores ativos cobrem aposentadoria dos inativos”) para um regime de capitalização individualista (“cada trabalhador opta, no início da carreira, por uma carteira de ativos”). Mas a proposta vai além disso, ao obrigar a cobertura de um suposto déficit atuarial do pagamento de suas aposentadorias por parte de servidores públicos contratados para uma carreira dentro do regime de repartição. Não só a proposta aumenta a alíquota, de forma abusiva, como quebra o federalismo e impõe aos governos estaduais e municipais a mesma fórmula. Abre também a possibilidade de cobrar contribuição extraordinária para equilibrar fundos de pensão recém-criados com déficits imputados.

Vamos aos números referentes a 11,6 milhões empregados no setor público, sendo 1,2 milhão com carteira, 2,4 milhões sem carteira e 7,9 milhões de militares e funcionários públicos estatutários. Hoje, no RPPS (Regime Próprio), quem ingressou até 2013 sem adesão ao FUNPRESP (fundo de pensão federal) paga alíquota efetiva de 11% sobre todo o vencimento e quem fez adesão paga 11% até o teto do RGPS (R\$ 5.839,45). Quem ingressou a partir de 2013, automaticamente, fica nesta última situação.

A proposta de alíquotas progressivas para o RGPS (Regime Geral) vai apenas até o teto do INSS, atingindo 11,68% de alíquota efetiva. Já para o RPPS atinge até 22% de alíquota ou 16,79% de efetiva, quando calculada sobre cada faixa de salário.

Salário	Alíquota Progressiva	Contribuição	RPPS	
			Faixa Salarial (R\$)	Alíquota efetiva*
R\$ 5.839,45	11,68% Alíquota Efetiva	R\$ 682,54	Até 1 Salário Mínimo (SM)	7,5%
=			998,01 a 2.000,00	7,5% a 8,25%
R\$ 2.839,44	14%	R\$ 397,52	2.000,01 a 3.000,00	8,25% a 9,5%
+			3.000,01 a 5.839,45	9,5% a 11,68%
R\$ 999,99	12%	R\$ 119,99	5.839,46 a 10.000,00	11,68% a 12,86%
+			10.000,01 a 20.000,00	12,86% a 14,68%
R\$ 1.001,99	9%	R\$ 90,17	20.000,01 a 39.000,00	14,68% a 16,79%
+			Acima de 39.000,00	+ de 16,79%
R\$ 998,00	7,5%	R\$ 74,85		

Um exemplo numérico torna mais inteligível. Hoje, um salário de R\$ 30 mil com a alíquota de 11% tem descontada a contribuição de R\$ 3.300. Pela proposta passará à contribuição de R\$ 4.835,83, ou seja, R\$ 1.535 a menos em rendimentos líquidos, desconsiderando a alíquota de imposto de renda (27,5%) incidir sobre esse menor líquido, ou 5,11% a mais de desconto.

Salário	Alíquota Progressiva	Contribuição
R\$30 mil	16,11% Alíquota Efetiva	R\$4.835,83
=		
R\$10.000,04	19%	R\$1.900,00
+		
R\$9.999,99	16,5%	R\$1.649,99
+		
R\$4.160,55	14,5%	R\$603,27
+		
R\$2.389,44	14%	R\$397,52
+		
R\$999,99	12%	R\$119,99
+		
R\$1.001,99	9%	R\$90,17
+		
R\$998,00	7,5%	R\$74,75

Mas essa visão do presente não apresenta tudo “o que está em jogo”. O sistema de capitalização alternativo ao regime de repartição atual será com contribuição definida, ou seja, o benefício não estará definido, exceto a garantia de um salário mínimo como piso, pago por um Fundo Solidário do Tesouro Nacional. Isso será para tentar evitar os suicídios em massa como os idosos aposentados no Chile. Eles recebem em média US\$ 115, valor similar (R\$ 400) à proposta de BPC para os miseráveis brasileiros com 60 anos.

A proposta permite “livre escolha” pelo trabalhador da EAPC (Entidade Aberta de Previdência Complementar) ou modalidade de gestão das reservas com portabilidade entre as instituições financeiras privadas administradoras de PGBL/VGBL e as entidades de previdência públicas. Todas as regras de

benefício para o RPPS valem para Estados, Municípios e o Distrito Federal. Caso registrem déficit financeiro e atuarial, deverão ampliar suas alíquotas de maneira extraordinária.

“Detalhe” não muito divulgado pela imprensa: a reforma propõe uma limitação de incorporações de gratificações aos benefícios de aposentadorias e pensões. Estas chegam a representar 64% do vencimento-base no fim da carreira de um Professor Titular de uma Universidade estadual paulista. O padrão de vida cairá drasticamente!

Visando receber o abono de permanência, compensatório do maior desconto, os servidores tentarão trabalhar até a aposentadoria compulsória de 75 anos. Isto caso o PSL não consiga derrubar a “PEC da Bengala”, em outro casuísmo, este para o capitão nomear seus ministros para o STF.

Fiz abaixo uma simulação da carreira acadêmica de professores em RDIDP (Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa), desconsiderando adicional por tempo de serviço, sexta-parte e outras gratificações. Capitalizando a contribuição com juros mensais de 0,5% e alongando a carreira por quarenta anos, desde a graduação com 25 anos até atingir a idade mínima de 65 anos, só conseguirão manter o padrão de vida do último salário (sem as gratificações) por mais vinte anos. Sem levá-las para a aposentadoria, será incorreto descontar contribuição para SPPREV sobre as gratificações. Elas terão de ser aplicadas para a manutenção do bem-estar familiar.

RDIDP	Vencimentos	Contribuição	Prazo	Capital c/ juros de 0.5% am
AUX ENSINO	R\$ 5.234,66	R\$ 597,76	5 anos = 60 meses	R\$ 41.652,71
ASSISTENTE	R\$ 7.743,57	R\$ 958,53	10 anos = 120 meses	R\$ 232.866,07
PROF. DOUTOR	R\$ 10.830,94	R\$ 1.422,81	10 anos = 120 meses	R\$ 656.844,94
LIVRE DOCÊNCIA	R\$ 12.912,64	R\$ 1.766,29	10 anos = 120 meses	R\$ 1.484.519,99
PROF. TITULAR	R\$ 16.100,43	R\$ 2.292,27	5 anos = 60 meses	R\$ 2.162.326,76
CARREIRA	COMPLETA	Idade: 65 anos	40 anos = 480 meses	240 Saques de R\$ 15.491,58

Sem esses incentivos os melhores alunos não se interessarão mais pela carreira acadêmica. Poderão ganhar muito mais transformando seu CPF em CNPJ, pagando um mínimo de INSS sobre seu *pro-labore* e sendo isentos de pagar imposto de renda sobre lucros e dividendos. E assim o governo do capitão terá conseguido desqualificar também o Ensino Superior, tal como já é de qualidade inferior o Ensino Básico brasileiro. E destruirá não “o socialismo”, mas sim o próprio capitalismo com todos os trabalhadores de formação universitária virando empresas sem sócios e empregados!

Classe Média Esmagada por Castas de Natureza Ocupacional

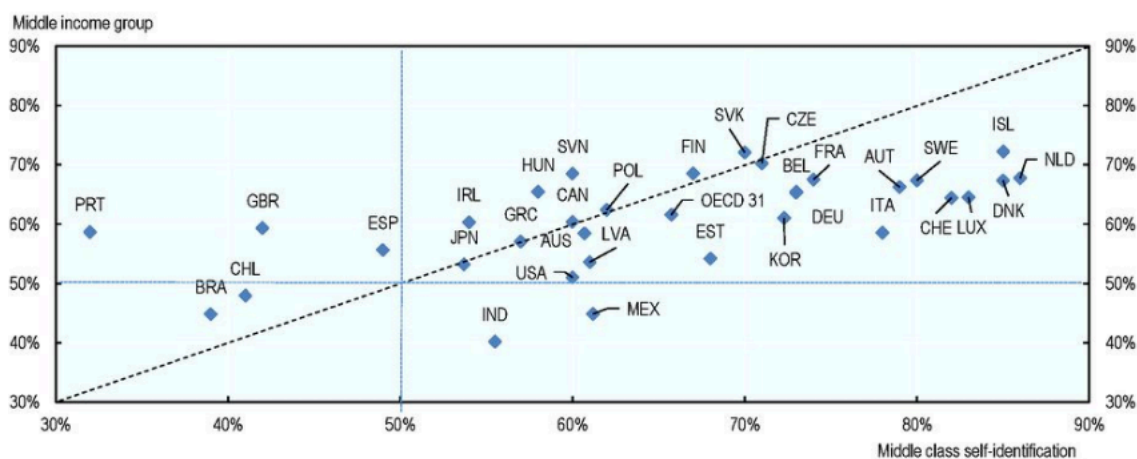
“Sob Pressão: Classe Média Esmagada” [*Under Pressure: The Squeezed Middle Class*] é o relatório de pesquisa mais recente da OCDE. Ela registrou, na última década, o aumento das desigualdades em diversas sociedades, no mundo, tornando mais difícil para muitos cidadãos sobreviverem.

Classe social se refere a um grupo de pessoas com compartilhamento do mesmo status socioeconômico. Esse status é definido de acordo com diferentes tradições acadêmicas. Nas análises econômicas se usa renda com o indicador-chave desse status. No restante das Ciências Sociais, as medidas são baseadas no prestígio do emprego, ou melhor, na estratificação em castas básicas (e suas subcastas) com base nos rendimentos de natureza ocupacional e nos valores políticos, sociais e culturais.

A classe média tem sido também definida com o uso de medidas subjetivas tais como a auto identificação em determinada classe social. Curiosamente, a maioria (2/3) das pessoas nos países da OCDE se considera de classe média. Essa auto identificação é maior nos países nórdicos, Holanda, Luxemburgo e Suíça. No Brasil, menos de 40% se identifica nessa classe, embora o agrupamento de renda média seja acima desse percentual.

Figure 1.1. Most people consider themselves as part of the middle class

Share of population in the middle-income group and considering themselves as “middle class”, 2017 or most recent year



Note: The “middle-income” group is defined by population share with household disposable income between 75% and 200% of the national median. Incomes are disposable incomes, corrected for household size.

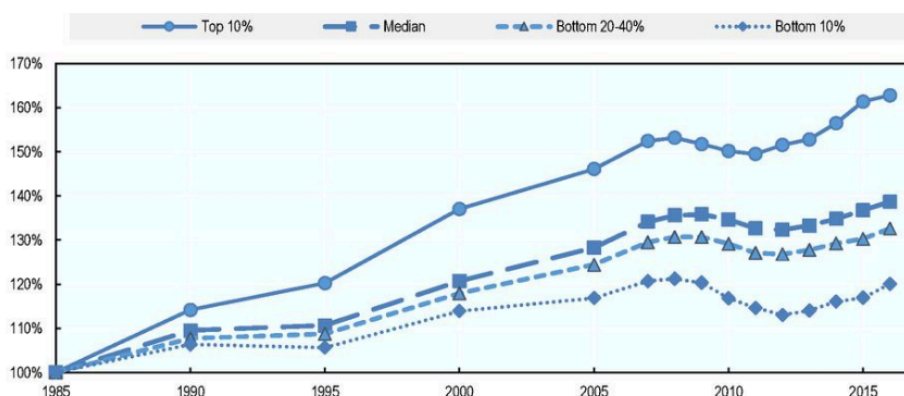
A classe média encolheu na maioria dos países da OCDE, porque se tornou mais difícil para as gerações mais jovens chegarem à classe média, definida como ganhando entre 75% e 200% da renda nacional mediana. Enquanto quase 70% da geração dos *babies boomers* (nascida no pós-guerra)

faziam parte de famílias de renda média na faixa dos 20 anos, apenas 60% dos *millennials* (nascidos no novo milênio) são hoje.

A influência econômica da classe média também caiu drasticamente. Em toda a área da OCDE, com exceção de alguns países, os rendimentos médios são hoje pouco mais altos comparado com 10 anos atrás, aumentando apenas 0,3% ao ano, um terço a menos se comparados à elevação da renda média dos 10% mais ricos.

Figure 1.2. Median incomes grew more slowly than top incomes

Real disposable income growth by income position, average for 17 OECD countries, 1985-2016 (1985 = 100%)



Note: Unweighted average for 17 countries for which long-term data are available: Canada, Germany, Denmark, Finland, France, United Kingdom, Greece, Israel, Italy, Japan, Luxembourg, Mexico, Netherlands, Norway, New Zealand, Sweden and United States. Incomes are disposable incomes, corrected for household size.

Source: Chapter 2, OECD calculations from OECD Income Distribution Database (<http://oc.ed/idd>).

O custo de um estilo de vida de classe média aumentou mais rápido em relação à inflação. A habitação, por exemplo, compõe o maior item de gasto individual para famílias de renda média, cerca de um terço da renda disponível, em comparação a um quarto dos anos 90. Os preços das casas têm crescido três vezes mais rápido se comparado ao ritmo de elevação da renda média das famílias nas últimas duas décadas.



Source: Under Pressure: The Squeezed Middle Class

Mais de um em cada cinco domicílios de renda média gastam além de seus vencimentos e o endividamento excessivo é maior para eles se comparado aos das famílias de baixa renda e alta renda. Além disso, as perspectivas do mercado de trabalho têm se tornado cada vez mais incertas: um em cada seis trabalhadores de renda média está em empregos com alto risco de automação, em comparação com um em cada cinco trabalhadores de baixa renda e um em cada dez de alta renda.

O estudo da OCDE, ao definir como classe média quem tem renda entre 75% e 200% da renda mediana nacional, revela a diversidade entre países. Essa renda varia de US\$ 5.010 no México a US\$ 35.310 em Luxemburgo. Logo, uma pessoa é de classe média se tiver renda entre US\$ 3.757 e US\$ 10.019 no México e entre US\$ 26.482 e US\$ 70.620 em Luxemburgo. Caso o Brasil entre na OCDE, a renda anual de sua classe média ficará pouco acima da do México na faixa com piso de US\$ 4.968 e teto de US\$ 13.247.

Para se ter uma ideia da baixa renda média brasileira, é obrigado a declarar Imposto de Renda quem recebeu rendimentos tributáveis, ao longo de 2018, de mais de R\$ 28.559,70, ou seja, pouco acima desse piso. No ano passado, entregaram suas DIRPF 29.269.987 contribuintes. Representavam 17% da PIT (População em Idade de Trabalhar: 169,1 milhões), 28% da PFT (População na Força de Trabalho: 104,3 milhões) e 32% da PO (População Ocupada: 90,6 milhões) no primeiro trimestre de 2018.

Conforme a OCDE, os 10% mais ricos da população nos países ricos têm quase metade da riqueza total, enquanto os 40% com renda menor tem apenas 3%. No Brasil, a renda total apropriada pelos 10% com maiores rendimentos era 3,5 vezes maior em relação ao total apropriado pelos 40% com menores rendimentos. No Distrito Federal era 5,6 vezes, revelando a disparidade das castas dos oligarcas-governantes, sábios-tecnocratas, guerreiros-militares e mercadores do agrobusiness e de imóveis.

Para ajudar a classe média, de acordo com a OCDE, é necessário um plano de ação abrangente. Os governos devem melhorar o acesso a serviços públicos de alta qualidade e garantir uma melhor cobertura da proteção social. Para resolver os problemas de custo de vida, as políticas devem incentivar o fornecimento de moradias populares.

No Brasil, o maior programa de financiamento habitacional de sua história, o MCMV (Minha Casa Minha Vida) está sendo sucateado. As unidades habitacionais (UH) contratadas foram 5,567 milhões e as entregues 4,087 milhões até 2018. No auge, em 2013, foram contratadas 912.407 UH. Na baixa, em 2018, foram apenas 388.551 UH.

Subvenções direcionadas, apoio financeiro para empréstimos e redução de impostos para compradores de imóveis, como isenção de imposto de renda sobre a parcela utilizada no pagamento das prestações imobiliárias, ajudariam as famílias de renda média mais baixa. Em países com níveis elevados de dívida relacionada à moradia, o alívio da hipoteca ajudaria as famílias sobrecarregadas a retomar o caminho.

Como empregos temporários ou instáveis, frequentemente com salários mais baixos, substituem cada vez mais os empregos tradicionais de classe média, é necessário mais investimento nos sistemas de ensino e formação profissional, tendo em vista a atual revolução tecnológica. A cobertura do seguro social e da negociação coletiva para trabalhadores fora do padrão, como empregados temporários ou em regime de meio período ou trabalhadores autônomos, deve ser ampliada.

Finalmente, para promover a equidade do sistema socioeconômico, a política fiscal precisa efetuar a transferência da carga tributária da renda do trabalho para a renda do capital e ganhos de capital, propriedade e herança. Tornaria assim os impostos de renda mais progressivos e justos.

No Brasil, durante o governo do capitão-miliciano corporativista, a tendência é haver uma maior concentração de renda e riqueza nas castas. Segundo tabela de remuneração mensal dos servidores públicos federais, referente ao ano de 2018, organizada pelo Ministério da Defesa, nas categorias civis o salário inicial é superior a R\$ 19 mil, enquanto o salário final das Forças Armadas é um pouco acima dos 16 mil reais. O perito e delegado da Polícia Federal tem o maior salário inicial (R\$ 22.672) e final (R\$ 30.936), superando o auditor da Receita Federal com respectivamente R\$ 21.029 e R\$ 29.127. Outros membros da casta dos sábios-tecnocratas (diplomatas, técnicos do IPEA, analistas de Planejamento e Orçamento, Finanças e Controle, Comércio Exterior, Banco Central do Brasil, advogado da União, oficial de inteligência da ABIN) têm piso de R\$ 19.197 e teto de R\$ 27.369. Os militares oficiais das Forças Armadas têm um salário inicial de R\$ 8.678,75 e final de R\$ 16.789,60.

Para defender as mudanças em suas carreiras, as Forças Armadas reforçam as peculiaridades da carreira como funções exclusivas de Estado, especificidades sem similar no meio civil, regras de dedicação e de comprometimento, disponibilidade permanente sem remuneração extra, mudanças constantes para toda a família, risco de morte e restrição a direitos sociais e políticos. No entanto, 45% do efetivo das Forças Armadas (163.142) recebem até dois salários mínimos. Se considerado o patamar de até 3,5 salários mínimos, o percentual sobe para 58% ou o equivalente a 211.040 militares.

Um percentual baixo de militares consegue atingir o patamar mais alto da carreira - o cargo de general - ao contrário de outras carreiras do Executivo. Nas carreiras de praças, o nível de escolaridade é fundamental, médio ou médio/técnico. A remuneração média, em dezembro de 2016, para quem tinha ensino médio completo ou incompleto na sociedade brasileira era de R\$ 2.018,74. Para comparar, o rendimento médio do empregado no Brasil é R\$ 2.162 pela PNADC referente a fevereiro de 2019. Esse militar tem de cumprir, no mínimo, 23 anos de serviço para chegar a ser subtenente.

Nas castas, exige-se Ensino Superior, cujo rendimento médio do completo e incompleto é R\$ 5.458,73. O militar terá cumprido de 42 a 44 anos de serviço para chegar ao último posto: almirante de esquadra, general de exército e tenente-brigadeiro do ar. Existem categorias no Executivo federal onde os servidores atingem o pico de carreira em 6 anos.

Certamente, não é o caso de professores universitários das Universidades estaduais paulistas. Iniciando a carreira como auxiliar de ensino, o graduado recebe R\$ 5.234,66 depois de estudar no mínimo 15 anos. Mais 4 anos no mestrado com defesa de dissertação, propicia R\$ 7.743,57. Mais 4 anos no doutorado com defesa de tese, passa a ganhar R\$ 10.830,94. Mais 4 anos com publicações poderá defender tese de livre-docência e receber R\$ 12.912,64. Finalmente, depois de 31 anos de carreira poderá enfrentar o último concurso público com a defesa de memorial, análise de seus títulos e aula para banca julgadora. Se tiver seu mérito aprovado, chegará a Professor Titular com salário de R\$ 16.100,43. A remuneração total inclui outras gratificações, mas são cortadas caso ultrapassem o salário do governador, mantido baixo discricionariamente.

No entanto, além do projeto de reestruturação das carreiras dos militares, incorporado de “contrabando” na proposta de reforma da Previdência, o governo federal enfrenta pressão cada vez maior dos servidores públicos por reajustes salariais em busca de “diminuir as distorções em relação às carreiras de Estado e recompor perdas salariais”.

Para atender a busca dos servidores por equiparação salarial, a equipe econômica estuda a reformulação das carreiras civis do serviço público. A ideia é equiparar o salário inicial do funcionalismo com o pago pela iniciativa privada para quem tem Ensino Superior: cerca de R\$ 5 mil. Também diminuir, significativamente, a quantidade de carreiras: atualmente 309. Ao mesmo tempo, aumentar de 13 para 30 os níveis de progressão anual exigidos do servidor para atingir o pico da carreira e evitar, em algumas categorias, servidores chegarem ao topo da carreira em cerca de seis anos.

Resumindo a estratificação social brasileira, os decis e percentis dos rendimentos do trabalho, segundo a PNADC 2017, têm grande correlação com o grau de instrução. Quem tem ensino fundamental completo, recebe em média R\$ 1.434. É o “teto” para 60% da população ocupada. No ensino médio completo, recebe R\$ 2.246 e fica no decil de 70% a 80%. Só com superior completo recebe em média R\$ 5.214 e já se encontra entre os 10% mais ricos. Com mestrado, alcança R\$ 7,7 mil, e doutorado, R\$ 9.782, ficando entre os quatro pontos percentuais acima de 95% da população. O top 1% mais rico tem rendimentos médios do trabalho em R\$ 27.213, ou seja, o teto da casta dos sábios-tecnocratas.

A média dos rendimentos de todos os militares e funcionários públicos estatutários, inclusive em outros níveis de governos estaduais e municipais, é de R\$ 4.171. Só fica abaixo de empregador com CNPJ: R\$ 6.148. Evidentemente, os rendimentos médios de todos os trabalhadores, pesquisados pela PNADC, não revelam a concentração de renda nas cinco castas de natureza ocupacional: mercadores, oligarcas, guerreiros, sábios e trabalhadores especializados. Mas seus conflitos de interesses, não só em termos econômicos, mas também de valores políticos, morais e culturais, dizem mais a respeito da sociedade em lugar da velha luta de classes binária entre os trabalhadores e os capitalistas sem espaço para a classe média. Hoje, a maioria da população tem auto identificação com ela, embora esteja sendo “esmagada”, segundo a OCDE.

No entanto, com investimentos em inteligência artificial instalada em robôs, sensores e automação, não se dirá “adeus” apenas para o proletariado, mas também para o operariado antes apresentado como sujeito revolucionário, ou seja, a casta dos trabalhadores organizados em sindicatos e/ou partidos políticos. As demais castas se sentirão ameaçadas pelo acréscimo de violência urbana por conta dos desocupados pela exigência de qualificação tecnológica. Os “cuidadores” da segurança pública, dirigidos pela casta dos militares, aumentarão seu poder de barganha perante a sociedade, caso seus interesses não se confundam, informalmente, com os dos milicianos extraoficiais.

[Quem pergunta demais descobre o que não quer saber](#)

O czar da Economia pronunciou esse título. Era uma lapidar sentença de um governo moribundo em apenas dois meses.

Foi na posse da mais jovem presidente da história do IBGE, a economista Susana Cordeiro Guerra, 37 anos, inexperiente em gestão de pesquisas estatísticas. Nascida em San Francisco (EUA), foi criada no Rio e

pertence a uma família com negócios no ramo imobiliário. Formada na Universidade de Harvard em 2003, Susana fez doutorado pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT, na sigla em inglês). Bastou para ser nomeada por um governo do partido do laranjal, ou seja, sem quadros técnicos, o fato dela ser amiga da filha do ministro Paulo Guedes.

Favoritismo e nepotismo: este é o governo do capitão. Nepotismo é um termo utilizado para designar o favorecimento de parentes ou amigos próximos em detrimento de pessoas mais qualificadas. Diz respeito à nomeação para cargos públicos e políticos.

“Quem pergunta demais descobre o que não quer”. O super-ministro não quer “descobrir” o Brasil. Algumas informações sobre a realidade brasileira lhe são inconvenientes. Por exemplo, qual é a fortuna obtida por banqueiros de negócios sem nunca terem adicionado valor produtivo de renda e emprego à economia, só apropriado em transferências de propriedades. Ele ainda não liberou os dados do imposto de renda 2018-AC 2017. É de interesse público, porém, revelar “que país é este”.

O ministro é um reducionista. Reduz temas complexos, desconhecidos por ele, a uma frase “*ixxxpiiirta*” (à la humor carioca), ou seja, revela uma cultura oral de orelhada. Afirmou “países ricos” terem questionários censitários mais enxutos se comparados ao brasileiro. Ora, os países ricos dispõem de muito mais dados administrativos acessíveis ao público, substituindo parcialmente ao Censo. Não é o caso do Brasil.

Aqui, é a única fonte de informações desagregadas por municípios e até por bairros. O Censo Demográfico não é só imprescindível para elaboração de políticas públicas federais, estaduais e municipais, como também para o planejamento empresarial na análise do mercado brasileiro. A mídia e os próprios bancos necessitam conhecer a estrutura censitária para fazer suas pesquisas amostrais para análises conjunturais.

O Censo não permite apenas uma análise pontual, mas também uma comparação com resultados passados. Se coletar menos informações no próximo ano não permitirá comparações com os censos anteriores, provocando quebra das séries históricas, não permitindo medição da evolução - ou involução - do país. Serão duas décadas perdidas nas estatísticas brasileiras por conta de um governo irresponsável. Não sabe o mal feito a si e aos outros: esta é a definição de idiota. A palavra *idiota* vem do grego *idiótes*, expressão antes usada para designar quem não tinha consciência da coisa pública.

Um estadista revela grande tirocínio, habilidade e discernimento quanto às questões políticas, à administração do Estado. É uma pessoa

versada nos princípios ou na arte de governar, ativamente envolvida em conduzir um governo ou moldar a sua política. Este “homem de Estado” exerce liderança política com sabedoria e sem limitações partidárias. Dois meses já bastaram para ver a irresponsabilidade de 55% dos eleitores.

Na primeira derrota ao governo do capitão no plenário, a Câmara dos Deputados derrubou o decreto assinado pelo vice-presidente, Hamilton Mourão, logo no dia 24 de janeiro de 2019. Tinha alterado as regras de aplicação da Lei de Acesso à Informação, permitindo ocupantes de cargos comissionados da gestão, em muitos casos sem vínculo permanente com a administração pública, classificar dados do governo federal como informações ultrassecretas e secretas!

Talvez o velho *chicagão* (*Chicago's Old*) possa aprender algo com a jovem doutora do rival MIT, se ela tiver assistido às aulas de Cesar Hidalgo - e aprendido. Ele é um físico chileno do MIT Media Lab. Hidalgo, juntamente com um grupo de pesquisadores de Harvard e do MIT, realizou um estudo sobre Complexidade Econômica.

Hidalgo apresenta um novo paradigma ou modelo mental sobre o mundo. O conceito central é a informação se opor a entropia. A informação está relacionada à “ordem física”. O diferencial do planeta Terra é a disponibilidade de informação.

Esse raciocínio instiga a releitura da Economia, não por elementos tradicionais como capital e trabalho, mas por elementos tradicionais da Física, como energia, matéria e informação. A tese central de Hidalgo é o crescimento das economias ser explicado pelo crescimento da informação. Sendo assim, para entender porque as economias crescem, é necessário entender os mecanismos pelos quais a informação aumenta, viu, Guedes?

Graças ao engenho de seres humanos e à combinação de conhecimento e know-how são produzidas intrincadas combinações de átomos em objetos (bens) representativos de informação armazenada. Os processos capazes de permitirem às pessoas (ou grupo de pessoas) produzirem objetos ou encapsularem informação envolvem a formação de uma rede profissional e social capaz de acumular e processar conhecimento e know-how. Conhecimento envolve o relacionamento ou ligações entre informações. Já know-how refere-se ao conhecimento tácito, ou seja, à capacidade de realizar ações.

A dedução desse raciocínio leva ao entendimento da Economia como um sistema coletivo e social pelo qual os seres humanos fazem a informação crescer. Se existe informação embutida em objetos, os objetos produzidos por

peças são “cristais de imaginação”. Tais produtos ou objetos representariam aplicações ou a materialização de conhecimento, know-how e imaginação.

Assim, para Hidalgo, o desenvolvimento econômico está relacionado às capacidades das economias não de comprar, mas sim de “produzir informação”. Para fazer a “informação crescer”, ou seja, para produzir a cristalização de pensamentos de pessoas em objetos tangíveis, é necessária a capacidade de computação, isto é, processos de transformação das informações. Alô, alô, Guedes, o input censitário é fundamental para o processamento inteligente gerar output necessário à vida pública - e empresarial!

Por sua vez, a capacidade de computação requer o bom funcionamento de redes sociais de interação entre pessoas ou grupos de pessoas, sendo afetado por instituições e tecnologias. Das interações entre todos esses componentes, em diversos níveis de escala, emerge um Sistema Complexo, porém, passível de ser interpretado via simplicidade analítica. Esta é a atual e desafiante fronteira do conhecimento, ‘tá entendendo, Guedes?

O conhecimento e o know-how estão “aprisionados” nas mentes e nas redes formadas pelos agentes econômicos. As tecnologias aos poucos reduzem restrições dadas por fronteiras nacionais, facilitando a comunicação e “encurtando” distâncias.

No entanto, como a socialização de informações e/ou conhecimento, sob forma de know-how, é ainda um fenômeno com grande especificidade local, então, eles acabam se acumulando em determinados espaços geográficos. Para Hidalgo, as diferenças de conhecimento e *know-how* entre nações explicam a desigualdade econômica mundial.

Como as pessoas adquirem conhecimento e know-how? As pessoas aprendem, isto é, adquirem conhecimento e habilidades de outras pessoas, sendo muito mais proveitoso para nós aprender de pessoas detentoras de experiência em tarefas ou ações cujo aprendizado é desejado.

A diversidade de conhecimento e know-how é fator determinante da capacidade de produção de informações mais complexas, isto é, “cápsulas de conhecimento” com mais know-how embutido. A formação de redes de relacionamentos, inclusive internacionais, desempenha um importante papel no emprego dessa diversidade. Essas redes são científicas - e não *tuites*, *feicebues* e *uotzaps*, viu, capitão e bolsonaristas?

Know-how é um termo em inglês com o significado literal de “saber como”. É um conjunto de conhecimentos práticos (fórmulas, informações, tecnologias, técnicas, procedimentos, etc.) adquiridos por uma empresa ou

um profissional. Em economia de mercado, traz para si vantagens competitivas.

Possui *know-how*, por exemplo, a organização empresarial capaz de dominar um nicho de mercado por apresentar conhecimento especializado sobre algum produto ou serviço não possuído pelos concorrentes. Ele está diretamente relacionado com inovação, habilidade e eficiência na execução de determinado serviço. É um produto valioso resultante da experiência acumulada por cientistas e técnicos, inclusive sábios-tecnocratas, em processamento de informações diversas de distintas áreas.

Atualmente, além do *know-how*, uma empresa ou um país para serem bem-sucedidos devem possuir o “*know-why*” (saber porquê), isto é, saber o motivo porque algo é feito de determinada maneira. Por isso, novatos inexperientes em gestão pública e geopolítica não podem chegar e, arrogantemente, “sentar-na-janelinha”.

Um péssimo exemplo dessa inabilidade ideológica e diplomática está sendo dado na fronteira com a Venezuela. Mancomunado com colombianos e norte-americanos, este governo submete-se a um acordo com Trump para a consecução de algo irresponsável e letal: provocar uma guerra civil e justificar uma intervenção militar desse conluio do mal, cuja finalidade é o controle da enorme reserva de petróleo da Venezuela.

O vencedor não leva tudo

A eleição presidência brasileira não se dá no sistema “*the winner takes it all*”, ou seja, “o candidato mais votado leva tudo”, assumindo o papel de déspota eleito. A eleição dos delegados (ou “grandes eleitores”) para elegerem o presidente dos Estados Unidos é feita dessa forma, estado a estado. Nesse sistema norte-americano, o candidato mais votado leva todos os delegados do estado, mesmo sendo o mais votado por apenas, por exemplo, 46% dos votos contra 29%, 12% e 5% dos outros três candidatos seguintes, como ocorreu no primeiro turno da eleição brasileira de 2018. No segundo turno, o capitão miliciano, por conta do antipetismo irrefletido, recebeu 55% dos votos válidos.

No entanto, o último levantamento de sua popularidade mostra o eleito de extrema-direita ter a pior avaliação entre presidentes eleitos em primeiro mandato, desde o início da série histórica da pesquisa de opinião pública realizada pela CNI em parceria com o Ibope. No levantamento mais recente, realizado entre os dias 12 e 15 de abril de 2019, o instituto apurou apenas 35% dos brasileiros ainda avaliarem o atual (des)governo como ótimo ou bom, ou seja, quase 2/3 o rejeitam.

Em maio de 1990, 45% dos brasileiros consideravam o governo Fernando Collor como ótimo ou bom. Em 1995, Fernando Henrique tinha 41%. Em março de 2003, a avaliação positiva de Luiz Inácio Lula da Silva era de 51%. Em 2011, Dilma Rousseff iniciou seu mandato com 56% de respaldo. José Sarney, que assumira como vice de Tancredo Neves, eleito indiretamente pelo Congresso, tinha 71% de ótimo ou bom em março de 1986 após o lançamento do Plano Cruzado. A pior avaliação de todas foi obtida por Michel Temer, em pesquisa de junho de 2016. Ele teve 13% de bom e ótimo.

“Quem indica e quem nomeia o presidente do Banco do Brasil? Sou eu? Não preciso falar mais nada então”, disse o arrogante capitão após censurar uma campanha de marketing do Banco do Brasil, voltada para o público jovem e protagonizada por atores e atrizes negros e tatuados. Além disso, ordenou a demissão do diretor de comunicação e marketing do banco. “A linha mudou, a massa quer o quê? Respeito a família, ninguém quer perseguir minoria nenhuma”, completou. E demonstrou seu desdém com a insistência dos jornalistas sobre o que ele teria visto de errado na propaganda do banco. “Você se olhou no espelho?”, perguntou a um repórter, revelando sua intolerância com jovens descolados de sua autoimagem evangélica.

Ele imagina poder alterar tudo o que não for alinhado à sua linha ideológica conservadora. “Não é minha linha. Eu tinha uma linha, armamento. Eu não sou armamentista? Então, ministro meu ou é armamentista ou fica em silêncio. É a regra do jogo”, disse. “As pessoas sabem que eu fui eleito com uma agenda conservadora, defendendo a maioria da população brasileira, seus comportamentos. Quem quiser fazer diferente do que a maioria quer que não faça com verba pública”, salientou. Depois, a própria Secretaria de Governo, a quem a equipe de comunicação está subordinada, reconheceu a Secom não ter observado a Lei das Estatais por não caber à administração direta intervir no conteúdo de publicidade.

Alegando “excesso de interferência” do capitão sobre o Banco do Brasil, o Ministério Público (MP) junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) pediu a Corte investigar o episódio onde ele mandou vetar uma propaganda da instituição financeira direcionada para o público jovem. De acordo com o MP, o ato do presidente fere a Lei das Estatais, de 2016, e pode ser classificado como abuso de poder.

A autonomia das empresas federais está em questão, desde quando o prepotente obrigou a Petrobras a reverter um reajuste no preço do diesel. A medida, depois revertida, levou a uma forte queda de valor das ações da petrolífera (e a uma perda de bilhões de reais por parte dos demais

acionistas), pelo questionamento sobre qual seria o grau de interferência desse sujeito despreparado nas estatais.

O tuiteiro também deu destaque em sua rede social a um vídeo no qual uma aluna dedura críticas de uma professora de cursinho ao seu guru, o astrólogo de Richmond-Virginia-USA. Na postagem, disse o slogan do movimento obscurantista Escola Sem Partido: “professor tem que ensinar, e não doutrinar”.

Daí a perseguição política de seu preposto no ministério da Educação aos professores: bloqueou 30% dos recursos de custeio de três universidades federais –UnB, UFBA e UFF – por motivos ideológicos. O burocrata olavete disse ao jornal *O Estado de S.Paulo* ser uma retaliação a atividades políticas. Ele classificou de “balbúrdia”, “bagunça e evento ridículo”. Como exemplo, citou a presença de sem-terra e “gente pelada dentro”. Evidentemente, essa retaliação política fere princípios constitucionais como a autonomia universitária e a impessoalidade, conforme comprovado por juristas.

A Constituição brasileira prevê como Princípio da Educação a liberdade de “divulgar o pensamento, a arte e o saber”. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação define a responsabilidade da União em assegurar os recursos suficientes para manutenção das instituições de educação superior por ela mantidas.

Entende-se como crime de responsabilidade qualquer tipo de conduta contrária às normas estabelecidas na Constituição, além de ações cometidas pelos agentes políticos contra o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais, entre outras. Como punição, de acordo com a legislação brasileira, por exemplo, o nomeado ao cometer crime de responsabilidade deve perder o cargo público e ficar inabilitado de voltar a exercer atividades no âmbito da administração pública.

O *persona non grata* às Universidades buscou se proteger, posteriormente, com suposta “isonomia”: estendeu o arbítrio persecutório a todas as Universidades Federais! Todos os professores e estudantes universitários, em todos os estados, passam a ser impedidos de exercer suas atividades de ensino e pesquisa! Os contingenciamentos orçamentários colocam em risco o funcionamento mínimo dessas instituições, como fornecimento de energia e água. Atiça o movimento estudantil e de professores em reação judicial a tal descabro, mas não só, a OAB e o MP devem denunciar o ministro.

Além de ser antielitista (e daí anti-intelectuais), o populista de direita está sempre contra minorias. O populista afirma: “eu, e somente eu, represento o povo”. Desafia seus numerosos críticos: “Sou o povo. Quem é

você?” Claro, ele sabe seus oponentes serem também naturais da mesma Nação. A reivindicação de representação exclusiva não é empírica, é sempre distintamente moral.

Quando concorre ao cargo, o populista retrata seus concorrentes políticos como parte da elite imoral e corrupta. Quando chega ao Poder Executivo, ao decidir qualquer coisa, ele se recusa a reconhecer qualquer oposição como legítima. A lógica populista também implica em quem não o apoia ser classificada como “uma parte inapropriada do povo” - sempre definido como justo e moralmente puro. Para o populista, “o povo” é apenas seus seguidores na rede social, os demais são inimigos dissidentes.

O populista representa um perigo para a democracia. Porque ela requer o pluralismo e o reconhecimento de precisarmos encontrar termos justos de vida juntos como cidadãos livres, iguais, mas também irredutivelmente diversos. A ideia do povo único, homogêneo e autêntico é uma fantasia populista.

A governança populista faz seguidas tentativas de sequestrar o aparato estatal, busca o “clientelismo em massa”, trocando benefícios materiais ou favores burocráticos para apoio político de tecnocratas oportunistas, tornados “clientes” populistas, e esforços sistemáticos para suprimir a sociedade civil organizada. Populista justifica sua conduta alegando, individualmente, representar o povo. Isso explica porque as revelações de despreparo raramente parece afetar o líder populista. Aos olhos de seus seguidores, “ele está fazendo isso por nós”, as pessoas autênticas. É tipo “rouba, mas faz”.

A oposição não pode cometer o erro de subestimar o populista, deixando de enxergar a esperteza política sob seus factoides. Esse desdém pela figura de proa do populismo vem acompanhado de uma arrogante depreciação de seus partidários. No entanto, todos teremos de compartilhar a Nação enquanto vivermos no mesmo território. Não se deve o subestimar e nem depreciar essas pessoas eleitoras do populista de direita.

Os opositores ao déspota eleito não podem deixar de atuar unidos. Aflitos e apavorados, os adversários do populista começam a fazer “o jogo político da pureza ideológica”, impondo testes a seus potenciais parceiros e, mais equivocadamente ainda, recusando-se a aceitar em suas fileiras os antigos aliados do populista dispostos a lhe dar as costas.

Os oponentes do estropício deixam de planejar e divulgar uma perspectiva positiva para um país melhor. Em vez de tentar convencer seus potenciais eleitores de eles poderem oferecer benefícios tangíveis, concentram-se apenas nas falhas gritantes de seu inimigo. Mas a maioria dos partidários do “*elenão*” tem plena consciência de seu líder mentir, disseminar

mensagens de ódio e não passar de um bronco. Convencidos de os políticos tradicionais nada terem a lhes oferecer, é precisamente essa postura antissistema [*anti-establishment*] o atraente nele. Sempre existe a chance, pensam, dele realizar uma fração de suas promessas irreais. Pelo menos, ele vai poupá-los da hipocrisia envaidecida da velha-guarda. Os raivosos desqualificados pelo mercado de trabalho exigente de preparação mais adequada à atual revolução tecnológica se tornam *anti-establishment* e apoiam esse suposto contestador do sistema dominado por elites.

Democracia e Direitos de Minorias

Reuni resumos da literatura recente de não-ficção, postadas no meu blog Cidadania & Cultura, em um livro eletrônico para download gratuito: *A Vida está Difícil. Lide com Isso*. São narrativas da crise mundial na atual transição histórica. Entre outras, uma reflexão interessante diz respeito à razão da esquerda norte-americana se autodenominar “liberal”, cuja conotação na esquerda europeia e sul-americana é distinta. Tentarei argumentar aqui com base na leitura dos livros de Yascha Mounk, *O Povo Contra A Democracia* (SP: Companhia das Letras; 2018) e Jan-Werner Muller, *What is Populism?* (Philadelphia, University of Pennsylvania Press; 2016), acrescentando uma analogia entre a fé e lealdade religiosa e a partidária, inspirada no livro de Martin Lindstorm, *A lógica do Consumo* (HarperCollins Brasil, 2017).

Assim como as religiões, os partidos têm uma noção de missão muito poderosa. As religiões e os partidos lutam para ter poder sobre seus “inimigos” - e impor seus valores.

A tomada de posição contra o Outro é uma poderosa força unificadora. O fato de ter um inimigo identificável nos dá não apenas a possibilidade de articular e demonstrar nossa fé, mas também de nos unirmos aos nossos irmãos de credo. Essa estratégia do tipo “nós contra eles” atrai militantes, estimula controvérsia, cria lealdade e nos faz lutar.

O apelo sensorial é outra característica fundamental das religiões e dos partidos. De certa maneira, nossos sentidos nos permitem “sentir” o coração e o peso de uma religião assim como uma manifestação partidária na rua com milhares de militantes.

Outra parte integrante das religiões e dos partidos é a narração de histórias. As narrativas podem estar reunidas no Novo Testamento, na Torá, no Alcorão ou em *O Capital*, mas toda religião e partido se baseia em uma série

de histórias e contos, onde aparecem vitimizações e redenções, passado tenebroso e promessa de futuro radioso.

Os rituais adotados pela maioria das religiões - exigentes de rezar, ajoelhar, meditar, jejuar, entoar hinos ou receber o sacramento – são demonstração da fé. Tal como ocorre nas manifestações de rua quando *“caminhando e cantando e seguindo a canção, somos todos iguais braços dados ou não, nas escolas, nas ruas, campos, construções, caminhando e cantando e seguindo a canção”*...

A maioria das religiões também celebra uma sensação de grandiosidade, embora algumas enfatizem a austeridade. A preservação dessa sensação, quando o partido alcança o Poder Executivo, é simbolizada pela presença e recepção em palácios. Muitos partidos os ocupam para inspirar sentimentos de admiração e deslumbramento.

O poema *Mosca Azul*, escrito por Machado de Assis, conta a história de um plebeu, ao deparar-se com uma curiosa mosca azul, com “asas de ouro e granada”. Ele se deslumbra e passa a sonhar com poder e riquezas. Essa ilusão acaba comprometendo sua sanidade e seu senso de realidade. A “picada da mosca azul” significa a aspiração por poder e glória em referência a quem busca cargos de prestígio dentro de governos.

E quanto à noção de evangelismo – o poder de ir até novos seguidores e conquistá-los? Ao receber o convite para se unir ao partido, você se sente como se fosse aceito em uma comunidade semi-exclusiva e vitalícia. Seu cacique abriu as portas para um mero índio.

Os símbolos também são onipresentes na maioria das religiões: a cruz, uma pomba, um anjo, uma coroa de espinhos. Assim como as religiões têm seus ícones, o mesmo acontece com os partidos: uma estrela, o vermelho, a foice e o martelo, a rosa, o tucano. As logomarcas criam uma linguagem, ou estenografia, reconhecida instantaneamente.

O mistério também é uma força poderosa na religião e no partido. O desconhecido pode ser tão poderoso quanto o conhecido – pense em quantos anos os estudiosos gastaram ponderando sobre os mistérios da Bíblia, do *O Capital*, do caixa-dois, da nomenclatura.

Ritual, superstição, fidelidade, fé, lealdade – conscientemente ou não, todos esses fatores contribuem para formar nosso pensamento quando adotamos uma religião ou um partido. Um estudo de imagens cerebrais mostraria os partidos de maior sucesso serem aqueles com mais em comum com as religiões - ou a propaganda das marcas.

Antes da Grande Recessão Mundial e da 4ª Revolução Tecnológica, a maioria dos cidadãos tinha orgulho de viver em uma democracia liberal e rejeitava uma alternativa autoritária a seu sistema de governo. Após 2008, muitos estão cada vez mais hostis à democracia. Antes, adversários políticos eram unidos em seu respeito mútuo pelas regras e normas democráticas básicas. Depois, candidatos populistas violadores das normas mais fundamentais da democracia liberal ganharam grande poder e influência.

Liberalismo e democracia, assim pensa a esquerda norte-americana, compõem um todo coeso. A questão não é apenas nos preocuparmos com a vontade popular e com o Estado de Direito, ambos são ligados não só à autonomia de decisão das pessoas como também à proteção dos direitos individuais. Democracia sem respeito aos direitos da minoria é o populismo, onde um líder carismático se arvora em falar em nome do povo - e sem ter nenhuma barreira imposta por instituições defensivas do liberalismo.

A democracia liberal é um sistema onde os cidadãos podem mudar seus representantes e presidentes da República mediante eleições livres e justas. Assegura os ricos e poderosos não poderem passar por cima dos direitos dos desfavorecidos. Também os direitos de minorias eventualmente “impopulares” são protegidos e a imprensa pode criticar o governo livremente. Direitos individuais de minoria e vontade popular necessitam andar juntos, tal como andam Twitter e Donald Trump - ou o capitão-miliciano tuiteiro.

A democracia sem direitos sempre corre o risco de degenerar na tirania da maioria. Direitos sem democracia transformam o sistema político em “um playground de bilionários e tecnocratas”, excluindo cada vez mais os eleitores das decisões cruciais, exceto na hora de seus votos bienais, mentalmente manipulados por rede social (*facebuque, uotzap e tuite*) a partir de financiamentos obtidos por doações de empresários milionários ou propinas obtidas de caixa-2 ou do “departamento de operações estruturadas” de empresas.

Serão os problemas de nosso tempo tão fáceis de consertar, como dizem os demagogos populistas? Como os populistas não estão dispostos a admitir o mundo real ser complexo e emergente a partir de interações entre múltiplos componentes, sugerem soluções simplórias contra os interesses de alguém. “Para todo problema complexo, existe sempre uma solução simples, elegante e completamente errada” (H. L. Mencken).

Por soluções passarem por conflitos de interesses legítimos, elas podem ser difíceis até para pessoas bem-intencionadas. Logo, como não conseguem alcançar o nível de dificuldades técnicas e políticas, as mentes simplórias precisam de alguém para culpar pela não-solução imediata. E culpar é o mais

feito por populistas demagogos e apoiadores incultos. Partem para “caça às bruxas” tal como no propagado antipetismo.

Em geral, o primeiro culpado evidente é encontrado fora do país, por exemplo, China, Venezuela, Cuba, etc. Os populistas veem inimigos por toda parte e uma eventual maioria popular expressa seu ódio. A culpa é sempre dos estrangeiros parasitas se os salários estão estagnados ou a identidade nacional está ameaçada por recém-chegados.

Senão, culpam o *establishment* político – desde as oligarquias regionais até os burocratas “privilegiados”, passando pela mídia falaciosa – por seu fracasso em cumprir com as promessas exageradas. Aquela “gente da capital” (Distrito Federal), está ali em proveito próprio ou conspirando com os inimigos da Nação. Os políticos do establishment são acusados de terem um fetiche equivocado pela diversidade de gêneros ou políticas identitárias. Os intolerantes não toleram a tolerância com “os outros”. O povo é assumido como fosse uniforme, puro e sempre correto - e não diverso, preconceituoso e muitas vezes com uma maioria equivocada.

Daí primeiro um líder “honesto”, isto é, capaz de partilhar da “opinião pura” das pessoas tuiteiras e disposto a lutar em nome delas, precisa alcançar o ponto de máximo poder. Segundo, depois desse “líder honesto” chegar ao comando máximo, precisa acabar com os obstáculos institucionais impeditivos de ele cumprir a vontade do “povo”.

As democracias liberais têm muitos mecanismos de controle criados para impedir um partido de acumular demasiado poder de “maioria contra minoria” e para conciliar os interesses de grupos diferentes. Mas, na imaginação dos populistas, a vontade do povo não precisa nem pode ser mediada. Qualquer compromisso com as minorias é visto como uma forma de corrupção da democracia.

Os populistas dizem agir diretamente em nome do demo - conjunto de indivíduos vivendo coletivamente em um território, configurando um povo - sem mediação. São profundamente iliberais: ao contrário dos políticos tradicionais, dizem abertamente as instituições independentes capazes de resguardar o primado da lei e os direitos das minorias não podem abafar a voz do “povo”, ou seja, no caso brasileiro atual, generalizado como “conservador, evangélico, olavete, militar e miliciano”. Os direitos individuais (e de minoria) e a vontade popular da maioria nem sempre andam juntos. É necessária uma democracia liberal, ou seja, não uma iliberal.

Inclusão Interrompida na Educação Superior

A tese de doutoramento de Ana Luíza Matos de Oliveira, “*Educação Superior brasileira no início do século XXI: inclusão interrompida?*”, foi defendida no IE-UNICAMP em fevereiro de 2019. Sob orientação do Márcio Pochmann e coorientação do Pedro Rossi, colegas do IE-UNICAMP, eu me entusiasmei a lê-la logo de início, não só por ter sido escrito por talentosa pesquisadora, mas por conter 45 gráficos e 75 tabelas.

Apreendi com minha mentora, A Professora Maria da Conceição Tavares: - “Nunca diga nada a respeito da sociedade brasileira sem apresentar dados comprovantes do dito. É a maneira de superar os argumentos ideológicos dos adversários.” Depois, iniciando minha carreira profissional no IBGE, esta lição ficou sedimentada.

Historicamente, segundo a Ana Luíza, “o acesso à Educação Superior no Brasil foi altamente restrito à elite econômica, majoritariamente branca, das Unidades da Federação mais ricas. No entanto, entre 2002 e 2014, período de crescimento econômico e de políticas voltadas para a ampliação das instituições/vagas de educação superior e para a inclusão social, houve importantes mudanças nesse setor”.

Então, ela lança as perguntas-chaves a buscar respostas em sua pesquisa. Qual a extensão dessas mudanças? O Brasil avançou no sentido da “deselitização” da educação superior? Como as políticas públicas contribuíram para essas mudanças? Quais as perspectivas, considerando a reversão de parte dessas políticas?

Seu objetivo é analisar o perfil dos estudantes de graduação brasileiros em termos de renda, raça/cor e região, levando em conta as políticas públicas aplicadas no início do Século XXI (2001 - 2017).

No capítulo 1, analisa alguns mecanismos capazes de, no capitalismo, reproduzir ou interferir nas desigualdades. Discute também a relação das múltiplas desigualdades com o acesso aos direitos sociais no Brasil. No capítulo 2, identifica e apresenta as políticas públicas da Educação Superior brasileira, em especial no início do Século XXI. No capítulo 3, analisa as mudanças no perfil dos estudantes da educação superior, mas salienta a possível mudança de tendência em 2015. Daí compara a expansão da educação superior brasileira recente à indiana em termos da desigualdade de acesso. Finalmente, no capítulo 4, apresenta fatos recentes, dentro da política econômica de austeridade, capazes de colocar em risco o ciclo virtuoso de inclusão social em curso na Educação Superior brasileira.

A hipótese levantada para ser defendida como tese ao apresentar, dados, informações e evidências, é ter havido uma democratização no acesso à Educação Superior no início do século XXI. No entanto, ela está sendo ameaçada desde a adoção da austeridade fiscal.

Sua pesquisa revela uma convergência entre o perfil do estudante em direção ao perfil médio da população brasileira, o que configura uma democratização do acesso à educação superior, embora ainda persistam imensas desigualdades sociais a serem superadas. Isto decorre de uma combinação virtuosa de crescimento econômico, redução de desigualdades na renda do trabalho e políticas públicas voltadas para maior acesso popular às Universidades.

No entanto, com a volta da Velha Matriz Neoliberal em 2015 e o golpe parlamentarista-judicial no ano seguinte, esse processo de inclusão ficou sob ameaça por políticas de austeridade fiscal, em especial a Emenda Constitucional 95, no governo golpista. Com a eleição do capitão de extrema-direita, está ocorrendo reversão em grande parte das políticas públicas responsáveis pelo processo de inclusão. Seu ódio à esquerda só é superado pelo ódio maior e oposto. Ideologia é seu mote - e não o bem-estar público.

Ao se referir à inclusão social e democratização do Ensino Superior, na tese, Ana Luíza se refere ao processo de aproximar socioeconômico, racial e espacialmente o perfil dos estudantes universitários ao da população brasileira, reduzindo as desigualdades de acesso às Universidades. Uma dúvida quanto à democratização do acesso é se trata apenas de uma massificação da quantidade de estudantes ou se é acompanhada também de uma melhoria na qualidade do Ensino Superior brasileiro.

Ela considera a democratização do acesso em si como um avanço nas políticas públicas. Nesse sentido, iguala estudantes de graduação independente da instituição à qual tem acesso, se é pública (25%) ou privada (3/4). Assim, não entra na discussão da qualidade da educação. Seu argumento é essa discussão ser restrita ao campo da Educação, então, “sobre a qual teria menos, como economista, a contribuir”.

Discordo. Pelo menos na nossa área de conhecimento, temos condições de avaliação da qualidade do Ensino. No apêndice do meu livro eletrônico “Ensino de Economia na Escola de Campinas: Memórias”, apresento dados do Censo de 2010, onde se registram 234.287 graduados, 18.341 mestres e 5.410 doutores na área de Economia. Entre os graduados, 59.346 são presumivelmente aposentados ou desempregados. A participação dos mestres e doutores é maior e crescente nas faixas etárias mais jovens.

No total, o curso de Economia possui 49,4 mil alunos matriculados em todo o país. No período de 2010 a 2015, foram 36,6 mil concluintes, ou seja, a média de 6,1 mil / ano. Se essa fosse a média nos últimos 35 anos (e todos os concluintes exercessem a profissão), estariam na vida profissional ativa cerca de 213,4 mil economistas.

Em 2015, número de alunos matriculados atingiu 50,4 mil, o número de ingressantes, 12,6 mil, e o número de concluintes, 6,23 mil. Para comparação, nesse ano, o IE-UNICAMP tinha 547 matriculados e teve 91 concluintes com idade média de 22 anos. Pelo Ranking Universitário da Folha de S.Paulo, é a melhor graduação na área do Brasil.

A questão da excelência do Ensino diz respeito à necessidade (ou não) de oferta de tantos economistas no mercado de trabalho. Parece estar havendo um descolamento entre oferta de vagas, principalmente por parte de Instituições de Ensino Superior privadas, e demanda pelo curso. Coordenadores de Ensino têm se queixado da queda da demanda de vestibulandos pelo Curso de Economia. Não é o caso do IE-UNICAMP.

Ana Luiza se apoia na literatura para dizer: “é difícil definir o que seja qualidade na educação como um todo”. No Brasil, foi percebida das seguintes formas ao longo da história: primeiro, a qualidade determinada pela oferta insuficiente; segundo, a qualidade percebida pelas disfunções no fluxo do ensino fundamental e; terceiro, a qualidade medida por generalização de sistemas de avaliação, baseados em testes padronizados. Esta terceira forma seria a mais usual medida de qualidade no país hoje.

O foco de sua tese é a estrutura de oferta da educação, e não sua demanda por parte do mercado de trabalho e da estrutura produtiva. Os dados de sua pesquisa mostram como o acesso às IFES se transformou em termos de idade, cores da raça humana, renda e regiões no período inicial do século XXI. Assim, em 2014, as IFES estavam se tornando mais parecidas com o restante da sociedade. Houve uma redução das desigualdades no acesso aos direitos sociais, em especial à Educação Superior.

Em 2001, o nono décimo na pirâmide da distribuição da renda representava 28% dos estudantes, passando a 17% em 2015. Já o último decil, o dos mais ricos, cai de 40% para 18% do total de estudantes. Estudantes com renda per capita domiciliar entre 3 e 5 SM eram a maioria em 2001 (55%) e passam a ser 15% dos estudantes. Por sua vez, os estudantes sem rendimentos ou com renda per capita de até 1 SM eram 7% do total em 2001 e passam a 32% em 2015. Já os estudantes com renda até 2 SM passam de 27% a 68% dos estudantes entre 2001 e 2015. Em 2001, 9% dos estudantes provinham de domicílios com renda de aluguel. Em 2015, este era o caso de menos de 4%

dos estudantes. Essa mudança ocorrida na Educação Superior brasileira, em especial na pública, está contribuindo para derrubar a justificativa neoliberal para cobrar mensalidades dos estudantes, sob alegação deles serem “filhos-dos-papais ricos”.

Ana Luíza reconhece uma limitação em sua tese advinda do fato de não haver um acompanhamento dos graduados ingressantes no mercado de trabalho. Daí não investigou como o acesso à Educação Superior interfere nas desigualdades a partir do mercado de trabalho. Estas questões, relacionadas também ao *background* classista familiar e às discriminações diversas sofridas pelos indivíduos no mercado de trabalho, inclusive em termos de gênero e cor, não eram objetivos de sua tese.

Na distribuição da desocupação por nível de instrução, com Ensino Superior completo eram 7,1% no fim de 2012 e 10,4% no início de 2019. Com Ensino Fundamental incompleto eram, respectivamente, 26,6% e 20,4%, talvez pelo desalento em buscar emprego. Maior participação tinha quem só completou o Ensino Médio, respectivamente, 35,1% e 39% dos desocupados.

A taxa de desocupação para quem tem Ensino Fundamental completo cresceu, no período, de 7,5% para 13,9%; para Ensino Médio completo, de 7,9% para 14,5% (para incompleto, de 12% para 22,1%); para Ensino Superior completo, de 3,4% para 6,9%. Fica clara a vantagem de estudar até se formar na Universidade. E a irresponsabilidade de um governo ao cortar essa possibilidade de mobilidade social!

Os dados do desemprego por classe social, considerando faixas de renda familiar com valores de 2017, também dão evidências a respeito. O desemprego subiu de 13,9% em 2008 para 30,7% na Classe E [até R\$ 1.100 ou 18,6%] em 2018, de 8,3% para 17,7% na Classe D [R\$ 1.100-R\$ 1.819 ou 16,7%], de 5,4% para 12,3% na Classe C [R\$ 1.819-R\$ 7.278 ou 54,4%], e apenas de 3,7% para 3,8% na Classe B [R\$ 7.278-R\$ 11.000 ou 5,3%] e de 3,1% para 3,3% na Classe A [acima de R\$ 11.001 ou 5%].

Ao completar o Ensino Superior, quem exerce a profissão na qual se formou já entra na faixa dos 10% mais ricos. Entre 90% e 95% recebem rendimentos médios de R\$ 5.214. Com um doutorado passa a integrar a faixa entre 95% e 99% com média salarial de R\$ 9.782. Com todos os títulos acadêmicos poderá ingressar no 1% mais rico ao receber em torno de R\$ 27.213.

Os fatos político-econômicos recentes, em especial desde 2015, demonstram o ciclo da cidadania, iniciado em 1988, ter acabado? Os universitários não reagirão contra isso?!

Além da Estagnação, Risco de Dolarização

Em uma piada corporativa se pergunta: - “Qual é a diferença entre economistas e contabilistas?” A resposta é uma única palavrinha: “hipótese”.

Um físico, um químico e um economista estão perdidos em uma ilha deserta, sem nada para comer, exceto com uma lata de sopa enlatada. Entretanto, era preciso abri-la. O físico disse: - “Vamos bater na lata com uma pedra”. O químico disse: - “Vamos fazer uma fogueira e aquecer a lata antes”. Logo, o economista deu sua solução: - “Vamos assumir a hipótese de termos um abridor de lata...”.

Os contadores registram os fatos do passado ao presente. Os economistas são cobrados para desdobrarem da “previsão do passado”, uma causação a partir de determinada hipótese, uma previsão do futuro incerto. A incerteza se dá a respeito de qualquer configuração resultante de múltiplas interações entre decisões a virem ainda ser tomadas de maneira descentralizada, descoordenada e desconhecidas umas das outras.

Minha previsão do passado: 80 anos antes da crise de 2009 tinha ocorrido a maior crise da economia capitalista. Ela maturou por 10 anos, gestando a intervenção econômica do Estado norte-americano com o New Deal de características socialdemocratas. Mas também acabou de chocar “o ovo da serpente”.

Da quebra de sua casca nasceu Adolfo Hitler. Como ditador nazista do Reich Alemão, ele foi o principal instigador da Segunda Guerra Mundial na Europa. A economia de guerra propiciou a superação da Grande Depressão econômica.

Ao contrário, passados 10 anos da depressão de 2009, a guerra comercial decretada por Donald Trump contra a China (e o México) desta vez está levando à desaceleração significativa do comércio mundial. Uma série de indicadores econômicos sugere estar tendo um efeito depressivo crescente sobre a economia mundial.

Martin Wolf (*Financial Times*, 22/05/19) pergunta: “em qual situação o aprofundamento do conflito econômico entre Estados Unidos e China deixará o restante do mundo, principalmente os aliados históricos dos EUA? Em circunstâncias normais, estes últimos ficariam do seu lado. A União Europeia (UE), afinal, compartilha com os americanos muitas de suas preocupações sobre o comportamento chinês. Mas essas não são circunstâncias normais. Sob o governo Donald Trump, os EUA se tornaram uma superpotência aberrante,

hostil, entre muitas outras coisas, às normas fundamentais de um sistema comercial baseado em um acordo multilateral e em regras vinculantes”.

Para a OCDE, a tensão entre as duas maiores economias do mundo é um perigo para os investimentos globais e empregos, além de reduzir o padrão de vida dos consumidores e aumentar custos de produção para as empresas. É um risco global resultar em uma forte desaceleração da China. O rápido crescimento do endividamento privado de corporações não financeiras é outro risco. O volume de US\$ 13 trilhões representa quase o dobro do montante de 2008. O crescimento global rastejante vai continuar. A OCDE sugere os governos agirem com urgência, usando todos os instrumentos à disposição para reativar uma expansão para todas as economias - e povos.

A história importa, mas ela se afasta progressivamente das condições iniciais desconhecidas. Por isso, estamos na dependência de uma trajetória caótica. A conjuntura ou configuração atual da economia como um sistema complexo é composta de fatos transcorridos em um processo socioeconômico e político ainda em andamento.

Se os economistas não sabem de onde viemos e para onde vamos, com honestidade intelectual nada poderiam prognosticar. Por dever de ofício, se quisermos entender onde a economia mundial está hoje e onde poderá estar amanhã, temos de saber como correu até a provisória linha de chegada. Martin Wolf diagnostica o mundo atual como aquele das taxas de juros reais e nominais ultrabaixas, política populista de eleitos com pequena maioria falarem “em nome de todo o povo”, mas atuarem apenas em função de sua base eleitoral e demonstrarem hostilidade à economia de mercado globalizado.

Os governos de países cujas dívidas são denominadas em suas próprias moedas, ou seja, caso dos Estados Unidos e de outros sem dívida externa expressiva, podem administrar as consequências de uma crise causada pelo crédito excessivo. O dinheiro farto e barato provocou a economia das bolhas, seja a de ações, seja a imobiliária. Os governos alongam o ajuste por vários anos, evitando assim uma Grande Depressão, tal como nos anos 30 do século passado, causada por uma espiral descendente de falências em massa e colapso da demanda. Vivemos sim uma Grande Recessão ou “estagnação secular”, isto é, um mundo de demanda agregada estruturalmente insuficiente para retomada do crescimento sustentado em longo prazo.

Para a desalavancagem financeira, adota-se uma mescla de quatro políticas econômicas: austeridade fiscal; refinanciamento da dívida corporativa (no caso brasileiro via emissões de debêntures com juros mais baixos); afrouxamento monetário pelos bancos centrais, com baixos juros para

sustentar os preços dos ativos; e mais transferências de renda e de riqueza para o topo da pirâmide. Nessa desalavancagem se mantém as taxas de juros de longo prazo abaixo do crescimento das rendas nominais para diminuição do grau de fragilidade financeira, isto é, a relação serviço da dívida/renda esperada.

E aqui-e-agora? Foi eleito presidente da República por uma pequena maioria (6% dos eleitores reverteriam o resultado) um representante antes “dissidente” da casta dos guerreiros-militares. Esteve por 27 anos refugiado no baixo clero da casta dos oligarcas da Câmara de Deputado, mas foi “esperto” o suficiente para enriquecer e criar seu clã dinástico político, aliado aos milicianos do Rio de Janeiro.

Sem debater na campanha eleitoral seu programa de governo, o único projeto apresentado foi a agenda de costumes conservadores de acordo com a mescla de valores morais militares e evangélicos: vingança contra os 30 anos de ostracismo militar, coragem para enfrentar os “inimigos” nomeados e adoção cega de programas de outras subcastas como a dos sabidos pastores neopentecostais. Daí defende os principais interesses dos políticos evangélicos: a manutenção de seus privilégios - isenção tributária e concessões de TVs e rádios; o avanço de pautas conservadoras, como a proibição do aborto, mesmo para os casos legalmente previstos; a proibição da discussão sobre gênero e prevenção da homofobia nas escolas, o retrocesso de direitos de grupos vulneráveis, como os travestis e transexuais.

E na área econômica? Dado seu desconhecimento de causa, centralizar toda a economia nas mãos de um ideólogo ultraliberal representante da subcasta dos mercadores, no caso, a dos banqueiros de negócios. O frasista carioca usa frases “espertas” e ocas para esconder sua carência de projeto estruturante de soberania nacional: “com a eleição do Bolsonaro o Brasil não vai virar a Venezuela, mas não garantiu não virar a Argentina”. Para isso, repete seu disco-arranhado: “é necessária a reforma da Previdência Social para o Brasil não virar a Argentina”. É a típica chantagem de tapeador.

Na verdade, sua prioridade é, via ajuste fiscal e privatizações de patrimônio público, controlar o crescimento da relação dívida bruta/PIB. Seus parceiros rentistas a têm como indicador de uma (falsa) ameaça de insolvência governamental. Evidentemente, com estagnação ou queda do PIB não alterará essa trajetória.

Retirada essa tecla única, qual será seu programa? Guedes pretende uma reforma tributária “para estimular o setor privado”. Leia-se: corte de impostos para os ricos e desmanche para tornar o Estado mínimo - e propiciar o máximo de “privataria”.

O ministro refuta a ideia de o Banco Central baixar os juros como forma de estimular o crescimento. Ele tem razão quanto à assimetria da política monetária: uma arma poderosa para provocar recessão, mas frágil para propiciar retomada do crescimento. Não há demanda por crédito sem projeto de investimento, dada ainda a baixa desalavancagem financeira das empresas não-financeiras brasileiras, o baixo ritmo de vendas, a grande capacidade produtiva ociosa e a lentidão para incorporar as inovações disruptivas da indústria 4.0 no Brasil. É bobagem a ladainha tipo Jornal Nacional: “estado de confiança brotará imediatamente após a reforma da Previdência”.

Na realidade, o consumo popular está estagnado pela ameaça de desemprego e o consumo do varejo de alta renda está suspenso pela ameaça previdenciária. Paradoxalmente, com baixa taxa de juro, o “efeito riqueza” se inverte e as famílias de alta renda cortam gastos para aumentar a sobra de renda necessária aos investimentos financeiros. Com o corte de direitos trabalhistas, a meta prioritária passa ser a acumulação de capital financeiro para seus rendimentos futuros substituírem a renda do trabalho na fase inativa.

Enquanto isso, o neto do Roberto Campos propõe a liberação geral das contas em dólares no país! O *Private Banking* usará o real para pagar e o dólar para investir. Bancos disputam os recursos de 121 mil brasileiros endinheirados, cerca de R\$ 1,125 trilhão de 56 mil famílias, atendendo brasileiros já “refugiados” no exterior e ampliando a oferta de produtos para clientes habitantes ainda do Brasil, mas com desejo de investir fora do país. Ao fim e ao cabo, com essa fuga de capitais, o dólar será reserva de valor e unidade de conta. Logo, a depreciação da moeda nacional será rapidamente repassada para todos os preços. Ao contrário do dito pelo Guedes, o Brasil virará a Argentina!

[Vergonha do General e do Procurador: 99% querem igual](#)

Para o ministro-chefe do GSI (Gabinete de Segurança Institucional), é uma vergonha ele, como general do Exército, receber um salário líquido de R\$ 19 mil - cerca de 10 vezes o rendimento líquido médio da população ocupada. A declaração foi dada em resposta a questionamento sobre o valor antes ganho como diretor do COB (Comitê Olímpico do Brasil): aproximadamente R\$ 55 mil, sem correção inflacionária para valor real atual.

Conversa entre os procuradores obtida pelo site *The Intercept* e analisada em conjunto com a Folha de S.Paulo apontam o procurador-chefe da Lava Jato ter montado um plano de negócios de eventos e palestras para lucrar com a fama, dada a espetacularização midiática da perseguição política

ao favorito na eleição de 2018. Ele era adversário do capitão acertado com o juiz parcial da operação. O procurador usava os contatos obtidos durante as investigações de corrupção para seu próprio enriquecimento pessoal.

A ideia de criar uma empresa de eventos para aproveitar a repercussão da Lava Jato foi manifestada pelo procurador em dezembro de 2018 em um diálogo com sua mulher. No mesmo mês, o procurador e um colega criaram um grupo de mensagens específico para discutir o tema, com a participação das esposas deles como “laranjas”. Eles teriam se articulado para obter lucro mediante a realização de palestras pagas e obtidas com o uso de seus cargos públicos. Tais palestras teriam se dado em parceria com empresas privadas, dividindo os valores do tráfico de influência.

Cerca de três meses antes de iniciar o grupo para discutir a abertura da empresa, o procurador informou à esposa sobre a lucratividade das palestras apurada até setembro de 2018. “As palestras e aulas já tabeladas neste ano estão dando líquido 232k [R\$ 232 mil]. Ótimo... 23 aulas/palestras. Dá uma média de 10k [R\$ 10 mil] limpo.”

No mês seguinte, o procurador manifestou a expectativa para o fechamento de 2018. “Se tudo der certo nas palestras, vai entrar ainda uns 100k [R\$ 100 mil] limpos até o fim do ano. Total líquido das palestras e livros daria uns 400k [R\$ 400 mil]. Total de 40 aulas/palestras. Média de 10k limpo”, disse o procurador em linguagem de traficante.

Caso tenha atingido a meta de faturamento líquido de R\$ 400 mil em 2018, essa remuneração pode ter superado a soma dos salários recebidos como procurador da República naquele ano. Dados do Portal da Transparência do Ministério Público Federal mostram ele ter recebido cerca de R\$ 300 mil em rendimentos líquidos em 2018, sem considerar valores de indenizações.

A tradução de “procurador”, para economês, passa a ser: quem se dedica à *rent-seeking* ou procura de renda. É a tentativa de obter renda econômica pela manipulação do ambiente social ou político no qual as atividades econômicas ocorrem, em vez de agregar valor à sociedade. Um exemplo de *rent-seeking* no passado era a limitação do acesso a cargos qualificados imposta pelas guildas medievais. Estudos atuais sobre *rent-seeking* focam na captura do regulador, ou seja, na exploração pelo agente público, no caso, do procurador, dos privilégios de monopólio decorrentes da regulação protecionista de suas atividades corporativas. Usa e abusa do corporativismo judicial.

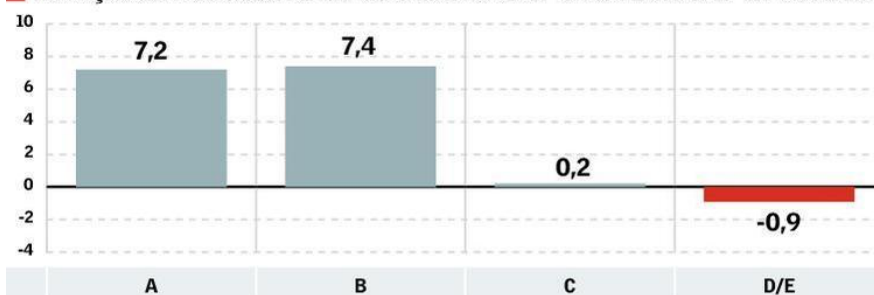
O início do ano do governo do capitão de extrema-direita foi marcado pela ascensão mais veloz da massa salarial das famílias das classes A e B, o topo da pirâmide social, segundo estimativas da consultoria Tendências. As

famílias da classe A são aquelas com renda familiar total ao mês acima de R\$ 18.462. Esse valor médio de renda cai a cada faixa social, para as classes B (de R\$ 5.929 a R\$ 18.461), C (de R\$ 2.459 a R\$ 5.928), D e E (até 2.459). O critério é da própria consultoria, porque não existe um critério oficial.

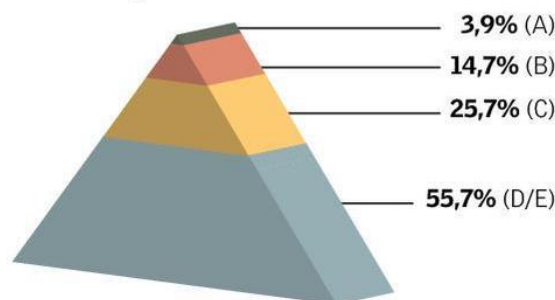
Mobilidade social

Desempenho das classes sociais no país com base na renda - em %

Varição da massa de renda do trabalho do 1º tri de 2019 x 1º tri de 2018



Distribuição das famílias por classes sociais em 2018



Fonte: Tendências

O estudo mostra 18,6% das famílias brasileiras pertencerem às classes A e B neste início de ano. Isso corresponde a cerca de 13,1 milhões de famílias. A proporção é inferior a aquela registrada antes da recessão, quando 19,5% das famílias brasileiras pertenciam a esse topo da renda nacional.

O estudo também estima 25,7% das famílias brasileiras estarem na classe média brasileira, a classe C. Essa classe respondia por 28,6% das famílias em 2016. No caso das classes D/E, são 41 milhões de famílias, correspondendo a mais da metade da população brasileira (55,7%). A atual crise político-econômica provoca a reversão do processo de mobilidade social ocorrido entre 2003 e 2014, durante governo de origem trabalhista.

Hoje, menos de 1/3 da população permanece bestificada pela pressuposta “caça à corrupção”. Essa parcela ainda não reconhece o erro de ter sido enganada pela “caça à renda” ou “caça à nomeação”. Ela briga contra os fatos. Em vez de avaliar a gravidade da mensagem, comprovante da parcialidade do prejulgamento do líder popular, ataca o mensageiro, um repórter investigativo de prestígio internacional.

O general e o procurador se dizem envergonhados pela renda recebida, embora ela os coloque no topo da pirâmide social brasileira. Não à toa, a desigualdade econômica é uma questão das mais atacadas pela esquerda há muito tempo.

O ponto de partida para entender a desigualdade no contexto do progresso humano é reconhecer a desigualdade de renda não ser um componente fundamental do bem-estar. Não se compara com bens essenciais para uma boa vida, como saúde (sem ter impedimento do corpo), segurança (sem sofrer por violência física ou econômica), personalidade (espaço privado para se assumir por inteiro), respeito (mútuo, tolerância, civilidade), harmonia com a natureza, amizade (afeto desinteressado com igualdade e solidariedade) e lazer, isto é, uma atividade criativa em lugar de trabalho alienante

Até especialistas repetem a falácia da quantidade fixa, talvez por fervor retórico, e não por confusão conceitual. A confusão de desigualdade com pobreza deriva diretamente dessa falácia: a ideia de a riqueza ser um recurso finito, a ser repartido sob os ditames da soma zero, isto é, se alguém ficar com mais, é inevitável outros obterem menos.

Nesse debate sobre distribuição de renda existe um problema de terminologia. Usa-se “pobreza” como um estado, quando falta aquilo necessário à subsistência, ou seja, penúria em termos absolutos. Mas se refere também à classe: é uma referência ao conjunto dos pobres, ou seja, à relativização quanto às demais classes sociais. Neste caso, pobreza ou riqueza é relativa: somos tão ricos quanto nos sentimos, e as pessoas de nosso convívio oferecem, não raramente, o parâmetro para esse sentimento. “Um homem rico é aquele ganhador de 100 dólares a mais por ano em relação ao ganho do marido da irmã de sua mulher”, definiu o satírico H.L. Mencken.

Uma consequência danosa da falácia da quantidade fixa é a crença de, se alguém se torna mais rico, só pode ter roubado da participação de outra pessoa. Isso ocorreria em caso de uma renda estar dada, seja por consideração de um corte temporal arbitrário, seja por a economia estar estagnada como a brasileira atualmente.

Em caso de crescimento da renda nacional, todos podem aumentar o recebido em termos nominais, embora os mais ricos possam ganhar em maior ritmo. No caso atual de estagdesigualdade, não se adiciona valor na produção, mas os recebedores de juros e alugueis, além de especuladores com ganhos de capital na bolsa de valores podem se apropriar de mais valor em seu estoque de riqueza financeira.

Na realidade, as pessoas prefeririam distribuições desiguais de renda entre os seus conterrâneos se sentissem a alocação ser justa. Achariam justo os bônus serem dados a quem trabalhasse mais, a quem ajudasse com mais generosidade ou até a quem tivesse mais sorte em uma “loteria” imparcial.

Não haverá uma aversão generalizada à desigualdade se as pessoas sentirem no país predominar a meritocracia. Esta é o predomínio, em uma sociedade, organização, grupo ou ocupação daqueles detentores de mais méritos: os mais trabalhadores, mais dedicados, bem-dotados intelectualmente, etc. A maioria aceita o sistema de recompensa e/ou promoção, por exemplo, em um emprego, fundamentado no mérito pessoal. As pessoas se aborrecem quando sentem não ser.

Daí há rejeição por parte de quem não se beneficia de nepotismo, isto é, favoritismo para com parentes, especialmente pela distribuição parental de poder público, demonstração de preferência por colegas corporativos, proteção só para pessoas da mesma seita religiosa ou ideológica. O favoritismo está sendo demonstrado ser típico no atual regime político ou administrativo brasileiro com a prática de conceder compensações ou privilégios por influência, amizade ou parentesco, sem levar em consideração valores como competência, merecimento e honestidade.

A impessoalidade é pré-requisito republicano no trato da coisa pública. É contrária ao afilhadismo, compadrice, compadrio, filhotismo, nepotismo, preferência, proteção, entre outras práticas bolsonaristas.

Validismo é o ato de prestar apoio injusto, julgado imerecido a alguém. Ocorre quando um protetor presta ajuda somente a seus validos, protegidos, apadrinhados.

Cada vez mais, o povo brasileiro cantarola: *“eu tô só vendo, sabendo, sentindo, escutando e não posso falar, tô me guardando pra quando o carnaval chegar”...*

Capítulo 3

Frente Ampla de Oposição

O que é ser de esquerda hoje? O que fazer aqui-e-agora?

Em país onde não há um sistema bipartidário, cada qual contendo diversas tendências, mas sim um sistema partidário muito fragmentado - e nem sempre por razões ideológicas, mas por interesses programáticos ou personalistas -, em geral, há um segundo turno eleitoral para a escolha de mandatários de cargos majoritários. Aí, então, ocorre forçosamente uma polarização binária entre “direita” e “esquerda”.

Na última eleição brasileira, seja pela incapacidade de aliar-se, seja pela necessidade de renovar-se com novas lideranças populares, a esquerda foi derrotada pela predominância do chamado “antipetismo” após três mandatos - e um golpe. Uma reação equivocada de cada ala seria buscar se distinguir mais ainda em uma autofagia com o auto isolamento partidário. Depois do filtro, terminaria tão “puro”, ideologicamente, quanto pode ser só um indivíduo.

A distinção política entre “direita” e “esquerda”, argumentava Norberto Bobbio, em meados dos anos 90, continuava a servir como pontos de referência indispensáveis. Partia da constatação de os homens, por um lado, serem todos iguais entre si. De outro, cada indivíduo é diferente dos demais. “Quem considera mais importante, para a boa convivência humana, aquilo comum capaz de os unir, em uma coletividade, está na margem esquerda - e pode ser corretamente chamado de igualitário. Quem acha relevante, para a melhor convivência, a diversidade e/ou a competitividade, está na margem direita e, em geral, defende a meritocracia benéfica a si e seus pares”.

O reducionismo faz a seguinte distinção. São de esquerda as pessoas interessadas pela eliminação das desigualdades sociais. A direita insiste na convicção de as desigualdades serem naturais e, enquanto tal, não são elimináveis.

O que há de comum, naturalmente, entre os diversos seres humanos? Todos têm os quatro instintos básicos: de sobrevivência, sexual de reprodução, de competição e de proteção. Talvez se pudesse deduzir: indivíduos com o instinto de competição exacerbado, como os caçadores, guerreiros e coletores do passado e os mercadores do presente, tendem para a direita. Por sua vez, indivíduos com o instinto de proteção social pronunciado, antes pastores e agricultores comunitários, teriam em sua herança genética uma tendência de se colocarem à esquerda. Entretanto,

estes tiveram de aprender a guerrear em defesa contra aqueles predadores ou conquistadores. Mas a troca de mercadorias sempre existiu entre comunidades cooperativas pacíficas.

Dando um salto do DNA à Revolução Francesa, a distinção política passou a ser entre um partido da conservação e um partido da revolução. A questão entre eles era sobre as prerrogativas do regime monarquista-constitucionalista ou um republicanismo revolucionário. A República é vista como soberania popular impessoal: uma forma de governo na qual o chefe do Estado é eleito pelo povo através do voto livre e secreto ou por seus representantes, tendo seu governo uma duração limitada.

Os conservadores acabam a aceitando ao se colocarem a questão entre a revolução ou a reforma. A objeção do conservador Edmund Burke à revolução se baseia em seu horror à perspectiva de abandonar tudo arduamente conseguido em séculos de lentas e incrementais melhorias e mudanças. Thomas Paine, progressista, objeta à vagarosa mudança reformista porque, em sua opinião, ela fortalece o despotismo e é causada mais pelo desejo de sustentar a iniquidade em vez do desejo de enfrentar a injustiça.

Fica uma contradição no lema da República: liberdade, igualdade e fraternidade não constituem, em simultâneo, uma trindade impossível? O amor dedicado dos pais a seus filhos (paternidade) não torna impossível a sociedade ser, ao mesmo tempo, justa, livre e igualitária? Se é justa, as pessoas com maior esforço acumularão mais dinheiro e propriedades. Se é livre, elas os transmitirão a seus filhos. Neste caso, a sociedade deixa de ser igualitária e justa, porque alguns herdarão riquezas pelas quais jamais trabalharam! Simplesmente, pela “sorte do berço”!

Buscando o comum capaz de unir os seres humanos, quem tende a ser mais igualitário, enfatiza a “igualdade de resultados” ao defender, em uma sociedade justa, não deve haver grandes diferenças de renda e/ou riqueza. Opta pela tributação progressiva da riqueza, inclusive a transmissão de herança. Retira o maior incentivo ao enriquecimento.

O liberalismo clássico, de origem iluminista, coloca mais ênfase na justiça social sob forma de “igualdade de oportunidades”. Se as pessoas partirem de igualdade de condições educacionais básicas para subir na escala social, inclusive através de política social compensatória do “azar do berço”, os liberais acreditam uma sociedade com grande diferença de renda ou riqueza ainda pode ser justa.

Defendem a competição e a meritocracia contra o nepotismo, o corporativismo, o patrimonialismo e o clientelismo. Estes vícios públicos corrompem as virtudes privadas da democracia republicana. A esquerda

necessita criar um consenso com a direita a respeito da impessoalidade exigente na ocupação de cargos públicos pelos eleitos.

Em geral, a esquerda demonstra maior preocupação com os cidadãos considerados em desvantagem em relação aos outros por causa da “sorte do berço”. Mas o paternalismo não pode se derivar em um clientelismo populista com base em demagogia tanto à esquerda quanto à direita.

O espectro da esquerda política vai da centro-esquerda à extrema-esquerda. Entre os primeiros encontram-se os socialdemocratas, progressistas e também alguns socialistas democráticos e ambientalistas ecossocialistas. A extrema-esquerda se refere às posições mais radicais, como a revolução permanente defendida por grupos ligados ao trotskismo. Alguns defendem essa revolução pela ação direta do proletariado, sem a mediação de partidos políticos e sindicatos. Recusam as alianças do Partido dos Trabalhadores com outros partidos progressistas ou liberais, visando à participação em “eleições burguesas”, para ter chances no jogo parlamentar.

O que fazer aqui-e-agora? Uma Frente Ampla da Esquerda à la Uruguai e Portugal. Essas amostras de política bem-sucedida ocorrem em países com eleitorados bem menores. Mas demonstram a fragmentação isolacionista certamente não ser o caminho vitorioso.

Para buscar uma postura capaz de unir a esquerda hoje fragmentada e também alcançar uma maioria social, a palavra-mágica é tolerância. É o desafio de ser tolerante com a existência de diferenças entre si e “os outros”, seja de esquerda, seja alienado ou mesmo da direita liberal clássica. Sem dividir a direita, em um país com forte predomínio do conservadorismo religioso em costumes, a hegemonia cultural será difícil de ser alcançada. Temas de costumes como aborto, casamento gay, pesquisas em célula-tronco, eutanásia, posse/porte de armas, etc., dividem mais em vez de somar.

Para tanto, alguns consensos democráticos serão necessários. Ao rejeitar a nomeação de cargos por nepotismo ou camaradagem, em um aparelhamento sem critério de mérito, a esquerda democrática abandona a *Nomenklatura* e a possibilidade de um Estado totalitário explorar a maior parte da população, sem conseguir entregar a abundância econômica planejada centralmente. Rejeita o fenômeno burocrático, característico do chamado stalinismo, hegemônico na velha esquerda.

Em visão holística, a realidade passa a ser vista pelos revisionistas da nova esquerda como permanente “movimento social”: a ampliação gradual de conquistas de direitos (civis, políticos, sociais, econômicos e de minoria) da cidadania, isto é, para todos os cidadãos, independentemente de classes sociais ou castas profissionais. Mas a defesa incondicional dos direitos

humanos, inclusive para “os desumanos” segundo critério arbitrário da violenta casta dos guerreiros-militares, é uma premissa inegociável.

Em consequência da adoção de uma via pacifista de ascensão ao Poder, a esquerda hoje afasta a crença na revolução - um golpe de Estado - para a evolução democrática de um sistema complexo como é o capitalista. Ele tem múltiplos componentes interagindo permanentemente entre si, via mecanismos de mercado, instituições, normas sociais, leis, regras formais ou informais, etc. Esta emergência o configura de distintas maneiras ao longo do tempo e lugares particulares. Por exemplo, há variedades de capitalismo, entre outros, o do livre-mercado, o do Estado e o da mistura em Estado de bem-estar ou de mal-estar social. Isto sem falar em particularidades étnico-nacionais.

Ao aprender a regular uma economia de mercado sem travá-la, a esquerda aceita hoje o mecanismo de mercado competitivo, sem favorecimento corrupto, como um motor da evolução sistêmica. A estratégia para essa luta deixa de ser uma súbita mudança revolucionária e passa a ser o gradualismo, lento ou rápido a depender das circunstâncias, em um processo incremental de luta em defesa de ideais éticos.

Por fim, no debate público-parlamentar a ser enfrentado, aqui-e-agora, será pertinente à esquerda propor um avanço civilizatório. Na reforma da Previdência Social, aceitar 65 anos como idade mínima para se aposentar tendo como compensação 4 dias com 9 horas de jornada de trabalho por semana. Toda a sociedade ganhará!

Em um ano há 365 dias e, durante suas 52 semanas, há 252 “dias úteis”, descontando 102 dias de fim de semana e 9 feriados. Descontando 22 dias úteis de férias, sobrariam 230×8 horas = 1.840 horas de trabalho por ano. Considerando 30 anos de trabalho, são 55.200 horas trabalhadas na vida ativa.

Se a Reforma da Previdência aumentar cinco anos de vida ativa, serão mais 9.200 horas de trabalho até se aposentar, totalizando 64.400 horas, pagando mais contribuições, mas tendo menos “vida inativa” até o falecimento. Os trabalhadores só perderão.

Contrapartida para a expansão dos anos de trabalho: negociar 48 semanas \times 36 horas = 1.728 horas anuais. Considerando 35 anos de trabalho, seriam 60.480 horas trabalhadas na vida ativa. Então, elevaria em 5.280 horas a carga de trabalho anterior, mas os trabalhadores teriam mais um dia livre na semana.

A dedução utópica, isto é, crítica à realidade atual, é: tendo menos um dia sem trabalho alienante, os trabalhadores terão três dias para lazer criativo, ou seja, para criar um produto de trabalho com o qual se identifica. Um exemplo é fazer um curso de extensão para alavancagem da carreira profissional. Outro: praticar um *hobby* com sua habilidade pessoal, seja como artesão, seja como esportista. Dessa forma, cada trabalhador se identificará com o resultado final - e será feliz.

Em termos marxistas, a ideia é dividir a mais-valia relativa. A produtividade aumenta durante a 4ª. Revolução Industrial devido à automação robótica. Senão, apenas os acionistas estariam se apropriando dela, com os verdadeiros produtores nada recebendo. Os trabalhadores trabalhariam mais anos - para elevação da contribuição previdenciária -, mas com menor jornada semanal.

Caso aprovada, aumentará a produtividade de todos os fatores pelo maior tempo de mercadorias e serviços expostas à venda para consumidores. O meio-ambiente também agradecerá com menos engarrafamentos urbanos na semana. A sociedade poderá estabelecer o costume de duas jornadas de trabalho, sendo uma delas escolhida pelos trabalhadores: uma de segunda-feira à quinta-feira e outra de sexta-feira à domingo. As “horas-extras” do fim-de-semana em certas atividades - saúde pública, comércio, turismo, entretenimento, transporte, esporte, economia criativa, etc. - seriam compensadas com o mesmo ganho em três dias de quem trabalha durante quatro dias.

A esquerda não deve aceitar a mudança do regime de repartição, quando a geração ativa paga a aposentadoria da geração inativa, para o regime de capitalização, mesmo sendo apenas para os trabalhadores com rendimentos acima de cinco salários mínimos. Esta decisão de contribuição para uma Previdência Complementar deverá se manter como pessoal e intransferível para o Estado.

Na verdade, essa mudança defendida pela direita neoliberal poderá ter duas consequências arriscadas. A primeira provocar, artificialmente, um boom na bolsa de valores favorável à casta dos mercadores-rentistas já posicionada em ações existentes à espera de um choque de demanda por novos ativos - formas de capitalização de riqueza - inexistentes hoje na economia brasileira. A essa falsa euforia por enriquecimento ilusório se seguirá um pânico na véspera da aposentadoria pelo crash causado pela reversão de expectativas, seja por uma análise fundamentalista mais apurada, seja por um choque exógeno inesperado.

O segundo problema será a transferência em massa da contribuição previdenciária dos mais ricos para o regime de capitalização desfalcando o atual regime de repartição e elevar o déficit público. Por isso, a esquerda necessita enfrentar o debate público.

Revisionismo e Evolução Sistêmica

A *Nomenklatura* (Nomenclatura) é palavra de origem latina russificada. Designava a classe dirigente da União Soviética, ligada à gestão administrativa do Partido Comunista. Ela constituía a lista dos postos mais importantes: as candidaturas indicadas por “camaradas” (ou “companheiros”) eram previamente examinadas, recomendadas e sancionadas por um comitê do Partido do bairro, da cidade, do estado, etc. Era preciso igualmente a concordância do Comitê Central para atribuir e demitir de funções administrativas as pessoas admitidas a ocupar esses postos-chave.

Desde os anos 20 do século XX, formou-se uma camada social particular por camaradas filiados e burocratas do SOREX - Socialismo Realmente Existente. A URSS constituiu o primeiro modelo totalitário de direção de Estado sobre todas as atividades econômicas. Começou a divulgar seu fracasso em 1956, quando no XX Congresso do PC foram revelados os crimes da era stalinista. Até a derrocada total desse regime totalitário, em 1991, foi ficando claro, para a esquerda democrática, a URSS não corresponder ao socialismo de sua utopia, isto é, crítica à realidade do capitalismo.

O SOREX era sim uma sociedade de classes, ou melhor dito, de castas de natureza ocupacional, dominada por determinada casta de oligarcas governantes - a *Nomenklatura* - relativamente pouco numerosa. Explorava a maior parte da população, mas não conseguia entregar a abundância econômica planejada.

Stalin foi a emanção desta Nomenclatura, quando o órgão do secretariado do PC realizava as nomeações, não somente no aparelho do partido, mas em todos os organismos administrativos, seções do Governo, polícia política, Exército Vermelho, economia, cultura, etc. O fenômeno burocrático foi a característica dominante do chamado stalinismo.

Antes mesmo da má experiência soviética já havia questionamentos do marxismo quanto à unilateralidade da concepção materialista da história, à insuficiência da Teoria da Mais-Valia para explicar o valor adicionado e apropriado inteiramente em “atividades improdutivas”, à análise da concentração progressiva, ao “objetivo último do socialismo”. Abandonado o marxismo, a realidade passa a ser vista pelos revisionistas como permanente “movimento social”: a ampliação gradual de conquistas de direitos (civis,

políticos, sociais, econômicos e de minoria) da cidadania, isto é, para todos os cidadãos, independentemente de classes sociais ou castas profissionais.

Em decorrência, esses revisionistas foram taxados de renegados. Seus “camaradas” logo cuidaram de expulsá-los do Partidão. Entretanto, a revisão do marxismo era fato: depois de “inventadas as ideias” não é possível mais as “desinventar”.

O revisionismo aparece em todos os lugares, de tempos em tempos, de modo mais ou menos independente por distintos seres pensantes autônomos. Qual é o conteúdo ou o núcleo do revisionismo teórico? Quais são os aspectos do marxismo sempre revistos?

Referente à teoria econômica, o revisionismo supera (no sentido hegeliano de manter o válido e avançar em relação ao inválido) a Teoria Marxista do Valor, restrita à esfera produtiva. Se contabiliza o valor adicionado pela diferença entre o valor da produção (faturamento de empresas não-financeiras) e o consumo intermediário, não contabiliza o valor de mercado atribuído pelas expectativas futuras de valer mais no futuro, por exemplo, ativos como ações, divisas estrangeiras, imóveis, saldos ou estoques dados (existentes) de maneira geral. Esse valor apropriado é base da concentração da riqueza. No entanto, a Teoria do Valor-Trabalho afirma a mera troca de propriedade não acrescentar nenhum valor. Adiciona sim valor de mercado - e este é apropriado.

A produção de mais-valia constitui para marxistas a explicação essencial da luta de classes. Esta, mais cedo ou mais tarde, levaria à derrubada “necessária” do modo de produção capitalista. É espécie de determinismo histórico.

Os revisionistas, então, afastam a crença na revolução - um golpe de Estado - para a evolução democrática de um sistema complexo como é o capitalista. Ele tem múltiplos componentes interagindo permanentemente entre si, via mecanismos de mercado, instituições, normas sociais, leis, regras formais ou informais, etc. Esta emergência o configura de distintas maneiras ao longo do tempo e lugares particulares. Por exemplo, há variedades de capitalismo, entre outros, o do livre-mercado, o do Estado e o da mistura em Estado de bem-estar ou de mal-estar social. Isto sem falar em particularidades étnico-nacionais.

Surgiu uma “classe média de renda”, cuja cultura consumista hoje é assumida pelos próprios trabalhadores manuais ou artesãos criativos por conta própria, inclusive proprietários de empresas (CNPJ) com ou sem sócios e empregados. É vista como uma prova de não ocorrer uma polarização da luta de classes binária (trabalhadora e capitalista) em direção a uma revolução

capaz de destruir o sistema capitalista e erguer um socialismo democrático. Por exemplo, a massificação do Ensino Superior, o crédito para o consumo massivo de bens industriais antes considerados “de luxo”, o financiamento habitacional para condomínios populares, tudo isso ocorre em países capitalistas após a II Guerra Mundial em meados do século XX.

Houve a evolução de um capitalismo competitivo para um oligopolista ou monopolista com trustes e carteis. Mas a evolução sistêmica continua com a avaliação do custo de oportunidade financeiro de cada ação como fixar preço e estabelecer margens de lucro, crédito abundante para alavancagem financeira, ganhos de capital pelo fundador com elevação de participações acionárias, universalização dos meios de comunicação via redes de relacionamento social, etc. Vão surgindo instrumentos propícios à maior capacidade de adaptação e enfrentamento das flutuações econômicas e políticas.

A auto-organização sistêmica não segue um processo linear, é mais caótico ao se afastar das condições iniciais sem se saber “onde vai parar”. Aliás, pararia inevitavelmente em um idílico mundo futuro do comunismo utópico? Ou em uma distopia?

Na Filosofia, os revisionistas se apoiam em um neoidealismo ao não se restringirem ao materialismo dialético. Immanuel Kant (1724-1804) propicia uma síntese entre o racionalismo continental, onde impera a forma de raciocínio dedutivo, e a tradição empírica inglesa, valorizadora da indução materialista. De acordo com o idealismo transcendental, todos nós trazemos formas e conceitos a priori, como os matemáticos, não obtidos com os sentidos, para examinar a experiência concreta do mundo.

Os revisionistas sentem a necessidade de poderes ideais, por exemplo, a luta social por conquista de direitos ao cumprir certas obrigações éticas, comportamentais e fiscais. Conjuntamente com construção de instituições reguladoras da economia de mercado, são motores da evolução sistêmica. A estratégia dessa luta deixa de ser uma súbita mudança revolucionária e passa a ser o gradualismo, lento ou rápido a depender das circunstâncias, em um processo incremental de luta em defesa de ideais éticos. A história deixa de ser vista com um processo causal, submetido a leis de movimento social necessariamente deterministas. Passa a ser vista como resultado de aspirações humanas para realização de suas ideias a respeito de justiça social.

A imagem dialética do mundo de tudo estar constituído à base de contradições e toda a evolução se achar condicionada por “luta” dos contrários não deve obscurecer o mundo real, onde há, em algumas conjunturas, conciliação de classes antagônicas, ou melhor, aliança

temporária entre certos interesses comuns das castas de natureza ocupacional. As motivações, sejam econômicas, sejam políticas, não devem ser vistas como suspeitas, como é comum fazerem os marxistas extremistas, mas como pragmáticas por uma esquerda democrática.

Ao afastar leis e causas na história, os revisionistas rechaçam também a teoria marxista dos estágios inapeláveis: comunismo primitivo-escravismo-feudalismo-capitalismo-socialismo-comunismo ou “reino da abundância”, capaz de prover cada ser humano de acordo com suas necessidades. Eles enxergam o desenvolvimento socioeconômico em termos de um processo evolutivo no qual “o velho” se torna gradualmente “o novo” em um processo caótico sem equilíbrio e qualquer fim predeterminado.

O socialismo não substituirá o capitalismo por meio de uma revolução. Ele será superado, pouco a pouco, por um novo modo de produção e de vida, podendo até ser apelidado de socialista se for comunitário e cooperativo em substituição à economia de mercado. Mas deixa de haver uma meta final, esta se dissolve em movimento eterno. Meta, para os revisionistas, seria ideal abstrato, como a utopia crítica do mal-estar presente no capitalismo. Em última análise, o termo final (ou “paraíso”) é um mito.

Politicamente, a teoria evolucionária do desenvolvimento socioeconômico sustentada por revisionistas corresponde a um reformismo consequente e resistente contra a ideia de revolução violenta. Esta destrói sem construir uma democracia pacífica.

Se é necessária violência para a transformação - uma ditadura do proletariado -, o sintoma é o organismo social não estar maduro para a mudança. Haverá reação de anticorpos. A democracia supõe auto-organização social negociada em acordo coletivo ou contrato social estabelecido em uma Constituição justa com os direitos de maioria e das minorias. O socialismo democrático é conscientemente evolucionista e reformista.

Irracionalismo e Evolução Sistêmica (uma tréplica)

Para o irracionalismo, o mundo não é inteiramente acessível ao conhecimento. Ele contém um resíduo ininteligível e inexplicável. A Ciência se esforça para explicá-lo pouco a pouco através de permanente teste de hipóteses. Enquanto elas se sustentam empiricamente, permanecem como explicativas. Alterado o contexto, com nova auto-organização de um sistema complexo, as velhas hipóteses são descartadas e substituídas por outras mais adequadas ao novo ambiente natural e institucional.

Talvez seja essa necessária auto subversão das ideias, principalmente daquilo aprendido como dogmas no passado, o incômodo de Elias Jabbour, professor adjunto da FCE-UERJ, com meu artigo “*Revisionismo e Evolução sistêmica*”. Eu agradeço suas críticas postadas também no portal do Brasil Debate. Temos de superar nossa incapacidade de escutar o outro fora da nossa câmara de eco. Será a forma de ultrapassar a cultura de ódio em vigor no País - e expressa especialmente na rede social. Por que não retomarmos uma necessária formação cidadã para o debate público, de início, entre os próprios companheiros posicionados à esquerda?

A diversidade de pensamentos e as diferenças políticas se tornam produtivas quando cada qual consegue escutar (e ler) o outro. Não se pode refletir sobre o pensamento do outro a partir da própria posição ou valores. Responder ao outro a partir de si é uma escuta colonizadora: visa ou arrebanhar o rebento desgarrado ou excluir o descrente de vez. Neste filtro, ouve, mas não escuta. Lê, mas não aprofunda a reflexão proposta.

Empatia significa a capacidade psicológica para sentir o que sentiria uma outra pessoa caso estivesse na mesma situação vivenciada por ela. Consiste em tentar compreender de forma objetiva e racional o que sente outro indivíduo, no caso, o interlocutor.

Daí quando Jabbour se refere à “crise de pensamento” como característica cíclica da subjetividade intelectual/acadêmica, relacionando-a ao “final do século 19, quando o capitalismo já havia deixado de ser algo progressista para ser alimento de um irracionalismo filosófico” percebe-se seu ponto de vista estar firmemente fincado no materialismo histórico. O irracionalismo foi um componente do Romantismo, tendência filosófica influente no século XIX, avessa à razão iluminista predominante no século anterior. Irracional não pode ser quem não concorda consigo.

Materialismo é a atitude de quem entende tudo ser matéria ou desdobramento de uma vida voltada unicamente para os bens materiais. Para o materialismo histórico, as formas de produção econômica são os únicos fatores realmente determinantes do desenvolvimento histórico e social. As demais esferas culturais, como Religião, Moral, Direito, Estado, Ciência, Arte e Filosofia são meras derivações. Representam uma espécie de superestrutura sobre a infraestrutura econômica determinante. A origem do materialismo histórico está ligada ao filósofo alemão Karl Marx (1818-1883).

Em sua concepção do materialismo dialético, ele se baseia na dialética para compreender os processos sociais. Tenho pontos de concordância com o Jabbour ao reconhecer a história não ser estática nem ter um fim na atual configuração sistêmica. Estudo os fatos históricos com base em elementos

contraditórios interativos. Avalio um todo, em uma visão holística, e não somente o objeto do estudo em questão, em particular, o individualismo metodológico focado nas decisões ou escolhas pessoais.

Talvez tenhamos uma discordância pelo fato do marxismo ortodoxo se fundar apenas no materialismo e se opor totalmente ao idealismo. A história da Filosofia abrange um processo de conflito entre o princípio idealista, baseado em ideias, pensamentos e no abstrato como um todo, e o princípio materialista, baseado nos determinantes materiais, fatos e estudos concretos. Justamente por adotar a dialética, baseando meus estudos na comparação de contradições na configuração de um todo, um sistema complexo emergente das interações entre seus múltiplos componentes, acho restritivo o pensamento economicista: a economia determinar o restante do mundo.

A Economia é necessária, mas não é suficiente para explicar a verdade, isto é, o todo. Por essa busca incessante em busca de uma verdade variável a cada contexto sistêmico, ninguém se pode colocar como “dono da verdade”. Não é possível apropriá-la a partir dos dogmas de sua crença. Senão, aqui-e- agora, estaria com uma postura igual, embora oposta, aos partidários da Escola Sem Partido. De um lado, bastaria a Bíblia, e não a Ciência do darwinismo evolucionário. De outro, bastaria ler *O Capital*, para sanar “o caso do professor Fernando Nogueira da Costa que, em artigo recente (“Revisionismo e evolução sistêmica”) adianta um *desnecessário* acerto de contas com o marxismo, alguns de seus princípios e a experiência soviética” (itálico meu).

Dogma significa, literalmente, “o que se pensa é verdade”. É uma crença ou convicção, um pensamento firme ou doutrina. Para os sábios-pregadores do marxismo ortodoxo, este passou a ter um fundamento religioso ao caracterizar cada um dos pontos fundamentais e indiscutíveis do materialismo histórico como uma crença ou questão de fé. Pontos inquestionáveis, uma verdade absoluta a ser ensinada com autoridade.

Além do marxismo ortodoxo ou estalinista, os dogmas estão presentes em outras religiões como o cristianismo, o judaísmo ou islamismo. Os princípios dogmáticos são crenças básicas pregadas pelas religiões. Elas devem ser seguidas e respeitadas pelos seus membros sem nenhuma dúvida.

Quem os rejeita pode incorrer em crimes variáveis de acordo com a religião. Na Igreja Católica, o crime de heresia aconteceu no período da Idade Média, quando as pessoas acusadas eram excomungadas ou perseguidas através da Inquisição. Na URSS, o crime de dissidência aconteceu no período do estalinismo, quando as pessoas acusadas eram renegadas, perseguidas através da KGB e confinadas no Gulag ou na Sibéria.

Assim, os dogmas proclamados pela URSS devem ser aceitos como verdades reveladas por Stalin através de sua leitura de O Capital. São irrevogáveis e nenhum membro da esquerda, muito menos um reles professor universitário, tem autoridade para os alterar.

Aprendi com Jabbour serem dogmas intocáveis do materialismo histórico a infraestrutura como determinante única da superestrutura, a predominância absoluta do método histórico-indutivo sobre o abstrato-dedutivo, a impessoalidade do sistema, seja capitalista, seja socialista (SOREX: Socialismo Realmente Existente):

- “O capitalismo financeirizado desde a década de 1970 e acelerado com a contrarrevolução neoliberal dos anos de 1990 tem impulsionado uma nova onda de crise de pensamento e de mediocridade intelectual”.
- “O pós-crise financeira de 2009 abre outra vaga de irracionalismo filosófico sob o acicate de formas nada triviais, entre elas o niilismo e o revisionismo histórico”.

Em seguida, Jabbour passa à defesa da URSS por conta de “o professor Fernando Nogueira da Costa tece uma série de comentários, a meu ver sem nenhuma historicidade”. Por exemplo, a “má experiência soviética” como o “primeiro modelo totalitário de direção de Estado sobre todas as atividades econômicas”.

Em resumo, seu argumento é, seja durante a II Guerra Mundial, seja por conta da chamada por ele de III Guerra Mundial (“Guerra Fria”), ambas colocaram “frente a frente um país cujo objetivo primário era o de colonizar e exterminar povos inteiros [Alemanha nazista ou Estados Unidos imperialista] e outro cujo exemplo foi fundamental aos processos de libertação colonial e de emancipação social dos negros e mulheres dos EUA [URSS]”. Espanto, né?

Jabbour critica a minha crítica ao totalitarismo estalinista: “longe de apontar o dedo aos verdadeiros algozes (a fusão da indústria com a grande finança - o imperialismo e o nazismo), lança desonra, atingindo suas vítimas (povos colonizados) e seus defensores históricos (URSS e República Popular da China)”. Não cita em nenhuma passagem o próprio Stálin! Maniqueísmo é a ideia baseada em uma doutrina religiosa, infelizmente, no caso, a marxista dogmática. Afirma existir o dualismo entre dois princípios opostos, normalmente, o bem (URSS/PCCh) e o mal (Alemanha do nazismo/EUA do liberalismo).

Jabbour critica meu “senso comum” referente à minha crítica ao determinismo histórico do marxismo vulgar. Defende: “a URSS foi a primeira experiência moderna e humana de planificação bem-sucedida da economia”.

Suas glórias: “construir toda uma base material em menos de 20 anos pronta de derrotar a, desde então, maior máquina de guerra da história, ser pioneira em lançar seres vivos ao espaço e atingir os maiores patamares de produção científica até então vistas”.

Jabbour justifica o desrespeito soviético aos direitos humanos pela escassez de bens de consumo. Para ele, “a democracia, longe de ser um ‘valor universal’ (o único valor universal é o direito à vida [?!]), deve estar baseada na abundância. Nunca na escassez e em relações sociais de produção (barbárie) correspondentes a este estágio de desenvolvimento”.

Daí concluo ele também possuir um defeito comum à nossa corporação profissional: o defeito dos economistas é eles serem apenas economistas. Quando é marxista ortodoxo torna-se um crente com fé inabalável no postulado marxista: “o comunismo seria a fase final do desenvolvimento da sociedade humana alcançada através de uma revolução proletária, isto é, uma revolução encabeçada pelos trabalhadores das cidades e do campo”. Os operários estão sendo substituídos por robôs administrados por engenheiros, assim como os camponeses foram expelidos pela mecanização do campo... e o comunista não refaz sua crença.

O determinismo histórico dessa “fase final”, de fato, não se conjuga com meus estudos de dinâmica da evolução sistêmica. Muito menos com meu pacifismo gradualista em lugar da ideia de uma súbita “revolução etapista”, através de armas ou violência de uma “vanguarda dita burguesa ou proletária”, logo transformada em uma nomenclatura. Não aceito a narrativa de um Estado totalitário e vigilante, excludente de todos os direitos humanos, exceto à vida dos “escravos”, como uma necessidade histórica para se alcançar a pressuposta “abundância comunista”.

Nesta tréplica, evitei qualquer argumento “*ad hominem*”. A carência do hábito de um debate civilizado muitas vezes leva à desqualificação do interlocutor supostamente por ele não ser especialista de tanto mérito (quanto à autoimagem do próprio crítico) ou por juízo negativo de suas intenções. Atacar à pessoa, em vez da opinião dela, tem a intenção de desviar a discussão e desacreditar a proposta desse oponente intelectual. Infelizmente, é comum, seja à esquerda, seja à direita.

“Nós contra Eles”: Participantes Interativos de um Sistema Financeiro Complexo

A tomada de posição contra O Banqueiro, pelo discurso recorrente dos companheiros de esquerda, parece arregimentar força política para alguma ação coletiva. O fato de ter “um inimigo do povo” identificável,

supostamente, daria não apenas a possibilidade de articular e demonstrar nossa fé ideológica, mas também de nos unirmos aos nossos irmãos-camaradas de credo.

Essa é uma velha “caça à bruxa”. A usura é uma bruxa condenada desde o século XIII, quando a difusão do crédito passou a ameaçar os milenares valores cristãos. Antônio, “o mercador de Veneza”, na peça representativa de William Shakespeare, pediu por livre vontade um empréstimo ao judeu Shylock, para satisfazer seu caso amoroso, Passâmio, de modo este oferecer um dote para se casar com uma rica herdeira.

Antônio tinha diversificado seu risco, enviando cada um de seus navios a destinos distintos, mas foi acometido por uma calamidade sistêmica: todos naufragaram. Sua fortuna foi por água abaixo. No entanto, o tribunal decidiu: Skylock não poderia tirar nenhuma gota de sangue do seu devedor para cumprir o contrato. Pior, por atentar contra a vida de um cristão, para não ser morto, foi obrigado a passar seus bens para o Estado e a converter-se ao cristianismo. O amigo de fé, seu irmão camarada, não é o mais certo das horas incertas... Cristãos se endividavam, mas caloteavam a dívida.

O judaísmo, assim como as demais religiões, era mantenedor daquele dualismo universal primitivo entre “moral de grupo” e “moral com referência a estranhos”. Permitia receber juro de outros crentes, porém não dos irmãos de religião.

A religião islâmica também condena os lucros gerados, exclusivamente, pelas finanças. O Islã advoga a distribuição equitativa de riscos e benefícios entre parceiros de associações econômicas em lugar da relação entre credores e devedores.

Dada essa longa tradição religiosa, a estratégia ideológica (tipo “nós contra eles”) atrairia seguidores, estimularia controvérsia, criaria lealdade e faria todos lutar contra O Sistema. Ledo engano. Somos desiguais, mas todos somos partes do sistema financeiro.

É fácil e cômoda a redução sistemática de um domínio do conhecimento, no caso, a análise econômica do sistema bancário, a um outro mais particular, a luta de classes binária, tida como politicamente mais fundamental. Mas isso é um reducionismo simplório, por decompor esse todo caracterizado como um fenômeno complexo a seus termos mais caricatos e considerá-los mais fundamentais se comparado ao próprio fenômeno sistêmico. Senão vejamos.

“Eles”, Os Banqueiros, são tão diversos como “nós”, os clientes. Compare o atual ministro da Economia, um ex-banqueiro de negócios, com os

dirigentes profissionais de bancos de varejo. Durante a sanguinolenta ditadura militar chilena, aceitou uma cadeira de docência na Universidade do Chile, para presenciar e se tornar adepto do casamento do oportunismo de *Chicago's Boys* com militares ávidos por implantar à força um regime militar. Se não dá para isso, pelo menos um regime de capitalização em lugar da Previdência Social. A bolha de ações resultante enriqueceu tanto a casta dos mercadores quanto a casta dos militares. Depois, muitos empobrecidos aposentados se suicidaram.

Quando voltou para o Brasil, ele se sentiu marginalizado. Não lhe deram nem as posições acadêmicas nem os cargos no governo para os quais ele se sentia merecedor. Ruminou por décadas sua vingança e a “volta por cima” com ideólogos e/ou militares. Na década de 1980, atuou por 16 anos no Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC). Em 1983, foi um dos fundadores do Banco Pactual. Ao deixa-lo, montou uma gestora de recursos para especulação com o Fundo JGP Hedge. Depois, foi sócio fundador do grupo financeiro BR Investimentos e virou banqueiro de negócios no Bozano Investimentos.

Deslanchou sua verve ideológica quando foi um dos fundadores do Instituto Millenium, um *think tank* neoliberal brasileiro. Promove o direito de propriedade, a economia de mercado e colocar limites institucionais à ação do governo para incentivar a privatização geradora de *good business*. Valores e princípios liberais em defesa de uma sociedade democrática representativa, como liberdade individual e Estado de Direito, em especial, direitos de minoria, ficam em segundo plano. Quando muito aparecem como mera retórica “liberal” a camuflar a aliança com a extrema-direita brasileira.

Mas Os Banqueiros não se dividem apenas entre dirigentes de corporações gigantescas varejistas e atacadistas de “agência aérea”, isto é, em andares altos de prédios de luxo para gestão da própria fortuna - e dos “parceiros”. Sem agências nas ruas, os pobres clientes, ou melhor, os clientes pobres são defenestrados se aparecem por lá.

Existem cerca de 1.400 instituições no sistema financeiro nacional. Cooperativas de crédito são 1.004 (72%) e concedem R\$ 97 bilhões de crédito (3% do total). As 262 financeiras e outras instituições do mercado de capitais (19%) concedem apenas R\$ 31 bilhões (1%). Bancos privados se dividem em dois: os 59 nacionais (4%) concedem R\$ 1,111 trilhão (32%); os 63 estrangeiros (4%) concedem R\$ 442 bilhões (13%). Em contrapartida, os 13 bancos públicos (5 federais e 8 regionais/estaduais) concedem R\$ 1,730 trilhão (51%), conforme disse o presidente da FEBRABAN em palestra (abr/2018).

O mais relevante é o chamado “*big six*” (BNDES, BB, Bradesco, Itaú, Caixa e Santander) se incluir o banco de desenvolvimento entre os bancos comerciais, senão “*big five*”. Aliás, concentração bancária existe na China e em praticamente todos os sistemas bancários nacionais de países grandes. Aqui, esse agrupamento dos seis maiores bancos em ativos soma 80% do crédito total e 81% do total de captações. Em dezembro de 2018, o *Market-share* de cada um no crédito total ia de 8% do Santander, 9% do BNDES e 11% do Bradesco até 15% do Itaú, 18% do Banco do Brasil e 19% da Caixa.

Isto apesar dos bancos públicos terem perdido posições desde o governo golpista. No fim de 2017, já possuíam 45% dos ativos, 51% do crédito e 48% das captações. Um ano após essas participações caíram, respectivamente, para 42%, 48% e 45%.

Cada um dos maiores bancos possui seu nicho de mercado, onde é dominante. Quanto à principal modalidade de crédito à Pessoa Física por parte de cada um deles, o financiamento habitacional representa $\frac{3}{4}$ da carteira de crédito da Caixa, tendo além disso só alguma expressão o empréstimo com consignação em folha de pagamento. O Banco do Brasil, assim como o Itaú e o Bradesco, também se dedicam bem a esse empréstimo com baixo risco. Mas seu negócio preferencial é o crédito rural e agroindustrial, constituindo quase metade de sua carteira. Para o Itaú, mais de $\frac{1}{4}$ de seu crédito é concedido via cartões. Quase $\frac{1}{4}$ do crédito do Santander é financiamento de veículos, enquanto o Votorantim com $\frac{4}{5}$ se dedica quase exclusivamente a esse negócio bancário. Por sua vez, o BTG-Pactual concentra quase toda sua atividade de crédito a Pessoa Física no exterior. “Os Banqueiros” são bem diferentes, não?

Mas, além do financiamento, nas duas outras funções básicas dos bancos - uma, viabilizar um sistema de pagamentos, outra, captar ou oferecer oportunidades de investimentos financeiros aos seus clientes - há também distinções no tratamento do público-alvo.

Hoje, o pagamento feito pelos canais bancários é por meio de débito em conta corrente via TED ou DOC. O valor chega ao destinatário no mesmo dia, se feito no horário definido pelos bancos, das 6h30 às 17h, em dias úteis. Pode levar de 5 a 30 minutos. A transferência custa ao cliente uma tarifa definida por banco ou por transação, ou, ainda, em pacotes oferecidos de acordo com o perfil de cada cliente.

O preço de cada transação deverá ser reduzido para centavos, talvez a partir do segundo semestre do próximo ano, porque o sistema de pagamentos instantâneos permitirá redução de custos fixos e o custo marginal digital é quase zero. A operação será completada em até 10 segundos. Poderá ser feita

24 horas por dia, sete dias por semana, durante o ano todo. Substituirá os pagamentos em espécie feito pessoa a pessoa. Uma informa a opção de pagamento e o valor da compra em seu celular, outra seleciona no seu smartphone o cartão a ser utilizado e a forma de pagamento (débito ou crédito). Aproxima o celular do outro e digita a senha do seu cartão. Pagamento já realizado!

Em 2017, 42% das transações com movimentação financeira era feita por canais como agências, ATMs, correspondentes e *contact center*, 37% por POS e 21% por Internet e *mobile banking*. Em 2011, era respectivamente, 52%, 31% e 16%. A tendência é digital.

Impacto da revolução tecnológica sobre o emprego bancário: em 1989, eram 821 mil bancários no país, esse total caiu 52% até 2001, para o patamar de 393 mil vagas. De 2002 a 2011, por dez anos consecutivos, o total de empregos em bancos apresentou um crescimento contínuo, atingindo 508 mil vagas. O setor bancário encerrou 2018 com aproximadamente 465 mil funcionários diretos, sendo 78% com nível superior.

Todos nós, trabalhadores ativos e inativos, somos clientes desse sistema. Dependemos dele para substituir a renda do trabalho pelos rendimentos do capital financeiro na aposentadoria. Não corresponde à realidade o lema “nós contra eles”. É reducionista.

“Nós” somos 144 milhões depositantes de poupança com média de R\$ 5 mil; em fundos e TVM 8 milhões pessoas em classe média baixa (per capita de R\$ 41,5 mil), 4 milhões em classe média alta (R\$ 242 mil) e 121 mil ricos com R\$ 9,2 milhões per capita. Só.

Nacionalismo Populista contra o Marxismo Cultural Globalista

A “guerra cultural”, decretada pela nova direita, ocorre ao mesmo tempo em vários lugares do mundo com bandeiras-de-luta contra o chamado por ela de “marxismo cultural globalista” (sic). Isso quando não acrescenta, no mesmo caldeirão de feitiço ideológico da esquerda, o Gramsci, o Paulo Freire e o ateísmo militante a favor da ideologia de gênero, o casamento homossexual e a Escola com Partido!

No espaço se vai e volta. Quando a direita está indo, a esquerda está vindo. No tempo, não. Ele é irreversível. Quando se avança não se retrocede. O contraexemplo seria a Revolução Iraniana, ocorrida em 1979. Ela fez o Irã, até então uma monarquia autocrática pró-Occidente comandada pelo Xá Mohammad Reza Pahlevi, retroceder para uma república islâmica teocrática sob o comando do aiatolá Ruhollah Khomeini.

Mas a Revolução Iraniana é dividida em duas fases: na primeira, houve uma aliança entre grupos liberais, grupos de esquerda e religiosos para depor o xá; na segunda, chamada Revolução Islâmica, viu-se a chegada dos aiatolás ao poder. A dúvida em análise com perspectiva histórica é quando a panela-de-pressão explodirá a tampa da repressão sobre valores culturais e ideológicos diversos. Períodos de repressão política podem durar mais ou menos, porém, os diversos componentes rebeldes permanecem no subterrâneo, seja das ideias, seja das práticas clandestinas de costumes avançados.

Brasil acima de todos, Deus acima de tudo... É um espanto um presidente, eleito sob uma República constitucionalista laica, adotar esse slogan em um país multiétnico e com sincretismo. O país caracteriza-se pela fusão de diferentes cultos ou doutrinas religiosas, com reinterpretação de seus elementos, e pela expansão do ateísmo científico.

O Brasil ainda é a maior nação católica do mundo, mas, na última década, a Igreja teve uma redução da ordem de 1,7 milhão de fiéis, um encolhimento de 12,2%, segundo dados do Censo de 2010 do IBGE. Pela primeira vez o Censo detectou uma queda em números absolutos de católicos. Antes do levantamento de 2010, o quadro era apenas de crescimento de católicos em ritmo cada vez menor. Mantida essa tendência, em cerca de 30 anos católicos e evangélicos estarão empatados em número de fiéis.

Se em 1970 havia 91,8% de brasileiros católicos, em 2010 essa fatia passou para 64,6%. Quem mais cresce são os evangélicos. Nesses quarenta anos, saltaram de 5,2% da população para 22,2%. Mas os ateus cresceram também significativamente para 9%.

Os números mostram uma redução acentuada de poder da Igreja Católica no país nas últimas décadas: a mudança foi lenta entre 1872 e 1970, com perda de 7,9% de participação no total da população ao longo de quase um século. Ela se tornou acelerada justamente nos últimos 20 anos, quando a retração foi de 22% e, paradoxalmente, imperou a globalização agora combatida pela aliança entre a direita e os evangélicos!

Correlação não é causalidade. A ideologia da nova direita está se espalhando no mundo, mas se nos Estados Unidos está relacionada aos WASP, na França está ao catolicismo tradicionalista da Frente Nacional e aqui no Brasil ao evangelismo pentecostal.

WASP é o acrônimo em inglês. Significa “Branco, Anglo-Saxão e Protestante” (*White, Anglo-Saxon and Protestant*). Sugere o substantivo “*wasp*” (vespa) e o adjetivo “*waspish*” (irascível, petulante). Designa um grupo de indivíduos de religião protestante e ascendência britânica. Eles

detinham enorme poder econômico, político e social, na sociedade norte-americana, e estariam perdendo esse poder excessivo para católicos, judeus, negros, latinos, asiáticos e até nativos americanos. Reagem contra imigrantes não ricos com a organização conservadora e racista da “Supremacia Branca”. Ressurge também a Ku Klux Klan, conhecida como KKK ou simplesmente “o Klan”.

São correntes reacionárias e extremistas, tais como a supremacia branca, o nacionalismo em torno do imaginário social do “sonho americano”, a anti-imigração do nordicismo (defesa de uma suposta raça nórdica), o anticatolicismo e o antisemitismo. Praticam discurso de ódio e terrorismo contra grupos ou indivíduos aos quais eles se opõem. Essas organizações de extrema-direita clamam pela “purificação” da sociedade norte-americana, assim como clamavam os nazistas pela “purificação” da sociedade alemã. No Brasil, a nova direita macaqueia e passa a clamar contra os petistas, os socialistas, os comunistas, as feministas, os homossexuais e os nordestinos pobres!

O nacionalismo consiste em uma ideologia e um movimento político. É baseado na imaginação de um tipo particular de nação excludente de outras concepções. Exprime a crença na existência de certas características comuns em uma comunidade nacional. Possui o desejo de modelá-la, política e culturalmente, à base da força da lei e violência.

No século XX, houve o surgimento de ideias nacionalistas de parceria com teorias racistas, como na Alemanha (nacional-socialismo), na Itália (fascismo) e no Japão. O nacionalismo no Brasil não se manifestou contra as formas neocolonialistas de exploração. Historicamente, o povo brasileiro nunca se uniu contra uma ameaça externa. Quando sua elite está populista, até ela valoriza a sua cultura diversa e popular.

O nacionalismo ufanista, propagandeado artificialmente, pode ser considerado como nacionalismo exagerado ou exacerbado. É artificial um orgulho excessivo por um país onde nasceu a ponto de o considerar superior aos demais países e levar a atos de discriminação contra estrangeiros. Daí o nacionalismo se liga ao separatismo com a intenção de autossuficiência política e econômica de um determinado povo ou nação. Ele está presente no discurso de Trump, Marine Le Pen e outras lideranças de direita. Mas aqui não: Bolsonaro se presta a uma servidão voluntária aos norte-americanos.

O populismo de direita é uma combinação de etnonacionalismo com o antielitismo. Usa uma retórica populista para promover uma mistura de desinformações e desconfiança nas instituições existentes, sejam elas os três poderes republicanos, as universidades, as corporações, os sindicatos ou a

mídia. Candidatos de outras castas se colocam contra “os políticos profissionais” do establishment (casta dos oligarcas governantes), insuflam discursos de ódio contra bodes-expiatórios e se aproveitam de um clima de desconfiança generalizada entre os jovens brancos raivosos desempregados.

Opções irracionais são eleitas. O irracionalismo é resgatado por sua atitude anti-intelectual, avessa à razão e aos intelectuais simpatizantes do Iluminismo contra o Absolutismo.

Nos Estados Unidos, a maioria dos democratas antes receava se apresentar como liberal, o termo para designar esquerdista no vocabulário norte-americano. Agora, a tendência é se assumir como socialdemocrata à la países nórdicos. Contrapõe o gradualismo político e social contra o livre mercado dos republicanos. Hoje, a maioria da geração Y nos EUA se apresenta como socialista nesse sentido reformista e ambientalista.

O liberalismo norte-americano é expressão econômica do racionalismo competitivo. Lá, o movimento irracionalista é tendencialmente antiliberal no sentido político. Aqui, na Tropicalização Antropofágica Miscigenada brasileira, a mistura se dá na aliança de militares em defesa de seus privilégios corporativistas com ultraliberais oportunistas à espera de uma reforma da Previdência Social, para originar bons negócios no mercado de capitais, apoiada pelo agrobusiness exportador contra a perda de mercado no Oriente Médio por abertura de embaixada em Jerusalém e os evangélicos, cuja prioridade é legislar uma pauta de costumes conservadores. Os discípulos do guru Olavo de Carvalho, ignorantes como ele só, dão um revestimento ideológico de direita.

A pergunta-chave é: como essa maioria amorfa e disforme obteve 55% dos votos do eleitorado brasileiro? Fora as circunstâncias eleitorais - a prisão do candidato mais popular pelo futuro ministro da Justiça do candidato dublê de político e militar -, é necessário entender o contexto de raiva contra o establishment.

A raiva não surgiu apenas em razão do desemprego conjuntural, pós-declínio cíclico, cuja reversão mundial ocorreu em 2008-9 e do super ciclo de *commodities* em 2011. O maior problema se tornou o desemprego tecnológico. As tecnologias como inteligência artificial, robôs e serviços prestados de forma remota com uso de plataformas digitais estão destruindo empregos em processo já denominado de *comoditização* digital.

A escassez de bons empregos leva à desconfiança nas elites políticas e alimenta a citada reação adversa autoritária e nativista. Um bom emprego é um cargo estável no setor formal, acompanhado de proteções trabalhistas essenciais, como condições de trabalho seguras, direitos de barganha

coletivos e regulamentações contra demissões arbitrárias. Esse seria o almejado estilo de vida de classe média, com renda suficiente para moradia, alimentação, transportes, educação e outros gastos da família, além de alguma sobra para investimentos complementarem a aposentadoria.

Porém, hoje há uma incompatibilidade entre a estrutura da produção cada vez mais intensiva em qualificação e a baixa qualificação da maioria da população em idade ativa. Com o avanço tecnológico e a globalização, a automação e a digitalização cada vez maiores da indústria e dos serviços levam à substituição de mão de obra por um segmento avançado e mundialmente integrado. Emprega uma parcela minoritária. Resta um segmento de baixa produtividade absorvedor somente de parte da nova geração com baixos salários e sob condições precárias. Daí a raiva contra “o globalismo”, “a elite intelectual” e todos “os outros” fora das câmaras de eco de sua rede social.

Frente Ampla Progressista

No artigo “O que é ser de esquerda hoje?”, postado no site da Carta Maior, lancei a clássica pergunta: “O que fazer aqui-e-agora?”. Respondi: “uma Frente Ampla da Esquerda à la Uruguai e Portugal”. Neste artigo aprofundo o exame da questão.

De início, amplio a proposta para uma Frente Ampla Progressista (FAP). A estratégia é, justamente, sair do gueto e ampliar a aliança de modo a conseguir inclusive o apoio dos liberais clássicos. Ao aceitar a economia de mercado como um motor da evolução sistêmica, a esquerda pactua com os liberais a defesa do mecanismo de mercado competitivo. Aprende a regular apenas contra o excesso de exploração, sem a travar com excesso de regulação supostamente protecionista, mas prejudicial à abertura comercial e à multiplicação de empregos pelo componente de exportações líquidas.

Para tanto, percebe a alternativa - capitalismo de compadrio - ter levado ao favorecimento corrupto. A estratégia para essa luta deixa de ser uma súbita mudança revolucionária e passa a ser o gradualismo, lento ou rápido a depender das circunstâncias, em um processo incremental de luta em defesa de ideais éticos.

Em visão holística, a realidade passa a ser vista pelos revisionistas da nova esquerda como permanente “movimento social”: a ampliação gradual de conquistas de direitos (civis, políticos, sociais, econômicos e de minoria) da cidadania. Sendo para todos os cidadãos, independentemente de classes sociais ou castas profissionais, dialeticamente, transforma quantidade em qualidade, isto é, cria um novo modo de vida e produção.

Voltando aos citados exemplos, a Frente Ampla (FA) é uma coalizão eleitoral de esquerda do Uruguai. Nela se integram vários partidos políticos e organizações da sociedade civil. Foi fundada em 5 de fevereiro de 1971 na tentativa de eleger Líber Seregni à presidência da República. Com o golpe militar de 27 de junho de 1973 foi colocada na ilegalidade e reprimida, sendo seus líderes presos.

Mais de trinta anos depois, elegeu democraticamente Tabaré Vázquez para presidente do Uruguai. Após cinco anos de um governo popular, elegeu seu sucessor, José Mujica. Em 2014, Tabaré Vázquez foi eleito presidente novamente. São 15 anos com a FA no poder executivo do Uruguai.

A Frente Amplio (<https://frenteamplio.uy/>) se apresenta como uma força política de mudança e justiça social de concepção progressista, democrática, popular, anti-oligárquica e anti-imperialista. Forma uma organização para ação política permanente com o caráter de coalizão e movimento social, com base no respeito recíproco pela diversidade ideológica, funcionamento democrático e unidade de ação.

No documento fundador dessa força política, a Declaração Constitutiva de 5 de fevereiro de 1971, sua origem pode ser claramente lida: “Foi concebida na luta do povo contra a filosofia fascista da força. E a união, por sua natureza e origem, tendo o povo como protagonista, permitiu o agrupamento fraternal dos *colorados* e *blancos*, democratas-cristãos e marxistas, homens e mulheres de ideologias, ideias religiosas e filosofias, trabalhadores, estudantes, professores, padres e pastores, pequenos e médios produtores, industriais e empresários, civis e militares, intelectuais e artistas, em uma palavra, todos os representantes dos trabalhadores e da cultura, os porta-vozes legítimos para o coração da nacionalidade. (...) O pilar fundamental é a construção de uma sociedade justa”.

Estas definições foram ratificadas e atualizadas nos Congressos sucessivos, instâncias máximas de direção da Frente Ampla. São ordinariamente realizadas a cada 30 meses.

“Geringonça” é o apelido dado ao governo cuja aliança assumiu o poder em Portugal em novembro de 2015. O gabinete é liderado por primeiro-ministro do Partido Socialista (PS), de centro-esquerda, e se sustenta em acordos com três siglas cujas ideias são em geral classificadas como de extrema-esquerda no contexto europeu: o Partido Comunista Português (PCP), o Bloco de Esquerda e o partido Os Verdes.

A Geringonça se formou de maneira improvável. Após governar Portugal por quatro anos entre 2011 e 2015, o primeiro-ministro do Partido Social Democrata (PSD), de centro-direita, coligado com o Partido Popular venceu as

eleições legislativas de 4 de outubro de 2015 com 38,5% dos votos, cerca de seis pontos à frente do PS isoladamente.

Aquele primeiro-ministro não conseguiu, no entanto, manter a maioria no parlamento português, a Assembleia da República. Esta havia lhe permitido implantar a política de austeridade exigida pela União Europeia em meio à crise da dívida no continente. Em 10 de novembro de 2015, o gabinete provisório da centro-direita foi derrubado por uma coalizão de partidos de esquerda e extrema-esquerda. Esta aliança detinha a maioria na formação pós-eleitoral da assembleia.

A derrubada do governo de centro-direita só foi possível por conta da união das esquerdas em torno do nome do Partido Socialista. Tal acordo se deu em meio a muitas críticas. Economicamente, os críticos esperavam a coalizão esquerdista colocar o país em apuros, porque prometia “virar a página da austeridade” e reduzir o alcance de uma política econômica de agrado ao mercado financeiro, mas com grande desemprego.

Politicamente, a coalizão era criticada por ser apontada como frágil, uma vez que havia muitas diferenças entre os integrantes da união. Então, o presidente do CDS – Partido Popular, um partido conservador, fez um duro discurso onde afirmou a coalizão não ser “um governo, mas uma geringonça”. Literalmente, geringonça significa o que é malfeito, com estrutura frágil e funcionamento precário. Mas também pode ser vista como um aparelho ou mecanismo de construção complexa como é a própria realidade.

O epíteto, então depreciativo, passou a ser adotado por comentaristas políticos e também por integrantes da “geringonça”. Hoje, com o sucesso de sua política socioeconômica, ganhou uma conotação positiva. Designa o desafio de lidar com um sistema complexo, dinâmico e emergente de interações entre múltiplos componentes.

Entre 22 países analisados, o Brasil lidera a concentração de riqueza nas mãos do 1% mais rico da população, segundo relatório “Panorama Social da América Latina 2017”, divulgado CEPAL a partir de dados da rede internacional de pesquisadores *World Wealth and Income Database*. Reúne informações tributárias para estimar a desigualdade de renda nos países. O 1% mais rico da população brasileira concentra 27,8% da renda total do país, apontam dados de 2015.

O *ranking* mundial do Índice de Gini de distribuição da renda familiar coloca o Brasil na 19ª pior colocação. O Uruguai fica no 55º lugar e Portugal na 108ª posição. Os países nórdicos e da Europa Oriental (ex-URSS), além de Alemanha (145º) e Bélgica (150º), assim como todos os europeus com socialdemocracia estão em posições melhores entre os 158 países. Indica o

imenso desafio de se implantar aqui uma política de igualdade de oportunidades, compensatória do “azar do berço”, e igualdade de resultados com tributação progressiva da desigualdade excessiva, gerada na economia de mercado. Isto exigirá uma reforma pronunciada na estrutura tributária brasileira hoje regressiva.

Mas, acompanhadas do combate à pobreza, essas devem ser as políticas prioritárias em uma FAP, e não a política de “escolha de vencedores” com subsídios fiscais e/ou creditícios para grandes corporações. Esta gera compadrio, favoritismo, clientelismo, etc. Já vimos esse “filme” - e ele não termina bem. O foco deve se dirigir para as políticas sociais, além das já citadas, em especial, para a educação, saúde e segurança pública.

Na área econômica, é estratégica a implantação de infraestrutura (energia, logística em transportes, mobilidade urbana), onde o Estado deve estabelecer as prioridades e incentivos. Mas só aí. De resto, impor a competição, o critério de mérito e a abertura comercial. Os consumidores não devem pagar mais em função de protecionismo e/ou reserva de mercado, mesmo através da taxa de câmbio, para a indústria. Já não é “nascente”, na verdade, aqui predomina a estrangeira. O déficit comercial da indústria de transformação tem sido compensado pelo superávit obtido pela parceria agronegócio-Embrapa-BB-BNDES. Uma indústria competitiva pela economia de escala instalada aqui se torna uma base para a exportação de manufaturados para os vizinhos.

Dani Rodrik diz haver apenas três maneiras de reduzir a incompatibilidade entre a estrutura dos setores produtivos exigente de maior qualificação em automação digital e a desqualificada população em idade ativa.

A primeira estratégia é o investimento em qualificações, educação e capacitação do capital humano. São políticas importantes, mas com efeitos em longo prazo.

Uma segunda estratégia é convencer empresas bem-sucedidas a conduzir a inovação para tecnologias socialmente mais benéficas, voltadas para aumentar, em vez de substituir, o contingente de trabalhadores menos qualificados. Porém, os exigentes padrões de qualidade necessários para abastecer as cadeias de valor mundiais não podem ser atendidos facilmente pela substituição de máquinas por mão de obra manual.

Uma terceira estratégia seria impulsionar uma faixa intermediária de atividades de baixa qualificação intensivas em uso de mão de obra. O turismo e a prestação de serviços urbanos, como cuidadores de idosos, são potenciais

setores absorvedores de mão de obra. O emprego público em educação, saúde e segurança pública, além da construção de habitações de interesse social, ambos também ocupam muito. A incapacidade de gerar empregos bons tem custos sociais e políticos muito altos. A FAP pretenderá reduzir esses custos.

Todos sabem: ex-emprego e ex-amor

Todos sabem: o maior problema brasileiro no presente não é a reforma da Previdência Social. Este será um grande problema no futuro. O maior desafio atual é a retomada do crescimento da renda e do emprego. Mas a respeito disso o governo do capitão-miliciano não toma nenhuma providência. É obsessivo com a previdência - e “o PT”.

Todos sabem: a taxa de desocupação atual representa uma enorme população desocupada (em torno de 13 milhões). Em média, 1/5 das famílias brasileiras têm problema com desemprego de um de seus três membros, provavelmente, a do chefe de família.

Todos sabem: a idade média da população e a estagnação econômica do país dificultam a recolocação profissional. O tempo passa e cada vez mais o desempregado vê também amigos, vizinhos ou parentes sem emprego. Bate o desespero. É um melodrama social.

Todos sabem: o gasto público deve substituir o gasto privado quando as expectativas empresariais estão pessimistas, mesmo incorrendo em maior déficit e endividamento público. A retomada do crescimento do PIB, puxado pelo investimento estatal, reverte essas expectativas e, mais adiante, eleva a arrecadação fiscal e as folhas de pagamento, aumentando também as contribuições previdenciárias.

Todos sabem: fazer ajuste fiscal com base em corte de gastos públicos e corte de salários é um equívoco. Em visão imediata, corta custos, mas ao mesmo tempo corta a demanda agregada. Este sofisma da composição revela mais uma vez: “o que é bom para as partes nem sempre é positivo para o todo”. A lógica individual não é a mesma do coletivo.

Todos sabem: os sociólogos acreditam no determinismo social dos indivíduos, onde os fenômenos supra orgânicos são entendidos como tendo origem social. Em contraste, o individualismo metodológico de economistas ortodoxos adota o “dogmatismo psicológico”. Ideologicamente, os neoliberais individualistas exorcizam “o espectro das concepções coletivas”. Relacionam essas ao “marxismo cultural globalista”.

Todos sabem: de um lado, está quem vê os fenômenos sociais como resultantes da ação humana. De outro lado, está quem possui uma visão holística e enxerga os sistemas sociais como “totalidades”. Seus comportamentos, em grande escala, são regidos por leis macro essencialmente sociológicas. Em sentido contrário, isto é, “causação de cima para baixo”, os comportamentos individuais deveriam, de acordo com o holismo, ser explicado pelo menos em parte em termos de instituições reguladoras das interações.

Todos lo saben: é mais um filme com roteiro e direção brilhantes do cineasta iraniano Asghar Farhadi. Premiado duas vezes com o Oscar de Melhor Filme Estrangeiro com “A Separação” (2012) e “O Apartamento” (2017), além de ter dirigido o notável “Procurando Elly” (2009), Farhadi dirigiu o filme de abertura do Festival de Cannes em 2018: “Todos lo saben”. Tem no elenco atores formidáveis como o casal espanhol Penélope Cruz e Javier Bardem, além de Ricardo Darín, astro argentino.

Todos sabem: os críticos de cinema abusam de lugares comuns (tipo: “reduz seus atores a situações caricatas” ou “arranca risadas de desdém em momentos de soluços de dor”), em frases de efeito (“espertas”), mas principalmente do apelo à popularidade. A “prova social” é o fato de a maioria do público da rede social acreditar em alguma falsa impressão ser apresentado como uma prova de ela ser verdadeira. Por isso, devemos evitar o argumento da autoridade: em relação às opiniões de especialistas, somos muito menos cautelosos se comparados às outras opiniões, inclusive a nossa.

Todos sabem: valores são a alma do contador de estórias. Um bom roteiro é a arte de expressar ao mundo uma percepção dos valores. Cineastas norte-americanos tendem a ser otimistas em relação à capacidade de mudança da vida, especialmente, para melhor. Confiam em roteiro com causalidade, final fechado, tempo linear, conflito externo, protagonista único, realidade consistente, protagonista ativo, e com finais positivos.

Todos sabem: cineastas não-hollywoodianos (europeus, iranianos, latino-americanos, etc.) tendem a ser pessimistas em relação à mudança por ela trazer sofrimento. Criam roteiros com final aberto, conflito interno, muitos protagonistas (inclusive protagonistas passivos), coincidência, tempo não-linear, realidades inconsistentes. São extremos ao encerrarem as cenas finais com finais abertos sem soluções explícitas para os valores negativos. Respeitam a inteligência de cada expectador e o provoca a pensar. Nem todos, talvez a maioria dos críticos, gosta e aprova isso. Preferem uma estória contada tintim por tintim a la americana.

Todos sabem: tudo na tela é fruto da imaginação de alguém, no caso do filme “*Todos lo saben*”, Asghar Farhadi conta uma estória aparentemente simples sobre uma situação contemporânea complexa. Ele escolheu, entre todas as vertentes possíveis para sua narrativa, aquelas capazes de realmente impulsionar a estória, explicar diversas personalidades-interiores dos personagens, justificar suas ações, esclarecer o contexto ambiental e emocional onde vivem, criar tensões, enigmas e paradoxos no sentido de tornar a estória envolvente com muito suspense. Sobretudo, provoca a empatia com a situação do pai ao ter uma filha sequestrada.

Todos sabem: *spoiler* se refere à quando alguém revela informações sobre alguma parte de uma obra de ficção, como um livro ou filme, sem a outra pessoa ter visto antes. Essa palavra tem origem no verbo em inglês *spoil*. Significa estragar o prazer da surpresa.

Todos sabem: é possível contextualizar uma obra de arte, no caso um filme, sem dar informações além daquelas já de domínio público. Para isso, vou analisar a narrativa cinematográfica desse filme roteirizado e dirigido por Asghar Farhadi com a preocupação de evitar *spoiler*. Ela tem o seguinte arco narrativo. Na exposição, a trama e os personagens são apresentados na chegada a uma aldeia espanhola (“fofoqueira e cooperativa”) para uma cerimônia de casamento. Na ação crescente (ou complicação), conflitos se anunciam e chegam a seu ápice. A partir daí os expectadores (e os críticos de cinema) esperavam a ação torna-se decrescente, com a resolução dos conflitos até chegar à conclusão final. Entretanto, isso não ocorre em “*Todos lo saben*”, porque o melodrama continua a se desenrolar na vida real da Era da Desocupação.

Todos sabem: *in media res* (expressão latina) significa literalmente “no meio dos acontecimentos”. Sendo uma característica própria da epopeia, a narração não é relatada no início temporal da ação, mas em meio da dependência de trajetória. Os acontecimentos omitidos, ocorridos antes, são retomados através de *flash-back*, técnica explorada por vários cineastas, ou por diálogos e fofocas. Apesar da ordem dos acontecimentos não ser linear, a estória não perde verossimilhança nem credibilidade, caso a narrativa descreva com veracidade algum acontecimento social. É o caso.

Todos sabem: todas as estórias da humanidade são uma única, um monomito, o mito universal. O herói vive em sua rotina cotidiana, recebe um chamado, enfrenta uma jornada de provações, conquista um feito, mas não volta para casa do mesmo jeito para usufruir sua conquista.

Todos lo saben: é uma estória cujo herói é o ex-amor. Lembra o Martinho da Vila: “Ex-amor, gostaria que tu soubesses o quanto que eu sofri ao

ter que me afastar de ti. Não chorei! Como um louco eu até sorri, mas no fundo só eu sei das angústias que senti. Sempre sonhamos com o mais eterno amor. Infelizmente, eu lamento, mas não deu... Nos desgastamos transformando tudo em dor, mas mesmo assim eu acredito que valeu.”

Todos sabem: outro protagonista-chave é o ex-emprego, isto é, o efeito da desocupação sobre o caráter de muitas pessoas, inclusive as de relacionamento íntimo ou familiar. “Mente vazia, oficina do diabo”. Cada pessoa vai lidar com a desocupação de uma forma diferente. Um vão beber a ponto de virar alcoólatras, perderem tudo possuído, de moral a terras ou empresas, indo à falência. Outras vão emigrar e narrar, de longe, apenas os pretensos sucessos, jamais os fracassos por causa da autoimagem e consequente autoestima. Ainda há quem parta para alguma jogada de desespero, inclusive criminosa, para extorquir dinheiro. Famílias são desestruturadas em razão do desemprego e/ou da perda da fortuna.

Todos sabem: quando a atividade econômica se afastou das comunidades rurais e semiurbanas, o desespero e a desintegração social lá se instalaram. Com o establishment desacreditado, os demagogos do populismo da direita propõem falsas respostas. As pessoas em rede social sem consciência bem-formada aceitam culpar um “bode-expiatório”, geralmente, os trabalhadores imigrantes por disputarem os poucos empregos disponíveis. Senão é isso, no Brasil são “os petistas” os culpados para a direita.

Todos sabem: a Comunidade é apresentada como uma terceira via entre o Estado e o Mercado. Talvez a maioria de nós estará desempregada em uma década, com a força do trabalho tornada dispensável por robôs e superinteligência artificial generalizada. As máquinas serão de propriedade de poucos e toda a renda fluirá para eles. Como nossa excursão pela história - e pela estória do filme - sugere, os valores sociais mudam. Se a distribuição da riqueza se desviar para uns poucos, esses poucos podem decidir a concentração de riqueza ser inconveniente e encontrar maneiras de devolvê-la? O final feliz seria em um filme norte-americano. Em um iraniano/ espanhol, o final está aberto.

[Karl Polanyi: Alternativa ao Debate Polarizado](#)

Karl Polanyi (1886-1964), em sua obra *A Grande Transformação*, publicada em 1944, tornou-se referência para o debate sobre o capitalismo contemporâneo. Seu xará, Karl Marx (1818-1883), morreu três anos antes de seu nascimento. Não presenciou o embate entre Estado e Mercado, desdobrado em duas Grandes Guerras Mundiais e uma Grande Depressão no século XX. *O Capital*, sua obra máster, não tem uma Teoria do Estado.

Ambos pensadores sistêmicos têm em comum uma visão holística. É oposta à lógica mecanicista do individualismo metodológico de compartimentar o capitalismo em várias iniciativas particulares, causando a perda da visão global. A evolução criativa forma um “todo” maior ou distinto da soma das suas partes. Marx e Polanyi buscam entender os fenômenos de uma maneira integral, por oposição à análise de seus componentes em separado. As interações destes não podem ser explicadas como um não afetasse o comportamento do outro.

A Grande Transformação critica o liberalismo de mercado, cujo pressuposto é a ideia de tanto as sociedades nacionais, quanto a economia global, ambas poderão ser organizadas por meio de autorregulação dos mercados. No debate polarizado entre os defensores do capitalismo de livre mercado e os do socialismo realmente existente, Polanyi não se submete aos interesses estritos da casta dos mercadores nem aos da casta dos trabalhadores organizados. Como socialista e membro da casta dos sábios intelectuais, propõe uma aliança de sua casta com a dos trabalhadores para um reformismo à la socialdemocracia nórdica, combinando Estado e Mercado, ambos submissos aos interesses maiores da Comunidade.

Em seu levantamento da história do liberalismo de mercado, revelou as consequências trágicas dos projetos de plena liberalização econômica implementados no passado. Também de origem austríaca, embora criado em Budapeste, Polanyi apresentou uma alternativa às teses de Ludwig von Mises e de seu discípulo Friedrich Hayek. Mises e Hayek tentavam reafirmar a legitimidade intelectual do liberalismo de mercado, fortemente abalada pela I Guerra Mundial, a Revolução Russa e a utopia do socialismo.

Polanyi sentiu os efeitos mundiais do *crash* do mercado de ações de Nova York em 1929, como a falência do *Kreditanstalt*, um dos maiores bancos da Áustria, em 1931. Tudo isso precipitaria a Grande Depressão e a ascensão do nazi fascismo. Chegando Hitler no poder, em 1933, Polanyi com sua ideologia socialista emigrou inicialmente para a Inglaterra e, depois de uma passagem pelos Estados Unidos, na primeira metade dos anos 40, quando escreveu “*A Grande Transformação*”, erradicou-se no Canadá.

O livro está organizado em três partes. A primeira e a terceira centram-se nas circunstâncias imediatas resultantes na Grande Guerra, na Grande Depressão, na ascensão do fascismo na Europa continental, no *New Deal* nos Estados Unidos e no primeiro plano quinquenal na União Soviética. A pergunta-chave é: por que um período prolongado de relativa paz e prosperidade na Europa, de 1815 a 1914, deu lugar a uma guerra mundial seguida por um colapso econômico?

A Segunda Parte (o núcleo do livro) fornece a resposta de Polanyi à pergunta. Para ele, os pensadores ingleses do século XIX tentavam responder aos efeitos disruptivos da revolução industrial inglesa ao elaborarem a Teoria do Liberalismo de Mercado. Pregavam a sociedade subordinar-se ao funcionamento de mercados autorregulados. Essa crença se tornou o princípio organizador da economia mundial.

A ação agressiva dos defensores do liberalismo de mercado produziu uma violenta reação de proteger a sociedade frente ao livre mercado. As instituições governantes da economia global, destacadamente o padrão-ouro, criavam tensões crescentes entre as nações. A Grande Guerra e a Grande Depressão foram consequências diretas das tentativas de organizar a economia global com base no liberalismo de mercado. A segunda “grande transformação” - a ascensão do fascismo - é resultado da primeira, ou seja, da ascensão do liberalismo de mercado.

Na construção da sua tese, Polanyi recorre às leituras de História, Antropologia e Sociologia para dar contribuições originais sobre o papel da reciprocidade ou cooperação e da redistribuição nas sociedades pré-modernas, as limitações do pensamento econômico neoclássico e os perigos da mercantilização da natureza. Embora concorde com boa parte da crítica feita por Keynes ao liberalismo de mercado, Polanyi não pode ser considerado um keynesiano. Ele sempre se apresentou como socialista. Na verdade, criticava qualquer espécie de determinismo econômico, inclusive o do marxismo.

Seu conceito-chave é *incrustação* (*embeddedness*): implantação ou forte adesão a um corpo. O pensamento econômico neoclássico tem uma concepção da economia como um sistema de relacionamentos entre mercados capazes de ajustarem entre si a oferta e a procura através do mecanismo dos preços relativos. Embora alguns economistas do *mainstream* reconheçam o mercado por vezes ter a necessidade do auxílio dos governos para superar as falhas do seu funcionamento, quase todos continuam a basear-se nesta representação de um modelo de equilíbrio geral. Para Polanyi, esta concepção difere da realidade das sociedades humanas historicamente conhecidas, até ao século XIX, sempre com a economia humana incrustada na sociedade.

Devido a essa “incrustação”, a economia não é autônoma, como um sistema complexo à parte. Está subordinada à ação de outros componentes como a política, a religião e as relações sociais de um sistema complexo maior. Este emerge ou se configura a partir das interconexões entre todos seus componentes, inclusive a própria economia. As transações no mercado dependem da confiança mútua entre os agentes econômicos e/ou da imposição jurídica dos contratos para a diminuição da incerteza do futuro.

Em lugar da subordinação histórica da economia à sociedade, os pregadores de mercados autorregulados defendiam a subordinação da sociedade à lógica do mercado. Em vez de existir uma economia incrustada (*embedded*) nas relações sociais, seriam as relações sociais incrustadas no (e subordinadas ao) sistema econômico.

Polanyi não afirma o triunfo do capitalismo no século XIX ter significado a economia ter sido desincrustada com êxito da sociedade, acabando por dominá-la. Os economistas neoclássicos sempre encorajaram os políticos a criar uma legislação para a sociedade determinante da economia ser efetivamente desincrustada. No entanto, nunca puderam alcançar esse objetivo, face à reação social.

O objetivo de uma economia de mercado desincrustada e plenamente autorregulada é um projeto utópico no sentido de não pode existir. Isto porque um mercado com processo de auto alimentação de uma alta especulativa de preços é incapaz de se auto ajustar sem uma crise catastrófica para a sociedade.

Uma economia de mercado inteiramente autorregulada requer os seres humanos e o meio natural serem convertidos em meras mercadorias, provocando a destruição tanto da sociedade como do meio ambiente. Polanyi distingue entre mercadorias reais e fictícias. As reais são produzidas para serem vendidas no mercado. Mas os “fatores de produção” - terra, trabalho e moeda - são mercadorias fictícias, porque não foram originalmente produzidos para venda no mercado.

Polanyi, primeiro, defende uma tese moral: ser um erro tratar a natureza e os seres humanos como mercadorias, cujos preços serão determinados pelo mercado. Pelo contrário, eles têm autonomia ou capacidade de se autogovernar: traçar as normas de sua conduta, sem sentir imposições restritivas de ordem estranha.

Segundo, defende uma tese referente ao papel do Estado na esfera da economia: ajustar a oferta de dinheiro e de crédito a fim de evitar os perigos da inflação e da deflação; gerir as variações da demanda por empregados, assegurando proteção durante os períodos de desemprego, educando e formando os futuros trabalhadores, e tentando controlar os fluxos migratórios; manter a continuidade da produção alimentar, colocando os agricultores a salvo das flutuações das colheitas e da volatilidade dos preços. Além disso, regular o uso do solo urbano através da regulamentação ambiental e das suas condições de utilização. Em suma, o papel do Estado de gerir as mercadorias fictícias o impossibilita de ser desincrustado da economia. E

dadas as mercadorias fictícias, é impossível a desincrustação da economia em relação à sociedade.

Outra tese polanyiana diz respeito ao “duplo movimento”. As sociedades de mercado seriam configuradas por dois movimentos opostos: o movimento do laissez-faire buscando expandir o âmbito do mercado e o contra movimento de proteção emergente como resistência à desincrustação da economia. Na verdade, os próprios capitalistas desencadeiam periodicamente ações de resistência contra a incerteza e as flutuações produzidas pela autorregulação dos mercados. Preferem estabilidade e previsibilidade.

Tanto o liberalismo de mercado como o marxismo sustentam as sociedades não terem senão duas escolhas: ou o capitalismo de mercado ou o socialismo de planejamento central. Excluem quaisquer outras alternativas. Em contrapartida, Polanyi define o socialismo como a tendência imanente da civilização humana superar a autorregulação do mercado, subordinando-o conscientemente a uma sociedade democrática. Tanto os mercados quanto a democracia têm papel-chave nas sociedades socialistas quando os interesses da Comunidade se sobrepõem aos do Mercado e do Estado.

Fórum 21: Reorganização da Sociedade Civil

A direita já organiza uma Internacional Populista como contraponto para enfrentar seu insuperável fantasma: a Internacional Comunista. Seu imaginário necessita sempre criar “inimigos”, mesmo anacrônicos, para aglutinar gente crente no lema “nós contra eles”.

Chegou ao ponto de, em sua construção do mítico “marxismo cultural globalista” se apropriar do Antônio Gramsci, preso pelo regime fascista de Benito Mussolini. Gramsci é reconhecido, principalmente, por sua teoria da hegemonia cultural. Descreve como o Estado usa, nas sociedades ocidentais, as instituições culturais para conservar o poder.

Gramsci sugere haver duas esferas essenciais no interior da superestrutura do capitalismo. Elas conformam o Estado como soma da sociedade política e da sociedade civil. A primeira é o aparato da coerção: função do domínio direto ou comando expressa no braço armado e no governo jurídico. A sociedade civil é constituída pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias. Compreende o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, as organizações sindicais e profissionais, os meios de comunicação, as organizações de caráter científico e artístico, etc.

O Estado é constituído, então, por uma hegemonia revestida de coerção. A dominação social se daria através dessa unidade de repressão violenta e de integração ideológica. No âmbito da sociedade civil, as classes buscam exercer sua hegemonia, isto é, buscam ganhar aliados para suas posições, através da direção e do consenso. O Estado constitui uma unidade contraditória entre a coerção - violência repressiva -, a coesão - dominação ideológica - e a necessidade de reprodução do 'capital em geral'.

Diante da espontaneidade de reorganizar a sociedade civil, quando deparamos com uma forte regressão em costumes sociais, fui convidado para uma reunião do Fórum 21, existente desde 2014, mas disperso nos últimos anos. É um *think thank* ecumênico com a proposta de ser uma caixa de ressonância intelectual dessa rearticulação estratégica.

Essa reunião contou com a brilhante participação do Celso Amorim. Como notável diplomata brasileiro, ex-Ministro da Defesa e duas vezes Ministro das Relações Exteriores do Brasil (1993-1995 e 2003-2010), ele fez uma explanação sobre a atual conjuntura política nacional e geopolítica internacional. Comentou os comportamentos típicos de algumas personalidades e castas atuantes no presente cenário.

Comprovada, para a opinião pública, a montagem da perseguição política pelo conluio entre o juiz parcial e procuradores contra Lula, para prisão do ex-presidente, favorito na eleição de 2018, hoje se tem a impressão dela só ser revertida, de fato, quando a campanha por sua libertação for amplamente associada a um projeto soberano de retomada do desenvolvimento socioeconômico. A consciência política da maioria dos eleitores terá de condições de reverter nas urnas o atual retrocesso conservador em costumes, valores e bem-estar social. O atual governo envergonha os brasileiros.

Paradoxalmente, embora as conversas reveladas do então juiz Sergio Moro com procuradores da Lava Jato sejam vistas como inteiramente inapropriadas e deverem levar à revisão de sentenças na operação, ainda a opinião da maioria dos brasileiros, segundo pesquisa do Datafolha feita em 4 e 5 de julho de 2019, ainda considera a condenação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à prisão como justa. Não é esta a opinião do resto do mundo, conforme expressa nas reportagens da imprensa.

Uma justificativa para isso é a dependência da rede de TV aberta (Globo-SBT-Record) em relação ao apoio governamental. Quem se informa apenas via televisão tem uma visão parcial do noticiário. Não há pluralidade de opiniões na TV brasileira. Na imprensa, parece o jornal O Globo estar

ficando isolado. Outros órgãos não estão brigando contra os graves fatos divulgados pelo site *The Intercept Brasil* a partir de 9 de junho de 2019.

O atual *round* da luta pela preservação da democracia brasileira exige a defesa da legalidade por todas as instituições, inclusive as Forças Armadas. Se for coerente com a lei, todo o processo legal condenatório do Lula está contaminado pela falta de parcialidade do juiz ao mancomunar, isto é, pôr-se de acordo com procuradores para a realização ou consecução de algo desonesto ou pérfido: um prejulgamento com “provas” arranjadas com base em pressões para delações premiadas. A Lava-Jato virou um “balcão de trocas”, ou seja, perdões arbitrários em troca de falsas denúncias.

Isso sem falar em contínua preocupação em manipulação da opinião pública via vazamentos seletivos para a imprensa em conluio. Daqui a algumas décadas, talvez a TV Globo faça mais uma autocrítica com a *mea culpa* perante a história brasileira, como fez diante da reconhecida manipulação de apresentação do debate Collor-Lula em 1989.

Celso Amorim distinguiu bem a soberania nacional - monopólio estatal da violência armada e da emissão da moeda oficial no território brasileiro - da soberania popular - a democracia eleitoral e a legalidade a respeito do prescrito na Constituição brasileira. Concordou com a avaliação apresentada no debate: dada a polarização e divisão da opinião pública brasileira - segundo levantamento CNI-IBOPE, no final de junho de 2019, 32% consideram o governo ruim ou péssimo, o mesmo percentual considera o governo ótimo ou bom, o restante 32%, regular, e 3% não sabe ou não respondeu -, a oposição necessita apresentar à população um programa governamental comum e valores éticos predefinidos para angariar apoio da esquerda ao centro. A meta será convencer 2/3 do eleitorado a melhor alternativa, para o bem-estar social, ser a mudança de governo.

A estratégia é, justamente, a esquerda sair do gueto e ampliar a aliança de modo a conseguir também o apoio dos liberais clássicos. Ao aceitar a economia de mercado como um motor da evolução sistêmica, ela pactua com os liberais a defesa do mecanismo de tornar o mercado competitivo. Aprende a regular apenas contra o excesso de exploração, sem a travar com excesso de regulação supostamente protecionista, mas prejudicial à abertura comercial e à multiplicação de empregos pelo componente de exportações líquidas.

Para tanto, percebe a alternativa - capitalismo de compadrio - ter levado ao favorecimento corrupto. A estratégia para essa luta deixa de ser uma súbita mudança revolucionária e passa a ser o gradualismo, lento ou

rápido a depender das circunstâncias, em um processo incremental de luta em defesa de ideais éticos, dos direitos de minoria e da tolerância religiosa.

Foi levantado no debate o argumento da atual conjuntura exigir toda prioridade à luta defensiva contra o neofascismo representando pelo armamentismo dos milicianos bolsonaristas. Analisou-se a divisão entre a alta oficialidade com o comando das tropas das Forças Armadas, pautadas pela obediência à Constituição brasileira, e as baixas patentes. Podem ser menos avessas ao extremismo de direita de generais da reserva. O perigo maior mora nas Polícias Militares, em especial, na do Estado do Rio, onde o crime organizado por milicianos ameaça a hierarquia com a desobediência às leis.

O Poder Legislativo cumpriu seu papel autônomo diante do Poder Executivo ao derrubar o perigosíssimo projeto de lei do capitão no sentido de armar com maior liberdade os milicianos apoiadores em uma força paramilitar. Deve-se louvar essa atitude responsável da maioria do Congresso Nacional. E espera-se do generalato da ativa contrapor-se à quebra do monopólio do controle das armas no território brasileiro.

É intolerável qualquer facção armada: um grupo de indivíduos partidários de uma mesma causa em oposição à de outros grupos em disputa da supremacia política. Isso transformaria os milicianos bolsonaristas em um partido insurreto. Ele sublevar-se-ia contra a ordem legal estabelecida pela Constituição. A insurreição é crime praticado por quem se rebela com armas contra o poder constituído com o objetivo de destituí-lo.

Mas essa preocupação com a conjuntura defensiva contra a ofensiva do neofascismo não é incompatível com a organização de um movimento social massivo via rede social até dotar-se de capacidade de expressão significativa nas ruas. As antigas reuniões presenciais da vanguarda, alguns diriam vanguardas, são importantes para arquitetar ou articular a organização pulverizada com trocas de ideias ou reflexões, além de angariar apoios financeiros para as manifestações nos diferentes canais.

Celso Amorim sugeriu a articulação do Fórum 21 com os demais fóruns de debates em defesa da democracia já surgidos em São Paulo, Rio de Janeiro e demais cidades importantes do País. Lembrei-me de antigo comentário da Marilena Chauí: o populismo inventou um povo “duplo”, isto é, um povo objetivamente revolucionário - porque as leis da história determinariam assim ser - e subjetivamente atrasado - porque a alienação assim o determina. O vanguardismo considera, ao mesmo tempo, a marcha da história ser objetivamente inelutável, senão a luta revolucionária se descambaria para o voluntarismo, mas ser preciso “ajudar” essa história a marchar. A consciência política e a vontade humana não são dispensáveis em virtude de leis

históricas. São necessárias para essas leis se cumprirem. O dilema da vanguarda sempre foi: a história se faz somente com alguns grandes líderes e sem os demais militantes anônimos e apoiadores? Não. Já é hora da vanguarda se massificar em uma grande rede de relacionamentos virtuais, não apenas em reuniões presenciais. Hoje é possível formar uma rede social massiva em escala nacional antes inimaginável. Vamos à luta!

Nova Economia: Combate à Pobreza prioritária frente ao Combate à Desigualdade

A chamada Nova Democracia, ou Nova Economia, tendo como foco central o humanismo iluminista, adota como uma de suas características a multidisciplinariedade. Adeptos da visão holística tratam a economia como um dos componentes de um sistema complexo, emergente das interações entre todos eles. Essa ótica exige sim um novo conhecimento transdisciplinar, onde as especializações não são apenas justapostas, mas as distintas áreas de conhecimentos são integradas de maneira coerente e consistente. O objetivo é superar a compartimentalização da antiga divisão de trabalho científico.

À *la* Karl Polanyi, defende uma economia humanizada e incrustada na sociedade. Devido a essa “incrustação”, a economia deixa de ser vista como autônoma, como fosse autodeterminante de um sistema à parte. A Nova Economia também se contrapõe aos pregadores de mercados autorregulados. São ideólogos defensores da subordinação da sociedade à lógica do mercado.

Pelo contrário, na história predominou a subordinação da economia à sociedade. Quando se buscou impor a autorregulação dos mercados, a sociedade reagiu. Pela Nova Democracia, permanece o combate ao predomínio de uma zona de interesses - a Economia - sobre as demais. As políticas públicas devem ser desenvolvidas de forma sistêmica, levando em conta os conflitos de interesses relacionados às escolhas de instrumentos da política econômica, de políticas sociais, das formas de gestão de empresas estatais, etc.

Uma das ideias-força da Nova Economia é a redução das desigualdades. Pressupõe ser este o mote principal, em torno do qual todas as políticas se entrelaçam. Como um lema de vida, o mote dos revolucionários é instaurar uma ordem social igualitária.

Convencionalmente, se colocam na esquerda as pessoas defensoras da eliminação das desigualdades sociais. A direita insiste na convicção de as desigualdades serem naturais e, enquanto tal, não são elimináveis. É um reducionismo binário. Cabe ampliar a reflexão para abranger toda a complexidade existente em torno da questão da desigualdade.

A leitura do capítulo a respeito no livro de autoria do psicólogo evolucionista Steven Pinker, “*O novo Iluminismo: Em defesa da razão, da ciência e do humanismo*” (SP: Cia. das Letras; 2018), nos propicia questionar esse dogma, caso ele seja apresentado de maneira estática ou absolutista.

À medida que os países enriquecem, devem tornar-se menos iguais. Com a progressiva migração campo-cidade, os migrantes trocam a agricultura por tipos de trabalho mais bem remunerados na indústria ou em serviços, afastando-se da penúria rural. Por exemplo, pela PNADC de maio de 2019, o rendimento médio real das 8,6 milhões de pessoas ocupadas na agropecuária era R\$ 1.333, enquanto das 11,9 milhões na indústria geral era R\$ 2.277 e dos 16,3 milhões nos serviços públicos, R\$ 3.479.

Contudo, “a subida da maré eleva todos os barcos”. Com crescimento da renda cai a pobreza. Ao se desenvolver o Estado de Bem-Estar Social, a desigualdade diminui, configurando uma curva em forma de U invertido, chamada de curva de Kuznets.

Devido à Revolução Industrial, na virada do século XVIII para XIX, países europeus alcançaram a Grande Saída da pobreza universal. Em consequência, Angus Deaton, Prêmio Nobel de Economia e autor de “*A Grande Saída*” (RJ: Intrínseca; 2017), constata: “um mundo melhor gera um mundo de diferenças; saídas geram desigualdade”.

Conforme a globalização avançou e os conhecimentos sobre como gerar riqueza se difundiram, países pobres começaram a aproximar-se dos mais ricos em uma Grande Convergência. Houve queda na desigualdade global com a decolagem do PIB de países asiáticos, em particular, da China. Levou à queda pronunciada da proporção e do número de pessoas vivendo em extrema pobreza. Ampliou o consumo massivo.

Depois da Revolução Industrial, a desigualdade global aumentou até meados do século XX e então começou a cair. As curvas do Gini internacional (comparação entre rendas médias de cada país) e global (cada pessoa no mundo representa o mesmo peso das demais) mostram, apesar da preocupação com a desigualdade crescente em países ricos, a desigualdade no mundo está diminuindo. Para o progresso humano, segundo Pinker, mais importante do que declínio da desigualdade é ser um declínio da pobreza.

A queda acentuada da desigualdade – chamada de Grande Nivelamento ou Grande Compressão – é simultânea às duas guerras mundiais, entremeadas pela Grande Depressão. Guerras costumam nivelar a distribuição da renda porque destroem capital gerador de riqueza, inflam os ativos de credores e induzem os ricos a tolerar impostos mais altos. Governos em guerra distribuem então a maior arrecadação fiscal para os pagamentos dos militares

e empregados de fábricas de armas e munição. Isso, por sua vez, eleva a demanda por mão de obra no resto da Economia de Guerra.

Guerras são apenas um dos tipos de catástrofe capaz de gerar maior igualdade, segundo a lógica de nivelar por baixo. Outros são uma revolução transformadora, o colapso do Estado e uma pandemia letal.

Além de destruir a riqueza e, em muitas revoluções comunistas, fuzilar as pessoas possuidoras dela, esses quatro motivos reduzem a desigualdade ao matar grande número de trabalhadores e, assim, impelir a alta de salários dos sobreviventes. A esquerda, ao prezar a igualdade econômica acima de tudo, precisa ponderar a qual custo ela pode ser alcançada, caso seja em decorrência de demasiado sofrimento social.

Uma economia de mercado deixada livre, ou seja, autorregulada, não é o melhor programa de redução da pobreza. Ela é inapropriada para cuidar dos indivíduos necessitados. Estes não têm a força do trabalho para dar em troca de dinheiro. São os muito jovens, os velhos, os doentes, os desafortunados e outros, cujas habilidades ou forças não são suficientemente valiosas para outros a ponto de lhes permitir, em troca, ganhar a vida a contento.

Em caso de uma economia humanizada e incrustada na sociedade, ou seja, de uma socialdemocracia liderada por partido de origem trabalhista, os fundos arrecadados pelo governo são prioritariamente dirigidos para diminuir a pobreza.

Esses recursos devem provir de um imposto progressivo sobre a renda, no qual os cidadãos mais ricos são tributados com alíquotas maiores. Eles não sentem a perda na mesma intensidade face ao sentido pelos menos ricos. O objetivo é elevar a base, e não rebaixar o topo. No entanto, na prática, a renda disponível do topo desce.

Uma economia tem de buscar sempre se enriquecer. Nesse processo, alguns se enriquecerão em maior ritmo, tornando-se capazes de serem mais tributados para se prestar a assistência social aos necessitados.

Steve Pinker sugere como primeiro fundamento para compreender a condição humana o conceito de entropia ou desordem. Nasceu da Física do século XIX. A segunda lei da termodinâmica determina, em um sistema isolado, ou seja, não interativo com seu ambiente, a entropia nunca diminuir. Sistemas fechados tornam-se inexoravelmente menos estruturados, menos organizados, menos capazes de alcançar resultados úteis. Eles se estacam em um equilíbrio sem vida com a permanência de *estagdesigualdade*.

A expressão ordem e progresso teve origem na corrente filosófica e política do positivismo, surgida no século XIX. Os ideais e o lema de Auguste Comte contribuíram para a proclamação da República no Brasil e serviram de inspiração para a elaboração da bandeira brasileira. O positivismo possui ideais republicanos, como a busca de condições sociais básicas através do respeito aos seres humanos, salários dignos, bem como o melhoramento do país em termos materiais, intelectuais e morais.

Um cemitério tem ordem, mas não tem progresso. Em economia estagnada e desigual não se combate a pobreza. Esta também não se combate com livre armamentismo para força paramilitar. Isto gera apenas combate mortal aos pobres.

A Revolução Igualitária ocorreu quando sociedades passaram alocar uma parcela substancial de sua riqueza para saúde, educação, pensões e programas de transferência de renda. Nos Estados Unidos, aconteceu com o *New Deal*, adotado para combater a Grande Depressão. Em outros países desenvolvidos, ocorreu com a ascensão do Estado de Bem-Estar Social após a Segunda Guerra Mundial. Na Guerra Fria, o gasto social prevenia contra a sedução de regimes totalitários sob líderes carismáticos. Hoje, o gasto social absorve em média 22% do PIB desses países, enquanto no Brasil só 16%.

Face à ameaça do desemprego tecnológico e globalização da economia, políticas luditas e protecionistas só piorarão a situação para todos. Em vez de combater a atual *estagdesigualdade* em si, é mais construtivo lidar com os problemas específicos relacionados a ela ao impulsionar a taxa de crescimento econômico em conjunto com políticas sociais ativas. Não cabe à esquerda celebrar o declínio da desigualdade a qualquer custo, como fosse bom para a humanidade matar os mais ricos e manter os mais inteligentes fora da escola. A vida dos pobres melhora mais com políticas sociais (educação, saúde, segurança pública, etc.) de combate à pobreza. Adotando a tributação progressiva para as financiar, é decorrente o combate à desigualdade.

Evolução da Concentração da Riqueza Financeira por Segmentos de Clientes						
Produtos Bancários (com Poupança)			Dezembro de 2015			
Riqueza Financeira	Valor (R\$ 1000)	Em %	Cientes	Em %	Per Capita (R\$)	Em %
VAREJO TRADICIONAL	821.830.668,97	39%	66.583.725	93%	12.342,82	42%
Poupança (> R\$ 100) R\$ mil	531.772.400,00	25%	60.260.349	84%	8.824,58	30%
FIFs e TVMs - R\$ Mil	290.058.268,97	14%	6.323.376	9%	45.870,79	156%
VAREJO ALTA RENDA	569.896.866,99	27%	5.044.615	7%	112.971,33	385%
Poupança (> R\$ 100) R\$ mil	71.807.734,09	3%	1.919.900	3%	37.401,81	128%
FIFs e TVMs - R\$ Mil	498.089.132,89	24%	3.146.863	4%	158.281,17	540%
TOTAL DO VAREJO	1.391.727.535,95	66%	71.628.340	100%	19.429,84	66%
Poupança (> R\$ 100) R\$ mil	603.580.150,66	29%	62.180.249	87%	9.706,94	33%
FIFs e TVMs - R\$ Mil	788.147.385,29	37%	9.448.091	13%	83.418,69	284%
PRIVATE BANKING						0%
FIFs e TVMs - R\$ Mil	712.480.020,24	34%	109.894	0,2%	6.483.338,67	22103%
TOTAL GERAL PF	2.104.207.556,19	100%	71.738.234	100%	29.331,74	100%
Saldos de Fim de Período			Maio de 2019			
Riqueza Financeira	Valor (R\$ 1000)	Em %	Cientes	Em %	Per Capita (R\$)	Em %
VAREJO TRADICIONAL	918.418.340,33	30%	66.505.604	91%	13.809,64	34%
Poupança (> R\$ 100) R\$ mil	618.830.400,72	20%	58.439.292	80%	10.589,29	26%
FIFs e TVMs - R\$ Mil	299.587.939,61	10%	8.066.312	11%	37.140,63	90%
VAREJO ALTA RENDA	954.233.410,36	32%	6.728.919	9%	141.810,80	344%
Poupança (> R\$ 100) R\$ mil	71.807.734,09	2%	2.492.174	3%	28.813,29	70%
FIFs e TVMs - R\$ Mil	882.425.676,27	29%	4.236.745	6%	208.279,16	505%
TOTAL DO VAREJO	1.872.651.750,69	62%	73.234.523	100%	25.570,61	62%
Poupança (> R\$ 100) R\$ mil	737.237.073,77	24%	60.931.466	83%	12.099,45	29%
FIFs e TVMs - R\$ Mil	1.135.414.676,92	38%	12.303.057	17%	92.287,20	224%
PRIVATE BANKING						0%
FIFs e TVMs - R\$ Mil	1.151.193.460,79	38%	123.511	0,2%	9.320.574,37	22612%
TOTAL GERAL PF	3.023.845.211,49	100%	73.358.034	100%	41.220,37	100%

Fonte: ANBIMA (elab. FNC) Obs.: Private Banking inclui Previdência Aberta (10,7% do total) e Renda Variável (13,6%)

NOTA: observe no quadro acima, nos últimos 3,5 anos, enquanto 123 mil *clientes Private Banking* atingiram a riqueza financeira per capita de R\$ 9,3 milhões, aumentando-a em R\$ 2,8 milhões, os 73 milhões clientes do varejo enriqueceram em apenas R\$ 6.140,77 per capita. A classe média baixa perdeu R\$ 8.730, tendo saldo de R\$ 37 mil, e a classe média alta ganhou só R\$ 50 mil, obtendo saldo médio per capita de R\$ 208 mil em maio de 2009. Quem bateu panela vazia em favor do golpe era feliz e não sabia...

Capítulo 4

Retomada do Crescimento: Prioridade para Combate ao Desemprego

Introdução

No primeiro trimestre de 2019, havia 28,3 milhões de pessoas de 14 anos ou mais de idade subutilizadas: 13,4 milhões eram desocupadas, 6,8 subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e 8,2 milhões compunham a força do trabalho potencial, divididas entre 4,8 milhões de desalentados e 3,3 milhões de não desalentados. A taxa total de subutilização da força do trabalho era 25%, crescente desde o 4º trimestre de 2014, quando era 14,9% e se encerrou a Era Social-Desenvolvimentista.

Em tempo de procura de trabalho, 2,1 milhões procuravam a menos de um mês, 6 milhões de um mês a menos de um ano, 1,9 milhão de um ano a menos de dois anos e 3,3 milhões de dois anos ou mais. Totalizavam os 13,4 milhões desocupados.

As pessoas desocupadas, na semana de referência da pesquisa (PNADC-IBGE), estavam sem trabalho capaz de gerar rendimentos para o domicílio. Nessa semana tomaram alguma providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias e estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência.

As pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas, na semana de referência, trabalharam habitualmente menos de 40 horas no seu único trabalho ou no conjunto de todos os seus trabalhos, mas gostariam de trabalhar mais horas além dessas habitualmente trabalhadas. Elas estavam disponíveis para trabalhar mais horas no período de 30 dias, contados a partir do primeiro dia da semana de referência.

A força de trabalho potencial, na semana de referência, era composta de pessoas não classificadas como ocupadas e nem como desocupadas, mas possuidoras de um potencial de oferecerem força de trabalho. Este contingente é formado por dois grupos:

1. pessoas realizando busca efetiva por trabalho, mas sem se encontrarem disponíveis para trabalhar na semana de referência, principalmente, por cuidar de afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) parente(s), ou estavam estudando, terem problemas de saúde ou gravidez, serem muito jovem ou muito idosa;

2. pessoas, mesmo não tendo realizado busca efetiva por trabalho, principalmente, por não conseguirem trabalho adequado, não terem experiência profissional ou qualificação, não conseguirem trabalho na localidade, gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência.

Depois de atingir o pico máximo da série histórica no 1º trimestre de 2017, com 13,7%, dois anos depois, a taxa de desocupação baixou apenas um ponto percentual. A economia brasileira continuou rastejante.

Em certos estados, a situação está muito pior se comparada à média nacional. As taxas de desocupação do Amapá (20,2%) Bahia (18,3%) e Acre (18,0%) foram as mais altas no 1º trimestre de 2019. As menores taxas foram observadas em Santa Catarina (7,2%), Rio Grande do Sul (8,0%) e Rondônia (8,9%).

Em região metropolitana, as taxas de desocupação das maiores foram São Paulo com 14,8% e Rio de Janeiro com 15,4%. Recife tinha 18,3% e Salvador, 18,7%.

Muitos economistas ao enxergarem apenas os números, friamente, e não as pessoas por trás deles, adotam o individualismo egoísta e não o *altruísmo*, isto é, tendência ou inclinação de natureza instintiva capaz de incitar o ser humano à preocupação com o outro. Não obstante sua atuação espontânea, deve ser aprimorada pela Educação Superior, evitando-se assim a ação antagônica dos instintos naturais do egoísmo.

Todo economista necessita ter *empatia*. Esta é a capacidade de se identificar com outra pessoa, de sentir o que ela sente, e de apreender do modo como ela apreende. Trata-se de um processo psicológico de identificação, onde o indivíduo se coloca no lugar do outro e, com base em suas próprias suposições ou impressões, tenta compreender o comportamento do outro. Em sua formação de cognição do *eu social*, o economista adquire a virtude da empatia mediante três aptidões:

1. para se ver do ponto de vista de outra pessoa,
2. para ver os outros do ponto de vista de outra pessoa ou
3. para ver os outros do ponto de vista deles mesmos.

Sob o ponto de vista do individualismo metodológico, as alegações causais do holista, aquele dotado de uma visão do todo, ou seja, a economia como um sistema complexo emergente das interações entre múltiplos indivíduos, instituições e países, devem ser complementadas por relatos dos

mecanismos subjacentes ao nível dos indivíduos. Por sua vez, os termos holistas são frequentemente especificados como descrições das propriedades estatísticas de um agrupamento ou de organizações sociais. Por exemplo, em uma visão holística, a alta taxa de desemprego pode ser apontada como causa de uma alta taxa de criminalidade. Seria um tipo especial de alegação causal via relação funcional.

Outro exemplo da dificuldade de transitar entre o individualismo metodológico e holismo metodológico diz respeito às Contas Nacionais. O que elas dizem a respeito dos indivíduos? Elas são descrições da cadeia de eventos até o nível individual, capazes de ligarem a causa e o efeito descritos em termos holistas? Sendo assim, essas Contas Nacionais deveriam especificar as leis ou as regularidades orientadoras das transições entre eventos macros e micros - e vice-versa em um sistema complexo interativo.

O coordenador de Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE-FGV), Armando Castelar, afirma o Brasil estar ficando cada vez mais pobre em termos relativos, se comparado a outros países. O país fica mais distante dos países de renda alta, como os EUA, em vez de se aproximar. Nesse sentido, é um *processo inverso ao desenvolvimento*. “É um processo de subdesenvolvimento não em relação a si mesmo, mas em relação ao resto do mundo”, declarou (Valor, 21/05/19).

O critério de paridade de poder de compra busca eliminar as diferenças de custo de vida, facilitando a comparação entre os países. O Brasil perdeu terreno em relação a outros emergentes nas últimas décadas, distanciando-se do nível de renda dos países desenvolvidos, em vez de se aproximar. No fim da Era do Desenvolvimentismo (1930-1980), seja o nacional-desenvolvimentismo anterior ao golpe militar de 1964, seja o da modernização-conservadora dos anos 60 e 70, a proporção do PIB per capita do país em relação ao dos Estados Unidos era de 39% em 1980. Hoje, corresponde a pouco mais de um quarto do americano: 25,8%.

Nesse período:

- o PIB per capita do Chile passou de 27,4% para 41,5% do indicador dos EUA;
- o da China, de 2,5% para 28,9%; e
- o da Coreia do Sul, de 17,5% para 66%.

Em 1980, o PIB per capita brasileiro era de US\$ 11.372. Em 2018, ele se elevou para US\$ 14.359, mas nesse período o norte-americano se elevou de

US\$ 29.158 para US\$ 55.650. O indicador americano aumentou 91%, enquanto o brasileiro se elevou apenas 26% nesses 38 anos.

No mesmo período, o PIB per capita sul-coreano cresceu 623%, e o chileno, 189%. O melhor exemplo a se espelhar é o da Coreia do Sul, e não o do Chile, onde a desigualdade se elevou com o regime de capitalização empobrecedor dos idosos aposentados.

O PIB per capita da Coreia do Sul em 2018 era US\$ 36.756. Equivalia a dois terços do americano. Há quase quatro décadas, o indicador brasileiro era superior ao dobro do sul-coreano. Nesse período, o país asiático fez maciços investimentos em capital físico (infraestrutura e fábricas) e capital humano. Segundo o FMI, a Coreia do Sul investe o equivalente a 30% do PIB. Em 2018, a taxa de investimento do Brasil foi de apenas 15,8% do PIB.

O mau desempenho dos alunos brasileiros em testes como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA, na sigla em inglês) sinaliza a *necessidade de priorizar a Educação*, desde o Ensino Fundamental até o Ensino Superior, para melhorar a trajetória futura do PIB per capita do país. Os resultados obtidos por estudantes de outros países são muito melhores se comparados os Brasil. Esse é um dos fatores determinantes do crescimento socioeconômico.

O atual quadro da atividade no país está mais próximo do conceito de *estagnação* (baixo crescimento positivo) ou se aproxima de uma *depressão* (dois trimestres seguidos com queda absoluta ou “crescimento negativo”)? Na verdade, os economistas não têm um consenso a respeito da resposta à uma pergunta básica: *por que a economia brasileira não tem um crescimento sustentado em longo prazo desde 1980?*

Neste capítulo, levantarei algumas hipóteses para responder à pergunta-chave: *por que a economia brasileira não tem um crescimento sustentado em longo prazo desde 1980?* Discutirei, inicialmente, a substituição do desenvolvimentismo pelo neoliberalismo como ideologia orientadora das equipes econômicas dos governos. Depois, abordarei a disjuntiva entre mercado externo e mercado interno. Por fim, analisarei a perspectiva futura de desemprego tecnológico face à Revolução Industrial 4.0 e as inovações financeiras, destacando possíveis reações políticas a esse quadro de desemprego desesperador. Uma seria a saída via massificação do Ensino Superior, outra seria a alternativa oferecida pelo populismo de direita com característica armamentista ou neofascista. Contra esta, apresentarei na conclusão algumas ideias para um programa alternativo de obtenção dos bens básicos universais para uma boa vida.

O objetivo deste capítulo é tentar responder à pergunta-chave do Renato Russo: *que país é este?!* Suas respostas constituem uma expressão ética e dramática do sentimento popular, porém, também são simplórias, embora motivadoras de ações coletivas ou políticas.

“Nas favelas, no Senado, sujeira pra todo lado, ninguém respeita a Constituição, mas todos acreditam no futuro da nação”, cantava a Legião Urbana, grupo de rock brasileiro criado em Brasília. Serão os culpados o crime organizado ou a política desorganizada?

“Na morte, eu descanso, mas o sangue anda solto, manchando os papéis, documentos fiéis, ao descanso do patrão”, continuava a Legião Urbana. Será a violência fruto da urbanização, acelerada pela migração campo-cidade e explosão demográfica (população multiplicada por 10 vezes no século XX), com a força do trabalho abundante subutilizada (28,3 milhões pessoas) ou explorada (por exemplo, 11,5 milhões de empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada)?

“Terceiro mundo se for, mas é piada no exterior. Mas o Brasil vai ficar rico, vamos faturar um milhão, quando vendermos todas as almas dos nossos índios num leilão”, completava a Legião Urbana. O atual mandatário envergonha o país no exterior. Seu “projeto de Nação” é o leilão de todos os bens públicos, supostamente, até as reservas indígenas na Amazônia legal. Vender a terra dos nativos é uma longa tradição histórica, aqui, nestes tristes trópicos.

Perda de Dinamismo pela Substituição do Desenvolvimentismo pelo Neoliberalismo

Após quatro anos em alta entre 2010 e 2013, a renda per capita recuou 0,3% em 2014, início do período recessivo, seguido por quedas mais profundas em 2015 e 2016, auge da crise, quando recuou 4,4% e 4,1%, respectivamente. O PIB (Produto Interno Bruto) per capita cresceu 0,3% em 2018, repetindo o desempenho registrado um ano antes.

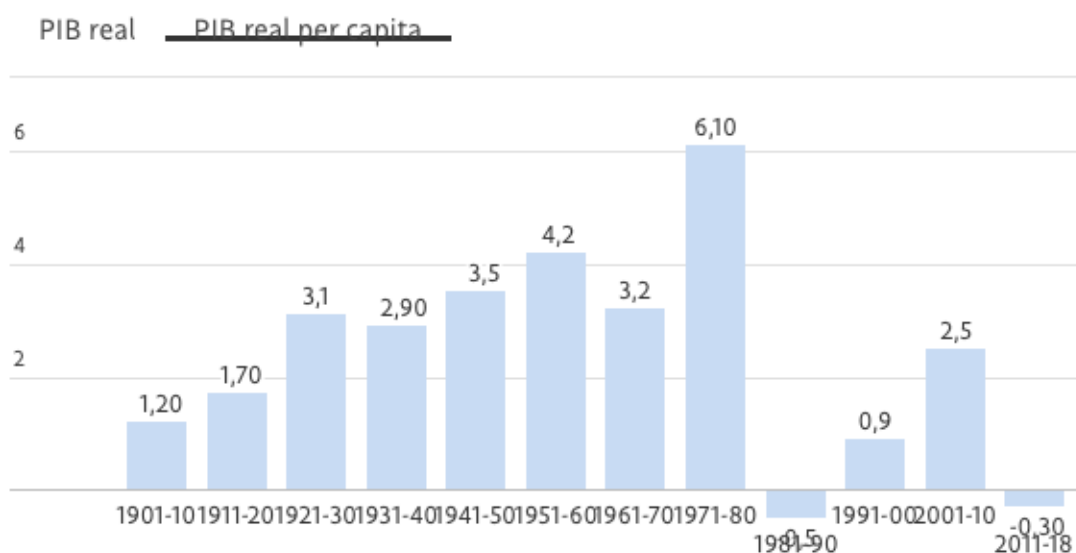
O crescimento econômico foi de 1,1% em 2018, uma alta também igual à apresentada em 2017. O crescimento brasileiro no quinquênio 2014-2018 apenas não foi pior se comparado ao encerrado em 1992, isto é, aquele da política econômica “feijão-com-arroz” e do Plano Verão do Mailson da Nóbrega até o Plano Collor, desde o início do século XXI. O PIB per capita de 2018 ainda era 8,1% menor se comparado ao de 2013.

É provável a renda per capita terminar a década atual sem nenhum avanço em relação ao período entre 2001 e 2010, caso se concretizem as

projeções pessimistas para este e o próximo ano. Em termo decenais, esse seria o segundo pior resultado desde o início do século passado, perdendo apenas para a década de 1980, quando o rendimento médio do brasileiro recuou 0,5% em relação aos dez anos imediatamente anteriores.

Gráfico 1

Desempenho, em %



Fontes: Ipeadata, IBGE, Goldman Sachs Global Investment Research

O banco americano Goldman Sachs registra o PIB per capita brasileiro, a divisão de todos os bens e serviços produzidos no país pelo número de habitante, já ter caído 0,3% entre 2011 e 2018. Veja o gráfico 1. Entre 1981 e 1990, o recuo havia sido de 0,5%. Os anos 1991-2000, na Era Neoliberal, a média anual foi de apenas 0,9%. Na Era Social-desenvolvimentista, predominante nos anos 2001-2010, elevou-se para 2,5%.

A média de variação anual do PIB per capita, desde o início do século XX, é estimada em 2,4%, ou seja, as duas primeiras décadas do século passado, durante a República oligarca-liberal, e quando predominou política econômica neoliberal ficaram abaixo dessa média. Daí surge uma primeira hipótese para o baixo crescimento após 1980: *a ausência de um Estado desenvolvimentista ou intervencionista diretamente na produção.*

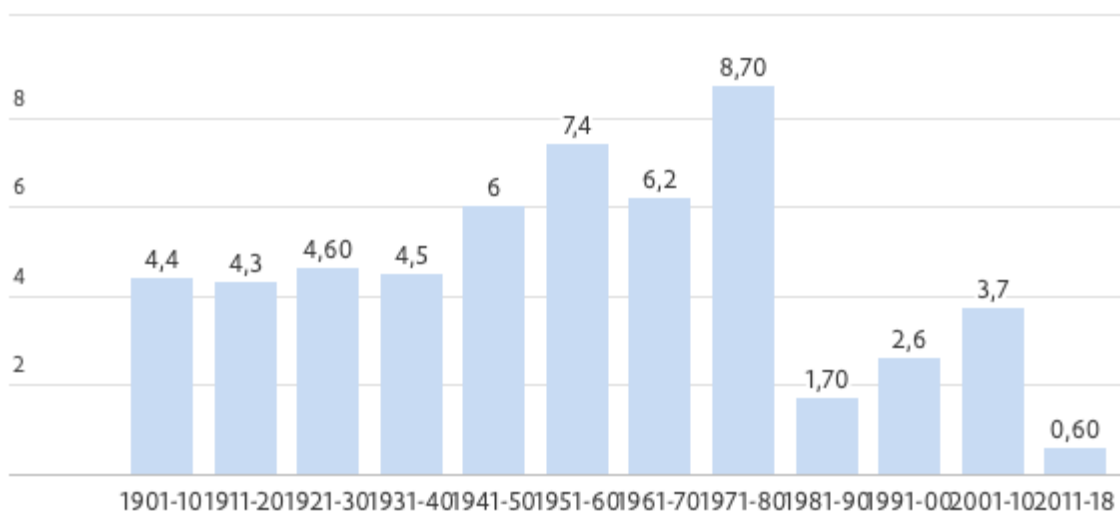
Após ser a economia com maior crescimento até 1980, o crescimento da renda real per capita despencou durante as últimas quatro décadas. Nesse período (1981-2020), o crescimento real do PIB per capita deve ficar, na média, perto de 0,8%, estima o banco norte-americano. Nesse ritmo, levariam 87 anos (ou quatro gerações) para se dobrar a renda real per capita dos brasileiros.

A contração de 2015-2016 foi a mais profunda por dois anos consecutivos em mais de cem anos, inclusive 1930-1931, após o *crash* de 1929 nos Estados Unidos. O crescimento do PIB depois do golpe de 2016 também decepcionou nos últimos dois anos: 2017-2018.

Gráfico 2

Desempenho, em %

PIB real PIB real per capita



Fontes: Ipeadata, IBGE, Goldman Sachs Global Investment Research

A média anual do PIB real, desde o início do século XX, é estimada em 4,4%. Veja o Gráfico 2. Entretanto, quando o Brasil tinha a economia com maior crescimento sustentado em longo prazo, no mundo, de 1901 a 1980, essa média foi 5,5% - e a do PIB per capita 3,2% aa. Em contraste, após esse período desenvolvimentista, as médias de ambos caíram para, respectivamente, menos da metade (2,3%) e de um terço (1%).

Embora seja tentador se satisfazer ideologicamente com essa primeira hipótese - *presença ou ausência de um Estado desenvolvimentista* -, temos de ter cuidado com a leviandade, lembrando-nos do sempre citado aforismo “para todo problema complexo existe sempre uma solução simples, elegante e completamente errada” (H. L. Mencken, “*The Divine Afflatus*” in *New York Evening Mail*, November 1917).

Não bastará a reforma da Previdência Social para “restaurar o estado de confiança empresarial”. As decisões de investimento das empresas não-financeiras dependem de fatores objetivos: grau de endividamento, lucro com o ritmo de vendas, grau de utilização da capacidade produtiva, inovação tecnológica e oferta de mão-de-obra.

O ministro de Economia não aponta sequer o mecanismo de transmissão entre a esperada queda de gastos previdenciários (apenas em longo prazo) e a necessidade imediata de substituição dos gastos privados por gastos em investimentos públicos. Aqueles estão inibidos pelas expectativas empresariais pessimistas quanto aos determinantes do investimento.

Ajuste fiscal se fará durante um crescimento sustentado - e não em recessão econômica. Com a retomada do crescimento, todos indicadores em relação ao PIB melhorarão, inclusive porque a arrecadação fiscal e a previdenciária aumentarão.

Sua lógica de banqueiro de negócios só lhe permite pensar em vender o patrimônio público para resgatar a títulos de dívida e propiciar boas oportunidades para seus ex-parceiros. Mas isso será só troca de propriedades, ou seja, apropriação de valor sobre os ativos já existentes sem adicionar valores e gerar novos empregos.

Abordagem da Demanda Externa

Uma primeira hipótese para investigação da estagnação da economia brasileira diz respeito à prioridade assumida como objetivo pela política econômica, seja pela força dos fatos, seja pela força política, como fossem alternativas incompatíveis entre si: *ou crescimento ou estabilização inflacionária*. A meta de inflação tem predominado.

No fim do regime militar, as duas maxidesvalorizações da moeda nacional - em dezembro de 1979 e fevereiro de 1983 -, justificadas para obter um superávit comercial e pagar o serviço da dívida externa, contraída durante o milagre econômico brasileiro, além da reciclagem dos petrodólares, alteraram o patamar inflacionário. A taxa de inflação de 70% ao ano, na segunda metade nos 70's, foi para 110% e daí para o patamar inercial de 220% após os choques cambiais.

Desde o fim do regime ditatorial, deixando tal “herança maldita”, além da “crise do *subprime* brasileiro” (“*avant la lettre*”), toda a prioridade foi concedida à estabilização da moeda nacional. Justificava-se antes: o regime de alta inflação era incompatível com qualquer planejamento em termos reais e levava à perda do poder aquisitivo dos detentores da moeda *strictu sensu*. Esta era a “moeda dos pobres” sem conta bancária e, em consequência, sem proteção contra a inflação, em favor da “moeda dos ricos”, a quase-moeda indexada. Bancos lucravam com a captação sem correção monetária e a aplicação com ganho inflacionário.

Essa prioridade anti-inflacionária se prolonga desde então, mesmo depois da troca monetária por uma moeda indexada ao dólar, no Plano Real, e sua relativa estabilização em uma banda cambial. A nova escalada inflacionária pela depreciação da moeda nacional em 2002 foi combatida com uma forte política econômica contracionista em 2003, para evitar a queda do salário real e obter a confiança dos detentores do estoque de riqueza líquida no governo de origem trabalhista.

A partir do segundo semestre do primeiro governo Lula, os bancos públicos passaram já a estimular o crescimento econômico com crédito. Foi reforçado em 2004 pelo lançamento do crédito direcionado e, depois de 2005, pela retomada do crédito imobiliário, fora os incentivos fiscais concedidos aos bens de consumo durável.

No entanto, a diretoria ortodoxa do Banco Central do Brasil, presidida por Henrique Meirelles e composta com representantes de O Mercado, abortou aquela retomada promissora no segundo semestre de 2004. A experiência “oficiosa” de um Banco Central independente, de fato, mas não de direito, evidencia: não haverá solução unilateral, tanto no déficit nominal do setor público (-7,3% do PIB sendo -6% do PIB em pagamento de juros no 1º trimestre de 2019), quanto na tendência à apreciação da moeda nacional, enquanto o juro for uma variável sob o livre arbítrio de sua diretoria composta por economistas ortodoxos, sem pluralismo de ideias.

Ela, costumeiramente, provoca a disparidade entre a taxa de juros interna e a externa e eleva o cupom cambial. Concentra riqueza financeira, inclusive com o conflito de interesses ao “legislar em causa própria”. Falta-lhe o *mandato dual*, ou seja, limitar seu arbítrio entre duas metas: controle da inflação e expansão do emprego.

Com o contumaz “*stop-and-go*” da política monetária o PIB se tornou muito flutuante ou sem sustentação tal como um “voo-de-galinha”. Sua dinâmica está colada nas flutuações do consumo (64% do PIB) e não tanto nas grandes oscilações das taxas do investimento, multiplicadoras da renda recebida, um dos impulsionadores do consumo junto com o crédito. Na chamada “Nova Matriz Macroeconômica”, a FBCF de 2010 a 2014 se manteve acima do patamar de 20% do PIB. Mas, desde a volta da Velha Matriz Neoliberal em 2015, caiu já no ano seguinte para o patamar de 15% do PIB.

As exportações líquidas, isto é, descontadas das importações, constituíram um saldo muito diminuto, mesmo em período quando se inflava a “bolha de *commodities*” (de setembro de 2001 a setembro de 2011) pelo efeito China. Houve superávits comerciais crescentes de 2001 (US\$ 2,7 bilhões) a 2006 (US\$ 46,5 bilhões) e queda progressiva desses saldos positivos

até atingir um déficit comercial em 2014 (-US\$ 3,9 bilhões). Com a grande depreciação da moeda nacional em 2015 e a crise recessiva no biênio 2015-16 (-7,2% no PIB) o superávit comercial em 2016 atingiu US\$ 45 bilhões, US\$ 64 bilhões em 2017 e US\$ 53 bilhões em 2018, mas foi incapaz de sustentar uma elevação da taxa de crescimento econômico.

A corrente de comércio brasileira (soma das exportações e importações) cresceu 13,7% em 2018. As exportações alcançaram US\$ 239,5 bilhões enquanto as importações registraram US\$ 181,2 bilhões. O saldo comercial teria ficado em US\$ 58,3 bilhões, segundo a COMEX, o segundo melhor desempenho registrado desde 1989.

No ano de 2018, as exportações cresceram 9,6% e registraram a maior cifra dos últimos cinco anos. As importações aumentaram 19,7% e atingiram o maior valor desde 2014. A corrente de comércio foi de US\$ 420,7 bilhões, superando em US\$ 52 bilhões o resultado de 2017 e atingindo o maior valor desde 2014, quando somou US\$ 454 bilhões. Comparada com o PIB de 2018 (US\$ 6.827,6 bilhões), essa corrente representa só 6,1%.

O aumento das exportações se deu pelo segundo ano consecutivo após sucessivas quedas entre 2012 e 2016. O valor de US\$ 239,5 bilhões, exportado em 2018, aproxima-se do nível de 2013, quando foram exportados US\$ 242 bilhões. O Brasil situa-se em 23º lugar no ranking dos países exportadores, abaixo dos países ricos, asiáticos e um árabe. Exporta o equivalente a 2/3 do valor exportado pelo México, integrado no NAFTA: US\$ 360 bilhões.

A economia brasileira é muito fechada (baixa relação entre o fluxo de comércio exterior e o PIB) se comparada com às dos países ricos acima da linha do Equador. Com a globalização, suas economias se tornaram interdependentes, demonstrando a busca de autossuficiência nacional não ser o caminho para a prosperidade.

Quando se analisa a decomposição do crescimento do PIB, desde 2007, a contribuição em pontos percentuais (p.p.) da demanda externa só foi positiva em 2014 (0,1 p.p.), 2015 (2,7 p.p.), 2016 (1,6 p.p.) e 2017 (0,1 p.p.). As Contas Nacionais do IBGE revelam a demanda interna ter dado em todos os anos, exceto no biênio 2015-16, a maior contribuição ao crescimento.

A proposta novo-desenvolvimentista do Brasil adotar o “modelo asiático de exportação”, integrando sua economia industrial ao resto do mundo, parece ser inexecutável apenas com base na depreciação da moeda nacional. Exigiria um choque cambial de tamanho extraordinário, com consequência inflacionária, seguido de choque de juros. A reação ao choque de preços básicos seria de elevação dos custos salariais e dos custos de bens intermediários, destacadamente dos importados, possivelmente pelo

“esmagamento de lucros” retirando a vantagem cambial inicial dos exportadores.

O modelo da industrialização, na fase nascente, predominante no desenvolvimento anterior a 1980, com “capitalismo de compadrio” e reserva do mercado interno nacional, pós-tudo, também tem de ser repensado. Isso porque, em 2018, a indústria de transformação representou apenas 11,3% do PIB, isto é, quase a metade dos 20% registrados em 1976 a preços constantes. O setor industrial vem perdendo participação no PIB do Brasil desde os anos 1980. Pior, não oferece empregos suficientes para atender o antes chamado “exército industrial de reserva”.

Segundo o IEDI, entre 1980 e 2016, o PIB do Brasil cresceu a uma taxa média de 2,17% ao ano (a.a.) e a sua população a 1,47% aa. Logo, o valor adicionado bruto da indústria de transformação cresceu apenas 0,66% aa. Por consequência, houve declínio relativo da indústria na economia do país e queda do PIB manufatureiro per capita.

Devido principalmente à industrialização na China, não houve retrocesso da indústria na estrutura produtiva mundial. Para o “Mundo exceto China”, o peso da indústria de transformação no PIB (a preços constantes) regrediu somente 1% entre 1980 e 2015, enquanto no Brasil este declínio chegou a 42%: caiu de 23% para 13,3%.

Antes do fracasso da industrialização brasileira, dado o seu retrocesso relativo, a indústria brasileira manteve-se em seu auge durante pouquíssimo tempo: apenas 8 anos (1973-1980). Em contraste, a manufatura dos Estados Unidos manteve-se em seu auge por 20 anos (contribuindo para 26% do PIB em média em 1947-1966) ou por 40 anos se considerar sua participação no emprego total.

A participação brasileira na exportação global é muito diminuta: 1,2%, pouco acima da parcela de 0,9% na importação global. Há uma concentração progressiva inequívoca de *commodities* na pauta de exportação brasileira desde o início da década passada.

A participação de sete produtos em relação ao total exportador se elevou de 25,2% no ano 2000 até 51,4% em 2011, quando ocorreu a explosão da “bolha de *commodities*”. Mas, desde então, tem mantido uma faixa entre a mínima de 45,4% em 2016 e a máxima de 50,2% em 2018. Neste último ano, a participação de cada um desses sete produtos no total pela ordem foi: complexo soja (17%), petróleo (10%), minério de ferro (8%), complexo carne (6%), celulose (4%), açúcar (3%), e café (2%).

É interessante destacar, sem serem *commodities*, materiais de transporte se colocaram no segundo posto do *ranking* de todas as exportações brasileiras com 12% de participação. Outros manufaturados também se destacaram: metalúrgicos (7%), químicos (6%), equipamentos mecânicos (4%), elétricos-eletrônicos (1%).

Nesse sentido, há de reconhecer certa diversidade setorial da economia brasileira. Ela se tornou bastante distinta de sua fase da monocultura cafeeira, quando se caracterizava como primário-exportadora.

Cerca de 27,5% das exportações brasileiras estão destinadas à China. Uma intensificação das tensões comerciais entre os EUA e a China pode cortar 0,7% da expansão econômica global entre 2019 e 2022, afetando todo o mundo. O alerta é da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em seu *Relatório de Perspectivas Econômicas*.

O comércio global cairá ainda mais. Isso afetará todo o mundo, incluindo os consumidores norte-americanos, porque pagarão mais por produtos. O Brasil poderia ganhar com o conflito em um primeiro momento, ao substituir *commodities* agrícolas norte-americanas, mas no longo prazo também perderia, porque outros parceiros comerciais passariam a comprar menos.

O índice de atividade de compras do setor industrial está próximo de zero, em nível mundial, enquanto há expansão no setor de serviços. Há contração em novas encomendas para exportações. Porém, indústria e serviços não trabalham isoladamente. Mais de um terço das exportações de manufaturados vem da área de serviços. Se a produção industrial não vai bem, o multiplicador de renda cairá e os consumidores vão comprar menos serviços.

Haverá uma propagação da desindustrialização, inclusive atingindo a China. Com o envelhecimento demográfico e uma convergência com países desenvolvidos, a economia chinesa vai crescer abaixo de 6% ao ano, como esteve crescendo recentemente. A China contribui com um terço do crescimento mundial.

A China assumiu o papel da “fábrica do mundo”. Terá o Brasil de aceitar passivamente seu papel de “fazenda do mundo”, na divisão internacional do trabalho, isto é, das especializações em determinadas atividades econômicas? Aumentará a produtividade com foco prioritário no “*core business*” nacional?

A tese da “vocação agrícola” saiu, afinal, vitoriosa na história econômica brasileira? Eug nio Gud n venceu Roberto Simonsen nas controvérsias entre “dirigismo” e “liberalismo econômico”? Entre os benefícios da industrializa o, em economia essencialmente agrícola, e as

vantagens de uma maior especialização no âmbito da divisão internacional do trabalho? Entre “protecionismo” para certas “indústrias nascentes” com vistas à industrialização e “livre cambismo”? Entre participação direta ou indireta do Estado na economia e o “*laissez-faire*”? A atual economia brasileira rastejante não parece demonstrar uma vitória inequívoca para nenhum dos lados.

Os economistas brasileiros necessitam superar essa disjuntiva mental. Entre O Estado e O Mercado está A Comunidade. Devemos planejar uma economia voltada para geração de ocupação e renda desse terceiro pilar com foco principal em educação e saúde.

Abordagem do Mercado Interno

Não se pode esquecer: o Brasil tem 8,4 Km², o quinto maior território no mundo, um PIB nominal de US\$ 1,9 trilhão, uma participação de 2,5% no PIB global. Seu PIB por PPC (Paridade do Poder de Compra) é de US\$ 3.248 bilhões (abaixo de China, Estados Unidos, Índia, Japão, Alemanha, Rússia, Indonésia, e acima da Inglaterra e França entre os dez maiores). Com a quinta população (210 milhões), seu PIB per capita é estimado em US\$ 14,3 mil, situado em vergonhoso 108º lugar pelo ranking *The World Factbook*. É um país rico com predominância de habitantes bastante pobres. Tem uma pequena elite relativamente rica. Mas por sua dimensão absoluta oferece um mercado interno atraente para ganho de escala de corporações multinacionais.

Seu grau de urbanização (86%) é muito elevado se comparado ao de outros grandes países. Por exemplo, a China tem apenas 58% de sua imensa população em cidades, mas são 804 milhões habitantes urbanos contra 181 milhões no caso brasileiro.

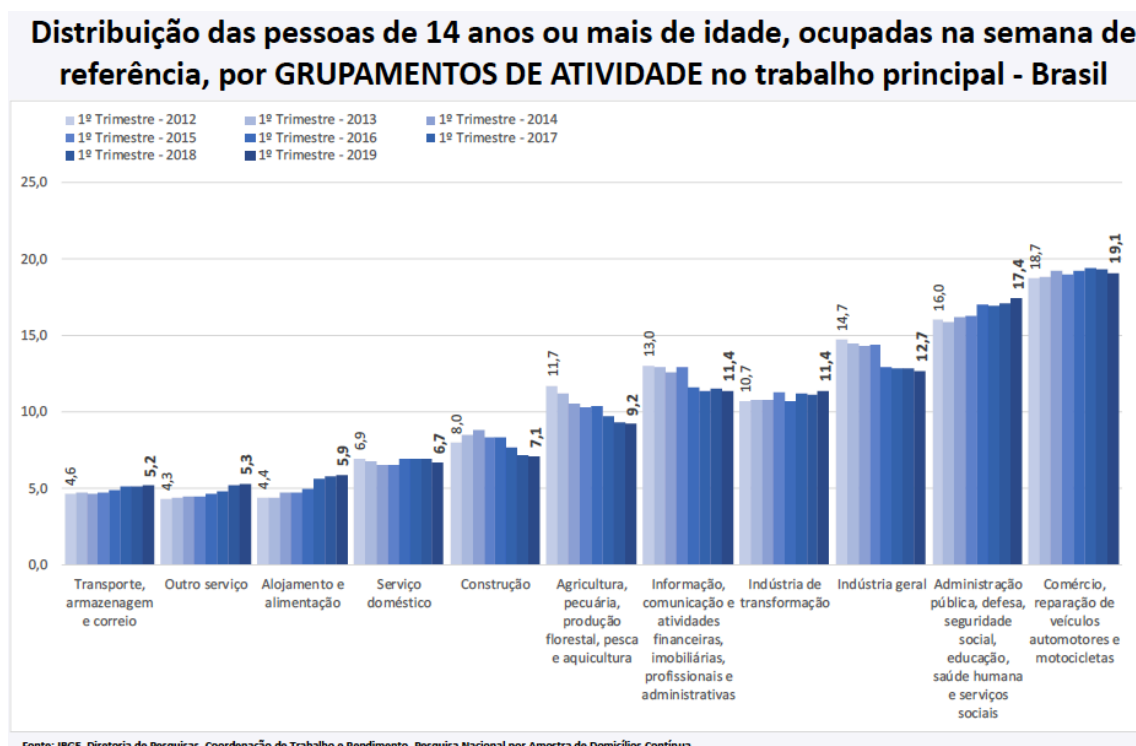
Por essa característica acentuadamente urbana, merece uma atualização o debate público em torno dos potenciais “motores de crescimento” da economia brasileira: serviços representavam 2/3 do valor agregado a preços básicos entre 2000 e 2005, mas nos últimos anos da série histórica da Contas Nacionais já atinge quase $\frac{3}{4}$: 73,3%. Enquanto isso, a agropecuária se mantém nos últimos dezenove anos em torno de 5% e a indústria geral caiu de 28,5% em 2005 para 21,6% em 2018, sendo a queda da indústria de transformação no mesmo período de 17,4% para 11,3%. O que fazer?

Primeiro, vale retomar uma abordagem estruturalista distinta daquela nacional-desenvolvimentista dos anos 50s quando objetivava apontar a carência de um setor industrial pujante. Agora, os economistas necessitam

aprender a analisar o antes considerado Setor Terciário até mesmo em ordem de importância.

Hoje, predominam as atividades de serviços, cuja definição necessita ser revista. Ela se define pela baixa produtividade no encontro de um produtor direto com um consumidor da prestação de serviço, quando é presencial e individual. Mas boa parte dos serviços passou a ser remota, digital ou virtual - e massiva, por exemplo, na educação à distância.

Gráfico 3



Para dar números à comparação de ocupações por grupamentos de atividade (Gráfico 3), retirando os setores antes considerados “produtivos” - construção (7,1%), agropecuária (9,2%), e indústria de transformação (11,4%) incluída em indústria geral (12,7%) -, no 1º trimestre de 2019, sobravam 71% das ocupações em serviços: transporte, armazenagem e correio (5,2%), outros (5,3%), alojamento e alimentação (5,9%), serviço doméstico (6,7%), informação, comunicação, atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (11,4%), administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde e serviços sociais (17,4%), comércio e reparação de veículos (19,1%).

Em relação a 2012, registraram quedas de seus percentuais na ocupação total: a agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (de 11,7% para 9,2%); a indústria geral (de 14,7% para 12,7%); informação, comunicação e outras atividades terciárias (de 13% para 11,4%); e

a construção (de 8% para 7,1%). Esta é uma tendência histórica - queda do “trabalho produtivo” - e não apenas um ciclo conjuntural.

Com a 4ª Revolução Industrial (automatização robótica das fábricas) e a inteligência artificial aplicada a todas as atividades, a tendência tecnológica é de dispensa do trabalho humano. Isso não é esperado apenas em áreas exigentes de conhecimento digital sofisticado e de cuidadores de crianças, estudantes, doentes, idosos - e da segurança pública. Com o desemprego massivo e a concentração de renda e riqueza em mãos dos acionistas do trabalho robótico, a violência urbana poderá aumentar ainda mais.

No 1º trimestre de 2019, só 21,6% das pessoas sem instrução e menos de um ano de estudo estavam trabalhando. Menos da metade das pessoas até o ensino fundamental encontraram ocupações. Com ensino médio completo 64% estavam ocupadas. No grupo das pessoas com nível superior completo, o nível da ocupação chegou a 76,4%.

A distribuição da desocupação por nível de instrução mostrava 10% ser a participação de pessoas com Ensino Superior completo e 7% incompleto. Por sua vez, 44% desocupados no Brasil não completaram o Ensino Médio e 39% tinham o completado.

Ao longo da série histórica, a maior taxa de desocupação foi observada no grupo formado por pessoas sem sucesso em completar o Ensino Médio, atingindo 24,1% no 1º trimestre de 2017. Quem completou o Ensino Superior teve sua taxa de desocupação crescente a partir de 2015, mas só atingiu o máximo de 6,9% no 1º trimestre de 2019.

Com essa taxa de desemprego (6,9%), se 10,4% era a participação de graduados na população desocupada, composta por 13,387 milhões de pessoas, por uma “regra de três” se pode deduzir: o total de pessoas com Educação Superior completa estimado pela PNADC era de 20.177.507. Este número era 22% da população ocupada: 91,863 milhões de pessoas. É quase o dobro do registrado no Censo de 2010, mas se justifica porque o número médio de concluintes por ano nesta década ultrapassa um milhão, tendo atingido em 2017, último ano censitário da Educação Superior, 1.199.769.

Tabela 9. Brasil: Emprego segundo Escolaridade (2010/16)

		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Varição 2015/16
Fundamental Incompleto	Analfabeto	222.251	179.024	168.913	163.039	156.579	158.146	141.402	-10,6%
	Até 5ª Incompleto	1.566.581	1.622.915	1.552.101	1.514.951	1.445.544	1.311.705	1.156.684	-11,8%
	5ª Completo Fundamental	2.001.548	1.949.437	1.802.377	1.684.460	1.537.913	1.383.670	1.212.177	-12,4%
	6ª a 9ª Fundamental	3.447.128	3.419.149	3.294.414	3.200.199	3.021.756	2.737.829	2.437.051	-11,0%
	SUBTOTAL	7.237.508	7.170.525	6.817.805	6.562.649	6.161.792	5.591.350	4.947.314	-11,5%
Fundamental Completo	Fundamental Completo	5.798.913	5.719.587	5.604.327	5.598.269	5.359.976	4.893.176	4.472.286	-8,6%
	SUBTOTAL	5.798.913	5.719.587	5.604.327	5.598.269	5.359.976	4.893.176	4.472.286	-8,6%
Médio (completo ou incompleto)	Médio Incompleto	3.497.540	3.645.611	3.692.042	3.723.884	3.653.295	3.403.809	3.083.820	-9,4%
	Médio Completo	18.443.083	20.017.322	20.996.292	22.137.706	22.851.703	22.588.147	21.896.553	-3,1%
	SUBTOTAL	21.940.623	23.662.933	24.688.334	25.861.590	26.504.998	25.991.956	24.980.373	-3,9%
Superior (completo ou incompleto)	Superior Incompleto	1.819.366	1.899.665	1.901.385	1.879.225	1.869.099	1.852.266	1.786.262	-3,6%
	Superior Completo	7.271.945	7.857.921	8.446.861	9.046.700	9.675.645	9.732.059	9.873.963	1,5%
	SUBTOTAL	9.091.311	9.757.586	10.348.246	10.925.925	11.544.744	11.584.325	11.660.225	0,7%
TOTAL	TOTAL	44.068.355	46.310.631	47.458.712	48.948.433	49.571.510	48.060.807	46.060.198	-4,2%

Fonte: MTb/RAIS.

A RAIS, pesquisa sobre emprego formal a partir de declaração das empresas, apresentou empregados em 2016 um número de formados em curso próximo do registrado no Censo de 2010. Confira na Tabela 9.

Tabela 16. Brasil: Remuneração segundo Escolaridade – R\$ (2010/16)

ESCOLARIDADE	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Varição 2015/16
Até Ensino Fundamental Incompleto	1.544,86	1.608,32	1.687,59	1.756,48	1.779,24	1.716,09	1.737,39	1,2%
Ensino Fundamental Completo	1.702,97	1.714,14	1.792,42	1.859,83	1.876,15	1.802,52	1.821,70	1,1%
Ensino Médio (completo/incomp)	1.966,37	2.016,28	2.027,39	2.091,30	2.093,36	2.016,40	2.018,74	0,1%
Ensino Superior (completo/incomp)	5.547,98	5.676,07	5.714,83	5.788,06	5.768,46	5.572,47	5.458,73	-2,0%
TOTAL	2.609,90	2.739,43	2.766,35	2.854,45	2.904,30	2.830,33	2.852,62	0,8%

Fonte: MTb/RAIS.

OBS.: Deflacionado a preços de Dezembro de 2016 pelo INPC/IBGE.

A remuneração média dos profissionais com Ensino Superior (completo ou incompleto) é três vezes superior à de quem tem apenas o Ensino Fundamental completo e quase isso (2,7) em relação à de quem tem o Ensino Médio (completo ou incompleto) segundo a RAIS. Veja na Tabela 16.

Na distribuição de 91,863 milhões pessoas ocupadas por posição na ocupação do trabalho no 1º. Trimestre de 2019, segundo a PNADC, 47,9% (44 milhões) eram empregadas no setor privado, 6,6% (6,1 milhões) eram trabalhadores domésticos, 12,4% (11,4 milhões) trabalhavam no setor público, 4,8% (4,4 milhões) como empregadores, 25,9% (23,75 milhões) por conta própria, e 2,4% (2,1 milhões) como trabalhadores familiares auxiliares. Se compara os rendimentos médios reais habituais dessas pessoas ocupadas, destacam-se como maiores o de empregador com CNPJ (R\$ 6.111) e o de militares e funcionários públicos estatutários (R\$ 4.169).

O rendimento médio de todos os trabalhos era R\$ 2.291 no 1º trimestre de 2019 contra R\$ 2.146 no início da série história da PNADC no 1º trimestre

de 2012. Quem tinha apenas ensino médio receberia essa média dos rendimentos dos trabalhadores ocupados e estava limitado à faixa de renda até 80% da pirâmide social. Metade dos trabalhadores recebiam até R\$ 1.171, ou seja, somente até 17% acima do salário mínimo.

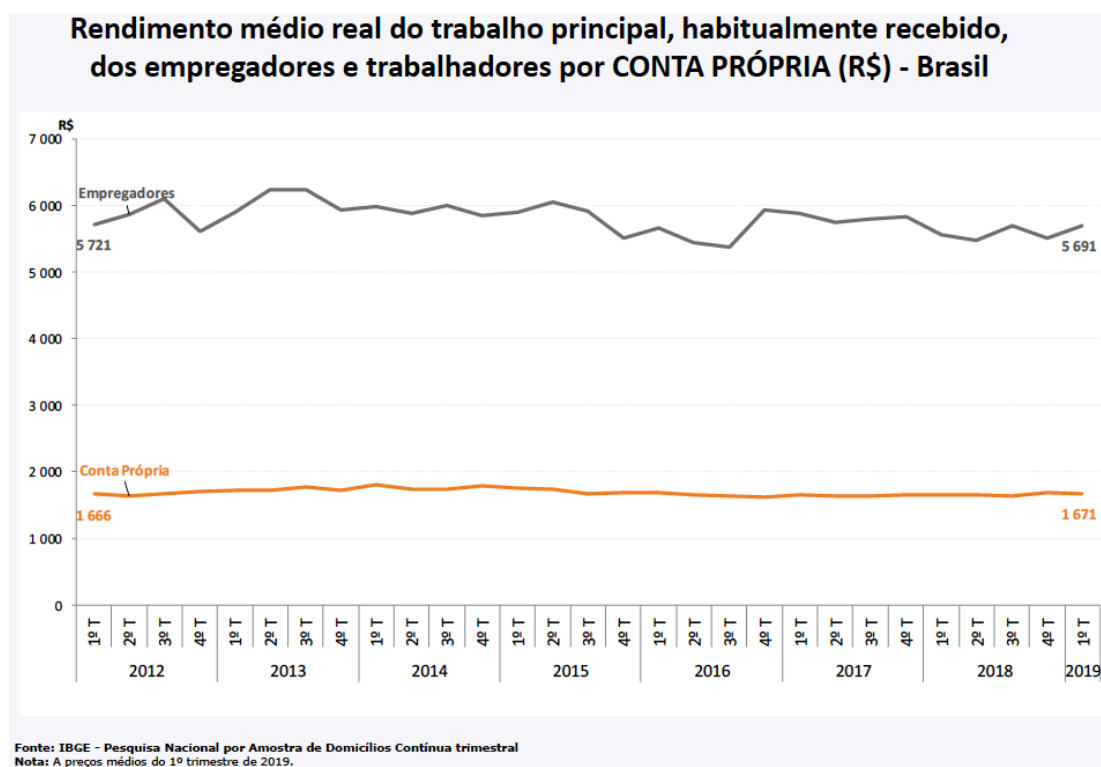
A dedução óbvia, para o social-desenvolvimentismo, é a necessidade priorizar a manutenção da política pública de massificação do Ensino Superior. Ela propiciará não só a capacitação profissional requisitada ao enfrentamento dos desafios da atual revolução tecnológica, mas também a mobilidade social adequada à ampliação do mercado interno necessário à sustentação do crescimento econômico em longo prazo.

Essa Educação Superior não deve mais só focalizar a formação de futuros assalariados, inclusive com a cultura de Sociologia e Filosofia, indispensável em ensino de excelência. Neste se forma não apenas profissionais para empresas, mas cidadãos pensantes, autônomos e completos. É necessário também complementar a formação com noções de criatividade e empreendedorismo. Vivenciamos agora um mundo de *startup*: um grupo de pessoas à procura de um modelo de negócios repetível e escalável.

Segundo dados do *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), aumentou a parcela de jovens (de 18 a 24 anos) entre os empreendedores no Brasil em 2018. Ano passado, essa faixa etária representava 22,2% do total, contra 17,1% em 2013. Ampliando-se a faixa etária até os 34 anos, representam 50,5% do total de empreendedores no país.

Aumentou também a quantidade de pessoas empreendedoras *por oportunidade de negócio*: 61,8% em 2018 contra 56,5% em 2015. Em contraposição, 37,5% abriram um negócio *por necessidade de enfrentamento da crise econômica*.

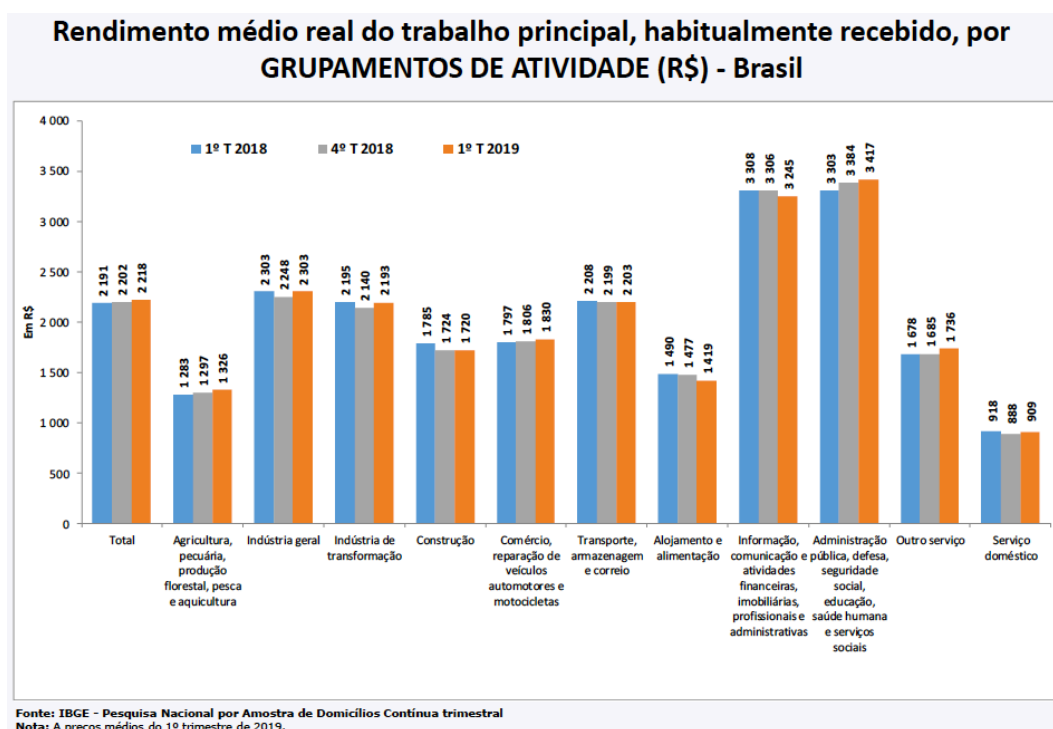
Gráfico 4



Em 2012, os trabalhadores por conta própria somavam cerca de 20,5 milhões. No 1º trimestre de 2019, alcançaram 23,750 milhões, ou seja, mais de três milhões. Veja no Gráfico 4 a diferença entre as remunerações médias dos trabalhadores por conta própria e dos empregadores. A criação de empreendimentos visa gerar empregos para outros e melhor remuneração para os empreendedores.

Observe, no Gráfico 5, os maiores rendimentos médios se encontrarem em grupamentos de atividade ligados aos serviços urbanos, cujos requisitos para progresso profissional exigem conhecimentos adquiridos em Educação Superior.

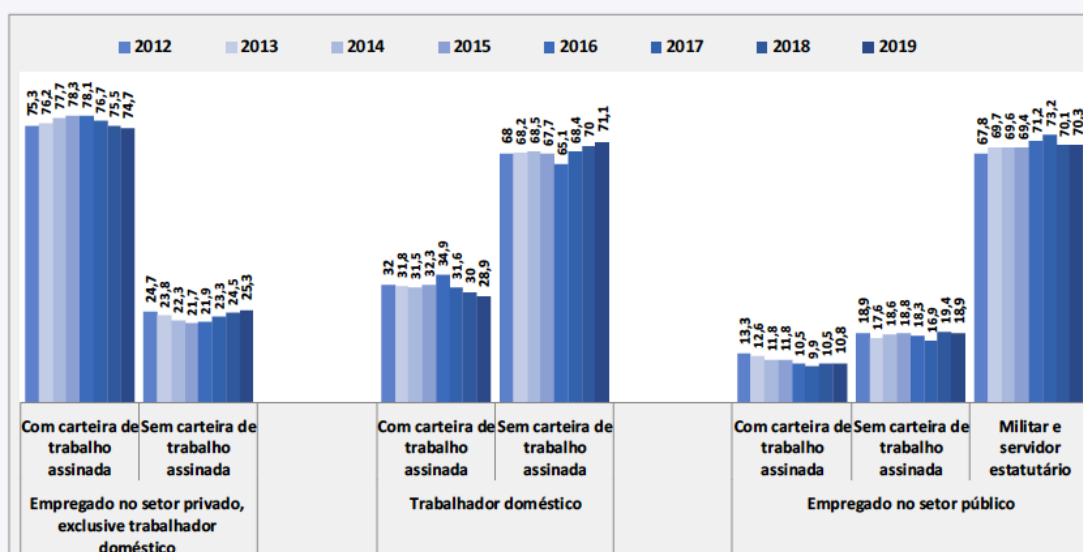
Gráfico 5



Os melhores empregos, considerando a formalização em termos de carteira de trabalho assinada e o direito à estabilidade dos militares e servidores públicos, se encontram nos serviços públicos. Os servidores são selecionados em concursos públicos.

Gráfico 6

Distribuição das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por categoria do emprego no trabalho principal - Brasil 1º Trimestre



No futuro se vislumbra o aumento do desemprego tecnológico no setor privado, a concentração de riqueza nas mãos de acionistas de empresas digitais e/ou robóticas, a expansão da tributação progressiva sobre a propriedade ou a riqueza, para se pagar um “Renda Universal Básica” para os desocupados sobreviverem sem elevação da violência urbana. Os *bens básicos universais*, isto é, aos quais todos os cidadãos deveriam ter acesso, serão: saúde, segurança (pública e econômica), personalidade (moradia própria), respeito (educação superior para tolerância mútua e civilidade), harmonia com o meio-ambiente natural, afetividade e lazer criativo, ou seja, atividade criativa em lugar de trabalho alienante.

Quando a capacidade produtiva industrial estará ultrapassando a capacidade de consumir, haverá a migração massiva de trabalhadores para se transformarem em prestadores de serviços pessoais: “cuidadores”. Para não se transformarem em meros consumidores passivos, na “desocupação criativa” não viveriam à espera do tempo vazio do lazer passivo e da aposentadoria, mas sim usufruiriam do tempo liberado com a diminuição de um dia na jornada de trabalho semanal para uma vida ativa de outra natureza.

A socialização da produção exige o trabalho ter características intercambiáveis com as máquinas. Resulta em alienação em relação ao produto do trabalho. A utopia, isto é, a crítica a essa realidade, projeta alcançar uma atividade social autodeterminada na qual cada pessoa definirá, soberanamente, as modalidades e o objeto, o toque pessoal, inimitável, capaz de imprimir sua marca particular ao objeto de trabalho criativo.

A transição para esse novo modo de produção (e de vida) supõe uma ação consciente ao mesmo tempo no nível da sociedade civil organizada (famílias, associações, cooperativas, etc.), do movimento dos trabalhadores sindicalizados, ou seja, da Comunidade, para via forças políticas defender seus interesses próprios frente ao Estado e ao Mercado.

O “capitalismo de compadrio” por parte dos bancos públicos com grandes corporações tem de ser repensado. Incentivá-las a captar recursos via debêntures no mercado de capitais, só propiciando taxas de retornos alavancadas em novos projetos estratégicos de infraestrutura. O crédito público deve priorizar a concessão de maior escala às MPME (Micro, Pequenas e Médias Empresas) de empreendedores inovadores.

Além disso, o financiamento habitacional, cuja demanda para cobrir o déficit é perene, é crucial para a retomada do crescimento. Esta não depende da pressuposta panaceia por conta da “volta da confiança empresarial pela reforma da Previdência”. É necessário deixar de ser psicólogo econômico para

analisar a economia como sistema complexo, no caso, tratar objetivamente o complexo de inferioridade do Brasil perante o resto do mundo.

Mobilidade Social via Ensino Superior: Plano de Vida Frustrado

O atraso cultural de nosso País se revela pela história brasileira da formação tardia da casta dos sábios-universitários. Ela se diferencia da casta dos sábios-pregadores ou sacerdotes de outrora - e dos sábios-pastores evangélicos de agora.

Antes da “modernização conservadora” da ditadura, ocorrida após o Golpe Militar de 1964, só se formaram 19.049 profissionais universitários em 1963. No total acumulado em 35 anos (1963-1998), tinham se formado 5.954.028 universitários no País. No fim do século XX, possuía a população total de 169,5 milhões de habitantes. Essa minoria, por alguns classificada como a “elite intelectual”, era apenas 4% da população.

Em 1950, para a população de 15 anos ou mais, a Coréia do Sul tinha 1,5% com alguma educação superior, enquanto no Brasil essa porcentagem correspondia a 0,7%. Em 2005, essa parcela de graduados se eleva para 32,5% na Coréia do Sul, enquanto no Brasil, apenas para 6,3% (*Barro & Lee Educational Attainment Dataset*).

Segundo o Censo da Educação Superior de 2017, divulgado pelo MEC (Ministério da Educação), o país tinha 8,3 milhões de alunos em cursos de nível superior (presencial e a distância), contra 5,3 milhões em 2007 - crescimento de 68%. As instituições privadas registraram 6,2 milhões de alunos matriculados nos cursos presenciais e de educação à distância. Nas universidades públicas estavam 25% dos estudantes universitários.

O ensino a distância tem registrado expansão nos últimos anos e já representa 21,2% do total de alunos – em 2007, era apenas 7%. Nos cursos presenciais, a procura costuma ser pela qualidade, reputação da universidade e por vocação para a área. A média de preços, nas instituições privadas presenciais, é de R\$ 1.009, enquanto no ensino a distância é de cerca de R\$ 295. Pior, o custo no FIES (Financiamento Estudantil), elevado pelos neoliberais, dificulta a entrada de novos universitários.

As características socioeconômicas dos estudantes do ensino superior brasileiro foram analisadas em tese de doutorado recém-defendida pela economista Ana Luíza Matos de Oliveira no IE-UNICAMP. Com base na PNAD do IBGE, ela analisou dados de alunos de faculdades tanto públicas como privadas. Os resultados mostram, apesar da importante persistência de desigualdades, o perfil dos alunos de graduação se aproximou cada vez mais

do da população em geral entre 2001 e 2015, tanto no quesito renda como nos de cor e de diversidade regional, nas universidades públicas e nas faculdades particulares.

Há 18 anos, apenas 21,9% dos universitários eram pretos ou pardos. Em 2015, esse percentual chegou a 43,5%. Pretos e pardos são 53,4% da população brasileira. Em 2001, os estudantes de graduação entre os 30% de maior renda familiar do país eram 82% do total do alunado. Em 2015, eram 51,5%.

Em 2016, porém, a tendência de redução da desigualdade é revertida, em meio ao golpe político, a crise econômica e os cortes no Orçamento pelos neoliberais. Se a participação dos negros segue em alta, principalmente devido à intensificação de políticas afirmativas, de 2016 para 2017 a distância entre os 30% mais ricos e os 70% mais pobres aumentou no ensino superior.

Porém, para a Ana Luíza Oliveira “as políticas públicas são fundamentais para uma adequada política educacional, porque os mais pobres têm menos condição de arcar com a universidade”. Ela cita programas como o FIES, financiamento para pagar as matrículas; o PROUNI, troca bolsas em vagas de faculdades particulares por isenção tributária (em vez de sonegação); o REUNI, programa de expansão das vagas em universidades federais; e as cotas para negros e para indígenas.

Para testar essa hipótese, ela pesquisou o caso da Índia, onde também houve expansão de vagas, mas não foram implantadas políticas complementares. Com isso, a desigualdade de acesso ao ensino superior aumentou no país.

Quanto à quantidade de alunos concluintes, atingiu 1,19 milhão em 2017, considerando as modalidades presencial e a distância. Apenas o Censo a ser realizado em 2020, caso não seja também cortado pelo governo do capitão, revelará um número preciso, mas o TSE divulgou 13,4 milhões de eleitores formados em Ensino Superior em 2018. Na população ocupada representariam apenas 15% dos trabalhadores.

Se os cortes em verbas públicas obrigatórias para a Educação não forem revertidos, levará a maior concentração de renda. O Brasil é um dos países do mundo onde a conclusão de uma graduação resulta em maior ganho salarial.

Segundo a PNADC, o rendimento médio real habitual de pessoas ocupadas no primeiro trimestre de 2019 estava em R\$ 2.291. A RAIS (MTb) apontava a remuneração média em dezembro de 2016 por escolaridade com Ensino Médio Completo e Incompleto em R\$ 2.018. Pela PNADC 2017, rendimentos do trabalho em R\$ 2.246 correspondiam ao decil entre 70% e 80%

na distribuição de renda. Então, quem tinha apenas ensino médio receberia a média dos rendimentos dos trabalhadores ocupados e estava limitado à faixa de renda até 80% da pirâmide social. Metade dos trabalhadores recebiam até R\$ 1.171, ou seja, somente até 17% acima do salário mínimo.

Ao completar o Ensino Superior, quem exerce a profissão na qual se formou já entra na faixa dos 10% mais ricos. Entre 90% e 95% recebem rendimentos médios de R\$ 5.214. Com um doutorado passa a integrar a faixa entre 95% e 99% com média salarial de R\$ 9.782. Com todos os títulos acadêmicos poderá ingressar no 1% mais rico ao receber em torno de R\$ 27.213. São valores fornecidos pela PNADC 2017.

Segundo o Censo 2010, entre o 1% mais rico, 62% eram graduados, embora na população ocupada em geral fossem apenas 14%. Além desses, estavam os mestres com 9% entre o 1% mais rico e 0,7% no geral e os doutores, 5% no top e 0,1% no geral.

Apenas 0,1% de trabalhadores analfabetos ou com primário completo entraram no 1% com maior renda; 0,2% com primário completo ou médio incompleto; 0,5% com médio completo ou universitário incompleto. Por sua vez, 4% com superior completo, 13% dos mestres e 19% dos doutores se situam entre o 1% mais rico.

Quanto às profissões, 15% dos participantes do topo da pirâmide trabalhavam em Administração, Negócios e Economia acima de 11% de médicos. Porém, aqueles eram 97 mil, face a 3,6% no total, enquanto médicos eram 69 mil, face a 0,4% do total. Cerca de 29% dos 241 mil médicos atingiram a faixa 1% mais rica, enquanto apenas 4% dos 2,2 milhões de trabalhadores com negócios entraram nessa faixa top.

Segundo as DIRPF 2017-AC 2016, no ranking das 10 ocupações com maior rendimento per capita mensal não só do trabalho como também de outras fontes (financeiras, imobiliárias, etc.), apenas “Atleta e Desportista” apareceu sem exigência de diploma em Ensino Superior. Ficou em 10º lugar. As demais, pela ordem, Titular de Cartório, Procurador e Promotor, Membro do Poder Judiciário e Tribunal de Contas, Diplomata, Médico, Advogado do Setor Público, Servidor do Banco Central, CVM e SUSEP, Auditor e Fiscal, Piloto de Aeronaves e Comandante de Embarcações, exigem graduação.

Evidentemente, para dispensar o diploma, basta ser um empreendedor bem-sucedido. A distribuição da remuneração média por diretor de metade das Sociedades Anônimas apontava, em 2017, um diretor receber R\$ 1,4 milhão por ano em rendimentos fixos (R\$ 116 mil / mês), R\$ 1,036 milhão em renda variável (bônus), R\$ 535 mil em ações e R\$ 244 mil em outros (*free*

benefits). A remuneração média totalizava R\$ 3,2 milhões, enquanto a mediana de rendimentos fixos era R\$ 1,2 milhão e variáveis, R\$ 615 mil. Só.

Um dos 150 mil capitalistas, isto é, dependentes apenas de rendimentos do capital, inclusive aluguéis, pelas DIRPF 2017, recebia em média per capita R\$ 19.409 / mês. Os 406 mil membros ou servidores públicos da administração direta federal recebiam 80% desse valor com a média per capita de R\$ 15.445 e empregados de empresas estatais 2/3 desse valor (R\$ 12.763). Demais castas de natureza ocupacional declarantes do imposto de renda ganhavam per capita menos da metade dos capitalistas: inativos 40%, governantes 44%, militares 38%, sábios profissionais liberais ou autônomos 37%, e trabalhadores 37%. Sem dúvida, a ocupação mais rica é a de capitalista. Se teve a “sorte do berço” com fortuna herdada, nem precisa estudar...

Quando se analisa a riqueza financeira per capita, calculada através dos dados da ANBIMA sobre segmentos de clientes, em março de 2019, a estratificação social brasileira fica ainda mais clara. Nossa sociedade pode ser dividida nos seguintes estratos. Há 144 milhões depositantes de poupança. Mas, para não distorcer as estimativas, desconsidera-se 82 milhões deles com menos de R\$ 100 na conta de poupança, cujo saldo médio dá R\$ 15. Considerando 62 milhões com saldo médio de R\$ 11.688, em conjunto, acumulavam, em março de 2019, R\$ 725 bilhões, ou seja, um grande *fundings* para financiamento da casa própria para a classe média.

Cerca de 65% da carteira de ativos financeiros do varejo tradicional é composta de depósitos de poupança - em média per capita de R\$ 10.274. Excluindo-os e considerando apenas fundos de investimentos e títulos e valores mobiliários, os 8 milhões de clientes desse segmento têm em média R\$ 41.500. Os 4 milhões do varejo de alta renda, R\$ 195.203, e as 122 mil pessoas clientes do *Private Banking*, R\$ 9,2 milhões. Suas 56.508 famílias possuem em média R\$ 19,9 milhões. Não por acaso, o total de 12,3 milhões desses clientes é um número próximo dos 13,4 milhões diplomados em Ensino Superior. No caso, a correlação parece ser causalidade.

Alavancagem Financeira: Limite para novo Ciclo de Endividamento e Investimento

Marx e a literatura de esquerda destacam na formação do capitalismo a *revolução industrial*, talvez por causa do surgimento de operários capazes de se organizarem em sindicatos e partidos, e não a prévia *revolução financeira*, ocorrida originalmente na Holanda do século XVII. Até hoje parte da esquerda

se comporta como os cristãos medievais antissemitas e contra os usurários (e/ou rentistas) na hora de pagar juros de dívida.

Os holandeses não tinham uma Monarquia Absolutista. Os governos do Estado e das cidades eram administrados por mercadores e outros burgueses - moradores das cidades - voltados para os negócios, então, cidadãos de classe de renda média. As leis locais favoreciam a iniciativa privada. Os impostos eram diminutos. As receitas arrecadadas eram gastas em investimentos ligados aos negócios, como melhorias no porto, em vez de ir para os cofres privados de nobres dinastias.

Havia poucas barreiras de classe ou religiosas impeditivas de um homem comum para abrir um negócio. Qualquer filho de agricultor imigrante, judeu fugindo da Espanha, Quaker da Inglaterra ou luterano da Alemanha era bem-vindo para aplicar seu dinheiro em um empreendimento comercial na economia local.

A arte de vender é um sentimento de empatia – uma abordagem, uma atitude, um sentimento a respeito de um comprador para se colocar no lugar dele e fazer uma proposta adequada. Alguns homens têm, outros não, independentemente de seu nível de ensino. O capitalismo comercial “pacificou” o mundo, relativamente ao passado medieval, em lugar da conquista de territórios alheios pela morte dos proprietários. Quando surgiu a divisão de trabalho perdeu o sentido matar os fornecedores!

No entanto, a Companhia das Índias Orientais, fundada em 1602 por holandeses, assim como a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, fundada em 1621, tinha navios com capacidade bélica contra os piratas. Ambas estabeleceram colônias em busca do comércio de especiarias das Américas do Sul e do Norte, África, Índia e outros lugares distantes. Invadiram a colônia portuguesa nas Américas, entre 1624 e 1654, quando Portugal estava sob o reino espanhol, inimigo do holandês. Foram as primeiras corporações constituídas por ações. Para financiar os navios, os holandeses começaram a desenvolver uma bolsa de valores rudimentar em Amsterdam. Mais adiante, criaram o primeiro Banco Central.

A maior descoberta holandesa foi verdadeira *revolução financeira*: para se conseguir dinheiro a melhor maneira é lidar diretamente com o próprio dinheiro, em vez de acumulá-lo, indiretamente, através da negociação de bens e serviços. Os holandeses do século XVII exploraram o percurso direto para a riqueza através do manuseio do dinheiro, de modo a controlar seu fluxo e direcionar parte dele diretamente para sua própria conta bancária.

Com a *revolução industrial*, a partir da segunda metade do século seguinte, as massas de cidadãos comuns na maioria das nações seguiram

exploradas praticamente sem dinheiro. A baixa esperança de ganhá-lo era combatida pelos mitos de homens capazes de ficar ricos com o próprio esforço. A ética protestante divulgava o espírito do capitalismo da parcimônia, vendida como panaceia até hoje por economistas ortodoxos quando pregam a poupança ser a condição do investimento para enriquecimento.

A “regra de ouro” do comércio de qualquer coisa é comprar barato e vender caro. Se você acredita a ter ou poder adquirir essa capacidade de vendas, então, não precisa de mais nada para se tornar rico. Enquanto isso, quem não a tem acredita a aversão ao consumismo ser o sacrifício exigido para o enriquecimento progressivo, lento e gradual.

O otimismo é a atitude mais valiosa pregada pelos professores da fortuna - e pelos autores de autoajuda financeira. Eles não oferecem garantias de seu dinheiro de volta. Afinal, se não deu certo, a culpa é sua por não se esforçar suficientemente no ensinamento.

Através da prece, da parcimônia, do esforço, da honestidade, da coragem, da perseverança e de outros atributos admirados da ética protestante, ascenderiam à riqueza material. Por essas falsas promessas, as igrejas evangélicas neopentecostais têm multiplicado o número de fiéis e aumentado sua representação no Congresso Nacional, encarnando uma das mais importantes mudanças culturais - e políticas - do Brasil.

Essencialmente, a pregação segue sempre a mesma fórmula: um infeliz triunfa sobre a adversidade aplicando as regras da Bíblia. Um acaso o ajuda em sua ascensão, mas a inferência divina é porque ele a merece, afinal, trabalha duro, reza muito, tem pensamentos puros e uma atitude mental positiva.

As principais religiões cristãs tentam convencer as pessoas de a virtude ser a própria recompensa. Na realidade, a pobreza seria preferível à riqueza, porque dinheiro demais inevitavelmente levaria à dissolução e à danação. O dinheiro seria concebido para ser a raiz do mal. Um homem sábio não trabalha pelo dinheiro, mas pelo trabalho em si. O trabalho é purificador. O suor é sagrado aos olhos do Senhor. E sua exploração?

Pela Teologia da Prosperidade, existem milhares de empreendimentos capazes de oferecer aos pobres cidadãos oprimidos por impostos, pela inflação e apenas com renda média, uma chance de ficarem ricos. Basta seguir a regra de ouro do comércio: comprar barato e vender caro. Você pode até usar O Mercado divino: criando empresas fantasmas ou templos imaginários, conseguindo pessoas para comprarem ações dessas empresas ou

pagarem dízimos, e manipulando o fluxo de dinheiro resultante de maneira a parte dele terminar em seu bolso.

Mas a técnica de usar o dinheiro dos outros - *alavancagem financeira* - é mais comum. Na verdade, é o segredo do negócio capitalista: *usar recursos de terceiros*. É inspirado na junção da revolução financeira com a revolução industrial de elevação da produtividade na produção de mercadorias em escala massiva para compra-e-venda.

É possível apresentar um exemplo simples. Caso você tenha 100 mil reais para investir em imóveis, você encontra um terreno em algum lugar, por exemplo, no limite de uma cidade do interior em expansão, uma área onde os valores dos imóveis estão subindo, por exemplo, 25% a cada dois anos. Aí você aplica o seu dinheiro para acumular mais.

Com recursos próprios, você encontra um terreno à venda por 100 mil reais e investe todo o seu dinheiro nele. Dois anos depois, você o vende por R\$ 125.000. Você ganha 25% do seu capital inicial.

Com recursos de terceiros, isto é, dos outros depositados em bancos, em vez de um terreno de 100 mil reais, você pode comprar uma casa de 400 mil reais. Você coloca os seus R\$ 100 mil de entrada na casa e toma emprestados os 300 mil reais restantes de um banco. Após dois anos, a casa teve também uma valorização de 25%, tal como o terreno. Ela passa a valer 500 mil reais. Você a vende, amortiza o empréstimo (e paga os baixos juros) ao banco e sai do negócio com aproximadamente 200 mil reais, descontados esses juros. Em vez de realizar meros 25%, você dobrou o seu dinheiro, ganhando 100% ao usando o dinheiro dos outros.

Alavancagem financeira diz respeito a obter a mesma valorização do ativo com a tomada de um empréstimo de capital de terceiros, dando muito maior escala na compra desse ativo. No exemplo, até dobra o capital próprio, ou seja, obtém uma rentabilidade de 100% sobre o próprio capital em caso de juro zero. O limite do juro a ser pago tem de ser inferior à rentabilidade patrimonial apenas com capital próprio para valer a pena.

Os juros, impostos e taxas de corretagem podem ser cobertas por valorização superior. A desvantagem desse investimento com uso de recursos de terceiros é envolver um grau maior de risco. Se o mercado imobiliário local se desvalorizar, enquanto você estiver no meio do investimento, ele deixa você endividado. Ou você suporta esta dívida até o mercado melhorar a cotação do imóvel ou vende seu investimento, realizando um prejuízo.

Ao contrário da pregação da parcimônia virtuosa, ficar muito rico sem correr riscos é virtualmente impossível. Todos os muito ricos, se não tiveram a

fortuna herdada, tiveram de abrir mão de absoluta prudência e segurança. Ficar muito rico (com fortuna acima de 100 milhões de dólares) sem abrir mão do emprego assalariado no setor público com estabilidade garantida é impossível sem um comportamento corrupto ou aético.

Você pode esperar por um pouco mais de riqueza se vender uma habilidade profissional como *freelance*, ou tornando-se uma “celebridade” profissional com fama na mídia. Mesmo assim, suas chances de chegar aos 100 milhões de dólares é muito baixa se pertencer à casta dos militares da caserna, à casta dos sábios-intelectuais ou à casta dos trabalhadores, isso sem falar nos párias. Tem de pertencer à casta dos mercadores ou à casta dos sabidos-pregadores de virtudes para os outros - e de desvio de dinheiro dos outros para si. Por exemplo, com uma “rachadinha” para se apropriar de parte dos salários de funcionários “fantasmas” nomeados por membros da casta de oligarcas governantes (clãs políticos dinásticos) para seus gabinetes.

O processo de crescimento de empresas não-financeiras é limitado pela capacidade de financiamento dos ativos a serem adquiridos por elas. Talvez esta seja a maior restrição quando elas encontram oportunidades de investimentos operacionais para fazerem uma inovação técnica favorável à disputa com a concorrência.

Há conjunturas, como a atual brasileira, quando elas não conseguem criar novas atividades produtivas lucrativas. Em uma economia estagnada, não adicionam muito valor novo. Elas se restringem a disputar a apropriação de ativos existentes.

O financiamento da expansão de empresa capitalista tem duas origens. Internamente, através dos lucros retidos e aos quais podem ser incorporados capitais através da subscrição de mais ações por parte dos acionistas fundadores da empresa. Externamente, através do capital de terceiros, tomados emprestados, ou através da emissão de ações para novos acionistas em sociedade aberta.

O autofinanciamento depende do poder de geração e retenção de lucros. Estes são determinados pelos investimentos anteriores na expansão da capacidade produtiva, pela margem bruta de lucro, e pela distribuição de dividendos. Esta é decidida em função de lucro no processo de produção e vendas e do plano de novos investimentos.

Estudo do CEMEC-FIPE a respeito do último ciclo de investimentos, na fase 2004-2006 (FBCF em torno de 17% do PIB), o uso de recursos próprios ter declinado de 69% a 60% do total financiado. Nas fases de 2007-2014 (FBCF em média próxima de 21% do PIB) e 2015-2018 (FBCF no patamar médio de 15% do

PIB), o uso de recursos próprios foi entre o máximo de 57% em 2008 ao mínimo de 37% em 2014 - e daí girou em torno de 43% do total.

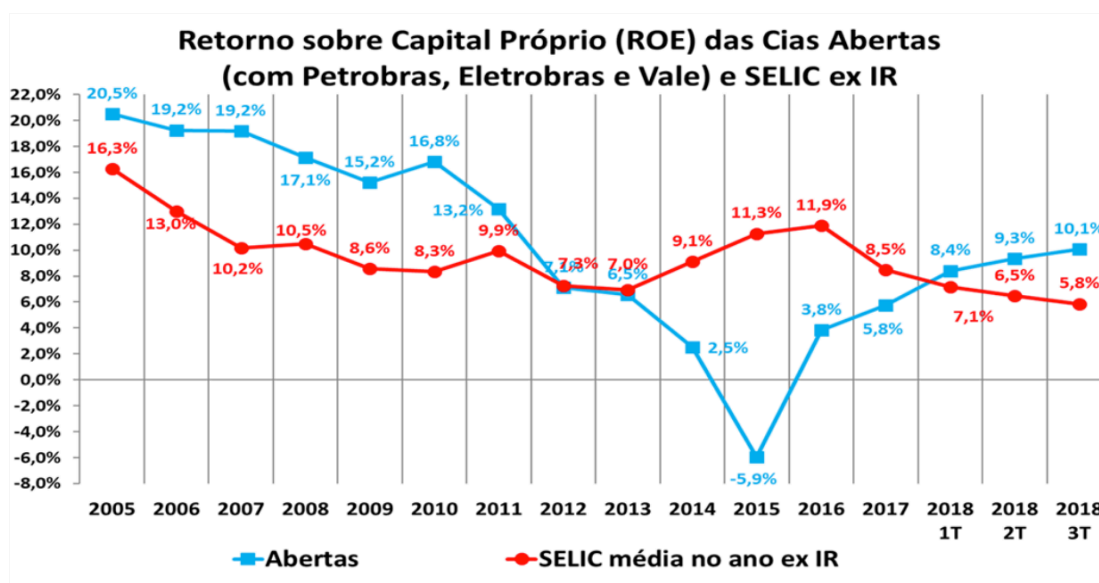
Para o financiamento externo, o volume de capital próprio da empresa não-financeira impõe um limite ao montante de capital de terceiros possível de ser tomado emprestado, dado certo grau de aversão ao risco de endividamento e avaliada a taxa prospectiva de lucro. A rentabilidade esperada é a referência para o pagamento (ou não) da alavancagem financeira.

O segredo do negócio capitalista é usar o dinheiro dos outros ao tomar empréstimos para fazer alavancagem financeira. Essa operação dá muito maior escala na aquisição de ativos de investimento. É mais comum em economia de endividamento, típica do Brasil, distinta da economia de mercado de capitais, característica norte-americana.

Se obtiver a mesma ou maior valorização do ativo com a tomada de um empréstimo de capital de terceiros, pode-se multiplicar os recursos próprios com a maior rentabilidade sobre o capital próprio original. O limite do juro a ser pago tem de ser inferior à rentabilidade patrimonial sem empréstimo, para valer a pena o endividamento.

Não foi o ocorrido na economia brasileira por conta do aumento de endividamento até 2015, quando o exigível financeiro de Pessoas Jurídicas não financeiras alcançou 58,6% do PIB. O custo financeiro disparou, devido ao ciclo de seca, ao choque tarifário de Joaquim Levy e o conseqüente choque de juros. A rentabilidade patrimonial das companhias abertas ficou abaixo da Selic desde a retomada de seu crescimento em abril de 2013 (ver Gráfico 7).

Gráfico 7



A taxa média de juros das concessões, no crédito livre a empresas, alcançou 20,2% a.a. em janeiro de 2019, apesar da queda da taxa SELIC desde outubro de 2016. Em função desse alto patamar para a rentabilidade patrimonial superar, historicamente, os concessionários de serviços de utilidade pública tinham a alternativa de obter empréstimos do BNDES com juros abaixo do cobrado no crédito com recursos livres, em longos prazos de carência e pagamento, para obter uma taxa de retorno alavancada.

Os desembolsos do BNDES entre 2005 a 2008 foram de 8,1% a 11,4% do total. Em sua atuação anticíclica contra a crise foi 18% do total em 2009. Ficou no patamar entre 13,2% e 15,2% até 2014. Após o golpe de 2016, caiu progressivamente de 6,2% para 4,7% do total em 2018. Esse desmanche histórico, abriu espaço para o mercado de capitais ocupar, elevando sua participação de 7,4% em 2015 a 17,1% em 2018.

O limite à capacidade de financiamento externo da expansão de empresa não-financeira depende de sua capacidade de endividamento. Esta é duplamente determinada por considerações de risco do devedor (empresa não-financeira) e risco do credor (banco). Antes disso, o sistema financeiro supervisionado pela Autoridade Monetária impõe determinado grau de alavancagem financeira em relação ao capital próprio.

A alavancagem (dívida bruta / patrimônio líquido) das empresas abertas (exceto Petrobras) cresceram de 0,65 em 2010 até 1,04 em 2015. A partir de então, o processo de “desalavancagem financeira” levou-a a 0,89 no fim do terceiro trimestre de 2018.

Em economia de mercado de capitais, a capacidade de uma empresa mobilizar capital através da emissão primária de ações a novos acionistas se relaciona também ao princípio de risco crescente. A cotação para aquisição dessas ações constitui uma demarcação da rentabilidade dos antigos acionistas face aos novos acionistas.

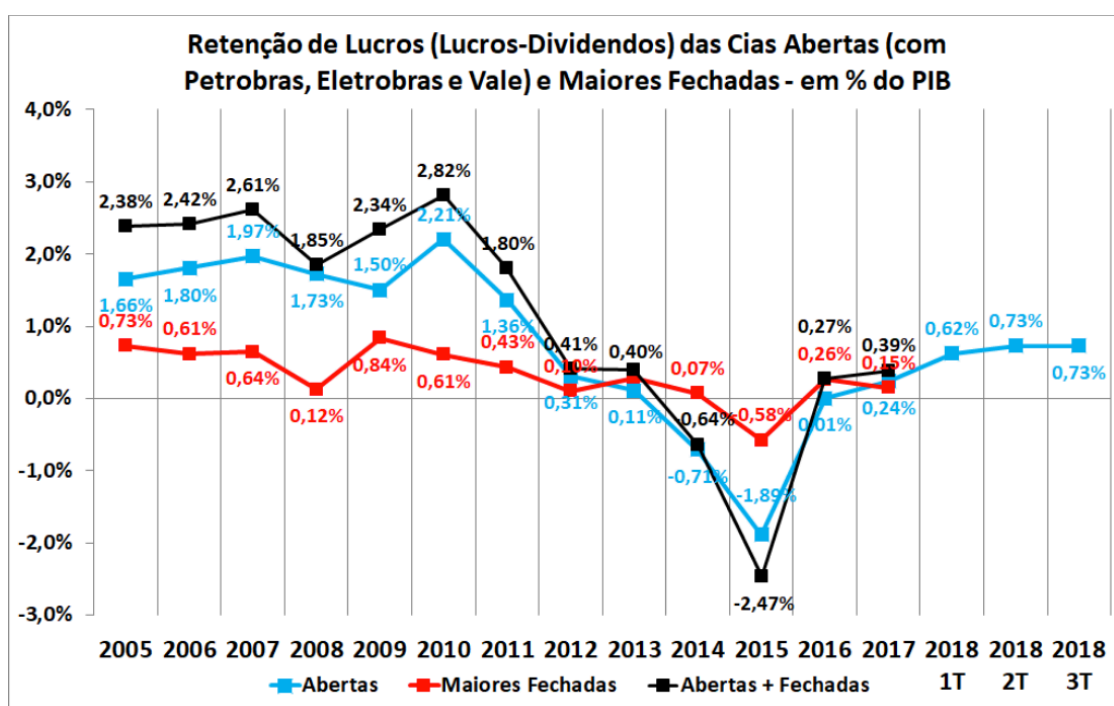
Esse preço de ação não pode deixar de ser crescente, a partir de determinado volume mínimo de emissão, para não infringir uma perda de capital aos acionistas correntes. Isso se refere à questão da manutenção do controle da empresa não-financeira, ou seja, não haver diluição das participações acionárias atuais.

No caso de um novo investimento, uma nova emissão pode se constituir em uma forma apropriada de obtenção do financiamento externo necessário. Isso ocorrerá se o mercado de capitais acreditar o “dinheiro novo emitido” vir a ser aplicado em determinado projeto particularmente lucrativo, permitindo futuro ganho de capital.

Dado o limite de endividamento da empresa, só uma parcela dos investimentos poderia ser financiada por novos empréstimos. Isso exigiria aumentar os lucros retidos até serem suficientes para autofinanciar o restante. Esse autofinanciamento poderia implicar, entretanto, em uma acentuada redução da taxa de distribuição de dividendos. Nesse caso, uma nova emissão tem um efeito menos prejudicial à posição de liquidez dos acionistas em lugar de uma redução dos dividendos.

Houve uma mudança na política de dividendos, nas empresas brasileiras, a partir de 2016, quando a taxa de retenção de lucros voltou a ser positiva e crescente. Reverteu a taxa negativa de 2014 e 2015, quando a distribuição de lucros para os acionistas se deu em desfavor do capital investido pelas empresas.

Gráfico 8



Quanto maior for o preço da ação da empresa, em *boom* (alta das cotações), menos ações serão necessárias serem emitidas, reduzindo a diluição dos atuais acionistas. Se houver baixa de seu preço, eleva a quantidade de ações dadas em garantia de empréstimos ou a necessidade de emitir mais para captar “dinheiro novo”. Logo, o “momentum” adequado não é após um crash, mas sim durante um boom. Em outras palavras, o mercado de capitais não é uma alternativa à atuação anticíclica desempenhada por bancos públicos durante recessões. É uma irresponsabilidade (ou um crime de lesa-pátria) o desmanche do BNDES, mingando-o e obrigando-o a devolver R\$ 271 bilhões ao Tesouro Nacional até 2022!

A Carta IEDI 927 analisa indicadores dos balanços de 318 grandes corporações não financeiras de capital aberto em 2018. As empresas foram agregadas de modo a avaliar o desempenho dos grandes setores da economia: indústria, serviços e comércio, isolando os efeitos de gigantes como Petrobras, Vale e Eletrobrás. Os balanços mostram: a melhora da rentabilidade foi tímida e muito desigual entre os setores, o endividamento permaneceu elevado e pouco se avançou a redução das despesas financeiras.

No agregado da amostra de empresas, a margem líquida de lucro saltou de 4,3% em 2017 para 7,6% em 2018. Excluídas as gigantes Petrobras, Vale e Eletrobrás, essa margem passou de 4,5% para 5,9%, retornando ao nível de 2014 (5,6%). Mas isso não ocorreu para todos.

Para a indústria (excluídas a Petrobras e a Vale), o quadro progrediu apenas parcialmente. A margem líquida de lucro subiu de 3,7% em 2017 para 4,6% em 2018, mas esse movimento não foi capaz de restaurar a rentabilidade aos patamares anteriores à crise. Em 2014 a margem tinha sido de 5,7%.

Além de modesto, este movimento positivo na indústria foi muito concentrado em poucos ramos, principalmente na extrativa e em alguns segmentos de insumos básicos. O grupo de bens de consumo não duráveis e semiduráveis, por sua vez, contribuiu negativamente para a recomposição da rentabilidade média do setor.

Quem apresentou, de fato, melhorias significativas na rentabilidade em 2018 foram as empresas dos setores de comércio e serviços. Na indústria, a lucratividade aumentou de maneira limitada, fazendo o endividamento e as despesas financeiras permanecerem como impeditivos para novos investimentos. Além disso, é claro, existe o problema do NUCI (Nível de Utilização da Capacidade Instalada) alcançar 74,5% em abril de 2019, dez pontos percentuais abaixo da média da capacidade produtiva ocupada durante o último ciclo de investimento após 2009 até o fim de 2014.

Para o agregado das empresas como um todo, o endividamento bancário manteve a tendência de crescimento em 2018, variando +6,7% e atingindo a cifra de R\$ 1,5 trilhão, impulsionado, entre outros fatores, pela depreciação da moeda nacional no período, na faixa de 20%. A indústria, por sua vez, viu seu endividamento subir mais intensamente: +11% em relação a 2017, chegando a R\$ 414,6 bilhões, quando excluídas as gigantes Petrobras e Vale.

Em síntese, para o IEDI, os resultados econômico-financeiros das grandes empresas de capital aberto ainda mostram um quadro de alto endividamento com baixa lucratividade. Uma consequência disso é o baixo investimento. Como isso se dá mais gravemente na indústria, capaz de

estabelecer um número maior de vínculos com os demais setores da economia, a resultante é o baixíssimo crescimento econômico observado.

As empresas e setores com resultados mais positivos, diante das incertezas políticas, não deram sinais de retomar projetos de investimento. Ao contrário, aproveitaram para reduzir o grau de endividamento ou deram preferência para manter maior volume de ativos líquidos. Sem reação dos investimentos em capital fixo, a economia brasileira está colocando em risco suas futuras produtividade e competitividade, notadamente na indústria.

Boletim de conjuntura do BRADESCO aponta o percentual de empresas não-financeiras com EBITDA (Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização na sigla em inglês de *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) inferiores às despesas financeiras. Eram 48% das sociedades abertas em 2015 e 2016, caiu para 37% em 2017 e 33% em 2018. A “desalavancagem” empresarial ainda não se completou de maneira adequada para um novo ciclo de investimento e endividamento.

Conclusão parcial

A eleição presidência brasileira não se dá no sistema “*the winner takes it all*”, ou seja, “o candidato mais votado leva tudo”, assumindo o papel de déspota eleito. A eleição dos delegados (ou “grandes eleitores”) para elegerem o presidente dos Estados Unidos é feita dessa forma, estado a estado. Nesse sistema norte-americano, o candidato mais votado leva todos os delegados do estado, mesmo sendo o mais votado por apenas, por exemplo, 46% dos votos contra 29%, 12% e 5% dos outros três candidatos seguintes, como ocorreu no primeiro turno da eleição brasileira de 2018. No segundo turno, o capitão miliciano, por conta do antipetismo irrefletido, recebeu 55% dos votos válidos.

No entanto, o último levantamento de sua popularidade mostra o eleito de extrema-direita ter a pior avaliação entre presidentes eleitos em primeiro mandato, desde o início da série histórica da pesquisa de opinião pública realizada pela CNI em parceria com o Ibope. Além de ser antielitista (e daí anti-intelectuais), o populista de direita está sempre contra minorias. O populista afirma: “eu, e somente eu, represento o povo”. Desafia seus numerosos críticos: “Sou o povo. Quem é você?” Claro, ele sabe seus oponentes serem também naturais da mesma Nação. A reivindicação de representação exclusiva não é empírica, é sempre distintamente moral.

Quando concorre ao cargo, o populista retrata seus concorrentes políticos como parte da elite imoral e corrupta. Quando chega ao Poder Executivo, ao decidir qualquer coisa, ele se recusa a reconhecer qualquer

oposição como legítima. A lógica populista também implica em quem não o apoia ser classificada como “uma parte inapropriada do povo” - sempre definido como justo e moralmente puro. Para o populista, “o povo” é apenas seus seguidores na rede social, os demais são inimigos dissidentes.

O populista representa um perigo para a democracia. Porque ela requer o pluralismo e o reconhecimento de precisarmos encontrar termos justos de vida juntos como cidadãos livres, iguais, mas também irredutivelmente diversos. A ideia do povo único, homogêneo e autêntico é uma fantasia populista.

A governança populista faz seguidas tentativas de sequestrar o aparato estatal, busca o “clientelismo em massa”, trocando benefícios materiais ou favores burocráticos para apoio político de tecnocratas oportunistas, tornados “clientes” populistas, e esforços sistemáticos para suprimir a sociedade civil organizada. Populista justifica sua conduta alegando, individualmente, representar o povo. Isso explica porque as revelações de despreparo raramente parece afetar o líder populista. Aos olhos de seus seguidores, “ele está fazendo isso por nós”, as pessoas autênticas. É tipo “rouba, mas faz”.

A oposição não pode cometer o erro de subestimar o populista, deixando de enxergar a esperteza política sob seus factoides. Esse desdém pela figura de proa do populismo vem acompanhado de uma arrogante depreciação de seus partidários. No entanto, todos teremos de compartilhar a Nação enquanto vivermos no mesmo território. Não se deve o subestimar e nem depreciar essas pessoas eleitoras do populista de direita.

Os opositores ao déspota eleito não podem deixar de atuar unidos. Aflitos e apavorados, os adversários do populista começam a fazer “o jogo político da pureza ideológica”, impondo testes a seus potenciais parceiros e, mais equivocadamente ainda, recusando-se a aceitar em suas fileiras os antigos aliados do populista dispostos a lhe dar as costas.

Os oponentes do estropício deixam de planejar e divulgar uma perspectiva positiva para um país melhor. Em vez de tentar convencer seus potenciais eleitores de eles poderem oferecer benefícios tangíveis, concentram-se apenas nas falhas gritantes de seu inimigo.

Mas a maioria dos partidários do populista de direita tem plena consciência de seu líder mentir, disseminar mensagens de ódio e não passar de um bronco. Convencidos de os políticos tradicionais nada terem a lhes oferecer, é precisamente essa postura antissistema o atraente nele. Sempre existe a chance, pensam, dele realizar uma fração de suas promessas irreais. Pelo menos, ele vai poupá-los da hipocrisia envaidecida da velha-guarda. Os raivosos desqualificados pelo mercado de trabalho exigente de preparação

mais adequada à atual revolução tecnológica se tornam *anti-establishment* e apoiam esse suposto contestador do sistema dominado por elites.

Os diversos programas partidários, quando há fragmentação dos partidos como no Brasil, cada qual com seu cacique, são um grande problema para as tentativas de união ou formação de uma Frente Ampla de centro à esquerda contra a direita. Assim quando um programa é específico, as diferenças devem ser abordadas, discutidas e superadas por consenso.

Progressistas tendem a falar sobre programas. Mas os programas não são só o que a maioria dos brasileiros quer saber. A maioria quer saber o que o candidato apoiador defende, se seus valores são os valores “certos” face ao seu moralismo, o que seus princípios são, em qual direção moral seu candidato quer levar o país.

No discurso público, valores superam programas, princípios superam programas, direções políticas trunfam programas. Valores, princípios, e direções políticas são exatamente as coisas possíveis de unir progressistas, se eles forem criados corretamente. A razão deles poderem nos unir é eles estarem conceitualmente acima de todas as coisas capazes de nos dividir.

Por exemplo, Alexandria Ocasio-Cortez, a mais notável congressista de esquerda do Partido Democrata norte-americano, lançou um esboço amplo de uma visão para o *Green New Deal*, um plano para combater a injustiça econômica e racial, enquanto luta contra a mudança climática. O documento também endossa a saúde universal, uma garantia de emprego e a educação superior gratuita.

Em uma fase de debates, preparatória para o enfrentamento de populistas de direita - o capitão aqui, o bilionário lá -, é necessário arregimentar apoios em defesa de um programa comum. Nele se corrigirá erros cometidos no governo social-desenvolvimentista (2003-2014), como o “capitalismo de compadrio”, e se avançará propostas para uma obtenção dos bens básicos universais para uma boa vida: saúde, segurança (econômica e pessoal), personalidade (moradia própria), representatividade (educação superior para tolerância mútua, civilidade e deixar “marca no mundo”), harmonia com meio-ambiente (natural e institucional) e lazer criativo, ou seja, atividade criativa em lugar de trabalho alienante.

Entre outras propostas para o debate público, algumas já citadas ao longo deste capítulo, acrescento as seguintes.

Se a Reforma da Previdência aumentar cinco anos de vida ativa, serão mais 9.200 horas de trabalho até se aposentar, totalizando 64.400 horas, pagando mais contribuições, e tendo menos vida inativa até o falecimento; os

trabalhadores só perderão. Contrapartida: negociar 48 semanas X 36 horas = 1.728 horas anuais; considerando 35 anos de trabalho, seriam 60.480 horas trabalhadas na vida ativa; elevaria em 5.280 horas a carga de trabalho anterior, mas teria mais um dia livre na jornada semanal para um trabalho criativo em lugar de trabalho alienante.

Solução para o problema de interferência política na escolha de dirigentes nos bancos públicos, inclusive para os do Banco Central: a exigência, para todos os candidatos, de formação em Escola Superior de Administração Bancária. Se tanto servidores públicos concursados, quanto profissionais interessados na carreira, fossem obrigados a ter pós-graduação de excelência, previamente a qualquer indicação governamental, a qualificação com um espírito público e ético seria superior.

É necessário o mandato dual para o Banco Central para limitar seu arbítrio entre duas metas: controle da inflação e expansão do emprego. Quebrar o tabu de diretores do Banco Central do Brasil serem neoliberais (direta ou indiretamente indicados por O Mercado), quando não da própria corporação constituída por seus funcionários.

Mudar o modelo de cartões de crédito adotado só no Brasil. No resto do mundo não há o período de graça (até 40 dias), prestações sem juros e não diferenciação entre preços a vista e preços a prazo. Desinflar os preços (e custo de vida) com pagamento de um juro não extorsivo a partir do dia seguinte ao da compra, desestímulo ao crédito rotativo, onde há maior inadimplência e, portanto, *spread* elevado.

Atacar causas primárias de inadimplência no crédito com retomada do crescimento do emprego e da renda por meio de investimento autônomo e transformar em política pública a Educação Financeira. Ela deve ser ministrada não só nas escolas, desde o ensino infantil, mas também na relação entre os bancos e seus clientes. Aqueles podem divulgar para esses, continuamente, em linguagem acessível, o ônus devido ao não uso consciente dos cartões.

Retomar o financiamento imobiliário, porque existe demanda efetiva permanente devido ao déficit habitacional no Brasil. No maior programa de aquisição dessa riqueza familiar e gerador de empregos, *Minha Casa Minha Vida*, foram contratadas a construção de 5,6 milhões e entregue 4,1 milhões unidades habitacionais.

Enfatizar a inclusão social e a democratização do Ensino Superior, em um processo de aproximar o perfil dos estudantes universitários ao da população brasileira, em termos socioeconômicos, raciais e espaciais, reduzindo as desigualdades de acesso às Universidades. Dessa feita, a

massificação da quantidade de estudantes deverá ser acompanhada de uma melhoria na qualidade do Ensino Superior brasileiro de modo a prepará-los para os desafios impostos pela Revolução Tecnológica, inclusive dotando-os de capacidade de empreendedorismo em diversas áreas de conhecimento.

A prioridade de um programa de Frente Ampla de Oposição deverá ser a adoção de um projeto para a retomada do crescimento da renda e do emprego. Com isso os inadimplentes hoje desempregados poderão saldar suas dívidas e expandir o consumo familiar. Com a elevação do investimento público autônomo, em substituição dos gastos privados inibidos por expectativas pessimistas, além da retomada de obras públicas e dos investimentos das empresas estatais, por exemplo, da Petrobras no pré-sal, o efeito multiplicador acabará por incentivar os investimentos privados. Maior renda, inclusive resultante de maiores royalties de petróleo, cuja produção passará da média diária de 2,586 milhões de bbl/d em 2018, para 3,7 milhões em 2025, 4,3 milhões em 2030 e 4,8 milhões em 2035, propiciará elevação da arrecadação fiscal e condições para um futuro ajuste fiscal - e não agora em uma economia estagnada.

Capítulo 5

Visão Holística e Decisões Práticas

Introdução

O holismo metodológico ou organicismo sociológico se contrapõe ao individualismo metodológico predominante na Economia do mainstream. Na visão holística, os sistemas sociais constituem “totalidades” a serem analisadas em busca de identificação dos elos principais das interconexões entre seus diversos componentes. Supõe-se seus desempenhos em grande escala serem regidos por leis macroeconômicas essencialmente sociológicas. Elas são *sui generis* e não são explicadas como meras regularidades comportamentais dos agentes econômicos. Antes eram caracterizadas pelos fundamentos microeconômicos. Hoje, a economia vista como sistema complexo se configura pelas tendências resultantes de interações entre indivíduos diversos entre si e as instituições adotadas, seja como reguladoras, seja como referenciais de lógicas de ação.

O comportamento dos indivíduos deveria, de acordo com o holismo metodológico, ser explicado pelo menos em parte em termos de tais leis macroeconômicas. Leva em conta, primeiro, os papéis dos indivíduos dentro das instituições, depois, as funções das instituições no todo social. O individualismo metodológico significa supor os seres humanos serem os únicos agentes no movimento da história. O holismo metodológico surge como contraponto ao reconhecer outros fatores incontrolláveis ou inesperados entrarem em ação na história. Por exemplo, as atuais inovações disruptivas relacionadas à 4ª. revolução tecnológica ou indústria 4.0 provocam desemprego tecnológico em massa.

A abordagem da economia como um dos componentes de um sistema complexo propicia a compreensão dos “fenômenos sociais de grande escala”, isto é, emergentes das interações com os demais componentes. Eles envolvem instituições, isto é, regras dessas interações, e afetam a vida de muitas pessoas. São objetos de investigação para equipes interdisciplinares, entre os quais economistas heterodoxos. Nelas se misturam áreas de conhecimentos - e não apenas somam conhecimentos multidisciplinares. Precisamos pensar “fora da caixa” (mental conservadora) para entender o mundo contemporâneo.

Este capítulo diz respeito à atual análise macroeconômica e das decisões práticas possíveis de serem tomadas para enfrentar um contexto caracterizado como de estagnação e desigualdade com suas decorrentes mazelas de desocupação e concentração de renda e riqueza. A pergunta-chave a ser respondida é a seguinte: como a teoria macroeconômica necessita se

adequar ao novo ambiente, onde se busca políticas econômicas para enfrentamento da *estagdesigualdade*, distinta da *estagflação* das décadas perdidas?

No estudo do caso da economia brasileira, inicialmente, será realizada uma breve caracterização estatística da estagnação e, depois, da desigualdade. Analisará a substituição do keynesianismo com ênfase nos incentivos à demanda efetiva pela teoria da “Economia pelo lado da oferta” [*supply-side*] em resposta à “estagflação”, isto é, inflação alta e desemprego ao mesmo tempo. O neoliberalismo (impostos menores, desregulamentação, privatização e globalização) passou a ser a ideologia orientadora das equipes econômicas de diversos governos.

Hoje, controlada a inflação, a desocupação e a desigualdade social passaram a ser os maiores problemas. Uma Teoria Alternativa da Moeda (ou a Teoria Moderna da Moeda) oferece os fundamentos teóricos necessários à concepção de uma nova política econômica para os enfrentar?

Contexto Atual: *Estagdesigualdade*

Após quatro anos em alta entre 2010 e 2013, a renda per capita brasileira recuou 0,3% em 2014, início do período recessivo, seguido por quedas mais profundas em 2015 e 2016, auge da crise, quando recuou 4,4% e 4,1%, respectivamente. O PIB (Produto Interno Bruto) per capita cresceu 0,3% em 2018, repetindo o desempenho registrado um ano antes. O PIB per capita de 2018 ainda era 8,1% menor se comparado ao de 2013.

O crescimento macroeconômico foi de 1,1% em 2018, uma alta também igual à apresentada em 2017. O crescimento brasileiro no quinquênio 2014-2018 apenas não foi pior se comparado ao encerrado em 1992, isto é, aquele da política econômica “feijão-com-arroz” e do Plano Verão do Maílson da Nóbrega até o Plano Collor.

É provável a renda per capita terminar a década atual sem nenhum avanço em relação ao período entre 2001 e 2010, caso se concretizem as projeções pessimistas para este e o próximo ano. Em termo decenais, esse seria o segundo pior resultado desde o início do século passado, perdendo apenas para a década de 1980, quando o rendimento médio do brasileiro recuou 0,5% em relação aos dez anos imediatamente anteriores.

O banco americano Goldman Sachs registra o PIB per capita brasileiro, isto é, a divisão de todos os bens e serviços produzidos no país pelo número de habitante, já ter caído 0,3% entre 2011 e 2018. Entre 1981 e 1990, o recuo havia sido de 0,5%. Os anos 1991-2000, na Era Neoliberal, a média anual foi de

apenas 0,9%. Na Era Social-desenvolvimentista, predominante na década 2001-2010, elevou-se para 2,5%.

A média de variação anual do PIB per capita, desde o início do século XX, é estimada em 2,4%. As duas primeiras décadas do século passado, durante a República oligarca-liberal, e as duas décadas quando predominou uma política econômica neoliberal ficaram abaixo dessa média. Daí surge uma primeira hipótese para o baixo crescimento após 1980: a ausência de um Estado desenvolvimentista intervindo diretamente na produção.

A média anual do PIB real, desde o início do século XX, é estimada em 4,4%. Entretanto, quando o Brasil tinha a economia com maior crescimento sustentado em longo prazo no mundo, de 1901 a 1980, essa média foi 5,5% - e a do PIB per capita 3,2% aa. Em contraste, após esse período desenvolvimentista, essas médias caíram para, respectivamente, menos da metade (2,3%) e de um terço (1%).

Então, o crescimento da renda real per capita despencou durante as últimas quatro décadas. Nesse período (1981-2020), o crescimento real do PIB per capita deve ficar, na média, perto de 0,8%, estima o banco norte-americano. Nesse ritmo, levariam 87 anos (ou quatro gerações) para se dobrar a renda real per capita dos brasileiros.

A contração de 2015-2016 foi a mais profunda por dois anos consecutivos em mais de cem anos, inclusive 1930-1931, após o crash de 1929 nos Estados Unidos. Foi a nossa Grande Depressão.

Posner & Weyl (2019) se perguntam: seria o aumento da desigualdade apenas o preço de uma economia dinâmica, como sugerem muitos argumentos “neoliberais”?

Alguns economistas ortodoxos sustentam a desigualdade crescente refletir a divergência entre as qualificações e as oportunidades dos competentes. Estas qualificações superiores seriam desperdiçadas caso não fossem recompensadas com uma renda maior. Porém, o aumento da desigualdade não reflete apenas essa divergência salarial, em especial no Brasil, porque o impacto da política dos juros disparatados foi decisivo para a concentração da riqueza financeira, recentemente, como demonstraremos em seguida.

Hoje, é possível conhecer com mais detalhes as remunerações de todos os executivos e conselheiros das companhias abertas brasileiras. Em 2009, a CVM, reguladora do mercado de capitais, normatizou de modo elas divulguem a remuneração média, a menor e a maior dos administradores.

A pesquisa mais recente do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) foi realizada em 2016. No caso dos bancos, o ganho do presidente é muito maior se comparado aos de diretores. No Itaú (R\$ 49,7 milhões contra R\$ 1,5 milhão) e no Santander (R\$ 30 milhões contra R\$ 1,8 milhão), a maior remuneração supera a menor em 18 vezes; no Bradesco, em 16 vezes (R\$ 16 milhões X R\$ 1 milhão); no BTG, em 4,7 vezes: R\$ 4,8 milhões contra R\$ 1,021 milhão. No Grupo Pão de Açúcar, a diferença é mais extrema: R\$ 49,7 milhões X R\$ 1,5 milhão (FSP, /07/18).

O Brasil possui uma das dez maiores diferenças salariais do mundo entre o nível operacional e o alto escalão das empresas, de acordo com um estudo da consultoria Mercer. Ela analisou salários em 75 países. No Brasil, um profissional com um cargo de liderança, como gerência ou diretoria de Departamento, recebe quase 14 vezes o salário de um funcionário de nível operacional, como o operador de máquinas. Isso faz do Brasil o décimo país com a maior diferença entre um nível e outro (Valor, 28/05/13).

Essa pesquisa também comparou os salários dos 75 países com a Suíça, lugar onde foram encontrados os maiores salários em todos os níveis. No caso, um profissional de alto escalão no Brasil recebe 67% do recebido por um profissional do mesmo nível na Suíça. Já um funcionário de nível operacional brasileiro ganha apenas 14% do ganho por alguém no mesmo cargo no país europeu. Como comparação, um diretor nos Estados Unidos ganha uma porcentagem próxima da brasileira: 72% do registrado na Suíça. Mas um profissional de nível operacional (operário) americano recebe bem mais se comparado a um brasileiro: 47% do salário suíço. A desigualdade salarial é local e internacional.

A concentração de renda na sociedade de executivos brasileira é revelada em uma série temporal de 2014 a 2017 elaborada pelo jornal Valor (02/05/2018) com base em dados divulgados por 214 empresas, ou seja, 50% das Sociedades Anônimas com dados consistentes sobre remuneração dos Diretores e Conselheiros de Administração. No último ano da série, a remuneração média das Diretorias atinge R\$ 23,5 milhões e a mediana R\$ 9,5 milhões. Os Conselhos de Administração recebem R\$ 3,3 milhões na média e R\$ 1,5 milhão na mediana. Em 2017, a distribuição da remuneração média por diretor foi composta por fixa (R\$ 1,4 milhão/ano ou R\$ 116 mil/mês), variável (R\$ 1 milhão), em ações (R\$ 535 mil) e outros (R\$ 244 mil). As medianas da remuneração média por diretor por tipo foram R\$ 1,2 milhão na fixa e R\$ 615 mil na variável.

Outro motivo para a desigualdade social no Brasil é a remuneração média dos profissionais com Ensino Superior (completo ou incompleto) ser três vezes superior à de quem tem apenas o Ensino Fundamental completo e quase

isso (2,7) em relação à de quem tem o Ensino Médio (completo ou incompleto) segundo a RAIS-2014 (MTb).

O rendimento médio de todos os trabalhos era R\$ 2.295 no trimestre fev-mar-abr de 2019 contra R\$ 2.146 no início da série história da PNADC no 1º trimestre de 2012. É o dobro da mediana. Se compara os rendimentos médios reais habituais das 92,3 milhões pessoas ocupadas, destacam-se como maiores o de 3,5 milhões de empregadores com CNPJ (R\$ 6.287) e o de 7,95 milhões militares e funcionários públicos estatutários (R\$ 4.166).

Quem tinha apenas ensino médio receberia essa média dos rendimentos dos trabalhadores ocupados e estava limitado à faixa de renda até 80% da pirâmide social. Metade dos trabalhadores recebiam até R\$ 1.171, ou seja, a mediana era 17% acima do salário mínimo segundo a PNADC 2017. Quem possuía Ensino Superior completo já estava entre os 10% mais ricos (90-95%) com média de R\$ 5.214, quem concluía o Doutorado recebia a média de R\$ 9.782 (95-99%) e o 1% mais rico recebia em média R\$ 27.213.

Quando se analisa a riqueza financeira per capita, calculada através dos dados da ANBIMA sobre segmentos de clientes, em março de 2019, a estratificação social brasileira fica ainda mais clara. Nossa sociedade pode ser dividida nos seguintes estratos. Há 144 milhões depositantes de poupança. Mas, para não distorcer as estimativas, desconsidera-se 82 milhões deles com menos de R\$ 100 na conta de poupança, cujo saldo médio é R\$ 15. Considerando 62 milhões com saldo médio de R\$ 11.688, em conjunto, acumulavam, em março de 2019, R\$ 725 bilhões, ou seja, um grande *funding* para financiamento da casa própria para a classe média.

Cerca de 65% da carteira de ativos financeiros do varejo tradicional é composta de depósitos de poupança - em média per capita de R\$ 10.274. Excluindo-os e considerando apenas fundos de investimentos e títulos e valores mobiliários, os 8 milhões de clientes desse segmento têm em média R\$ 41.500. Os 4 milhões do varejo de alta renda têm R\$ 195.203 (sem Previdência Complementar), e as 122 mil pessoas clientes do Private Banking, R\$ 9,2 milhões. Suas 56.508 famílias possuem em média R\$ 19,9 milhões. Não por acaso, o total de 12,3 milhões desses clientes é um número próximo dos 13,4 milhões diplomados em Ensino Superior. No caso, a correlação parece ser causalidade.

É muito impressionante o enriquecimento do top dos investidores em fundos e títulos e valores mobiliários (desconsiderando os depositantes de poupança) por segmentos de clientes, em período recente, devido à disparidade da taxa de juros fixada pelas diretorias do Banco Central do Brasil. De dezembro de 2015 a março de 2019, considerando o saldo médio

per capita, o Varejo Tradicional perdeu -R\$ 4.909,53, o Varejo de Alta Renda ganhou +R\$ 31.409,82, enquanto cada Private Banking PF ganhou +R\$ 2.735.096,00. Cada grupo familiar Private Banking ganhou em média, no período, + R\$ 6.235.957,00.

Derrocada do Keynesianismo com a Estagflação

Em 1958, Arthur W. Phillips correlacionou, de maneira empírica, as variações no nível de desemprego e as variações no nível de salários nominais. Seu estudo econométrico deu origem à denominada “curva de Phillips”. Apesar de não ter tido uma preocupação teórica mais profunda, sua contribuição pode ser classificada tipicamente como uma síntese neoclássica-keynesiana. Phillips tratava o mercado de trabalho como o mercado de um bem qualquer, tal como os economistas neoclássicos, e examinava o efeito de variações na demanda efetiva sobre salários nominais, à semelhança dos keynesianos.

Além do excesso de demanda, Phillips estava preocupado com a taxa de crescimento ou redução do excesso da demanda agregada. Quanto maior a taxa de crescimento do PIB mais rápido os salários nominais cresceriam - e vice-versa. Aumentos nos preços dos bens consumidos pelos trabalhadores levariam à reposição inflacionária dos salários nominais, porém este efeito deveria ser isolado daquele excesso de demanda no mercado de trabalho. Sua equação considerava apenas a taxa de desemprego (aproximação para excesso de demanda) como variável explicativa de variações nos salários nominais.

A “curva de Phillips” estabelece uma relação inversa entre as variáveis: a taxa de desemprego e a taxa de variações dos salários nominais. Na recessão, a redução da demanda (aumento do desemprego) é acompanhada por uma queda nas taxas de crescimento dos salários. Na recuperação, com o crescimento da demanda, os salários voltam a crescer com taxas mais altas.

Cabe as seguintes observações. A relação é não-linear, apresentando uma forma hiperbólica, porque, para taxas de desemprego elevadas, os salários dos ainda ocupados permanecem bastante estáveis. Se diminui a taxa de desemprego, logo crescem os salários. Há uma defasagem temporal na resposta dos salários às variações na demanda de trabalho em função da institucionalização dos processos de barganha coletivos. Particularmente, há crescimento de arbitragens e conciliações judiciais, tornando os salários menos sensíveis àquelas variações. Apenas em períodos de elevação significativa dos preços, os trabalhadores reagem à perda no poder de compra.

Há uma hipótese fundamental, na síntese neoclássica: ela admite a perfeita substituição entre unidades componentes da força de trabalho ao tratá-la como um bem qualquer. Dessa forma, a oferta e a demanda determinam o seu preço.

São quatro hipóteses fundamentais subjacentes à síntese neoclássica, em seu tratamento do mercado de trabalho. A força de trabalho é homogênea, ou seja, não há qualquer diferença significativa quanto à especialização dos trabalhadores. A hora de trabalho de cada um deles rende exatamente a mesma quantidade de produto. Há perfeita mobilidade da força de trabalho, isto é, não existe qualquer custo, seja para o trabalhador, seja para as firmas, na transferência de trabalhadores de uma localidade ou ocupação para outra. As firmas maximizam lucro e, portanto, igualam o salário à produtividade marginal do trabalho. Os trabalhadores maximizam suas funções de utilidade, oferecendo maior quantidade de emprego apenas em troca por salários mais elevados.

Essa síntese neoclássica não admite a possibilidade de os trabalhadores, além de salários maiores, reivindicarem maior estabilidade no emprego. Isso certamente reduziria o impacto das variações na demanda sobre o nível dos salários.

Keynes, contrariamente, considera não haver perfeita mobilidade da força de trabalho. Por isso, os salários não dependem apenas do nível de demanda efetiva e dos preços dos bens de consumo assalariado. A não diferenciação da força de trabalho, feita pela síntese neoclássica, implica o excesso de demanda não se manifestar sobre este ou aquele tipo específico de trabalhador, mas sobre a massa total de trabalhadores.

A síntese neoclássica não considera o mercado de trabalho segmentado. Essa segmentação, derivada da imperfeita mobilidade da força de trabalho e reforçada pela especialização de algumas ocupações, leva aos aspectos institucionais terem grande efeito sobre a estrutura salarial.

Milton Friedman fez, posteriormente, uma “neoclassização da curva de Phillips”, extirpando-a de todas raízes keynesianas, ao tornar o nível de emprego e de produto dependente do ponto de equilíbrio no mercado de trabalho. Foi uma inversão da causalidade apontada, originalmente, pela curva de Phillips: a taxa de salário ser afetada pelo nível da demanda efetiva. O monetarismo sugere o contrário: o crescimento do salário nominal afetar o nível de emprego e de produto. Volta ao pré-keynesianismo.

De acordo com a formulação original da curva de Phillips, taxas de desemprego menores podiam ser obtidas através de políticas expansionistas, embora à custa de inflação dos salários nominais. Supondo-se os salários

serem uma componente importante dos custos, os resultados destas políticas seriam também a inflação de preços. Daí surgiu a ideia de existir uma escolha [trade-off] entre o desemprego e a inflação.

Friedman afirma, na realidade, essa escolha existir apenas no curto prazo, porque o aumento no emprego é um resultado da percepção equivocada dos trabalhadores quanto ao verdadeiro efeito dessas políticas expansionistas keynesianas: aumento do salário relativo (ficar mais rico em relação aos conhecidos) - e não a queda do salário real (perder poder aquisitivo). Ele desenvolve uma hipótese alternativa ao distinguir entre os efeitos de curto e longo prazo de mudanças não antecipadas na demanda agregada nominal.

Supondo uma aceleração não antecipada da demanda agregada nominal, ela será vista por cada um dos produtores como uma demanda favorável e inesperada por seus produtos. O produtor, em um ambiente de frequentes mudanças na demanda relativa de diferentes bens, não saberá se esta mudança lhe é específica ou não. Será racional, então, responder à sua impressão e produzir mais para vender pelo preço de mercado percebido como superior ao esperado anteriormente.

Ele estará disposto a pagar um salário nominal acima do pago antes para atrair trabalhadores adicionais. O salário real relevante para o produtor é o salário em termos do preço de seu produto e ele desconfia este preço estar maior. Para o trabalhador, a situação é diferente: importa se o poder de compra do salário o capacitar a consumir todos os bens. Tanto ele quanto seu empregador tendem a ajustar mais vagarosamente seu conhecimento dos preços em geral, porque é mais difícil, segundo Friedman, obter informações a este respeito. Isto se comparado à do preço do bem específico produzido.

Conseqüentemente, um aumento dos salários nominais pode ser interpretado pelos trabalhadores como um aumento dos salários reais, provocando, assim, um incremento na oferta de emprego. Expressos em termos da média de preços futuros efetivos, os salários reais serão mais baixos face aos previstos anteriormente.

Porém, esta situação é temporária. Mesmo se a taxa de crescimento da demanda agregada nominal e dos preços continuar se elevando, as expectativas se ajustarão à realidade. Quando isso ocorrer, o efeito inicial desaparecerá, logo depois dos trabalhadores e empregadores constatarem os contratos assinados antes serem inadequados à nova realidade. Pelo convencionalismo, o nível de emprego voltará ao anterior da suposta aceleração não antecipada na demanda agregada nominal. O monetarismo acusará a eficácia da política keynesiana expansionista ocorrer apenas em

curto prazo, enquanto perdura as expectativas adaptativas. A ideologia predominará em última instância.

Malabre Jr. (1995), editor de Economia do *The Wall Street Journal*, escreveu um capítulo - Ascensão e Queda dos Monetaristas - como testemunha ocular dessa “história confidencial dos economistas modernos”. Alerta para os malefícios do jornalismo econômico sem pluralismo ao publicar apenas opiniões de determinada corrente de pensamento econômico.

Ele faz *mea culpa*, dizendo: “erroneamente, apresentei o monetarismo aos leitores do *The Wall Street Journal* através de lentes cor-de-rosa, e conforme havia sido virtualmente ditado para mim por Milton Friedman”. Por exemplo, sua omissão da instabilidade da velocidade da circulação da moeda provou ser erro crucial na descrição monetarista da ligação existente entre a oferta da moeda e o desempenho da economia. Tal omissão foi apenas um exemplo da tática de Friedman e seus discípulos no sentido de simplificar excessivamente suas ideias, particularmente, durante seus contatos com a imprensa.

Friedman e seus asseclas estavam convencidos de a disseminação mais ampla de seus pontos de vista e o enfoque mais concentrado na imprensa sobre a simplória condenação da oferta de moeda poderia levar a doutrina monetarista a desempenhar papel mais importante na condução da política econômica. A tática foi muito bem-sucedida.

Ao longo dos anos de ascensão do monetarismo, período aproximadamente entre o final dos anos 60 e o início dos anos 80, Milton Friedman era visto pela maioria das pessoas como apenas mais um economista conservador. Simploriamente, ele recomendava controles rigorosos sobre o crescimento da oferta de moeda, limitando-a à taxa aproximadamente equivalente à taxa de expansão da economia, isto é, do PIB real. Se isso fosse feito, sem sancionar o aumento nominal dos preços, afirmava as forças positivas do livre mercado convergirem para assegurar uma prosperidade duradoura.

O ponto de vista monetarista prestava muito pouca atenção a preocupações como a situação do orçamento federal, níveis de gastos governamentais, tendências fiscais e política industrial orientada pelo governo. Todos esses assuntos estavam quase no topo da lista de prioridades da maioria dos economistas keynesianos “fiscalistas”. Mas, para o monetarismo, apenas a moeda importava.

Malabre (1995) mostra como se arquitetou a campanha e obteve sucesso o lançamento publicitário do produto “monetarismo”. A abordagem monetarista para a elaboração da política econômica recebeu espaços

crecentes como resultado da utilização cada vez mais difundida de articulistas-economistas pelas empresas jornalísticas.

Enquanto Wall Street pressionava para isso, o monetarismo ganhava também terreno em Universidades, onde a economia keynesiana havia prevalecido durante muito tempo. Os alunos de Friedman saíam da Universidade de Chicago e espalhavam suas convicções monetaristas. Muitos discípulos assumiam posições de professores em Universidades do resto do mundo, entre outras, chilenas e brasileiras - e daí para equipes econômicas.

Grande parte da política econômica posta em prática por Margareth Thatcher, durante os primeiros anos em seu mandato, particularmente seus esforços no sentido de controlar com maior rigor a oferta de moeda na Inglaterra, resultou de recomendações recebidas do professor suíço Karl Brunner. Ele era um bem-sucedido levantador de fundos para patrocinar conferências mundiais no sentido de propagar o monetarismo.

Assim, o monetarismo ia ganhando terreno nos meios universitários e o mesmo ocorria com sua crescente influência nos círculos responsáveis pela execução da política econômica praticada nos Estados Unidos. Grupo de jovens economistas trabalhava duro para promover a doutrina monetarista dentro da grande e poderosa rede de bancos regionais do Federal Reserve, bem como junto à sua diretoria sediada em Washington.

O monetarismo em nível de execução da política econômica norte-americana compelia o Federal Reserve a estabelecer e tornar públicas faixas de metas para os principais agregados monetários: M1, M2, M3 e M4. O presidente do Federal Reserve tinha de apresentar explicações no Congresso caso as metas não fossem atingidas.

No entanto, a oferta de moeda começou a perder sua importância como indicador quando sua histórica estabilidade face ao desempenho da economia praticamente desapareceu nos anos 80. O que teria acontecido para motivar tal condenação do monetarismo? A resposta dada por Malabre (1995: 163) é: “o monetarismo foi finalmente colocado em prática por responsáveis pela política econômica em Washington, e o resultado, infelizmente, denegriu seriamente, se é que não demoliu, a validade das teorias de seus proponentes”.

O então jovem inglês chamado Charles Goodhart exercia a função de principal consultor econômico do Banco da Inglaterra. Mesmo antes do advento do monetarismo na política econômica em Washington, ele criou aquilo a ser conhecido como Lei de Goodhart: “qualquer definição da oferta de moeda escolhida pelo Federal Reserve para meta a ser atingida e

controlada, como instrumento de política para direcionamento da economia, deverá tornar-se, inevitavelmente, sem sentido”.

Essencialmente, isso aconteceu em 1979, quando o Federal Reserve, sob a direção de Paul Volcker, optou pela modificação dos procedimentos operacionais do Banco Central norte-americano. Passou da abordagem keynesiana para a abordagem monetarista. A mudança ocorreu em grande parte devido à intensa campanha midiática dos monetaristas.

Os administradores da moeda pretendiam executar a política monetária sem levar em consideração a taxa de juros, mantendo o foco apenas sobre o nível da oferta de moeda. Durante anos anteriores, sempre a política de Autoridade Monetária havia sido a de controlar os juros dos títulos de dívida pública, referência para os bancos cobrarem uns dos outros em operações compromissadas de curtíssimo prazo. Após a rápida passagem do monetarismo no mundo real, os Bancos Centrais retomaram aquela velha prática sob o pomposo título de “regime de meta de inflação”. Quando a taxa de inflação ameaça subir, eles elevam a taxa de juros básica, e vice-versa. Só.

Na verdade, Milton Friedman e os monetaristas radicais, há muito tempo fazendo cruzada intelectual contra o Federal Reserve, teriam gostado de acabar com sua independência no manejo da taxa de juros. Quando o Fed finalmente adotou o procedimento monetarista de rígida programação monetária, o resultado não foi, de forma alguma, aquele propagado por Friedman e seus seguidores.

Finalmente, ao redor de meados de 1982, Volcker e seus colegas responsáveis pela política econômica, cada vez mais preocupados com a crise mundial da dívida externa, resolveram dar um basta. A cautela monetarista foi então abandonada em favor de taxa muito mais acentuada de crescimento da oferta de moeda - e baixa da taxa de juro básica.

Qual teria sido o erro? A Lei de Goodhart continha boa parte da resposta. O agregado M1, cujo controle o Federal Reserve havia escolhido como meta básica a ser perseguida, havia se transformado em barômetro econômico praticamente desprovido de significado. Face às inovações financeiras, o Fed não conseguia controlar a expansão da moeda e menos ainda o crescimento da economia. A oferta de moeda, em quaisquer de seus conceitos, é coisa impossível de ser programaticamente controlada.

O mandato de Paul Volcker como presidente do Federal Reserve terminou após sua dolorosa aventura com o monetarismo. Ela provocou, inclusive, a “crise da dívida externa” dos países do Terceiro Mundo, entre as quais a brasileira. Volcker foi substituído por Alan Greenspan, no verão de 1987, ano de crash na Bolsa de Valores. Ele reinou absoluto durante duas

outras bolhas de ativos e *crashes*: a das “empresas ponto.com” e a imobiliária. Depois, declarou-se surpreendido com a malvadezas do livre mercado. Disse: - “Jamais imaginei os bancos chegarem a esse ponto, atuando contra seus próprios interesses...”

A generalização da política de afrouxamento monetário, isto é, a monetização da dívida pública elevada pelo salvamento dos “bancos grandes demais para falir”, sem nenhum impacto inflacionário relevante, foi a “pá-de-cal” definitiva no enterro do monetarismo.

Antes, ele já tinha sido substituído em “corações e mentes” dos conservadores norte-americanos do Partido Republicano pelo *supply side economics*. A concepção da “economia do lado da oferta” foi desenvolvida durante os anos 70 nos Estados Unidos. Imaginava o crescimento econômico poder ser obtido com incentivos tributários, induzindo as empresas a realizar investimentos produtivos pela redução de impostos.

O pressuposto com base no individualismo metodológico seria a maior renda líquida estar disponível para estimular a oferta agregada. Aumentaria a quantidade de bens ou serviços produzidos e oferecidos no mercado pelo conjunto dos ofertantes em determinado período e por certo preço.

Convencionalmente, determina-se a oferta agregada somando-se as ofertas individuais em cada nível de preço. Nessa ótica microeconômica, ela depende de todos os fatores determinantes da oferta individual, além do número de ofertantes no mercado.

Os economistas “do lado da oferta” (*supply side*) se contrapõem também ao keynesianismo por acharem uma política econômica encorajadora das empresas a produzir mais e dos indivíduos a ganhar mais, em vez de estimular a demanda agregada por bens e serviços, será o meio mais bem-sucedido de obter o crescimento da economia. Argumentam, ao fim e ao cabo, os estímulos econômicos de redução de impostos superarão o perdido em termos de receita pela redução da carga tributária.

Essa política foi também chamada de Reaganomics porque, no início dos anos 80, foi adotada nos Estados Unidos durante o governo republicano de Ronald Reagan. Pretendia combater a estagflação, diagnosticada no final dos anos 70 e o início dos anos 80 - e também não superada pelo monetarismo.

A estagflação ocorre quando a estagnação ou o declínio do nível de produção e emprego se combinam com uma aceleração da inflação. O fenômeno contraria a Curva de Phillips segundo a qual a inflação tenderia a declinar com o aumento do desemprego. A estagflação surgiu em quase todas as economias capitalistas desenvolvidas depois da chamada “crise do

petróleo” (1973-1979). As medidas essencialmente monetaristas adotadas inicialmente pelos governos norte-americano e britânico para reverter essa tendência foram acompanhadas, inesperadamente para seus adeptos, por considerável elevação dos preços, dos índices de desemprego e da recessão econômica.

Derrocada da Economia do Lado da Oferta com a *Estagdesigualdade*

O atual ciclo de expansão da economia dos Estados Unidos teve início em junho de 2009. Supera o ciclo de 1991-2001 ao se tornar o mais longo desde 1854 no país.

A expansão tem sido lenta, sem nunca provocar um superaquecimento. Este é um dos motivos de sua longevidade. Nos primeiros 39 trimestres da expansão de 1991-2001, o PIB norte-americano cresceu 43%. Nos 39 trimestres até o fim de março de 2019, o PIB dos EUA cresceu só 22%. Ao ritmo atual, esse ciclo teria de durar seis anos a mais para se equiparar ao crescimento agregado do período 1991-2001, e nove a mais para reeditar a vigorosa expansão do período 1961-1969, quando o PIB cresceu 54%.

Pior, a expansão anêmica favoreceu mais o capital se comparado ao ganho pelo trabalho: a participação dos trabalhadores na renda nacional caiu de 68,9% para 66,4% nesse período. Por isso, autores norte-americanos (Posner & Weyl; 2019) o caracterizam como uma *estagdesigualdade*.

As expansões costumavam terminar quando o Banco Central elevava fortemente as taxas de juro em tentativa de evitar a inflação causada pela pressão da demanda. Excepcionalmente, as expansões eram interrompidas por uma crise financeira, como ocorreu em 2007-2009. Segundo Minsky (2008), a queda de exigência de margem de segurança levava a uma concessão exagerada de crédito e, em seguida à elevação da fragilidade, a uma onda de calotes e liquidações. Por causa do ritmo fraco do ciclo atual, as pressões inflacionárias não surgiram. Além disso, há poucos indícios de bolhas como as da NASDAQ e imobiliária. A explosão destas interromperam as expansões anteriores.

O crescimento está baixo apesar da política de estímulo fiscal, baseada na “Economia do Lado da Oferta”, proposta pelo governo de Donald Trump e aprovada pelo Congresso controlado pelos republicanos. Este tinha recusado antes a proposta de Barack Obama de continuidade do estímulo fiscal. O déficit fiscal federal tinha caído para pouco mais de 2% do PIB, no fim de 2015, quando findou o governo Obama. Mas subiu para quase 4,5%, desde

então, graças ao grande corte de impostos no fim de 2017 e a mais gastos públicos, em especial com a Defesa, efetuados pelo atual governo belicista.

Os cortes de impostos de 2017 beneficiaram os ricos. Eles tendem a não gastar lucros inesperados, mas sim elevar a acumulação de capital financeiro. Pesquisa da *National Association for Business Economics*, em janeiro de 2019, registrou: 84% das empresas não elevaram os investimentos nem as contratações após o corte dos impostos.

O mundo atual combina taxas de juros reais e nominais ultrabaixas, política populista de direita e hostilidade à economia de mercado mundial, ou seja, à abertura externa advinda da Era da Globalização. Segundo Martin Wolf (FT, 08/05/19), “antes de 2009, o Banco da Inglaterra (o Banco Central do Reino Unido) nunca emprestara para bancos a uma taxa de juros de curto prazo inferior a 2%. Essa fora suficientemente baixa para enfrentar as guerras napoleônicas, duas guerras mundiais e a Crise de 1929. Mas há dez anos sua taxa de juros é próxima de zero. O banco esteve em boa companhia. O Federal Reserve (Fed, o Banco Central dos EUA) conseguiu elevar sua taxa básica para 2,5%, mas não sem dificuldade. A taxa de juros do Banco Central Europeu (BCE) ainda está próxima de zero, tal como a do Banco do Japão (BoJ). Os juros deste Banco Central estão próximos de zero desde 1995. Mas o BoJ ainda é incapaz de fazer com a inflação chegar muito acima de zero. Ela continua assombrosamente baixa também em outros países”.

Para Dalio (2018), “os governos de países cujas dívidas são denominadas em suas próprias moedas podem administrar as consequências de uma crise causada pelo crédito excessivo. Eles conseguem, sobretudo, alongar o ajuste por vários anos, evitando assim uma enorme depressão causada por uma espiral descendente de falências em massa e colapso da demanda”.

Esse autor afirma essa desalavancagem financeira lenta e gradual ser assegurada por uma mescla de quatro elementos: austeridade fiscal; reestruturação da dívida pública ou calote puro e simples; afrouxamento monetário realizado pelos bancos centrais, especialmente a fim de sustentar os preços dos ativos; e contínuas transferências de renda e de riqueza para os já muito ricos. Um elemento importante nessa desalavancagem é manter as taxas de juros de longo prazo abaixo do crescimento das rendas nominais para não aumentar o grau de fragilidade financeira dos agentes econômicos.

O melhor indicador do baixo ritmo dessa expansão é o custo do dinheiro, medido pelo juro real, descontada a inflação. O rendimento dos títulos de dez anos do Tesouro indexados à inflação caiu de 4%, na “bolha pontocom”, no fim de 1999, para abaixo de zero em 2012 e 2013. Reagiu para

pouco mais de 1% no fim do ano de 2018, mas recuou para 0,4% em meados do ano corrente.

Quando o dinheiro está barato, isso indica uma demanda fraca por crédito, motivada por baixo crescimento, ou um excesso de reservas financeiras, ou ambas as coisas. Para Larry Summers, de Harvard, a baixa expansão é característica de uma estagnação secular. Sob sua ótica keynesiana, é uma situação de demanda agregada cronicamente fraca. Logo, um crescimento maior pode ser obtido só com um estímulo fiscal em conjunto com uma política monetária frouxa. A estagnação secular atormentou os EUA na década de 50 e no começo dos anos 2000, além da Depressão da década de 30. Agora, incluindo Japão e Europa, atinge quase a totalidade do mundo desenvolvido.

Após a crise financeira asiática, as economias mais dinâmicas do mundo lá localizadas se tornaram exportadoras líquidas de capital. Isso é interpretado como “altas taxas de poupança bruta em economias emergentes relevantes”. Por sua vez, há crescimento persistentemente fraco da produtividade em economias de alta renda, além do envelhecimento em muitas sociedades e, portanto, demanda declinante por capital físico e ascendente por serviços urbanos. A desindustrialização também atinge quase todas as economias ocidentais com o barateamento das exportações industriais chinesas, produzidas em alta escala, e coreanas, produzidas com um grande parque industrial robotizado. Houve, então, quedas aceleradas dos preços relativos dos bens de capital.

Pior, a produtividade do capital automatizado acentuou as mudanças da distribuição de renda na direção dos lucros e propiciou dividendos e ganhos de capital para os acionistas e executivos super bem-remunerados. Tudo isso modificou a correlação entre a renda potencial e os gastos desejados, em prejuízo desta demanda efetiva. O resultado foi a queda das taxas de juros reais.

Embora a dívida financeira das famílias tenha caído, em relação às rendas das economias maduras - e mesmo na economia brasileira -, isso não aconteceu com as dívidas dos governos ou das corporações não financeiras, estas inclusive em parte dolarizadas. A crise sistêmica desencadeou atuação anticíclica de bancos públicos e endividamento compensatório em outros países, notadamente na China, assim como no Brasil. Todas as economias atingidas pela crise mundial ainda estão muito abaixo dos níveis de produção pré-crise. Ex-post, é registrado um crescimento da produtividade também baixo em todo o mundo.

Pior, a política populista da direita em muitos países (e da esquerda apenas na Venezuela) leva à postura xenófoba antiglobalização. A experiência passada com a Grande Depressão lançou o fascismo e/ou o nazismo. Agora renasce o neofascismo?!

Teoria Alternativa da Moeda ou *Modern Money Theory* (MMT)

O esnobismo de economistas ortodoxos despreza seus colegas heterodoxos e pressiona a mídia brasileira para não dar espaço no debate público às suas “sandices”. Por exemplo, minha tese de Livre-Docência, defendida no IE-UNICAMP há 25 anos, em 1994, apresenta uma organização de postulados de uma Teoria Alternativa da Moeda baseada na tradição secular de crítica à Teoria Quantitativa da Moeda. Desde Henry Thornton, em 1802, passando por Knut Wicksell (1907) e a Escola de Estocolmo, nos anos 1930, até alcançar a corrente pós-keynesiana contemporânea, sempre existiram ideias em comum capazes de serem organizadas sob forma de uma Teoria Alternativa da Moeda.

Aquela tese foi publicada, parcialmente, em livro impresso pela Editora Makron Books (Costa; 1999). Foi finalista do Prêmio Jabuti. Por não ter sido divulgada em inglês e por ter sido defendida na UNICAMP, embora esta Universidade tenha a graduação em Economia no primeiro lugar no RUF (Ranking Universitário da Folha), a tese não foi lida por professores de escolas ortodoxas. Podiam ter lido pelo menos seu esboço publicado na Revista de Economia Política (Costa; 1993).

Praticamente, não há debate público entre as diversas correntes de pensamento econômico, seja na academia, seja na mídia brasileira. Pela falta do contraditório, governos e empresários cometem erros em suas decisões econômico-financeiras. Não vislumbram as alternativas entre opiniões especializadas.

Daí o espanto de economistas heterodoxos quando se deparam com a descoberta do óbvio por parte de colega ortodoxo. Quem lê e relê sempre a corrente principal de pensamento econômico acaba por sofrer um certo retardamento em perceber as proposições da vanguarda teórica. Quando ele as percebe, crê ter feito uma inovação teórica. Mas é apenas a descoberta do óbvio, ou seja, uma redescoberta de ideias conhecidas há muito tempo por heterodoxos. Estes ficam pasmados por os ortodoxos não saberem daquilo.

Se André Lara Resende tivesse conhecido a Teoria Alternativa da Moeda (TAM), antes da *Modern Money Theory* (MMT), teria aprendido uma crítica substantiva (e construtiva) à Teoria Quantitativa da Moeda (TQM) ao destroná-la e oferecer outra Teoria da Moeda. Teria adquirido certo conhecimento há

um quarto de século. Bastaria superar preconceitos e ler economistas heterodoxos brasileiros.

De maneira resumida, didática e esquematicamente, é possível contrapor os Postulados da TAM aos Postulados da TQM através da Equação de Trocas. Esta representa a natureza dual de todas as transações onde o valor total dos bens vendidos é igual à despesa monetária para sua aquisição. A quantidade vendida ou o rendimento monetário dos vendedores é idêntica à quantidade comprada ou a quantia gasta pelos compradores.

Para essa tautologia ser considerada uma explicação, expressando uma relação comportamental capaz de propiciar previsões, a identidade contábil sem relação causal deve ser sujeita a certas hipóteses. Elas são levantadas, de forma antagônica, de um lado, os postulados da TQM, de outro, os de uma TAM.

A mais conhecida variante da Equação de Trocas é a expressa por Irving Fisher (1911): $M.V = P.T$. Ela representa uma simples identidade contábil para uma economia monetária: relaciona o fluxo circular da moeda (lado esquerdo), em uma dada economia, durante um específico período, ao fluxo circular de bens (lado direito).

Pode-se destacar as variáveis nível geral de preços e preços relativos:

$$M^{s_n}.V = P_1 \cdot \sum_i P_i / P_1 \cdot Q_i \text{ onde}$$

M^{s_n} é a oferta de moeda nominal;

V é a velocidade de circulação da moeda;

P_1 é o nível geral de preços (preço absoluto ou monetário);

P_i / P_1 são os preços relativos em termos da moeda mercadoria (bem 1);

Q_i é a quantidade de transações.

Para M^{s_n} determinar unicamente P_1 são necessários os postulados da Teoria Quantitativa da Moeda (TQM). Para PQ (necessidades econômicas) determine M^{s_n} (endógena com V estável) são necessários postulados da Teoria Alternativa da Moeda (TAM). Compare-os no Quadro abaixo.

POSTULADOS DA TQM:	POSTULADOS DA TAM:
<p>Postulado da Proporcionalidade: o nível geral de preços é proporcional à oferta de moeda se sua velocidade de circulação for constante e a demanda por moeda transacional se manter conforme o padrão estável de gastos para atender necessidades básicas, não se influenciando pela taxa de juros.</p>	<p>Postulado da Velocidade Variável: a decisão do agente econômico em ativar moeda ociosa ou fazer inovações financeiras gera <i>instabilidade</i> da velocidade de circulação da moeda; logo, ela oscila de acordo com a acomodação da oferta monetária às variações de transações, afetadas pela volatilidade da taxa de juro.</p>
<p>Postulado da Causalidade: a expansão monetária altera o nível geral de preços se a <i>demanda real de moeda</i> for determinada pela quantidade demandada em volume de bens e serviços e, daí, pelo <i>efeito saldo real</i>, ao ultrapassar essa demanda real será uma <i>oferta de moeda excedentária</i>, só elevando os preços.</p>	<p>Postulado da Validação: a elevação do nível geral de preços exige uma validação monetária; só então o <i>mark-up</i> será efetivado, ou seja, a decisão de gasto se depara com a preferência pela liquidez do comprador; a variação inflacionária provoca variações na demanda por moeda, expressas por <i>desmonetização</i> ou <i>remonetização</i>.</p>
<p>Postulado da Neutralidade da Moeda: a oferta de moeda <i>não</i> determina elevação das transações em <i>longo prazo</i>; a moeda é não-neutra em <i>curto prazo</i>, devido à ilusão monetária provocada por oferta de moeda inesperada.</p>	<p>Postulado da Não-neutralidade da Moeda: o mecanismo de transmissão é <i>indireto</i>: a oferta monetária se correlaciona com a taxa de juro e esta afeta as transações via custo de crédito ou custo de oportunidade; haverá mecanismo de transmissão <i>direto</i> apenas no caso de diferimento de gastos por motivo de retenção de moeda <i>inativa</i>.</p>

<p>Postulado da Oferta da Moeda Exógena: variações da oferta da moeda não se correlacionam com variações da demanda real por moeda por causa de seus fatores determinantes <i>independentes</i>: a oferta é função de reserva de ouro, reserva cambial, ou de decisões da Autoridade Monetária, enquanto a demanda é função da taxa de inflação, renda permanente, rendimentos de outros ativos, capital humano, atributo da liquidez; por isso, uma variação nominal da oferta da moeda acima dessa demanda perturba o equilíbrio pré-existente.</p>	<p>Postulado da Oferta da Moeda Endógena: não há oferta de crédito efetiva sem haver demanda por crédito: esta só <i>efetiva</i> a oferta de crédito via <i>contratação</i>; é dependente da relação entre risco do <i>credor</i> e risco do <i>devedor</i>; logo, oferta de moeda <i>efetivamente em circulação</i> e demanda por crédito são <i>interdependentes</i> através de uma relação de débito e crédito.</p>
<p>Postulado de uma Teoria Monetária dos Preços: a oferta monetária <i>não</i> determina variações de preços relativos <i>em longo prazo</i>, somente determina variação no nível geral dos preços.</p>	<p>Postulado de uma Teoria de Fixação de Preços: variações de <i>mark-up</i> provoca uma dispersão de preços relativos com determinados <i>preços rígidos</i> para baixo; logo, há variações do nível geral de preços se variações na demanda nominal por moeda forem sancionadas por variações na oferta monetária.</p>

Se a antiga teoria monetária dos preços não é válida, há necessidade de apresentar outra teoria de preços sem causas monetárias. A causa do aumento do nível geral dos preços não é colocada na pressão de demanda no mercado, mas sim no âmbito da decisão dos líderes na formação de preços de oferta. Sua referência está nos custos, na inércia ou nas expectativas, portanto, sob este ponto de vista, a inflação não tem causas monetárias. O poder de fixação de preços se relaciona com seu poder na estrutura de mercado, com sua liquidez e com a elasticidade da demanda de seu produto.

Contradiz então a TQM por esta afirmar apenas através do gasto de moeda, via um efeito saldo real antecedente sobre a demanda de bens, pode ocorrer uma variação no nível geral dos preços. Isto acontece quando há um desequilíbrio na oferta de todos bens contra dinheiro, isto é, uma excessiva demanda monetizada por bens. Essa teoria monetária dos preços não se refere aos preços relativos. Estes podem ser afetados diretamente por empresas com poder de mercado diferenciado. Existem choques inflacionários.

Uma teoria da fixação dos preços, alternativa àquela antiga teoria monetária dos preços, contra argumenta: as variações não-monetárias

induzidas nos preços de algumas mercadorias não são contrabalançadas por mudanças opostas nos preços de outras. Dessa maneira, a alteração de preços relativos pelos oligopólios afeta a média ponderada do índice geral de preços.

O nível geral dos preços é uma média ponderada de um conjunto de preços, por exemplo, dos produtos da cesta básica de consumo das famílias em certa faixa de renda. Sua evolução depende da variação dos diferentes preços. Se estes evoluem diferenciadamente no tempo com atrasos ou defasagens, os preços relativos se dispersam, elevando seu espectro e provocando aumento dessa média.

Por fim, cabe alertar: uma teoria alternativa dos preços se apoia em uma fundamentação microeconômica, para elaboração de sua teoria da inflação, mas não se equivale à esta. Uma teoria da inflação pertence ao plano da teoria aplicada, levando em conta a institucionalidade vigente, como explicação para o processo generalizado de remarcação de preços. Dá uma fundamentação microeconômica na análise desse processo macroeconômico.

Assim, gradativamente, à medida do ritmo inflacionário, verifica-se um processo de substituição de indexadores:

1. *indexador ex-post*: em função do custo, para manter a margem de lucro histórica;
2. *indexador inercial*: em função do índice geral de preços, para reposição das perdas passadas;
3. *indexador acelerador*: em função de um índice de preço-guia, para acompanhar a liderança de preços;
4. *indexador ex-ante*: em função da expectativa de inflação, para reposição futura dos estoques e consideração do custo de oportunidade na formação do preço a prazo;
5. *indexador instantâneo*: em função do dólar paralelo, para evitar defasagens.

André Lara Resende em seu artigo “A Crise da Macroeconomia” (2019), afirma: “o primeiro pilar do novo paradigma macroeconômico, a sua pedra angular, é a compreensão de que moeda fiduciária contemporânea é essencialmente uma unidade de conta”.

O correto é fazer uma distinção entre dinheiro e moeda. Todo dinheiro é moeda, mas nem toda moeda é dinheiro. Uma moeda se torna dinheiro quando a sociedade (mercado e Estado) a aceita como cumpridora de três funções básicas: reserva de valor, unidade de conta e meio de pagamento. Se

for apenas unidade de conta e não cumprir as demais funções, não é plenamente dinheiro.

“A moeda acompanha a evolução da atividade econômica e da riqueza. No jargão da economia, diz-se que a moeda é endógena, criada e destruída à medida que a atividade econômica e a riqueza financeira se expandem ou se contraem. A moeda é essencialmente uma unidade de referência para a contabilização de ativos e passivos. Sua expansão ou contração é consequência, e não causa, do nível da atividade econômica”. Esta é a tese defendida por Lara Resende no seu livro “*Juros, Moeda e Ortodoxia*”, publicado em 2017. Já tinha sido exposta em uma tradição secular de crítica à Teoria Quantitativa da Moeda.

Também concordo com Lara Resende (e ambos concordamos com Keynes): “moeda e impostos são indissociáveis”. Mas não vou ao ponto de dizer: “a moeda é um título de dívida do Estado que serve para cancelar dívidas tributárias. Como todos os agentes na economia têm ativos e passivos com o Estado, a moeda se transforma na unidade de contabilização de todos os demais ativos e passivos na economia. A aceitação da moeda decorre do fato de que ela pode ser usada para quitar impostos”.

Moeda é um ativo monetário por definição oficial (legal) e daí detém o imediato poder liberatório de dívidas. Isso não significa moeda ser um título de dívida pública, porque o endividamento envolve um prazo de vencimento, enquanto a moeda é plenamente líquida, ou seja, é um meio de pagamento de dívida - e não a própria dívida.

“O segundo pilar é um corolário do primeiro: dado que a moeda é uma unidade de conta, um índice oficial de ativos e passivos, o governo que a emite não tem restrição financeira. O Estado nacional que controla a sua moeda não tem necessidade de levantar fundos para se financiar, pois ao efetuar pagamentos, automática e obrigatoriamente, cria moeda, assim como ao receber pagamentos, também de maneira automática e obrigatória, destrói moeda”. A pressão de Lara Resende para o Estado brasileiro investir é positiva, mas sob argumento a meu ver equivocado: como a emissão monetária não tivesse outro impacto, por exemplo, sobre mercado de câmbio.

Discordo pela premissa: o governo emissor da moeda oficial não tem nenhuma restrição financeira a não ser a “inflação verdadeira”, isto é, com esgotamento da capacidade produtiva. Ela tem de ser demonstrada. Há três maneiras do Estado se financiar quando tem uma restrição orçamentária: aumentando a arrecadação tributária, lançando títulos de dívida pública ou efetuando pagamentos com emissão monetária, caso a Casa da Moeda não

seja subordinada ao Banco Central e essa Autoridade Monetária não tenha independência do Poder Executivo.

Sem demonstrar sua premissa, Lara Resende já a pressupõe como uma verdade indiscutível e parte para afirmar: “como não precisa respeitar uma restrição financeira, a única razão macroeconômica para o governo cobrar impostos é reduzir a despesa do setor privado e abrir espaço para os seus gastos, sem pressionar a capacidade de oferta da economia”.

Em outras palavras, ele sugere a política fiscal, assim como a política monetária, ser apenas uma política de controle da demanda agregada para evitar o pleno emprego inflacionário. Não destaca seu papel em combate à desigualdade de renda e riqueza ao adotar uma política contra a *estagdesigualdade*. Para tanto, é necessária uma reforma tributária para uma estrutura progressiva, onde se arrecada dos mais ricos para efetuar políticas públicas favoráveis aos mais pobres. Além disso, governo investe para ocupar “o vácuo” deixado pelos gastos privados, senão a economia entra em queda livre, e dar um arranque para retomada do crescimento econômico.

“O governo não tem restrição financeira, mas é obrigado a respeitar a restrição da realidade, sob pena de pressionar a capacidade instalada, provocar desequilíbrios internos e externos e criar pressões inflacionárias”, diz Lara Resende.

Este é um consenso na profissão (e não uma “nova macroeconomia”): a “inflação verdadeira” surge com a plena ocupação da capacidade produtiva, seja pelo uso no limite de máquinas e equipamentos instalados, seja pelo pleno emprego da mão-de-obra e da matéria-prima disponível.

“O terceiro pilar é a constatação de que o Banco Central fixa a taxa de juros básica da economia, que determina o custo da dívida pública. Desde os anos 1990, sabe-se que os bancos centrais não controlam a quantidade de moeda, nenhum dos chamados agregados monetários, mas sim a taxa de juros. O principal instrumento de que dispõe o Banco Central para o controle da demanda agregada é a taxa básica de juros”, continua Lara Resende.

Tudo muito bem, tudo muito bom, mas realmente isso é dito pela heterodoxia desde o debate com os monetaristas nos anos 50 do século XX. É a crítica contumaz ao controle monetário geral, ao usar como único instrumento de política econômica em curto prazo a programação monetária. Desde quando o novo-classicismo aceitou essa ponderação e passou a dar ênfase ao “estado de confiança na independência do Banco Central” - leia-se: sua capacidade de provocar uma brutal recessão punitiva a quem duvidar de

sua credibilidade de entregar a meta de inflação -, saiu de moda a programação monetária.

“O quarto pilar é a constatação de que uma taxa de juros da dívida inferior à taxa de crescimento da economia tem duas implicações importantes. A primeira é que a relação dívida/PIB irá decrescer a partir do momento em que o déficit primário - aquele que exclui os juros da dívida - for eliminado, sem necessidade de qualquer aumento da carga tributária. Portanto, se a taxa de juros, controlada pelo Banco Central, for fixada sempre abaixo da taxa de crescimento, a dívida pública irá decrescer, sem custo fiscal, a partir do momento em que o déficit primário for eliminado”, acrescenta Lara Resende.

Ele diz este ser “um resultado trivial e mais robusto do que parece”. Ora, eu diria ser apenas um resultado matemático, se o denominador (PIB nominal) crescer em ritmo superior ao da taxa de juro remuneradora dos títulos de dívida pública, registrados no numerador, logicamente a relação dívida/PIB cairá. Essa aritmética qualquer economista tem a obrigação de entender, porém, mais uma vez, os neoliberais abominam planejar uma retomada do crescimento econômico, pois receiam uma intervenção governamental em O Mercado e optam ideologicamente por cortar gastos sociais. Vale-tudo pela liberdade do mercado.

“A segunda implicação, tecnicamente mais sofisticada, é que será possível aumentar o bem-estar de todos em relação ao equilíbrio competitivo através do endividamento público”, conforme Lara Resende.

Sem dúvida, a Teoria da Fragilidade Financeira elaborada pelo pós-keynesiano Hyman Minsky, desde os anos 70, mostra como um “fato-da-vida” capitalista a alavancagem financeira. O grau de endividamento só se torna um risco sistêmico quando todos os devedores abandonam a posição defensiva (“protegida ou *hedged*”), mesmo involuntariamente, e pelas interações com os demais agentes econômicos passam para a posição especulativa e ameaçam alcançar a posição Ponzi, ou seja, de inadimplência à espera de negociação de um refinanciamento.

“Sobre esses quatro pilares, acrescenta-se o que foi aprendido sobre a inflação nas últimas três décadas. Ao contrário do que se acreditou por muito tempo, a moeda não provoca inflação. Inflação é essencialmente questão de expectativas, porque expectativas de inflação provocam inflação. As expectativas se formam das maneiras mais diversas, dependem das circunstâncias, e os economistas não têm ideias precisas sobre como são formadas”, conclui Lara Resende com uma tautologia.

Mas a boa notícia é, finalmente, a TAM ter sido aceita por membro da academia ortodoxa: ½ do Larida, elaborador da Teoria da Inflação Inercial, detentor da paternidade do Plano Real, reconhece o dito por todos antiquantitativistas há séculos. E de lambuja aceita a Teoria da Inflação Acelerada, movida por expectativas incertas, elaborada por economistas da Unicamp.

“A pressão excessiva da demanda agregada sobre a capacidade instalada cria expectativas de inflação, mas não é condição necessária para a existência de expectativas inflacionárias. Alguns preços, como salários, câmbio e taxas de juros, funcionam como sinalizadores para a formação das expectativas”, afirma Lara Resende.

Sim, qualquer choque de preço básico desencadeia uma série de variações de preços relativos até se acomodar novamente a um novo equilíbrio, caso alguns agentes econômicos aceitem suas perdas dentro do conflito distributivo estabelecido. A volta à inércia, depois de uma aceleração, não é automática, como já dizíamos nos anos 80.

“Se o Banco Central tiver credibilidade, as metas anunciadas para a inflação também serão um sinalizador importante. Uma vez ancoradas, as expectativas são muito estáveis. A inflação tende a ficar onde sempre esteve”, finaliza sua argumentação Resende.

Aí, Lara Resende adota o novo-classicismo das expectativas racionais - e não expectativas incertas como destacam os pós-keynesianos, devido às decisões descentralizadas, descoordenadas e desinformadas umas das outras. Por isso, deduz: “é tão difícil, como sempre se soube, reduzir uma inflação que está acima da desejada. Depois da grande crise financeira de 2008, ficou claro que é igualmente difícil elevar uma inflação abaixo da desejada”. Por que elevar a inflação? Para corroer os salários reais? Para diminuir a dívida não indexada ou prefixada com a “eutanasia do rentista”? Não entendo uma “inflação desejada”. Lara Resende poderia me explicar melhor...

Conclusão parcial

O “debate” sobre a “Moderna Teoria da Moeda” (*Modern Money Theory*: MMT) aqui não foge à prática usual da mídia brasileira. De cara, os economistas heterodoxos não têm suas posições publicadas na nossa “grande” imprensa. Logo, o debate não é plural se ele se resume a rapapés entre colegas-amigos ou ao Viés do Argumento da Autoridade. Este é exacerbado pelos colegas tupiniquins. A verdade é: em relação às opiniões de “celebridades”, somos muito menos cautelosos em comparação a outras

opiniões, inclusive a nossa. Abusam também da Falácia Genética: o apego emocional, seja negativo, seja positivo, à origem do emissor de uma ideia. Adotam a falsa “prova social”: o apelo à popularidade intelectual é o fato de a maioria dos economistas malformados acreditar em alguma ideia ser apresentado como uma prova de ela ser verdadeira.

André Lara Resende é fiel à ciência e não briga contra os fatos. Não chega a ser um dissidente do *mainstream*, mas provoca o debate, de maneira proveitosa, ao fazer todos os economistas lúcidos questionarem e repensarem suas teses. É bem verdade os dogmáticos, seja à direita, seja à esquerda, rejeitam qualquer pensamento alheio, porque eles creem já deterem “a verdade” definitiva. Abusam do mau argumento “*ad hominem*”.

No entanto, a MMT não pode ser considerada uma Teoria Geral da Moeda. Tem de ser adequada ao local e ao tempo para fundamentar decisões práticas de política econômica.

Se a moeda estrangeira for substituída da moeda nacional como reserva de valor e sua cotação disparar pela fuga de capital, ao se usar a moeda nacional como unidade de conta, depois da conversão dos preços dolarizados, ela se depreciará rapidamente e levará sua utilização como meio de pagamento a ser em quantidade cada vez mais astronômica. Um sistema bi monetário ou “dolarizado” levaria à hiperinflação, quando se guardaria dólares e se pagaria em reais.

Aqui, devido aos maus fundamentos econômicos, o risco dessa fuga (ou “repatriamento”) de capital, inclusive para o mercado paralelo de dólar, é enorme se não for respeitada certa paridade entre a taxa de juros interna e a externa. Assim, a regra única sugerida por Resende – taxa de juro abaixo da taxa de crescimento do PIB -, se exercida nos últimos dois anos, seria por exemplo 1% ao ano, abaixo também da taxa básica norte-americana e da europeia. Com essa taxa, quem investiria em renda fixa no Brasil?!

Se provocasse um choque de demanda inflacionário (“de verdade”, isto é, esgotando logo a capacidade produtiva), a Autoridade Monetária voltaria a elevar o juro, encerrando a experiência heterodoxa.

Todos os economistas deveriam ter conhecimento da assimetria na política monetária: é uma arma poderosa para provocar recessão, mas frágil para propiciar retomada do crescimento. Não há demanda por crédito sem projeto de investimento, dada ainda a baixa desalavancagem financeira das empresas não-financeiras brasileiras, o baixo ritmo de vendas, a grande capacidade produtiva ociosa e a lentidão para incorporar as inovações disruptivas da indústria 4.0 no Brasil. É equivocada a ladainha neoliberal: “estado de confiança brotará imediatamente após a reforma da Previdência”.

Na realidade, o consumo popular está estagnado pela ameaça de desemprego e o consumo do varejo de alta renda está suspenso pela ameaça previdenciária. Paradoxalmente, com baixa taxa de juro, o “efeito riqueza” se inverte e as famílias de alta renda cortam gastos para aumentar a sobra de renda necessária aos investimentos financeiros. Com o corte de direitos trabalhistas, sua meta prioritária passa ser a acumulação de capital financeiro para seus rendimentos futuros substituírem a renda do trabalho na fase inativa. Não se trata de preferência pela liquidez absoluta, ou seja, armadilha de liquidez, mas sim precaução.

Capítulo 6

Decisões Financeiras Práticas

Narrativas sobre O Mercado

O cérebro humano recorre a narrativas, inclusive às sem compromisso com a verdade, para racionalizar o comportamento. Humanos são eternos contadores de histórias. Falácia da Conjunção diz respeito à compreensão intuitiva para histórias “consistentes” ou “plausíveis”, isto é, contadas de maneira convincente, impressionante e vívida, mesmo não se não forem verdadeiras. A verdade é o todo. Estórias são reducionistas.

A Narrativa do Mais Tolo é conhecida como a crença do investidor quando compra um determinado ativo supostamente valorizado e acredita poder o vender no futuro com maior valorização. Ele espera encontrar um investidor ainda “mais tolo” capaz de o comprar. Dedução da narrativa: não se compra um ativo por o preço corresponder ao justo valor fundamentado, mas sim pela expectativa de revendê-lo por valor mais alto.

A Narrativa do Mais Tolo é comum em cenário especulativo com viés de alta, onde há um movimento predominante de força compradora. Por exemplo, no período anterior à explosão da “bolha da internet”, ocorrida no início de 2000, quando empresas de internet ainda obtinham um lucro pequeno, chegaram a valer bilhões de dólares por pressuposta valorização futura - e não pela distribuição efetiva de dividendos. Há distinção entre duas formas de operação na bolsa de valores: uma se baseia nos dividendos esperados e outra especula quanto à variação futura dos preços das ações.

Essa narrativa é similar à Narrativa do Concurso de Beleza utilizada por Keynes, no capítulo 12 da Teoria Geral, para ilustrar o comportamento especulativo dos investidores na bolsa de valores. A comparação é feita entre o investidor profissional na bolsa de valores e o participante do concurso para eleger, dentre uma centena de fotografias, os seis rostos mais bonitos.

No concurso, o prêmio é atribuído àquele participante cujas preferências mais se aproximam da seleção representativa da opinião média do conjunto dos participantes. Deste modo, a diretriz a ser seguida pelo participante não é a sua preferência, mas sim escolher as fotografias representativas da imaginada opinião média dos demais participantes do concurso. Por sua vez, todos eles se deparam com a mesma situação.

Portanto, torna-se irrelevante quais são, subjetivamente, os rostos mais bonitos, quando todos os participantes compartilham esse raciocínio. Ele visa

antecipar a opinião média do conjunto de participantes, ou seja, um exercício de empatia coletiva. Em analogia, os rostos mais bonitos do concurso correspondem, no mercado financeiro, às ações a serem compradas por se acreditar a opinião média dos investidores também imaginar serem elas a serem compradas.

Os julgamentos buscam adivinhar o que a opinião média considera a opinião média. Keynes propôs este ser o comportamento dos analistas de mercado e gestores de fundos de investimentos. Estes agentes são, de maneira paradoxal, “racionalmente irracionais” ao lidarem não com fatos, mas sim com boatos ou rumores.

Ao fugir de mercado notoriamente arriscado por inflar uma bolha descolada dos fundamentos da empresa, do setor de atividade e mesmo da macroeconomia, mas com firme e contínua valorização de todas as ações, o investidor se considera tolo. Isto por não levar em conta a sugestiva Narrativa do Mais Tolo: sempre haver alguém comprando papéis já sobrevalorizados, como prova os mesmos estarem ainda se valorizando em processo de retroalimentação.

Na Narrativa do Concurso de Beleza, o jurado sincero com sua preferência selecionaria as genuinamente bonitas sob seu ponto de vista. Mas ele seria considerado um excêntrico, não convencional e dissidente da opinião especializada ou mesmo pública. Curiosamente, o vencedor do prêmio por se aproximar da opinião média é considerado pelos demais players um excêntrico distinto deles. Quem for perdedor não terá misericórdia por parte do vencedor por os considerar previsíveis - e equivocados.

Afinal de contas, a Narrativa do Senso Comum Defensivo sugere ser melhor errar copiando erros de outros a tentar acertar na verdade contra a opinião dos demais. No primeiro caso, você assim como os outros é uma vítima de acontecimentos coletivos. No segundo caso, você é um incompetente - e será despedido.

Dedução dessa narrativa: os gestores oportunistas continuam a tomar decisões em conjunto com O Mercado, mesmo sua opinião pessoal, no íntimo, sendo contrária à opinião predominante. Se o gestor contrariar O Mercado e acertar é tido como mero sortudo, mas, caso erre a previsão, é considerado irresponsável.

O que faz o preço das ações oscilarem na bolsa? Tudo em economia é reduzido a um único e exclusivo movimento, devido à Lei da Oferta face à Demanda. Em ainda maior reducionismo, apenas à demanda, porque a oferta de papéis é considerada fixa (ou dada) em um corte temporal, isto é, no presente. Então, se aumenta a demanda, ou seja, o número de compradores

de determinada ação, então aumenta a cotação da empresa. Se diminuïrem os compradores, seu valor de mercado cai.

Se o mercado é muito pulverizado e movimenta um valor expressivo, cada “voto” individual é insignificante. Em consequência, seria mais interessante tentar “votar” no papel já valorizado pelos “demais tolos” - e não em sua avaliação dos fundamentos!

A Teoria dos Jogos mostra as chances de você obter melhores resultados via tentativa de adivinhar qual ação será selecionada pela maioria do grupo. Avaliar a opinião a ser predominante faz sentido, dada a premissa de a cotação se movimentar por demanda aquecida face à dada oferta.

No mercado de ações, se alguém pesquisar e achar um papel com ótimos fundamentos microeconômicos, setoriais e macroeconômicos, mas com baixa liquidez por ninguém o comprar, então, dependendo do montante comprado por ele, poderá até provocar uma pequena elevação na cotação. Mas se ninguém mais o comprar, é impossível a alta persistir. Na outra ponta, poderá até aparecer vendedores para aproveitar a oportunidade e se livrar do “mico”. Com essa oferta maior, começará a diminuir a cotação até aparecer algum comprador, pagando um preço inferior ao anterior. Isso levaria ao comprador inicial um custo de oportunidade temporário a não ser ele mesmo o comprador de mais dessas ações com expectativas dela pagar maiores dividendos.

O interessante da Narrativa do Concurso de Beleza é ela também explicar um comportamento comum de acordo com a Narrativa do Efeito Manada. No curto prazo, muitos *traders* ficam atentos ao movimento do volume de alguns papeis, principalmente daqueles não possuidores de muita liquidez. Eles sabem: ao entrar um volume grande de dinheiro para comprar nesses papeis, haverá forte movimento: inicialmente para alta, depois poderá se reverter para baixa.

Se investidores utilizam análise fundamentalista para concluir se uma empresa pode ou não ser uma boa compra, para valorização futura, outro passo é os preços sinalizarem isso para essa opinião predominar e contaminar as análises grafistas. Superando a linha de resistência (níveis máximos atingidos em certo período ao contrário da reta de suporte formada pelos níveis mínimos), a compra tende a ser de uma grande maioria, então, a demanda por papeis aumenta, fazendo o seu preço aumentar.

A análise técnica é Psicologia Social aplicada ao mercado. Seu objetivo é identificar tendências e mudanças no comportamento da multidão, isto é, massa de investidores cujo comportamento coletivo comanda os preços. O

Mercado corresponde à soma dos desejos, medos e expectativas dos participantes individuais - e institucionais.

A análise técnica, cujo algoritmo pesquisa a volatilidade de cotações face aos padrões do mercado de ações, prognostica as probabilidades de acerto, mas não o curso real dos eventos. Essa narrativa tem pouco fundamento teórico além da afirmação de, em preços das ações determinados pela oferta e procura, a experiência passada ser a única fonte de dados para prognóstico do futuro.

Há uma arbitrariedade na convenção projetiva ao supor a situação atual continuar a existir no futuro, exceto quando houver indicações claras em contrário. Viés de Resultado ou Falácia do Historiador se refere à nossa tendência de avaliar decisões com base no resultado – e não com base no processo anterior à decisão. “Profecia reversa” é julgar o processo a partir da linha-de-chegada.

É um tipo especial de “ilusão de ordem”. Os eventos raramente ocorrem como se espera, mas a necessidade de a mente humana acreditar em ordem racional se impõe.

Baseia-se na crença, totalmente sem fundamento teórico face à quebra de regularidade provocadas por mudanças estruturais, de a história se repetir. Na verdade, se faz uma “previsão da história” a partir de uma dada hipótese do historiador e extrapola uma repetição ordenada dessa história imaginada para se prever o futuro. Ela permitiria, sem nenhuma mudança em sua regularidade, previsões corretas.

O Mercado, embora reverenciado com letras maiúsculas como um ser sobrenatural, onipotente, onisciente e onipresente, é “o que é”, isto é, resultado de múltiplas decisões descentralizadas, descoordenadas, desinformadas uma das outras e conflitantes. O Mercado não é “o que deveria ser” racionalmente.

Dedução da Narrativa do Concurso de Beleza: é uma analogia com o mercado de ações. O critério de compra, utilizado pelo investidor, não é exclusivamente o dele. Quando cada qual imagina como os outros podem pensar, não só extrapolando sua própria opinião para os demais, como faz a expectativa racional, cria-se uma dinâmica coletiva de profecia autorrealizável. As decisões se influenciam mutuamente e podem mudar o resultado antes esperado. Isso é considerado “risco” no mercado de capitais.

Da Economia do Endividamento à Economia de Mercado de capitais: Risco de Dolarização

O sonho dos *Chicago's Oldies* é *Terrae Brasilis* deixar de ser uma economia de endividamento e se tornar uma colônia norte-americana com uma economia de mercado de capitais. O risco nessa transição à marcha forçada (e ordem unida militar) é se tornar uma economia dolarizada à Argentina.

Explico a razão de ser dessa hipótese. Historicamente, depois de deixar de ser predominantemente de base imobiliária (terras rurais e imóveis urbanos), com a modernização conservadora do regime militar aliado à casta dos reformistas neoliberais à la Roberto Campos (avô), a riqueza brasileira passou a deter um portfólio lastreado principalmente em títulos de dívida pública de elevadíssima liquidez.

Isso permitiu a plantação de “jabuticaba”: uma moeda indexada, isto é, corrigida por índice de preços, capaz de se tornar uma reserva de valor mesmo em regime de alta inflação. Constituiu uma barreira à fuga de capitais para o dólar. Essa fuga ocorreu na Argentina, uma economia fundamentalmente primário-exportadora e recebedora de dólares tal como o agronegócio brasileiro. Este pesa 1/5 do PIB do Brasil ao integrar sua cadeia produtiva na indústria e em serviços. A indústria geral brasileira produz 21,5% do PIB, sendo composta de extrativa mineral (1,5%), transformação (11,8%), produção e distribuição de eletricidade, gás, água e esgoto (2,7%) e construção (5,2%).

A indústria é igualmente o maior setor produtivo na economia da Argentina: 19% do PIB. Também está integrado à agricultura, sendo a metade das exportações industriais do país de natureza agrícola. Os principais setores em termos de valor de produção são: processamento de alimentos e bebidas (um dos cinco maiores produtores de vinho do mundo), veículos automóveis e autopeças, produtos de refinaria, biodiesel, produtos químicos e farmacêuticos, aço e alumínio, máquinas agrícolas e industriais, e aparelhos eletrônicos. Em 2011, a indústria automotiva produziu 829.000 veículos e exportou 507 mil, principalmente para o Brasil. O país, em contrapartida, exportou um número um pouco maior para a Argentina. O Mercosul une o mercado automobilístico.

O país vizinho possui o 8º. maior território no mundo, mas sua população alcança 44 milhões de pessoas, pouco mais de 1/5 do tamanho da brasileira. Seu PIB nominal atinge US\$ 585 bilhões enquanto o brasileiro chega a US\$ 1.772 bilhões (FMI). Em PPC, o do Brasil (US\$ 3.246 bilhões) é o oitavo e o da Argentina (US\$ 922 bilhões) o 28º.

Qual é a diferença marcante entre as riquezas pessoais na Argentina e no Brasil? Lá o comportamento coletivo típico é guardar dólares como reserva de valor. Essa atitude defensivo-especulativa contamina os “contratos de gaveta” no mercado imobiliário. São compromissados em dólares.

E qual é o problema com a existência de um sistema bi-monetário? As três funções clássicas do dinheiro se dividem: a reserva de valor em dólar, por causa da preferência da população pela moeda estrangeira, a leva a fazer contas nessa moeda. Ela passa também a ser unidade de conta. Porém, como o governo usa a moeda nacional como meio de pagamentos a seus fornecedores, funcionários e aposentados, a apreciação daquela e a conseqüente depreciação desta leva a um ritmo avassalador na elevação dos preços nominais em peso, quando os converte de seus valores em dólar. A inflação dispara. Na Argentina, a taxa de inflação está em 45,5% e a taxa de juro em 60,75% aa.

No Plano Cavallo, o Congresso da Argentina aprovou uma lei, em 22 de março de 1991, proposta pelo Poder Executivo, cujo efeito era o de fixar a taxa de câmbio da moeda do país, o austral, em relação ao dólar, à razão de 1:1. A lei também determinava o país adotar o peso conversível no ano seguinte, com uma taxa de conversão de dez mil austrais para cada peso. Essas medidas efetivamente promoveram a dolarização da economia. Com a taxa de câmbio fixa, quaisquer aumentos de preços dos produtos nacionais poderiam levar à perda de mercado para concorrentes importados. Além disso, o próprio dólar americano era aceito como moeda no país, paralelamente, e com o mesmo valor do peso. O peso conversível começou a circular em 1 de janeiro de 1992. Com a crise econômica da Argentina, após uma década, o peso conversível perdeu a paridade fixa para o dólar em 2002, além de passar a ser chamado somente de peso.

Na dolarização plena (full dolarization), a moeda doméstica é substituída pela norte-americana tradicionalmente estável. Como deixa de haver a cotação da moeda nacional em moeda estrangeira, a dolarização plena representa a ausência de política monetária e de política cambial. O país abre mão da soberania nacional na emissão monopólica da moeda nacional. O outro símbolo dessa soberania é o monopólio do controle das armas pelas Forças Armadas e Polícias Militares e Cíveis. O crime organizado o coloca em xeque.

O Plano Real no Brasil, implantado em 1994 até a adoção do real, ofereceu um simulacro do dólar: a URV (Unidade Reajustável de Valor). A taxa de câmbio nominal era reajustada diariamente segundo a inflação interna. O objetivo era manter a taxa real de câmbio em níveis constantes, mantendo a competitividade externa da produção doméstica e dando a sensação para os

brasileiros com acesso a depósitos em bancos, indexados pela URV, de proteção do poder aquisitivo de seu dinheiro. Passados seis meses, quando não se via inflação levando à perda de valor em URV, trocou-se o nome dessa unidade de conta para o real e o adotou oficialmente como meio de pagamentos. Só.

Entre 1995 e 1998, o Banco Central do Brasil adotou uma banda cambial (*target zone*) deslizante (*sliding band*): não apresentava uma regra pré-estabelecida, mas era determinada pelo não comprometimento em se manter irrealizáveis o ponto central e a amplitude da banda. O Banco Central podia alterar sua determinação em magnitudes e unidade temporais indefinidas. Desde 1999, permite uma flutuação suja (*dirty-floating*). Nesse sistema, a Autoridade Monetária realiza intervenções esporádicas no mercado cambial. Na prática, a taxa continua sendo determinada pelo mercado, porém, o BC pode atuar com objetivo de garantir uma boa formação da cotação, inclusive na relação entre o mercado futuro e o mercado à vista, conveniente para a política cambial.

O maior banco privado brasileiro, o Itaú, tem 75 agências na Argentina e atende 500 mil clientes. Lá tem foco em clientes pessoas físicas de alta renda e institucionais, além de estrangeiros com negócios no país. Especula com a possibilidade de o mercado de capitais na Argentina crescer.

O mercado de capitais argentino é pequeno comparado ao brasileiro. A capitalização das empresas do principal índice de ações da Argentina soma atualmente cerca de US\$ 47,3 bilhões. No Brasil, 341 SAs valem R\$ 3,5 trilhões ou 47,6% do PIB brasileiro.

O investidor argentino aplica muito em produtos atrelados ao dólar, como os contratos de derivativos negociados no mercado de futuros argentino (ROFEX), e também em renda fixa, principalmente títulos soberanos do governo argentino em dólar, e também papéis de curto prazo do governo em peso. A maior demanda é por bônus em dólar. Há também os CEDEARS (Certificados de Depósito Argentinos): papéis lastreados em ações de empresas estrangeiras negociados no mercado local.

Os investidores argentinos podem aplicar até 100% em fundos carregadores de ativos do Mercosul e até 25% em carteiras investidoras em ativos dos demais países. Há potencial de crescimento do mercado argentino com o retorno dos investimentos mantidos no exterior. Representam 22% do PIB do país. A Argentina anunciou, em 2016, um programa de anistia de recursos não declarados mantidos no exterior. Segundo a organização *Tax Justice Network* (TJN), os argentinos tinham aproximadamente US\$ 400

bilhões no exterior, embora cálculos mais enxutos apontem a metade desse valor.

Após o acordo da Argentina com o Fundo Monetário Internacional (FMI), com a repatriação desses recursos há possibilidade de dobrar o tamanho do sistema financeiro argentino. Ele soma hoje US\$ 56,6 bilhões em ativos, enquanto o M4 (total de Haveres Financeiros) no Brasil somou R\$ 6,6 trilhões em outubro de 2018 ou 96% do PIB (R\$ 6, 839 trilhões). Estima-se em US\$ 1,667 trilhão, ou seja, é trinta vezes maior!

A dolarização da economia argentina foi uma forma encontrada pelos investidores para se proteger da inflação. A taxa de juros de referência no país está em 60% ao ano e o Itaú estima uma inflação de 48% no fim deste ano. O problema não é só fiscal, mas também a vulnerabilidade externa, para ter uma moeda nacional mais apreciada.

Qual é o risco prenunciado pela futura equipe econômica do governo eleito no Brasil? Os chicagões sonham tornar o Brasil de hoje os Estados Unidos de quando lá cursavam a Escola de Chicago. Foram doutrinados na cartilha norte-americana, onde o “sonho americano” é o melhor para todo o mundo, indiferentemente das culturas e instituições locais. Curto e grosso, imaginam privatizar tudo aqui privatizável e pagar toda a dívida pública! É um disparate: a DBGG (compreende o Governo Federal, o INSS e os governos estaduais e municipais) alcançou R\$ 5,231 trilhões ou 76,5% do PIB em outubro de 2018.

Obviamente, aquela lavagem cerebral não levará a bom termo experimental. Em uma transição malconduzida, os títulos de dívida pública de risco soberano, desprotegidos por disparatada taxa de juro real, podem deixar de lastrear a riqueza financeira brasileira. Em vez de os capitais se dirigirem para o mercado de capitais, investindo em ações e debêntures de empresas brasileiras improdutivas e não-confiáveis, podem optar por se protegerem em dólares, copiando o mau exemplo dos vizinhos.

Valor Adicionado Estagnado e Valor Apropriado Concentrado

Valor adicionado é o agregado pelo trabalho aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao Produto Interno Bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

O processo produtivo gera emprego e, em consequência, remuneração dos empregados. São despesas efetuadas pelos empregadores (salários mais contribuições sociais efetivas) em contrapartida do trabalho realizado.

Além dessa renda do trabalho, há a possibilidade de obtenção de renda de propriedade em uma economia capitalista. É renda recebida pelo proprietário de um ativo financeiro, ou de um ativo tangível não produzido, como terrenos arrendados, ou de um ativo imobiliário produzido, adquirido e alugado.

Ativos são formas de manutenção de riqueza. Ações, por exemplo, certificam seus possuidores serem os proprietários de certas frações de determinada empresa. Representam direitos em relação aos rendimentos. Os financeiros dão direito ao seu detentor (credor) de receber um pagamento de outra unidade (devedor) em certas circunstâncias especificadas entre eles por contrato de empréstimo ou endividamento.

Alavancagem financeira é termo usado para designar a obtenção de recursos de terceiros para realizar operações em maior escala. Significa a relação entre endividamento de longo prazo e o capital empregado por uma empresa. Quando o maior grau de alavancagem propicia uma rentabilidade patrimonial com uso de capital de terceiros, descontados os custos com juros, superior à obtida caso se utilizasse apenas o capital próprio, vale a pena do endividamento. Este é o segredo do negócio capitalista: trabalhar com capital de terceiros, ganhar mercado e multiplicar lucros!

Em uma economia de endividamento como é historicamente a brasileira, a queda da relação saldo de crédito total / PIB de 58,9% em dezembro de 2014 para 46,8% em novembro de 2018 revela um efeito retroalimentação negativo. Cai o PIB pela queda do crédito concedido e a depressão agrava a diminuição de demanda por crédito. No caso de empréstimos, não existe oferta efetiva (e a não potencial) sem a demanda.

As revisões das variações do Produto Interno Bruto (PIB) de 2016, anunciadas pelo IBGE, reduziram a magnitude da retração da economia nos 11 trimestres de recessão, de 8,6% para 8,2%. O PIB do ano de 2016 foi revisto de uma queda de 3,6% para recuo de 3,5%. Conforme definido pelo Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE) da FGV, a recessão iniciada no segundo trimestre de 2014 terminou no quarto trimestre de 2016. Antes, segundo este comitê, a retração do PIB no período tinha sido de 8,6%. Com as revisões anunciadas, a retração passou a 8,2%, abaixo da retração de 8,5% acumulada na recessão de 1981 a 1983, então, “a maior da história”. Em 2017, o PIB cresceu apenas 1%. Não houve uma retomada do crescimento da renda de forma sustentada.

Nesse quadro econômico com valor agregado praticamente estagnado, não há criação de ativos novos em ritmo capaz de geração de novos empregos e rendimentos para elevar a demanda efetiva em consumo e investimento. A

taxa de desemprego no Brasil estava em 11,6% no trimestre encerrado em novembro de 2018. A diminuta queda foi influenciada mais uma vez pelo crescimento do trabalho informal e dos brasileiros atuantes por conta própria. Um ano antes, a desocupação era de 12%. Em termos de contingente, o desemprego ainda atingia 12,2 milhões de brasileiros.

Apesar dessa desolação, as cotações sobem. O Ibovespa subia 9,3% até a terceira semana de janeiro de 2018, atingindo o inédito patamar de 96.096 pontos. A pergunta feita por muitos é: está ainda na hora de estar posicionado na renda variável?

Um físico, transplantando a 1ª Lei de Newton (Lei da Inércia) para uma análise técnica ou grafista, diria: a tendência do movimento das cotações, quando nenhuma força é exercida sobre elas, é permanecer em seu estado natural, ou seja, movimento retilíneo e uniforme. Um economista, analisando os fundamentos microeconômicos ou empresariais, setoriais e macroeconômicos, diria: para quem deseja especular, apostando na expansão do regime de capitalização como Previdência Complementar, devido ao corte de direitos trabalhistas, o cenário é de aposta em risco. Para quem tem aversão ao risco, o momento é de prudência, porque os fundamentos internos (e o cenário externo com Trump) não justificariam abandonar a renda fixa acima da inflação.

Em 2018, os três índices da bolsa de valores de Nova York (Dow Jones, S&P 500 e Nasdaq Composto) registraram o pior ano em uma década. Ao longo de 2018, o Dow cedeu 5,63%, o S&P 500 caiu 6,24%, enquanto o Nasdaq perdeu 3,88%. Em contraste, a Bolsa brasileira encerrou 2018 com valorização de 15,03%, registrando o terceiro ano consecutivo de alta. Em 2017, o principal índice da Bolsa brasileira subiu 26,86% e, em 2016, ganhou 38,93%. Em 2015, a Bolsa perdeu 13,31%.

Dentro de contexto, os *Chicago's Oldies*, novamente prestando serviço militar, pretendem repetir a experiência (fracassada em longo prazo) de quando eram Chicago's Boys prestando serviço à ditadura sanguinolenta do general Pinochet no Chile. No curto prazo, há uma ilusão de enriquecimento. Quem já está posicionado em ações vê um “milagre econômico”: a concentração de riqueza fácil, devido ao choque de demanda por ativos existentes. Dedutivamente, as cotações disparam. Mas, em longo prazo, as forças dos fundamentos (ou algum choque externo) revertem as expectativas otimistas. Pior se isso ocorrer na véspera ou durante a aposentadoria. Não à toa, o Chile apresenta o maior índice de suicídios de idosos acima de 70 anos do mundo!

Aqui, com a economia produtiva (“real”) praticamente estagnada, os neoliberais desejam fazer a transição de uma economia de endividamento para uma economia de mercado de capitais “na marra”. A oferta de ativos existentes está dada, em vez de criação de ativos novos, há apenas a improdutiva troca de propriedades privadas. Não gera nem renda nem empregos novos. Em um “jogo de perde-e-ganha”, insiders antes da alta bem posicionados em ações podem as revender antes da baixa, realizando seu ganho de capital e confirmando seu enriquecimento à custa de outsiders, iludidos pela “sorte de iniciante”: entrar durante o ciclo de alta das ações já desencadeado.

Há apenas 341 companhias com ações negociadas na bolsa de valores brasileira, mesmo número de 2006 - um dos menores da série iniciada em 1996 com 550 listadas. A Índia tem mais de 6 mil empresas no mercado acionário e na China, 2,5 mil. O valor de mercado em 2018 das empresas daqui alcançava R\$ 3,5 trilhões (47,6% do PIB) quando, em 2007, mais de 400 empresas listadas chegaram a valer cerca de R\$ 5 trilhões.

As 740 mil PF investidoras em ações possuíam, no fim de setembro de 2018, R\$ 183 bilhões em valor de mercado da Bovespa. Em média per capita, equivalia a R\$ 247.589,70. O total do varejo, inclusive depósitos de poupança, atingia R\$ 1,741 trilhão: quase dez vezes o valor das ações de PF. Também em ações havia uma elevada concentração por faixa etária, porque 107 mil acionistas maiores de 65 anos eram 14% do total, mas possuíam quase 44% do valor de mercado.

Na primeira semana de novembro de 2018, Pessoas Físicas representavam 20% do volume total de compras e vendas na Bovespa. Os maiores investidores eram estrangeiros (50%) e institucionais (25%). O segmento de instituições financeiras só representava 4,5%. Pessoas Jurídicas não financeiras tinham menos de 1% de participação. O indicador de referência do mercado, o Ibovespa, acompanha só 67 ações. As da Petrobras, da Vale e dos bancos Bradesco e Itaú Unibanco concentram 43% do Ibovespa. Por tudo isso, enfrenta oscilações bruscas, marcadas por instabilidade.

Para examinarmos a complexidade determinante do ciclo de ações podemos utilizar o Modelo de Dois-Preços de Hyman Minsky. O preço de demanda deriva-se da relação entre a demanda e a oferta de ações existentes, sendo esta oferta um estoque dado, em curto prazo, e a demanda sendo uma função das expectativas de múltiplas subjetividades em relação aos dividendos e ganhos de capital esperados das ações. O preço de oferta é a soma dos custos primários na produção dos ativos novos e uma margem de lucro. Aquele preço é subjetivo, este é objetivo.

Quando o preço de demanda é maior, se comparado ao preço de oferta, compensa investir em ativos novos. Se a oferta de crédito cresce mais em relação ao aumento da produção e da entrega de ativos, sinaliza a elevação do valor de mercado no mercado secundário. Consequentemente, eleva a margem de garantia com alienação fiduciária oferecida pelo devedor. Solicitação de menor margem de segurança retroalimenta nova expansão da oferta do crédito. Com o aumento da demanda por ativos, face a uma oferta dada, o resultado é uma inflação nesses ativos, ou seja, boom em seus preços.

O ganho de capital pelo aumento do valor de mercado do existente torna-se maior face à rentabilidade esperada da produção de novo. Caso a inflação de ativos contamine as demais formas de manutenção de riqueza, inclusive a financeira, elevando os juros de mercado, o custo do serviço da dívida pode se tornar superior à rentabilidade esperada, agravando-se a fragilidade financeira do devedor. Ele buscava maior rentabilidade patrimonial via alavancagem com recursos de terceiros. O boom reverte para o crash.

Os maus fundamentos acabam impondo a realidade. Revertem a especulação.

Transição entre Mercado de Capitais e Mercado de Bens e Serviços

O estudo de caso realizado pela reportagem de Leila Abboud e Arash Massoudi (*Financial Times* apud Valor, 29/01/2019), intitulada “Sem um grande negócio, AB InBev se desvaloriza”, propicia uma reflexão sobre a transição de banqueiros de negócios, tal como o atual czar do Ministério da Economia do Brasil, para exploração financeira do mercado de bens e serviços. Eles se dão melhor explorando diretamente o negócio de multiplicar dinheiro com o próprio dinheiro em vez de produzir e vender mercadorias para acumulação de dinheiro com geração de emprego e renda para trabalhadores.

A distribuidora Garantia foi comprada, em 1972, pela sociedade entre um operador de open-market e um dono de corretora. Foram financiados por um amigo ex-banqueiro. Ele lhes emprestou 1 milhão de dólares para a alavancagem financeira. O nascente grupo Garantia cresceu no mercado através de telefonemas em uma mesa de open.

Em absoluto sigilo o Garantia começou, em 1982, a comprar papéis das Lojas Americanas. Através da transação, o Garantia adquiriu 20% do volume de ações em Bolsa, atingindo o controle total com 63% das ações das Lojas Americanas dois anos mais tarde. Em três anos, vendeu 19% da companhia e

recuperou os US\$ 23 milhões investidos, sem perder o controle com 43% dela, então cotada a US\$ 1 bilhão em Bolsa.

Em 1989, o Garantia arrematou em 60 dias o maior volume das ações da Brahma disponíveis no mercado. Terminada essa fase estratégica, o banco partiu para a negociação direta com o presidente da companhia. Ele detinha 33% do capital votante, através de uma holding. A necessidade de investir grandes somas na modernização das unidades e na ampliação da capacidade produtiva levou à sociedade entre a Brahma e o Garantia. Este banco de negócios deveria entrar com o aporte de capital, para a implantação do programa de investimentos, sem a Brahma se endividar.

Quando adquiriu o controle da Brahma, em novembro de 1989, a capitalização em mercado era de US\$ 280 milhões. Cinco anos após, era 10 vezes maior, com uma taxa de retorno composta de 50% ao ano. Dez anos depois, houve a associação com a maior competidora, a Antarctica, formando a Ambev. Posteriormente, com sua venda para a InBev, com sede na Bélgica, a maior cervejaria mundial em termos de vendas, ela se tornou a proprietária da brasileira AmBev, a maior cervejaria do país. No entanto, colocou entre seus dirigentes os brasileiros acionistas controladores da AmBev.

O grupo Garantia costumava convidar sócios do banco e mesmo estrangeiros para montar uma espécie de consórcio para a aquisição de empresas. O banco não detinha, isoladamente, o controle de nenhuma empresa.

Outra característica diferenciada do grupo é ele não comprar participações tendo em vista apenas os dividendos com distribuição de lucros, por exemplo, na venda de bebidas. Fazia os negócios com o objetivo de assumir, de fato, a administração com uma estratégia própria. Isso implicava na aquisição da maioria do capital.

Para usar o dinheiro de outras pessoas em benefício próprio é preciso tomá-lo emprestado para sua alavancagem financeira. Além do endividamento, existe outra maneira: usar o mercado de ações, captando dinheiro via participação acionária.

Precisa-se de dinheiro para implementar uma ideia de um negócio relativamente promissor. Pode tomar emprestado ou pode conceder participação acionária. Procura alguns endinheirados, apresenta a ideia, e convence a eles arriscarem algum dinheiro como associados no empreendimento.

Os investidores vão se tornar coproprietários do negócio juntamente com o proponente ainda em uma empresa de capital fechado. Se o negócio

tiver sucesso, cada um colherá sua participação proporcional nos lucros. Se o negócio fracassar, cada um perde seu dinheiro. O ganho do fundador é sem colocar muito dinheiro no negócio ficar com direito à sua participação acionária ao realizar todo o trabalho de gestão. Os outros são simplesmente os capitalistas investidores.

Desse modo, o grupo fundador (tipo 3G) lança o seu negócio através do uso do dinheiro de outros acionistas. Se o empreendimento for bem-sucedido, chega o momento quando os sócios vão querer colher alguns ganhos de capital em dinheiro. Para tanto, pode abrir o capital da empresa para outros acionistas. Pode desmembrar as ações originais em milhares de ações com um valor equivalente e vender parte minoritária das ações pela cotação atribuída pelo mercado a partir do preço de lançamento.

O grupo fundador segura algumas ações em tesouraria com o objetivo de as usar no lugar do dinheiro para pagar na compra de outras companhias menores para o seu empreendimento em crescimento. O arranjo acionário interno da nova corporação é projetado de maneira o grupo manter a metade das ações. O resto é oferecido ao público por preço aceitável para cada ação. Deduzindo as comissões dos corretores e outros custos, a corporação termina com novo capital de giro e estabelece um novo valor de mercado elevado para a companhia e para a sua participação acionária nela. Antes da abertura de capital e aquisição de outras, ela era apenas uma organização pequena de valor duvidoso – na realidade, sem nenhum valor de mercado conhecido.

Após, a holding passa a ser proprietária de milhares de ações avaliadas no mercado de balcão e por flutuações subseqüentes na bolsa de valores. Os sócios podem vendê-las a qualquer momento propício e cair fora do negócio como milionários ou partir para adquirir outras companhias, por exemplo, no ramo de cervejarias, companhias grandes, internacionais, algumas maiores em relação à própria original. Para comprá-las, oferece as ações da própria companhia como pagamento ou coloca as ações como garantia para os empréstimos.

Quanto mais alto o valor de mercado, mais valiosas seriam essas ações para seus propósitos. Para elevar o preço de mercado, as companhias adquiridas, antes independentes e representadas pelo “valor contábil”, podem passar a valer aquilo cujos investidores acreditam ou esperam (ou rezam) para ela valer no futuro. Divide a holding em empresas independentes para criar ações para elas, vender algumas destas ações para o público, e deixar o mercado inflar o seu valor. Todo o negócio custa quase nada além do gasto puramente administrativo e burocrático envolvido em emissões de ações.

Se o preço das ações de uma grande concorrente é baixo o suficiente de maneira poder comprar uma participação acionária controladora relativamente barata, é possível tomar empréstimos para sua aquisição, usando as próprias ações em forte alta para dar suporte ao seu crédito. Para se livrar da dívida, transfere-a para os livros contábeis da companhia adquirida. Divide a comprada em corporações separadas ao longo das linhas de produtos naturais da empresa, por exemplo, marcas de cerveja. O dinheiro obtido pela venda pública de suas ações pode ser suficiente para pagar toda a dívida transferida originalmente para os livros contábeis da companhia comprada - e dividida. Adquire uma empresa gigantesca sem usar, no fim das contas, dinheiro da própria holding.

A tática do brasileiro 3G de fazer aquisições alimentadas por dívida, seguidas por um corte implacável de custos para pagar pelo próximo “takeover”, encalha quando os investidores se assustam com o enorme endividamento da AB InBev: US\$ 109 bilhões. O novo desafio passa a ser como administrar as dívidas da companhia, enquanto muda a cultura da AB InBev, voltada para os negócios e o aumento das eficiências, para uma propaganda de convencimento das pessoas a beber mais - e ela vender as bebidas.

As bonificações dos executivos estavam sempre atreladas ao desempenho da ação. O preço da ação é hoje metade do pico de € 122,50 alcançado logo depois da aquisição da SABMiller. Com a queda de quase 40% em seu preço no ano de 2018, deu-lhes um sentimento de risco de pauperização. A relação entre preço da ação e lucro caiu para nível não visto desde 2012, ficando abaixo da concorrente Heineken.

Aquele negócio foi o ápice de três décadas de fusões e aquisições alimentadas por endividamento lideradas pelos bilionários por trás da 3G Capital. Eles consolidaram a fragmentada indústria cervejeira global, ficando responsável pela venda de uma em cada quatro cervejas no mundo. Mas o negócio sobrecarregou a InBev de dívidas e não entregou o lucro prometido pelo crescimento de volume de bebidas vendidas.

Depois do rompimento de sua barragem de rejeitos em Brumadinho (MG), a Vale perdeu R\$ 72,8 bilhões em valor de mercado, após o recuo de 24,52% de suas ações. Foi seu pior desempenho em um dia da história. Essa perda de valor equivale, por exemplo, à avaliação de mercado da Suzano (R\$ 67 bilhões), a maior produtora de celulose de eucalipto do mundo. A mineradora perdeu o posto de terceira companhia mais valiosa da B3: estava atrás de Petrobras e Itaú Unibanco e ficou abaixo da Ambev e Bradesco. De imediato, o recuo das ações da mineradora levou a perdas de cerca de R\$ 16 bilhões na participação dos fundos de pensão de funcionários de empresas estatais.

Entendeu o risco da proposta de regime de capitalização para a Previdência dos trabalhadores acima de 5 salários mínimos? A casta dos mercadores ultraliberais de bancos de negócios, agora no comando do Poder Executivo, sonha em transformar a economia de endividamento brasileira em economia de mercado de capitais para enriquecer ainda mais com jogadas como essa. Aproveita-se do mundo de simulação especulativa, habitado não por gente a ser persuadida a acreditar, mas por gente em busca de uma desculpa por acreditar.

Desempenho em bolsa

Cotação da AB InBev em Frankfurt (euros/ação)



Fonte: Yahoo Finance. Elaboração: Valor Data

Ações da Vale despencam

Cotação hora a hora, em R\$/ação



Fontes: Valor PRO e LSE. Elaboração: Valor Data. * conforme fechamento do dia 28/jan/19

Bolsa	Ação/Índice	Var.% no dia*
B3	Ibovespa	-2,29
	Vale ON	-24,52
Bolsa de Londres	Rio Tinto	1,71
	Anglo American	-0,04
	BHP	0,61
	Glencore	-2,03

Composição acionária

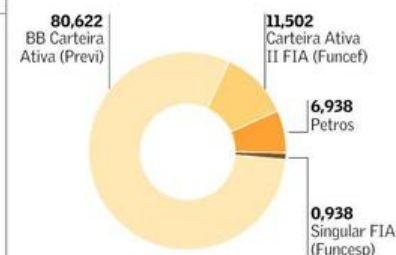
Bloco de controle da Vale foi extinto no fim de 2017

Acionista	Total de Ações (%)	Participa de acordo de acionistas
Litel Participações S.A.	19,14	Sim
BNDES Part. S.A.	7,597	Sim
Bradespar S.A.	6,301	Sim
BlackRock, Inc.	5,982	Não
Mitsui & Co., Ltd	5,419	Sim
Litela Participações S.A.	1,836	Não
Ações Tesouraria	1,647	Não
Governo Federal*	0,001	Não
Outros	52,077	Não

Fonte: CVM. *O governo federal detém 12 ações preferenciais classe especial

Composição da Litel Participações S.A.

Total de ações, em %



Fonte: Valor, 28/01/2019

Grau de Concentração da Riqueza Financeira

As estatísticas de cada segmento de clientes bancários pessoas físicas não têm uma faixa de corte específica divulgada. A ANBIMA tem apenas a intenção de consolidar os dados estatísticos pela forma como o cliente é tratado dentro dos bancos. Assim, tem diversos critérios de segmentação misturados em seus números. Eles mostram os volumes de negócios dentro de estruturas adotadas de forma heterogênea.

Como primeira aproximação, o critério de corte de segmentos do mercado se dá por volume de negócios financeiros. Por exemplo, cliente Private Banking tem acima de R\$ 5 milhões, o Varejo de Alta Renda acima de R\$ 100.000 e o Varejo Tradicional envolve o restante.

Fica a dúvida se os critérios de eliminação de dupla contagem separam os clientes investidores em fundos e títulos e valores mobiliários (FIF/TVM) dos depositantes de poupança. É necessário adotar a hipótese questionável de uma conta corresponder a um cliente. Talvez o número de clientes seja menor em relação ao número de contas bancárias (produtos financeiros), pois alguns têm portfólio diversificado em vários bancos. Por exemplo, o FGC (Fundo Garantidor de Crédito) apresenta a quantidade de clientes em junho de 2018 como 235,5 milhões (88% com valores entre R\$ 0,01 e R\$ 5.000), número muito superior à população adulta urbana, público-alvo dos bancos.

A ANBIMA recebe as informações consolidadas pelo total de cada instituição, portanto, não tem o dado por CPF / CNPJ. Sendo assim, divulga o número de contas acompanhado da advertência de um cliente pode ter mais de uma conta.

São publicadas apenas os totais de volume e número de contas. É possível fazer uma inferência de número médio, mas não se pode cravar este valor médio per capita se não se tem o dado por CPF/CNPJ.

Então, eu divido valores financeiros por clientes para encontrar uma riqueza média per capita e conhecer a estratificação social da riqueza financeira pessoal no Brasil. Porém, essa média, dentro de cada segmento de clientes PF, ou mesmo PJ, é muito distinta das medianas.

Isso ocorre também com a renda do trabalho fornecida pela PNAD: a mediana (50% abaixo e 50% acima) é menos de $\frac{2}{3}$ da renda média. A renda per capita do trabalho do 95º percentil é 3 vezes a renda média, enquanto a do 99º percentil é quase 7 vezes.

Diante da forma como a base de dados da ANBIMA está estruturada, há dificuldade para produzir estatísticas de medida de posição quanto à concentração da riqueza financeira. Mas com o disponível se pode elaborar a tabela síntese abaixo.

Produtos Bancários (sem Poupança)	Fim de Período				Variação entre 2018-2015
	Fundos e Títulos e Valores Mobiliários	dez 2015	dez 2016	dez/ 17	
VAREJO TRADI CI ONAL					
Patrimônio Líquido - R\$ Mil	294.496.484	320.801.896	342.403.089	339.387.416	44.890.932
Número de clientes	6.345.595	6.518.557	7.262.574	8.094.290,0	1.748.695
Riqueza Per Capita R\$	46.409,59	49.213,64	47.146,24	41.929,24	(4.480)
VAREJO ALTA RENDA					
Patrimônio Líquido - R\$ Mil	515.436.396	619.459.812	687.650.461	761.180.295	245.743.899
Número de clientes	3.146.863	3.551.014	3.776.676	3.994.329	847.466
Riqueza Per Capita R\$	163.793,73	174.445,89	182.078,22	190.565,25	26.772
PRI VATE BANKI NG					
Patrimônio Líquido - R\$ Mil	712.480.020	831.593.529	964.034.474	1.080.825.574	368.345.554
Nº de Clientes *	109.894	112.036	117.421	121.383	11.489
Nº de Grupos Econômicos	52.050	54.100	56.619	56.746	4.696
Riqueza Per Capita de Clientes	6.483.339	7.422.556	8.210.069	8.904.258	2.420.920
Riqueza Per Capita de Grupos	13.688.377	15.371.415	17.026.696	19.046.727	5.358.350
Fonte: ANBIMA (elab. FNC) - Selic 252 média	13,90	14,08	10,08	6,48	

A perda financeira em fundos e títulos e valores mobiliários per capita de dezembro de 2015 a dezembro de 2018 do Varejo Tradicional foi R\$ 4.480,00. Por sua vez, o Varejo de Alta Renda ganhou em média R\$ 26.772,00 e o *Private Banking*, R\$ 2.420.920,00.

Em termos percentuais, de 2015 para 2016, este ganhou 14,5% e, de 2016 para 2017, 10,6%. São taxas de crescimento similares à média da taxa de juro básica (Selic) em cada um desses dois anos recessivos na economia brasileira. No entanto, em 2018, face à média da Selic 252 de 6,48%, no *Private Banking*, o ganho percentual dos clientes per capita foi 8,4% e o dos grupos familiares, 11,8%, indicando a elevação da aplicação em renda variável em um bom ano para a bolsa de valores. Enquanto isso, o Varejo de Alta Renda ganhou apenas 4,46% e o Varejo Tradicional diminuiu em 11% de suas aplicações em fundos e títulos e valores mobiliários.

No fim de 2018, desconsiderando os depósitos de poupança e considerando a Previdência Privada apenas do *Private Banking*, a riqueza per capita dos clientes bancários do varejo tradicional e do varejo de alta renda era, respectivamente, R\$ 42 mil e R\$ 190 mil. O *Private Banking* tinha riqueza per capita de R\$ 8,9 milhões.

O valor bruto do patrimônio líquido do Private Banking registrou alta de 12% em 2018. Enquanto o número dos grupos econômicos familiares ricos cresceu apenas 0,2% e dos CPFs dessas famílias 3,4%.

A renda per capita brasileira caiu -0,4% em 2014, -4,3% em 2015, -4,2% em 2016 e só cresceu 0,2% em 2017. Então, praticamente nada se adicionou de valor (fluxo de renda) para a maioria e muito se capitalizou o estoque de riqueza para uma minoria, durante a Grande Depressão brasileira. Não se

adicionou valor, mas aumentou o valor apropriado pelos ricos. Isto implica em elevação da concentração de riqueza financeira.

O número de depositantes de poupança distorce a estratificação das classes médias de menor riqueza e de alta riqueza, mas não a riqueza per capita dos investidores mais ricos. Estes não fazem esses depósitos populares. Os mais pobres fazem o “autofinanciamento da casa própria” com depósitos de poupança de R\$ 619 bilhões, os remediados colaboram com mais R\$ 111,4 bilhões e os ricos não perdem dinheiro com depósitos de poupança.

No fim de 2018, eram 77,2 milhões de investidores se fossem considerados os depositantes de poupança. Nesse caso, e sem considerar os recursos destinados à Previdência Complementar, as riquezas financeiras per capita eram menores. Ficam mais pronunciadas as desigualdades entre os 70,6 milhões de clientes do Varejo Tradicional e os demais: 6,5 milhões do Varejo de Alta Renda tinham uma riqueza per capita dez vezes maior, embora sessenta vezes menor em relação à dos 121 mil clientes do *Private Banking*.

No total de R\$ 958 bilhões do Varejo Tradicional, 65% eram depósitos de poupança - e renda variável apenas 1%. Nos R\$ 872 bilhões do Varejo de Alta Renda, apenas 13% eram depósitos de poupança, 6% renda variável, 49% fundos, e 33% o total de títulos e valores mobiliários de renda fixa. Nos R\$ 966 bilhões do *Private Banking*, não havia depósitos de poupança, renda variável era 16%, fundos 54%, e o total de títulos e valores mobiliários de renda fixa 30%.

Quanto à Previdência Aberta, dobrou sua participação no portfólio do *Private Banking* de 5,3% em 2012 para 10,6% em 2018, provavelmente, devido ao planejamento sucessório sem ITCMD. No entanto, como não há registro no PGBL/VGBL nos segmentos de Varejo, por diferença estimei ser muito significativa a soma de suas contribuições em relação ao saldo total dos Fundos de Previdência em dezembro de 2018 (R\$ 808 bilhões): acumulam R\$ 693,5 bilhões, ou 86%. No período de dezembro de 2012 a dezembro de 2018, a participação do *Private* no saldo total da Previdência Complementar se elevou de 10% para 14%.

Então, a ausência da Previdência Aberta no registro estatístico da riqueza financeira do Varejo de Alta Renda pela ANBIMA faz diferença significativa, subestimando-a, tanto no total, quanto na média per capita. Fiz a simulação abaixo de quanto ela seria com a Previdência Complementar.

Capitalização por Juros Nominais Compostos e não por Juros Reais

É comum os analistas se utilizarem do conceito de juros reais, isto é, recebidos acima da inflação, para estimar o futuro estoque de riqueza acumulada por contribuinte no Regime Previdenciário de Capitalização. É relevante questionar este método.

O conceito de “ilusão monetária” adverte contra o engano das pessoas quando, em regime inflacionário, interpretam como aumento de seu poder aquisitivo mero aumento expressivo em termos nominais de juros recebidos, mesmo sendo abaixo da taxa de inflação.

Minha hipótese a ser defendida com evidências estatísticas, neste artigo, é o conceito de juros reais não ser tão relevante para um assalariado de renda acima do teto do INSS quanto é o de salário real. Este se refere a um fluxo de renda variável, aquele supostamente simularia o valor presente real do futuro estoque nominal de capital.

Na realidade, os cálculos financeiros para estimar o valor da aposentadoria, na proposta de um regime de capitalização, devem ser realizados com juros nominais compostos. Eles incidirão cumulativamente sobre o estoque de capital durante 35 anos, ou mais precisamente 40 anos para obter valor equivalente ao último salário.

Talvez um exemplo real seja mais esclarecedor em lugar do uso de conceitos abstratos. A perda financeira em fundos e títulos e valores mobiliários per capita de dezembro de 2015 a dezembro de 2018 do Varejo Tradicional foi R\$ 4.480,00. Por sua vez, o Varejo de Alta Renda ganhou em média R\$ 26.772,00 e o *Private Banking*, R\$ 2.420.920,00.

Em termos percentuais, de 2015 para 2016, o *Private* ganhou 14,5% e, de 2016 para 2017, 10,6%. São taxas de crescimento similares à média da taxa de juro básica (Selic) em cada um desses dois anos recessivos na economia brasileira.

No entanto, em 2018, com a queda da média da Selic 252 para 6,48%, o ganho percentual desses clientes Pessoas Físicas per capita foi 8,4%, indicando a elevação da aplicação em renda variável quando a bolsa de valores teve um bom ano. Enquanto isso, o Varejo de Alta Renda ganhou apenas 4,46% e o Varejo Tradicional diminuiu em 11% o saldo de suas aplicações em fundos e títulos e valores mobiliários, exceto poupança.

No fim de 2018, desconsiderando os depósitos de poupança e considerando a Previdência Privada apenas do *Private Banking*, a riqueza per capita dos clientes bancários do varejo tradicional e do varejo de alta renda

era, respectivamente, R\$ 42 mil e R\$ 190 mil. O Private Banking tinha riqueza per capita de R\$ 8,9 milhões.

A renda per capita brasileira caiu -0,4% em 2014, -4,3% em 2015, -4,2% em 2016 e só cresceu 0,3% em 2017 e também 0,3% em 2018. R\$ 32.747 foi o PIB per capita nesse último ano, ou seja, R\$ 2.729 mensais se fosse igualmente distribuído. Então, praticamente nada se adicionou de valor (fluxo de renda) para a maioria e muito se capitalizou o estoque de riqueza para uma minoria, durante a Grande Depressão brasileira. Não se adicionou valor, mas aumentou o valor apropriado pelos ricos. Isto vem da mera transferência de propriedades privadas sem acréscimo de excedente.

Quando a taxa Selic permaneceu em 14,25% aa, durante 15 meses (julho de 2015 a outubro de 2016) ela equivalia à 1,1% a.m. ou 14,15% na Selic 252 anualizada. O Private Banking com volume de negócios financeiros superior a R\$ 5 milhões nesse caso de juros a 1,1% a.m. tinha ganho de capital em renda fixa superior a R\$ 745 mil por ano.

Rendimentos de juros mensais equivalentes a cada taxa de juros ao ano sobre capital financeiro disponível

Equivalente anual Disponível \ Mensal	6,17% a.a. 0,5% a.m.	7,44% a.a. 0,60% a.m.	8,73% a.a. 0,70% a.m.	10,03% a.a. 0,80% a.m.	11,35% a.a. 0,90% a.m.	12,68% a.a. 1% a.m.	14,03% a.a. 1,1% a.m.
R\$ 100.000,00	R\$ 500,00	R\$ 600,00	R\$ 700,00	R\$ 800,00	R\$ 900,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.100,00
R\$ 200.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.400,00	R\$ 1.600,00	R\$ 1.800,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.200,00
R\$ 300.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.800,00	R\$ 2.100,00	R\$ 2.400,00	R\$ 2.700,00	R\$ 3.000,00	R\$ 3.300,00
R\$ 400.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.400,00	R\$ 2.800,00	R\$ 3.200,00	R\$ 3.600,00	R\$ 4.000,00	R\$ 4.400,00
R\$ 500.000,00	R\$ 2.500,00	R\$ 3.000,00	R\$ 3.500,00	R\$ 4.000,00	R\$ 4.500,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.500,00
R\$ 600.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 3.600,00	R\$ 4.200,00	R\$ 4.800,00	R\$ 5.400,00	R\$ 6.000,00	R\$ 6.600,00
R\$ 700.000,00	R\$ 3.500,00	R\$ 4.200,00	R\$ 4.900,00	R\$ 5.600,00	R\$ 6.300,00	R\$ 7.000,00	R\$ 7.700,00
R\$ 800.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 4.800,00	R\$ 5.600,00	R\$ 6.400,00	R\$ 7.200,00	R\$ 8.000,00	R\$ 8.800,00
R\$ 900.000,00	R\$ 4.500,00	R\$ 5.400,00	R\$ 6.300,00	R\$ 7.200,00	R\$ 8.100,00	R\$ 9.000,00	R\$ 9.900,00
R\$ 1.000.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 7.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 11.000,00
R\$ 2.000.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 14.000,00	R\$ 16.000,00	R\$ 18.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 22.000,00
R\$ 3.000.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 18.000,00	R\$ 21.000,00	R\$ 24.000,00	R\$ 27.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 33.000,00
R\$ 4.000.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 24.000,00	R\$ 28.000,00	R\$ 32.000,00	R\$ 36.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 44.000,00
R\$ 5.000.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 45.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 55.000,00
R\$ 6.000.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 36.000,00	R\$ 42.000,00	R\$ 48.000,00	R\$ 54.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 66.000,00
R\$ 7.000.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 42.000,00	R\$ 49.000,00	R\$ 56.000,00	R\$ 63.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ 77.000,00
R\$ 8.000.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 48.000,00	R\$ 56.000,00	R\$ 64.000,00	R\$ 72.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 88.000,00
R\$ 9.000.000,00	R\$ 45.000,00	R\$ 54.000,00	R\$ 63.000,00	R\$ 72.000,00	R\$ 81.000,00	R\$ 90.000,00	R\$ 99.000,00
R\$ 10.000.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 90.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 110.000,00

Obs.: elaboração de Fernando Nogueira da Costa

A pergunta-chave é a seguinte: o rico estaria preocupado desse ganho nominal manter o poder aquisitivo real do seu estoque de capital suficientemente para seu consumo? Ora, se ele gastasse com sua cesta básica de consumo familiar, anualmente, por exemplo, cerca de R\$ 240.000 de seus rendimentos financeiros, teria ainda mais de ½ milhão de reais para elevar sua capitalização.

Na Selic média em 252 dias úteis, os juros nominais anuais médios foram de 2014 a 2018, respectivamente, 11%, 13,9%, 14,1%, 10,1%, e 6,5%. As taxas de juros reais tinham sido 4,32% aa em 2014 e 2,92% aa em 2015. Foram elevadas para 7,34% aa em 2016 e 6,94% em 2017. Caiu para 2,63% em 2018.

Indicadores	2014	2015	2016	2017	2018	Média 2014-18
Selic 252 média	11,00	13,90	14,08	10,08	6,48	11,11
IPCA anual	6,40	10,67	6,28	2,94	3,75	6,01
Juros reais	4,32	2,92	7,34	6,94	2,63	4,83
IPCA médio	6,33	9,01	8,77	3,46	3,66	6,25
Juros reais	4,39	4,49	4,88	6,40	2,72	4,58

Fontes: Banco Central do Brasil-IBGE (elaboração: Fernando Nogueira da Costa)

A inflação média durante os anos (e não a acumulada no fim de cada ano) capta melhor os choques inflacionários - destacadamente, inflação de alimentos por seca de 2012 a 2016, choque tarifário em preços administrados em 2015 e inflação de serviços antes da recessão. Esses juros reais nos anos de 2015 e 2016 foram significativamente distintos. Quais juros reais, calculados pela inflação no fim de ano ou pela inflação média, teriam de entrar no cálculo da capitalização? A meu ver, nenhum deles.

Então, entre uma taxa de juro de 6,48% aa com taxa de inflação de 3,75% acumulada em 12 meses, resultando 2,63% aa de juros reais, em 2018, ou um juro nominal médio anual de 13,9% com taxa de inflação de 10,7%, deduzindo juros reais de 2,92% aa, em 2015, a preferência do “investidor qualificado” (detentor de mais de um milhão de reais) seria devido a essa ligeira diferença de 0,29 pp?

Devido aos juros nominais, ele optaria pelo ano de 2015 e não o de 2018. No ano de 2018, a cada milhão de reais possuído, ele ganharia R\$ 65.000 no ano. No ano de 2015, teria ganhado R\$ 139.000. Racionalmente, ele optaria por essa segunda situação, pois o rendimento de dois milhões de reais, provavelmente, já cobriria o gasto anual com sua cesta básica de consumo se fosse apenas rentista. Se fosse ainda assalariado, seu padrão de gastos em consumo deveria estar abaixo do fluxo de renda do trabalho. No caso do estoque de capital, os juros nominais compostos capitalizariam sua fortuna sem necessidade de verificar o poder aquisitivo de imediato de seu saldo financeiro.

Meu propósito neste artigo foi demonstrar o arbítrio discricionário da diretoria do Banco Central do Brasil ao fixar uma elevadíssima taxa de juro básica nominal, independentemente da taxa de juro real *ex-post*, ter sido o principal fator da recente concentração da riqueza financeira. Ao julgar o mandato da antiga diretoria apenas por um aparente sucesso em “ancorar as expectativas inflacionárias”, não se pode esquecer do ônus sofrido pela sociedade brasileira pela alta da taxa de desemprego e da desigualdade, além da estagnação da renda.

Viés da Auto Atribuição de Riqueza

Em 2017, o rendimento médio mensal domiciliar per capita no país foi de R\$ 1.511, ou seja, em família típica de 3 pessoas seria R\$ 4.533 o ponto central da classe média de renda. As menores médias foram no Nordeste (R\$ 984) e Norte (R\$ 1.011), regiões onde quase metade da população (respectivamente, 49,9% e 48,1%) tinha rendimento médio mensal domiciliar per capita de até meio salário mínimo. Estas são algumas informações da Síntese de Indicadores Sociais 2018, publicada na primeira semana de dezembro.

Em 2017, os 10% das pessoas com os maiores rendimentos (de todas as fontes) do país acumulavam 43,1% da massa total desses rendimentos, enquanto os 40% com os menores rendimentos detinham apenas 12,3%. Esse estrato do topo concentrava 3,51 vezes mais rendimentos do que a base, razão conhecida como o Índice de Palma. Nessa mesma comparação, o Distrito Federal foi a unidade da federação mais desigual, onde os 40% das pessoas com os menores rendimentos acumularam 8,4% da massa e os 10% das pessoas com os maiores rendimentos detinham 46,5%. Em 2017, a razão entre esses dois valores chegou a 5,57 no DF, e superou as outras 26 unidades da federação.

Entre os 10% mais ricos, em 2017, entre 90% e 95% o rendimento médio mensal real de todos os trabalhos era R\$ 5.214, entre 95% e 99%, R\$ 9.782, e no top 1% mais rico, R\$ 27.213. Vamos arbitrar essas serem as rendas, respectivamente, da classe média (ou varejo tradicional), classe média alta (ou varejo de alta renda) e ricos. Os ricos (do segmento de clientes bancários *Private Banking*) eram 123.370 CPFs, cada qual com a riqueza financeira per capita de R\$ 8,466 milhões em setembro de 2018. Faziam parte de 58.258 grupos familiares, cada qual com quase 18 milhões de reais em saldo médio.

A classe média podia ser vista como composta pelos 7,5 milhões clientes do varejo tradicional. Cada um tinha em média pouco mais de R\$ 46 mil reais em investimentos financeiros. A classe média alta, isto é, os 4 milhões clientes do varejo de alta renda possuíam, em média per capita, pouco mais de R\$ 181 mil.

Nessa estratificação social por riqueza fica mais pronunciada a desigualdade social brasileira. Arbitramos essa classificação para distinguir as castas de natureza ocupacional: são os investidores em Fundos de Investimentos Financeiros e Títulos e Valores Mobiliários. Nesse caso, são desprezados os depositantes de poupança como fossem “párias” excluídos da economia financeira. Existem 62 milhões com depósitos acima de R\$ 100, com

saldo médio per capita de R\$ 11.434,14, e 78,7 milhões com depósitos inferiores a R\$ 100 com saldo médio de R\$ 15,07. No entanto, com saldo total de R\$ 708,8 bilhões, era o maior *funding* ou fonte de financiamento imobiliário.

A SIS 2018 mostrou 27 milhões de pessoas (13,0% da população) viverem em domicílios com ao menos uma das quatro inadequações analisadas. O adensamento excessivo (domicílio com mais de três moradores por dormitório) foi a inadequação domiciliar do maior número de pessoas: 12,2 milhões, ou 5,9% da população do país em 2017.

O ônus excessivo com aluguel (quando o aluguel supera 30% do rendimento domiciliar) afetou 10,1 milhões de pessoas (4,9%), em contexto de 17,6% dos imóveis residenciais serem alugados. Essa inadequação foi mais presente no Distrito Federal (9,1%) e São Paulo (7,1%), as duas unidades da federação com maior renda média.

A proporção de pessoas de 25 a 34 anos com ensino superior completo no Brasil (19,7%) é de pouco mais da metade do observado para a média dos países da OCDE (36,7%). Nos Estados Unidos é bem próxima da média da OCDE e abaixo da Suíça e da Coreia do Sul, porque ambas beiram 50%.

Brasil é o país com o maior nível de desigualdade entre suas unidades subnacionais (UFs) referente à conclusão do ensino superior (*Education at a Glance 2018: OECD Indicators*). Essa proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade com ensino superior completo por UF para o Distrito Federal (33,2%) é 4,5 vezes maior se comparada à do Maranhão (7,4%). Em seguida ao DF vem São Paulo (21,7%) e Estado do Rio (18,3%). Essas são as três UF onde moram as maiores proporções das castas com formação universitária. Elas se acham ricas. Muitas comem angu e arrotam peru...

No imaginário social dessa gente esnobe, ela se acha rica por morar em habitação onde atribui subjetivamente o valor acima de um milhão de reais. Pesquisas internacionais de riqueza pessoal desconsideram a residência principal entre os ativos disponíveis para obtenção de outras formas de riqueza. Faz sentido: os ativos imobiliários por definição são imobilizados. Significa terem pouca liquidez, isto é, lenta capacidade de conversão em meios de pagamento plenamente líquidos sem diminuir os preços solicitados. Liquidez monetária propicia o poder aquisitivo imediato capaz de comandar decisões econômico-financeiras com autonomia.

Sendo assim, a riqueza financeira representa melhor indicador de posses individuais. Porém, há outros ativos de base imobiliária propiciadores de rendimentos mensais (alugueis) e ganhos de capital com base na regra de ouro do comércio: comprar barato para vender caro. Nas 28 milhões DIRPF AC

2016, esses ativos eram 40% dos bens e direitos, declarados em seus valores históricos e/ou contábeis: R\$ 3,2 trilhões. Apartamentos (R\$ 1,168 trilhões) representavam 14% do total de bens, e casas (R\$ 922 bilhões), 11%. Automotores, embarcações e aeronaves eram 7% (R\$ 563 bilhões). Sobravam como Haveres Financeiros 53%, ou R\$ 4,3 trilhões, equivalentes a 70% do M4 de dezembro de 2016.

No boom dos preços de imóveis, classificados por alguns, apressadamente, como “bolha imobiliária”, em função da abundante oferta de financiamentos imobiliários, virou mania a especulação com a compra de imóveis na planta de modo a seguir a tendência de alta dos preços. O especulador comprava da incorporadora e esperava vender com uma diferença entre o preço de compra e o preço de venda capaz de propiciar um ganho de capital superior ao possível de ganhar no mercado financeiro com juros - ou com menos incerteza, se comparado aos demais mercados de riscos: bolsa, dólar, etc.

Com a implosão dessa “falsa-bolha”, os investidores resolveram devolver os imóveis às incorporadoras com o pedido de devolução de tudo pago em distrato. De repente, os empreendimentos imobiliários prontos restaram vazios! Os preços tinham de cair mais!

Pergunta-se: como são formados os preços dos imóveis? Como lhes atribui valor? Seus determinantes objetivos capazes de gerar ganhos de capital são: dependência de trajetória (tendência de alta ou baixa) em cenário macroeconômico incerto; evolução da taxa de juro de referência ou custo de oportunidade em juros de investimentos alternativos; condições do crédito imobiliário ou valor da entrada, juros e prazo de amortização; localização do imóvel ou preços dessincronizados por locais; características do imóvel (planta, tamanho e acabamento); documentação do imóvel e custo de transação, inclusive tributários, em torno de 9% do valor do imóvel.

A variação do Índice FipeZap para venda de imóvel de junho de 2012 a junho de 2015 foi de 29,43%. Ficou desde então até agosto de 2018 no mesmo patamar. Nos últimos 36 meses, no âmbito nacional, caiu -0,42%. Em São Paulo, subiu 3,36% e em Belo Horizonte, 8,16%. No Rio de Janeiro, caiu -10,24% e em Brasília -5,09%. No mesmo período trienal, aluguel em São Paulo elevou-se 1,83% e no Rio caiu -18,68%.

Em novembro de 2018, o valor médio de venda dos imóveis residenciais nas 20 cidades monitoradas foi de R\$ 7.521/m². Rio de Janeiro se manteve como a cidade com o m² mais elevado do país (R\$ 9.405/m²), seguida por São Paulo (R\$ 8.841/m²) e Distrito Federal (R\$ 7.787/m²). As capitais monitoradas

com menor valor médio de venda residencial por m² foram Goiânia (R\$ 4.194/m²) e Salvador (R\$ 4.899/m²). Em Campinas é R\$ 5.562 (59% do Rio): considero esse custo de oportunidade para morar no interior.

Como amostra do estado do mercado imobiliário, em 07/12/18, foram encontradas 301.126 casas (padrão) e 1.027.569 apartamentos à venda no Brasil. No estado de São Paulo, eram respectivamente 144.388 (48%) e 489.686 (48%). Na cidade de São Paulo, foram encontrados 58.992 e 268.933 anúncios para cada um desses tipos de moradia.

Na capital de São Paulo, casa padrão à venda entre R\$ 500 mil e R\$ 900 mil tinha 21.911 e acima desse valor 26.193. Quanto a apartamento padrão nas mesmas faixas de valor eram, respectivamente, 80.129 com maior liquidez e 114.835 mais caros. Naquela primeira faixa, apartamento padrão entre 45 e 75 m² tinha 30.717. Na Zona Oeste de São Paulo já reduzia para 9.728. É a moradia típica da jovem classe média universitária.

É possível estimar quantos indivíduos se acham milionários devido ao valor da residência colocada à venda acima de R\$ 900 mil. No Zap Imóveis, em âmbito nacional, foram encontrados 79.506 anúncios de casa padrão, 71.618 de casas de condomínio, 1.047 casas de vila, 41.944 coberturas, 1.560 flats, 93 kitchenette, 386 loft, e 254.223 de apartamento padrão. Somam 450 mil potenciais milionários caso consigam vender.

Quando se toma o valor médio de bens e direitos declarados por valores contábeis (DIRPF AC 2016) apenas na faixa acima de 20 salários mínimos alcançava mais de um milhão de reais: eram 947.830 declarantes. Na faixa de 20 a 30 salários mínimos eram 582.015 com a média de R\$ 1,098 milhão, inclusive os ativos financeiros.

Provavelmente, desconheciam haver no site de uma corretora imobiliária de alto padrão 11 imóveis à venda a partir de trinta milhões de reais e 29 entre R\$ 20 milhões e R\$ 30 milhões. Senão ficariam tristes por não serem tão ricos como sonhavam ser... Por auto atribuição subjetiva de riqueza em função de variáveis fora de seus controles.

Comparação entre Individualismo e Holismo Metodológico

No meu livro eletrônico, *Complexidade Brasileira: Abordagem Multidisciplinar*, adoto uma visão holista (ou holística): abordagem, no campo das Ciências Humanas e Naturais, cuja prioridade é o entendimento integral dos fenômenos. Tomo-a em oposição ao procedimento analítico no qual os componentes de um sistema são tomados isoladamente - e não em interações.

A abordagem sociológica e política da economia brasileira, no caso do meu livro, parte da sociedade global e não do indivíduo.

E daí? Qual é a implicação dessa diferença metodológica na tomada de decisões práticas?

Talvez um exemplo real seja mais esclarecedor em lugar do uso de muitas palavras ou conceitos abstratos. Dois professores titulares das universidades estaduais paulistas, um médico na USP, outro economista na UNICAMP, portanto, com o mesmo salário expropriado pelo redutor-constitucional do governador de São Paulo, tomaram decisões distintas em junho de 2015. O primeiro comprou um apartamento para investimento (61 m²), na Vila Madalena - São Paulo, por R\$ 550.000,00.

Desde abril ele pesquisava a oportunidade: a variação do Índice FIPEZAP indicava os preços dos imóveis terem se elevado 29,05% de junho de 2012 até aquele mês, superando a variação do CDI no período de 28,8%. Além disso, seus colegas, os amigos e o cunhado contavam vantagens sobre seus investimentos imobiliários. Não desconfiou de, geralmente, as pessoas se vangloriarem dos ganhos e omitirem as perdas.

Aparentemente, a evolução dos preços imobiliários tinha apresentado o formato clássico de uma bolha: subida acentuada e forte desaceleração da taxa de crescimento dos preços em um período subsequente. Todas as seis maiores capitais chegaram a atingir elevações da ordem de 30%-40% no acumulado de 12 meses para em seguida reduzirem-se para variações inferiores a 10%. Entretanto, elas apresentaram ciclos de preços defasados, sugerindo não haver uma única causa nacional determinante desse boom-e-crash de preços.

São Paulo apresentou uma evolução menos acentuada, com a fase de cheia e baixa da onda ocorrendo ao longo de vários anos. Ainda assim, a sustentação por quase três anos de aumentos de preços na ordem de 20% reforçava a ideia desta cidade não ter passado por uma situação de bolha imobiliária, mas sim por uma “maré cheia” ou uma “onda”. Ela não quebrou, subitamente, porque a série de seus preços médios não teve uma variação nominal negativa - queda absoluta -, diferentemente do ocorrido em outras cidades. Aparentava possuir um mercado imobiliário com crescimento mais sustentado por uma demanda firme.

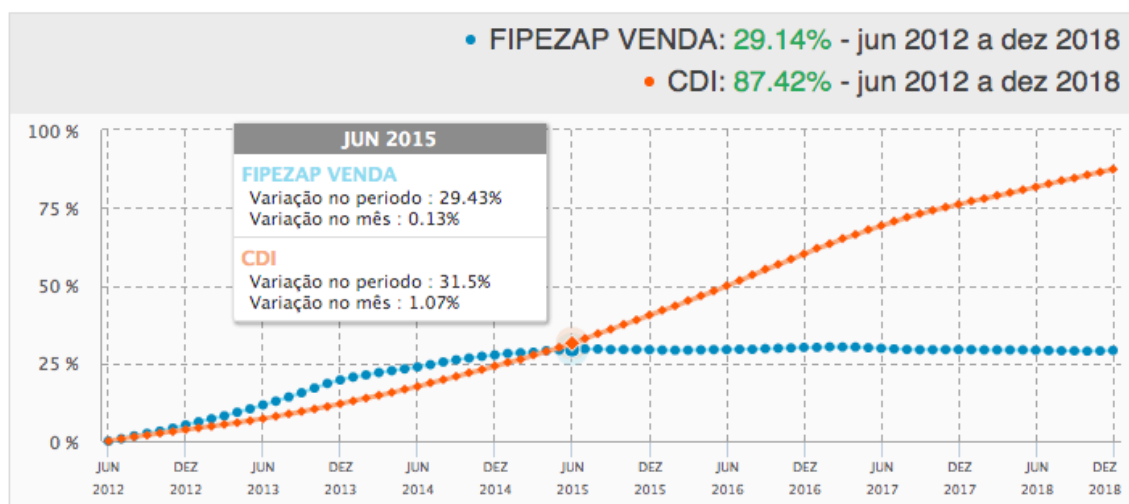
A partir de experiências vivenciadas dos indivíduos em torno de si, o doutor tomou a decisão de compra. Passados três anos, após uma primeira locação do apartamento, resolveu vendê-lo por influência de comentários a respeito de pessoas enriquecidas no mercado financeiro. Os novos-ricos da casta do jaleco branco se gabavam da proeza. Então, ele o colocou à venda

por R\$ 750.000. Passaram-se seis meses - e nada. A concorrência é imensa, pois se encontram 2.343 apartamentos desse padrão à venda na Vila Madalena, São Paulo.

Recebeu, afinal, uma oferta do professor-economista: R\$ 600.000 à vista. Contrapôs o comprador pagar o custo de corretagem (R\$ 38.000) - e o negócio foi aceito. Afinal, ganhou em termos nominais R\$ 50.000 - ou 9%.

Desconsiderando a perda real de poder aquisitivo, porque a variação do IPCA acumulada no período (jun/15-nov/19) foi 18%, qual foi seu custo de oportunidade?

A comparação com a estratégia do economista com visão holista para o cenário futuro pode se dar uma resposta a essa pergunta. Este profissional considerou os efeitos esperados da volta da Velha Matriz Neoliberal com o Joaquim Levy. O ex-ministro da Fazenda, seguindo sua doutrina, liberou geral as tarifas. Resultado: o choque tarifário se somou à inflação de alimentos, devido à seca vigente desde o final de 2012, e à de serviços. Como “engenheiro de obra-feita” verificou a reação contumaz do Banco Central do Brasil e percebeu a tendência firme de alta da taxa de juro, vigente desde abril de 2013. A taxa de juro do CDI naquele mês do negócio (junho de 2015) tinha passado para um patamar acima de 1% ao mês, ou seja, a cada um milhão de reais se ganhava dez mil reais por mês. Naquele contexto não era mais uma boa estratégia econômico-financeira se gastar, seja em investimento, seja em consumo.



O gráfico acima confirma sua previsão. Desde junho de 2015, o índice FIPEZAP em âmbito nacional caiu -1,73% e a Selic 252 média acumulou alta de 41%. Se o economista tivesse um milhão e meio de reais em investimento financeiro, rendendo 100% da Selic, ele teria, ao final desses três anos e

meio, acumulado o valor suficiente para comprar aquele apartamento - e ainda manteria o capital inicial em termos nominais.

E se o economista se impressionasse com a elevação da taxa de câmbio e resolvesse dolarizar seu dinheiro, seguindo um mau conselho de fuga de capital? Um milhão e meio de reais seriam convertidos para US\$ 437.317 com a taxa de câmbio a R\$ 3,43 / dólar. Hoje, com a taxa de câmbio a R\$ 3,90 / US\$, seriam reconvertidos por R\$ 1.705.539, ou seja, ganharia apenas 14% contra 41% ganhos com os juros brasileiros. Não teria aquele ganho suficiente para comprar o imóvel. A taxa de juro no Brasil é disparatada em relação à do resto do mundo e no exterior seu dinheiro não teria rendido tanto.

Percebe-se neste tipo de análise conjuntural com implicações práticas para o enriquecimento pessoal dois tipos de metodologia para o raciocínio. Um intuitivo adota o individualismo metodológico. Neste caso, parte de experiências pessoais vivenciadas, em contextos ultrapassados. Nesse caso, a suposta aprendizagem da Economia se daria pela “teorização” das repetições racionais. É um método experimental de tentativa-e-erro: se deu certo, repete-se; se deu errado, toma-se outras decisões.

O conhecimento específico de economista com boa formação é o sistêmico. O holismo metodológico é aprendido pelo estudo sistemático em diversos níveis de abstração. Considera os fenômenos socioeconômicos e políticos como totalidades irreduzíveis à simples soma de suas partes. O significado de um evento microeconômico será plenamente compreensível se for considerado em sua relação com uma totalidade macroeconômica maior, através da qual adquire sentido.

Nesse sentido - desculpe-me o pleonasmo -, o conhecimento de teorias abstratas, por exemplo, sobre ciclo econômico e político, é pré-requisito para depois abaixar o nível de abstração e incorporar áreas de conhecimento antes abstraídas: história, geoeconomia e geopolítica, economia política, sociologia econômica, economia comportamental, etc.

Neste âmbito intermediário mais concreto ou próximo da realidade, estudo no meu livro “*Complexidade Brasileira*”, por exemplo, estruturas e diversificações setoriais, cadeias produtivas, interações de clãs, famílias dinásticas, castas e suas instituições. A partir dessas interações emerge a economia como um dos componentes de um sistema complexo.

Em nível mais concreto, datado e localizado, o economista tem de adquirir a habilidade de lidar com todo esse conhecimento prévio e juntá-lo à análise das novas informações e dados conjunturais. Essa capacitação profissional o propicia a instruir as melhores tomadas de decisões econômico-financeiras práticas.

Articulei o encadeamento dessa rede de relacionamentos componentes da complexidade brasileira através do meu conhecimento sobre a rede bancária. Os bancos “digitalizam” seus clientes, internalizando mais pagamentos do varejo em seus sistemas de informações e propiciando um multiplicador monetário endógeno. Além de emprestar e captar (ou oferecer oportunidades de investimentos financeiros), outra função crucial dos bancos é viabilizar o sistema de pagamentos entre os diversos agentes econômicos. Embora regulado com normas da Autoridade Monetária, ele é auto organizado de forma dinâmica em processo de retroalimentação. Ao conceder crédito, alavanca financeiramente os investimentos, multiplicando a renda e gerando emprego. Em visão sistêmica e dinâmica, a complexidade brasileira vira simplicidade.

Big-Five na Administração de Recursos de Terceiros

Para entender a sociedade brasileira é necessário conhecer a estratificação social de sua riqueza financeira. Segundo a ANBIMA, a base de ativos financeiros - formas de manutenção de riqueza - da economia brasileira alcança R\$ 10,6 trilhões (dados de dezembro de 2018), distribuídos entre fundos de investimento, ações, títulos públicos federais, CDB (Certificados de Depósitos Bancários), LF (Letras Financeiras), poupança, debêntures, notas promissórias, LCI (Letras de Crédito Imobiliário) e LCA (Letras de Crédito do Agronegócio). Desse total, quase a metade - 43,4% ou R\$ 4,6 trilhões - é administrada por meio de fundos de investimento. Essa participação é crescente: em 2013, apenas 37% do estoque de ativos estava em poder dos fundos.

Em termos macroeconômicos, os fundos de investimento cuidam do carregamento da dívida brasileira, tanto pública como privada. São os maiores detentores de títulos públicos do país, com R\$ 1 trilhão em carteira. O volume equivale a 27,2% do total de R\$ 3,7 trilhões em mercado. O montante é ainda maior se considerados os títulos públicos carregados em certos veículos, como os fundos exclusivos mantidos por investidores institucionais, a exemplo das entidades de previdência com 24,6% do total.

A ANBIMA também informa: além dos títulos de dívida pública, os fundos de investimento concentram boa parte dos ativos privados, com crescimento recente. Do patrimônio de R\$ 4,8 trilhões dos fundos, R\$ 712 bilhões (17%) são títulos corporativos, bancários e de cessão de crédito. O volume colocado em suas carteiras representa 29,7% do estoque total de R\$ 2,4 trilhões desses títulos em mercado. No conjunto da carteira dos fundos, os títulos públicos são predominantes, com uma participação de 73%, somando as operações comprometidas com lastro em títulos públicos (23%).

Os ativos privados estão ganhando participação na carteira dos fundos. Em 2018, o estoque de debêntures e de ações nas carteiras dos fundos aumentou 30% e 27,5%, respectivamente. Os títulos públicos, por sua vez, cresceram apenas 9%. Ainda assim, os ativos privados representam uma parcela muito pequena da carteira. As debêntures, por exemplo, respondem por apenas 4% do total de ativos detidos pelos fundos de investimento.

O cenário esperado pelos idolatras do mercado de capitais, representados no comando neoliberal do ministério da Economia, é de uma mudança na composição das carteiras dos investidores, em função do crescimento do estoque de ações e debêntures pelo aumento de custos de empréstimos e perda de funding do BNDES. Enquanto isso, o corte de direitos trabalhistas quanto à Previdência Social e a privatização de empresas estatais possibilitariam parte da dívida bruta ser resgatada e então cairia a emissão de títulos públicos, dada a menor necessidade de financiamento da dívida pública.

Por isso a consultoria Ernest & Young projeta os títulos do governo saírem de uma participação relativa de 54% em 2018 para 36% em 2030. Em contrapartida, as ações avançariam de 19% para 30% e as debêntures corporativas (somadas com as notas promissórias) elevariam sua participação de 6% para 9%. Nesse sonho neoliberal, a economia de mercado de capitais substituirá a economia de endividamento brasileira!

Voltando a mundo real, a partir de dados divulgados pela própria ANBIMA, podemos mensurar os distintos públicos-alvo dos cinco maiores bancos comerciais (BBBICS) brasileiros, dois públicos (Banco do Brasil e Caixa), dois privados nacionais (Bradesco e Itaú) e um privado estrangeiro (Santander). Em abril de 2019, eles administravam 70% dos recursos de terceiros, sendo os públicos 33%, os nacionais 31% e o estrangeiro 7%. Em termos de clientes, possuíam quase $\frac{3}{4}$ (73%) dos 11,911 milhões investidores em Fundos.

Percebe-se, então, outros “bancos” se destacarem por serem administradores de grandes fortunas. Por exemplo, a Votorantim Asset tinha 1.704 clientes com média per capita de R\$ 22,3 milhões, provavelmente muitos eram da família fundadora. A JMA Lucelli Investimentos tinha apenas 243 clientes, mas cada qual tinha em média R\$ 9,5 milhões. Depois, nesse ranking de riqueza, vinham os 3.026 clientes da Modal com média per capita de R\$ 9 milhões, os 15.584 clientes da corretora do Credit Suisse Hedging Griffo tinham média de R\$ 7,7 milhões e os 43.384 clientes do BEM atingiam a média de R\$ 6,7 milhões.

Fica nítido o papel dos cinco maiores bancos comerciais atenderem aos segmentos de clientes do varejo. Mas, além desses, pelo ranking de saldo médio per capita o Itaú se destaca também por ser o líder em administração dos recursos do varejo de alta renda e de grandes fortunas em *Private Banking* com R\$ 704 mil. Em contraste, os clientes do Bradesco com R\$ 173 mil e da Caixa com R\$ 277 mil se situavam na classe média, abaixo dos R\$ 396 mil dos clientes do Santander e dos R\$ 480 mil dos clientes do Banco do Brasil.

AuM por Clientes

Dados em R\$ milhões

Ranking Global de Administração de Recursos de Terceiros

Abr/19

Ordem	Administrador	Total Global de Ativos (*)	Market-share Participação	Sem dupla contagem		Total de Clientes		Saldo Médio
				Total de Clientes	Participação	Acumulada	Per capita	
1	BB DTVM S.A	979.952,3	23%	2.043.435	17%	17%	479.561	
2	ITAU UNIBANCO SA	737.470,1	17%	1.046.794	9%	26%	704.504	
3	BRADERSCO	583.179,2	14%	3.377.292	28%	54%	172.677	
4	CAIXA	415.946,4	10%	1.498.142	13%	67%	277.642	
5	BANCO SANTANDER (BRASIL) SA	302.595,4	7%	764.867	6%	73%	395.618	
6	BEM	290.032,0	7%	43.384	0%	74%	6.685.229	
7	INTRAG	243.496,5	6%	1.028.565	9%	82%	236.734	
8	BNY MELLON SERVICOS FINANCEIROS DTVM SA	189.172,2	4%	1.095.960	9%	91%	172.609	
9	BTG PACTUAL	125.717,0	3%	321.523	3%	94%	391.005	
10	CREDIT SUISSE HEDGING GRIFFO COR VAL S.A	119.966,5	3%	15.584	0%	94%	7.698.057	
11	J SAFRA ASSET MANAGEMENT	96.848,5	2%	87.672	1%	95%	1.104.669	
12	BNP PARIBAS	57.822,2	1%	14.481	0%	95%	3.992.971	
13	VOTORANTIM ASSET	37.719,8	1%	1.704	0%	95%	22.136.028	
14	SUL AMERICA INVESTIMENTOS	30.091,1	1%	17.126	0%	95%	1.757.043	
15	WESTERN ASSET	29.899,6	1%	56.172	0%	96%	532.286	
16	MODAL	27.246,2	1%	3.026	0%	96%	9.004.047	
17	CA INDOSUEZ WEALTH (BRAZIL) S.A. DTVM	9.058,6	0%	66.166	1%	96%	136.907	
20	BANESTES	3.527,1	0%	16.212	0%	99%	217.560	
21	NECTON INVESTIMENTOS	3.170,8	0%	4.336	0%	99%	731.284	
22	MAGLIANO	2.344,7	0%	1.701	0%	99%	1.378.442	
23	JMALUCELLI INVESTIMENTOS	2.299,9	0%	243	0%	99%	9.464.527	
24	BANCO FATOR	2.035,3	0%	655	0%	99%	3.107.367	
25	BRB DTVM	2.021,8	0%	11.648	0%	99%	173.575	
Total		4.305.316,3	100%	11.911.267	100%		361.449	

Fonte: ANBIMA - Ranking dos Fundos de Investimentos por valores dos Ativos, Número de Clientes (sem dupla contagem) e Saldo Médio Per Capita de cada cliente.
*Medido pelo valor dos ativos em portfólio (exceto cotas de fundos de investimento) - Oculto administradores com saldo médio menor de R\$ 100,000

Quando abrimos os dados de cada um dos “big-five” bancos por tipos de investidores, os nichos de mercado aparecem com maior nitidez. A tabela abaixo mostra as dominâncias de cada qual.

AuM por Investidor

Dados em R\$ milhões

Market-share e Participações Percentuais por Investidor dos "Big-Five" Bancos Brasileiros

abr/19

Ordem	Administrador	Total Global de Ativos	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	(k)	(l)
			EFPC Emp. Públicas	EFPC Emp. Privadas	Seguradora	EAPC	Corporate	Middle Market	Private	Varejo Alta Renda	Varejo	Poder Público	RPPS	
1	BB DTVM S.A	979.952,3	130.573,1	10.178,3	20.003,4	266.926,9	59.796,2	24.082,6	46.333,6	70.071,1	126.275,1	151.158,0	57.260,5	
2	ITAU UNIBANCO	737.470,1	674,1	57.724,4	15.005,1	174.016,7	82.441,3	47.735,4	183.974,4	122.685,4	32.037,7	11.573,5	84,7	
3	BRADERSCO	583.179,2	3.849,3	23.480,1	32.784,0	241.660,0	115.889,8	17.367,3	27.805,6	49.444,8	40.266,7	3.702,4	9.324,3	
4	CAIXA	415.946,4	62.366,4	35,3	3.898,5	65.489,2	37.622,0	6.065,2	24.853,3	37.481,1	47.563,1	56.562,2	73.587,9	
5	SANTANDER	302.595,4	4.693,8	53.973,7	8.505,6	45.033,0	41.621,5	2.556,1	33.401,4	55.171,7	18.066,8	10.185,8	2.639,3	
SUBTOTAL		3.019.143,4	202.156,7	145.391,8	80.196,7	793.125,8	337.370,8	97.806,6	316.368,3	334.854,0	264.209,4	233.181,9	142.896,7	
Total		4.305.316,3	267.979,1	329.352,1	146.665,6	860.690,8	404.262,7	104.691,2	638.331,8	392.520,3	290.227,2	240.419,8	151.560,1	
1	BB DTVM S.A	23%	49%	3%	14%	31%	15%	23%	7%	18%	44%	63%	38%	
2	ITAU UNIBANCO	17%	0%	18%	10%	20%	20%	46%	29%	31%	11%	5%	0%	
3	BRADERSCO	14%	1%	7%	22%	28%	29%	17%	4%	13%	14%	2%	6%	
4	CAIXA	10%	23%	0%	3%	8%	9%	6%	4%	10%	16%	24%	49%	
5	SANTANDER	7%	2%	16%	6%	5%	10%	2%	5%	14%	6%	4%	2%	
SUBTOTAL		70%	75%	44%	55%	92%	83%	93%	50%	85%	91%	97%	94%	
Total		100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
1	BB DTVM S.A	100%	13%	1%	2%	27%	6%	2%	5%	7%	13%	15%	6%	
2	ITAU UNIBANCO	100%	0%	8%	2%	24%	11%	6%	25%	17%	4%	2%	0%	
3	BRADERSCO	100%	1%	4%	6%	41%	20%	3%	5%	8%	7%	1%	2%	
4	CAIXA	100%	15%	0%	1%	16%	9%	1%	6%	9%	11%	14%	18%	
5	SANTANDER	100%	2%	18%	3%	15%	14%	1%	11%	18%	6%	3%	1%	
SUBTOTAL		100%	7%	5%	3%	26%	11%	3%	10%	11%	9%	8%	5%	
Total		100%	6%	8%	3%	20%	9%	2%	15%	9%	7%	6%	4%	

Em *Market-share*, o BB DTVM tem 49% do mercado de fundos de pensão fechados e a Caixa, 23%. Tais participações se devem, provavelmente, ao fato de o BB ser a empresa patrocinadora da PREVI, o maior fundo de pensão do país, e a Caixa a da FUNCEF, terceiro maior fundo de pensão fechado. Por sua vez, a Fundação Itaú Unibanco é o quinto maior, talvez por isso o Itaú

administra 18% dos recursos das EFPC de empresas privadas. O Santander administra 16%. Por sua vez, o Bradesco se destaca em administração de recursos de Seguradoras: 22%.

Quanto aos recursos das EAPC (Entidades Abertas de Previdência Complementar como VGBL e/ou PGBL), elas representam os maiores investidores institucionais. Com R\$ 860 bilhões representam 20% do total dos Fundos de Investimentos Financeiros. A disputa é acirrada entre BB (31%), Bradesco (28%) e Itaú (20%). Caixa (8%) e Santander (5%) veem bem abaixo.

Outros tipos de investidores significativos são os do *Private Banking*. Possuem 15% dos recursos de terceiros, só abaixo das EAPC. O Itaú com 29% se sobressai se comparado com os demais do grupo “*big five*”: BB (7%), Bradesco (4%), Caixa (4%), Santander (5%). A soma destes dá apenas 20%.

Já no varejo de alta renda, embora o Itaú seja o líder com 31% do mercado, os demais somam mais em comparação: BB (18%), Bradesco (13%), Caixa (10%) e Santander (14%) somam 55%. No varejo tradicional, o BB é mais “popular” com 44%. Se somado aos 16% da Caixa, os dois bancos públicos atendem mais (60% dos valores) à classe média baixa em lugar dos bancos privados: Itaú (11%), Bradesco (14%) e Santander (6%).

Ao ler por linha o último bloco da tabela se verifica a importância de cada tipo de investidores focalizado pelos maiores bancos. Quase todos captam mais recursos de terceiros em EAPC. Só o Santander capta mais (18%) em EFPC de empresas privadas contra 15% de EAPC e a Caixa mais (11%) em Varejo Tradicional e empata (9%) no Varejo de Alta Renda.

Ficou claro como todos os bancos “adorariam” cair em suas mãos um regime de capitalização em lugar do atual regime de repartição da Previdência Social?

Preferência por Investimentos Financeiros: Motivo Aposentadoria

Preferência pela liquidez é um conceito elaborado por John Maynard Keynes. Daí, comumente, há um abuso do argumento de autoridade ou um embotamento do espírito crítico. Se algo foi dito por Keynes é tomado desde logo como certo, sem maior julgamento ou contextualização para verificar sua adequação.

Seria anacronismo, por exemplo, em um regime de meta de inflação, onde Banco Central fixa a taxa de juro básica de maneira exógena às forças de mercado, com base em uma leitura irrefletida da teoria de Keynes afirmar ser a preferência pela liquidez dos bancos a determinante da taxa de juros.

Primeiro, de qual taxa: a de captação (*mark-down* da Selic ou percentual de CDI) ou a de empréstimos (*mark-up* sobre a Selic)? O spread - a diferença entre a taxa paga aos depositantes (custo do *funding*) e a taxa cobrada dos devedores por bancos - é distinta em cada uma das modalidades de crédito e varia de acordo com seus componentes. Em especial, depende muito da avaliação de risco com potencial inadimplência de devedores em dada modalidade. É precificado.

De acordo com o keynesianismo vulgar, o da leitura neoclássica da obra de Keynes, o nível de investimento dependeria da eficiência marginal do capital e da taxa de juros. Quando ambas se iguallassem, estaria determinado o nível de produção de equilíbrio escolhido pelos empresários.

Evidentemente, a contribuição de Michael Kalecki a respeito dos determinantes do investimento é muito mais abrangente de toda sua complexidade. Suas flutuações não se correlacionam com as da taxa de juro de curto prazo. Só indiretamente, através do grau de endividamento ou princípio do risco crescente, a taxa de juro afetaria uma decisão de longo prazo quanto a um projeto de investimento com longa maturação. Por exemplo, investimentos em energia, seja hidroelétrica, seja petrolífera, podem durar de oito a dez anos até entrar em fase de produção. Oscilação da Selic não os afeta.

Os determinantes do investimento, segundo Kalecki, são: o grau de endividamento, o ritmo de vendas e/ou a expectativa de lucro, o grau de ociosidade na utilização da capacidade produtiva existente, e uma inovação tecnológica ou um lançamento de novo produto. Também as condições demográficas são fatores de desenvolvimento.

Os motivos para a demanda por dinheiro são os seguintes. O motivo-transação está relacionado à repetição e à rotina, ou seja, refere-se às despesas ordinárias e certas periodicamente. O motivo-financiamento [*finance*] é também uma retenção temporária antes do dispêndio previsto com despesas extraordinárias, discricionárias ou planejadas. O motivo-precaução é satisfeito por meio de saldos monetários para imprevistos como despesas incertas em função de contingências inesperadas ou oportunidades imprevistas. O motivo-especulação ocorre quando se tem expectativas definidas sobre o futuro. Os investidores apostam na alta da taxa de juros para então aplicar. Há um diferimento para aguardar futuras aquisições mais vantajosas.

Esses dois últimos motivos (precaução e especulação) constituem retenção de moeda ociosa. Os keynesianos os relacionam à preferência pela liquidez. Em lugar de consumir ou investir o dinheiro em aplicações de menor

liquidez, supostamente, as pessoas prefeririam manter seus valores na forma mais líquida possível para ter o potencial de realização imediata de gastos em compras ou investimentos. Nessa teoria, os juros são vistos como “o prêmio para se abandonar a liquidez”.

Há controvérsia se essa retenção diz respeito à moeda corrente, ou seja, um ativo improdutivo, cujo valor não se refere ao emprego de mão-de-obra para sua produção. Alguns incautos apontam uma causa monetária para o desemprego. Este seria gerado por preferência pela liquidez: reter moeda ociosa em vez de gastá-la. Porém, quando essa moeda está sob forma de depósitos à vista, estes constituem passivos, seja para carteira de empréstimos, seja para carteira de títulos de dívida pública ou privada, ou seja, relacionam-se à circulação ativa geradora de empregos.

Pós-keynesianos costumam confundir a preferência pela liquidez com investimentos em haveres não monetários com grande liquidez, constituídos principalmente pelos débitos nas captações das instituições financeiras. São exemplos de “quase-moeda”, para pessoa física, os depósitos de poupança e os fundos de investimentos carregadores de títulos emitidos pelo governo, entre outros sem prazos de vencimento para o resgate.

A retenção de “quase-moeda” com facilidade para se converter em meio de pagamento (moeda legal ou escritural) seria a forma de exercício da preferência pela liquidez em economias com regime de alta inflação. Esta corroeria o poder aquisitivo do papel-moeda em poder do público e dos depósitos à vista sem a remuneração de juros. Os saldos inativos, retidos com fins precaucionais ou especulativos, estariam se capitalizando com uma taxa real de juros.

O motivo-precaução ocorre também quando há expectativa de a taxa de juros mudar, mas ainda se ignora a direção - e variar a dimensão da taxa de juro real ou deflacionada. Com uma contínua estabilidade da taxa de juros, deixa de haver razão para retenção de moeda ociosa, porque ela não recebe juros, envolvendo custos de oportunidade proporcionais à taxa de juros “perdida”. A administração de carteira de ativos mais vantajosa busca manter saldos monetários mínimos, para cobrir estritamente as necessidades transacionais e de *finance* previsíveis.

Idade (anos)	Salário Mensal	Salário Anual	Número de Salários Anuais	Saldo Acumulado	Cálculo dos 120 Investimentos Mensais	Saques Mensais 20 anos 0,5% a.m.
a	b	c	d	e = c . d	f (0,5% a.m.)	g
25	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00	0	R\$ -	R\$366,12	R\$ -
35	R\$ 5.000,00	R\$ 60.000,00	1	R\$ 60.000,00	R\$1.530,62	R\$ 430,00
45	R\$10.000,00	R\$120.000,00	3	R\$ 360.000,00	R\$2.593,48	R\$ 2.580,00
55	R\$15.000,00	R\$180.000,00	6	R\$1.080.000,00	R\$4.485,32	R\$ 7.737,00
65	R\$25.000,00	R\$300.000,00	9	R\$2.700.000,00	R\$6.177,54	R\$ 19.343,00
75	R\$27.000,00	R\$325.000,00	12	R\$3.900.000,00		R\$ 27.940,00

Na tabela acima simulei um algoritmo (1-3-6-9-12) para calcular quanto de acumulação financeira é suficiente para o estoque de riqueza propiciar a substituição da renda do trabalho (salário) pelos saques mensais do capital financeiro durante vinte anos na fase inativa, isto é, a da aposentadoria. Estimei quanto em termos nominais é necessário investir mensalmente a cada período de dez anos na fase ativa do trabalhador com formação universitária e ascensão na carreira profissional. Se os juros se mantiverem estáveis em 0,5% a.m., durante toda a vida, os valores de investimentos e saques seriam os apresentados na tabela.

Essa simulação com uma hipótese forte (juro estável) permite dar realismo à discussão atual sobre as consequências de variações da taxa de juro básica. Como o Banco Central do Brasil decidiu abaixar a Selic 252 média de 13,9% aa em 2015 e 14,08% aa em 2016 até 10,08% em 2017 e 6,48% aa em 2018 - os juros reais no fim de ano caíram do patamar de 7,3% em 2016 e 6,9% em 2017 para 2,6% em 2018 -, podemos observar uma reação paradoxal para muitos analistas afoitos. Eles têm um pensamento automático: baixando a taxa de juro se elevam os gastos em consumo e investimento. Lego engano, a realidade é mais complexa com múltiplos componentes interativos.

Juros, de maneira similar às demais rendas (salário, aluguel e lucro), devem ser analisados tanto como custo quanto como receita ou demanda. O corte de juros se justifica para a diminuição de despesas dos devedores, mas não para a elevação dos gastos em consumo e investimento em situação de “armadilha de liquidez” ou “desalavancagem financeira”. Pelo contrário, com sua queda, os investidores do varejo de alta renda e Private Banking aumentam o montante nominal de “renda poupada” para alcançar suas metas de acumulação financeira para a aposentadoria. Os endividados, seja no setor privado, seja o setor público, buscam austeridade em gastos.

A Carta IEDI 927 (20/05/19) mostra: o atual contexto sem recuperação econômica não tem possibilitado a desalavancagem das corporações. As despesas financeiras cresceram de forma significativa, embora os níveis de juros do país tenham caído. Isso se dá porque a redução da taxa básica de juros, a Selic, foi pouco repassada pelos credores às taxas de empréstimo dos tomadores finais e também por causa da dívida com correção cambial. No caso mais grave da indústria, os níveis de endividamento têm sido elevados desde 2015, passando de 69,4% do capital próprio em 2014 para 96,1% em 2018. Seu endividamento subiu intensamente em 2018: +11% em relação a 2017, chegando a R\$ 414,6 bilhões, quando excluídas as gigantes Petrobras e Vale.

Quanto às necessidades de financiamento do setor público, dentro do déficit nominal de 6,98% do PIB em abril de 2019, 5,6% do PIB (R\$ 389 bilhões)

se referem aos juros nominais. No déficit primário, o INSS representa 2,86% do PIB (R\$ 199 bilhões), embora o debate público sem pluralismo de opiniões só coloque foco nesse gasto público.

Em suma, esse viés no debate centralizado no corte de direitos dos trabalhadores fomenta ainda mais o motivo de precaução para os de alta renda priorizarem o corte de gastos em consumo para aumentarem seus investimentos financeiros com a finalidade de substituir a Previdência Social. Não é em razão de preferência pela liquidez, mas sim por preferência pela manutenção do padrão de vida durante a aposentadoria.

Ciclos de Endividamento: Alavancagem e Desalavancagem Financeira

O segredo do negócio capitalista é dar escala ao investimento e multiplicar sua rentabilidade com a alavancagem financeira. Este é termo usado para designar a obtenção de recursos de terceiros, somando-os aos recursos próprios, e fornecer uma composição passiva capaz de lastrear maiores valores nos ativos do empreendimento.

Pode-se formular os seguintes indicadores da alavancagem financeira:

1. a utilização de recursos provenientes de terceiros na composição da estrutura do capital de uma empresa, objetivando obter economia de escala:

[$R3^\circ / (R3^\circ + RP)$ ou $R3^\circ / PT$] onde $R3^\circ$ significa Recursos de Terceiros, RP, Recursos Próprios, e PT, Passivo Total;
2. a compra de títulos e/ou bens com recursos de terceiros ($R3^\circ / AT$), onde AT são Ativos Totais, iguais aos Passivos Totais (PT);
3. a participação percentual dos empréstimos contraídos em relação à estrutura de capital da empresa ($P3^\circ / PL$), onde PL é Patrimônio Líquido (Capital + Reservas).

Gosto de dar um exemplo simples. Caso você tenha 100 mil reais para investir em algum ativo (forma de manutenção de riqueza) com firme tendência de alta, por exemplo, 25% a cada dois anos, você aplica o seu dinheiro para o comprar ainda barato e vender mais caro no fim desse período. Você ganha R\$ 25 mil apenas com esse capital inicial.

Com recursos de terceiros, isto é, dos outros depositados em bancos, em vez de investir 100 mil reais, você pode fazer um investimento de 400 mil reais. Você toma emprestados os 300 mil reais restantes de um banco. Após dois anos, com a mesma valorização de 25%, você o vende por 500 mil reais.

Aí amortiza o empréstimo ao banco e sai do negócio com aproximadamente 200 mil reais, descontados os juros.

Em vez de ganhar meros 25%, você dobrou o seu dinheiro ao usar o dinheiro dos outros. Teria rentabilidade de 100% sobre o capital inicial em caso de juro zero. O limite do juro a ser pago tem de ser inferior à rentabilidade patrimonial inicial (25%) para valer a pena.

No capitalismo de compadrio brasileiro, as concessionárias de serviços de utilidade pública obtinham empréstimos de bancos públicos com juros abaixo do custo de empréstimos com recursos livres. Tinham longos prazos de carência e pagamento, justamente para obter uma taxa de retorno alavancada.

Como o crédito cria poder de compra em troca de uma promessa de pagamento, isto é, dívida, o crédito é desejável se o dinheiro emprestado for usado produtivamente de modo a gerar renda suficiente para pagar a dívida. Se essa boa alocação ocorrer, tanto o credor quanto o mutuário serão beneficiados. Se isso não ocorrer, talvez por o devedor ter alocado o empréstimo em uma especulação com esperada tendência de alta, mas afinal não confirmada, esse mutuário poderá ficar inadimplente e o credor negativar seu cadastro ou mesmo reclamar sua falência.

No caso de um investimento em infraestrutura, por exemplo, a aquisição de concessão para administração de uma rodovia federal com a condição de sua duplicação para fazer cobrança de pedágios, se a concessionária o financia com dívidas é porque espera receber de volta uma receita para pagá-la. Mas, e se a economia entra em um ciclo recessivo inesperado e apenas a metade das receitas esperadas se confirma? Ela se tornaria incapaz de duplicar a estrada? A dívida teria de ser reduzida em 50%?

Reformulada, a questão é se a duplicação da estrada vale metade a mais em lugar do orçado inicialmente. Grosso modo, vale mais cerca de 2% ao ano, durante uma vida útil de 25 anos, em vez do orçado inicialmente? Em termos anuais, o gestor pode avaliar ter a estrada duplicada a esse custo ser melhor em lugar de não ter essa infraestrutura.

Para se ter uma ideia do significado disso para uma economia como um todo, suponha as perdas com dívidas incobráveis serem cerca de 50% em cada calote. Se esses empréstimos impossibilitados de serem pagos representarem cerca de 20% de todos os empréstimos pendentes, essas perdas equivaleriam a cerca de 10% da dívida total. Se o crédito ampliado ao setor não-financeiro, em dezembro de 2018, equivalia a cerca de 138% da renda (PIB), no exemplo, a diferença seria aproximadamente 14% do PIB.

Se esse custo fosse “socializado”, isto é, suportado pela sociedade como um todo por meio de políticas fiscais e monetárias e distribuído ao longo de quatro mandatos governamentais, isso equivaleria a quase 1% do PIB ao ano, o crescimento médio anual no atual triênio. Se não forem justamente distribuídos, os custos seriam intoleráveis.

Por essa razão, Ray Dalio, no livro “*Big Debt Crises*” (Bridgewater; sept 2018), afirma os riscos econômicos e políticos dependerem muito de disposição e capacidade dos formuladores de políticas econômicas para disseminar as perdas decorrentes de dívidas incobráveis. Depende de dois fatores eles poderem fazer isso: o percentual da dívida em moeda nacional e a influência deles sobre o refinanciamento das dívidas.

O ciclo afeta a psicologia dos agentes econômicos de modo a resultar em uma economia de mercado com bolhas: série de *boom* e *crashes*. Durante uma tendência firme de alta nas cotações dos ativos, os credores ficam pouco exigentes para contratarem crédito junto a devedores. Isto porque as recompensas esperadas em juros com o crescimento mais rápido da renda parecem justificá-lo. No resto do mundo, é politicamente mais fácil oferecer “dinheiro barato” em vez de ter o crédito apertado. Essa é a principal razão pela qual existem grandes ciclos de endividamento na economia mundial.

Cria-se um ciclo sempre quando predominar a concessão de dinheiro emprestado. Comprar algo sem poder pagar de imediato com renda recebida ou capital próprio significa gastar mais além do potencialmente ganho. Nesse caso, não se está apenas pedindo crédito ao prestador, na verdade, o devedor está tomando emprestado do seu futuro. Por isso, endividamento pode ser encarado como a antecipação de esperados rendimentos futuros. Se forem confirmados, tudo bem; se, pelo contrário, for frustrado um ganho especulativo de capital, haverá necessidade de ajuste, seja fiscal (nas finanças públicas), seja pessoal (nas finanças domésticas).

O tomador de empréstimo estará comprometendo um tempo de sacrifício no futuro, quando precisará gastar menos do potencial ganho, para poder pagá-lo de volta. Logo, configura-se um ciclo de endividamento, quando se gasta no presente mais além do ganho e, depois, gasta-se abaixo do padrão de gastos possível com a renda esperada. Isso é tão verdadeiro para um indivíduo quanto para uma economia nacional.

Emprestar dinheiro coloca em movimento uma série de eventos previsíveis. No início do ciclo de crédito, os agentes têm muito dinheiro face às poucas propriedades existentes. Por isso, vale a pena converter seu dinheiro nesses ativos com cotação em alta. Quando os especuladores adquirirem cada vez mais ativos, seja imobiliário, seja financeiro (como

ações), com base em empréstimos, será necessário depois mais dinheiro para pagar os juros e as amortizações. Alguns serão forçados a vender suas propriedades (desmobilizar) a preços com desconto (descapitalização) para levantar esse dinheiro.

No início do jogo especulativo, “a propriedade reina”; mais adiante, “o dinheiro reina”. Quem joga melhor entende a necessidade de balancear periodicamente para manter a seleção de ativos certa de propriedade (ativos imobilizados), fundos e títulos e valores mobiliários (ativos financeiros) e dinheiro (ativos monetários líquidos) ao longo do ciclo.

Enquanto os especuladores pedem dinheiro emprestado para comprar uma propriedade, os protegidos, em vez de ficarem com depósitos à vista, investem para ganhar juros. Esses depósitos a prazo são passivos capazes de permitirem aos bancos lastrearem seus empréstimos. O sistema bancário multiplica o dinheiro existente, mas apenas até o ponto quando os investidores em propriedades ficam imobilizados e com necessidade de capital de giro para pagar seus empregados ou seus credores.

Se mais e mais devedores ficam atrasados em seus pagamentos e nada for feito para o governo intervir no problema sistêmico, tanto os bancos quanto os devedores poderão falir - e a economia se contrair. Se esses ciclos de expansão e contração ocorrerem, repetidamente, são criadas as condições para uma Crise de Grande Dívida. Em geral, tem resolução com um processo lento e gradual de desalavancagem financeira.

Emprestar naturalmente cria movimentos ascendentes auto reforçadores de alta de preços dos ativos. Os empréstimos baseiam-se na expectativa de seguir uma tendência de alta indefinidamente. Mas os desconfiados dessa possibilidade vão se avolumando até predominar uma reversão geral de expectativas. É quando os rendimentos ou os ganhos de capital ficam abaixo do custo dos empréstimos. O ciclo acaba se invertendo em movimentos descendentes com retroalimentação. Passa-se da euforia do ganho fácil para o pânico de todos devedores venderem rapidamente, ao mesmo tempo, para cumprir os compromissos contratuais. A manada estoura - e há apenas uma porteira!

Vale, por fim, o contraste entre a China com a relação dívida/PIB de 244% e o crédito ampliado ao setor não financeiro no Brasil correspondente a 138% do PIB ou R\$ 9,4 trilhões em dezembro de 2018. O PIB chinês era US\$ 14,941 trilhões. Em dólares, o PIB brasileiro atingia US\$ 1,8 trilhão. Verifica-se, então, como o capitalismo de Estado chinês soube usar bem o instrumento da alavancagem financeira para criar sua infraestrutura. O capitalismo de compadrio brasileiro não aprendeu a superar o samba de uma nota só:

austeridade... Quando varia o tom, é a ladainha do mito: reforma da Previdência. Já deu!

Imagine uma Moeda Única sem Fronteiras

Imagine não existir países (...)
Nada pelo que matar ou morrer
Imagine todas as pessoas
Vivendo a vida em paz (...)
Imagine não existir propriedades (...)
Sem necessidade de ganância ou fome (...)
Imagine todas as pessoas
Compartilhando o mundo inteiro (...)
E o mundo será como um só
(Imagine - John Lennon)

“Moedas sociais” são moedas não-oficiais, utilizadas por um certo grupo, como participantes de eventos ou de uma comunidade. Para troca de serviços ou produtos, essa comunidade busca sobreviver fora do conflito entre O Mercado ou O Estado.

Uma moeda comunitária surgiria nessa economia solidária como uma alternativa ao escambo, isto é, a troca direta de mercadorias. Seria considerada um instrumento de desenvolvimento local, destinada a beneficiar o mercado de bens e serviços dos produtores participantes da economia da localidade.

De início, seu uso seria restrito porque sua circulação beneficiaria apenas a redistribuição dos recursos na esfera da própria comunidade. O aumento da quantidade de moeda social corresponderia ao aumento das transações realizadas pelos participantes da economia local.

Como ponto de partida para esse exclusivismo comercial, cada moeda comunitária corresponderia a uma moeda oficial do mesmo valor como lastro. Representaria uma espécie de pacto comercial para os associados se comprometerem com a aquisição de bens e serviços produzidos na comunidade.

Os consumidores teriam descontos nos preços quando a usasse. Com isso os bens e serviços locais ficariam mais competitivos se comparados aos de outros lugares. Os comerciantes e os produtores de serviços locais poderiam abaixar os preços porque compensariam com a venda em maior escala. Evitaria o vazamento monetário para outras comunidades. A moeda comunitária atuaria em favor do desenvolvimento local.

Muitos adeptos dessa economia solidária imaginam essa alternativa na produção e comercialização de produtos “vai além da lógica capitalista” por não visar lucro, mas sim o escambo monetizado. Essa moeda comunitária cumpriria apenas duas funções clássicas do dinheiro: unidade de conta e meio de pagamento. Não seria plenamente dinheiro por não constituir reserva de valor, ou seja, estoque líquido de riqueza para ser usado em todo o território nacional. Melhor ainda seria em toda a economia mundial.

Os entusiastas dessas experiências afirmam: “a moeda comunitária, por sua circulação restrita, auxilia a diminuir o poder centralizador da economia capitalista globalizada, e promove a inclusão social”. Ao contrário, o plano dos criadores da Libra - não confundir com unidade de massa utilizada no sistema inglês de pesos e medidas, equivalente a 0,453 quilogramas de ouro, nem com a moeda homônima libra esterlina ou “*pound*” em inglês -, a nova moeda digital baseada em tecnologias criadas pelo *Facebook*, é permitir as pessoas guardarem, gastarem e transferirem dinheiro além das fronteiras nacionais com comissões por transação próximas a zero. Um dos alvos da moeda é o mercado de remessas internacionais de dinheiro. Ele movimentava US\$ 613 bilhões por ano.

“Assim como no mundo de hoje as pessoas podem usar seus telefones para enviar mensagens a amigos, com a Libra as pessoas vão poder fazer o mesmo com o dinheiro - de forma instantânea e segura e a baixo custo”. Esta é a promessa do *Facebook*.

O plano seria a Libra ser lançada no primeiro semestre de 2020 por uma fundação sem fins lucrativos, com sede na Suíça. Seria formada por 100 personalidades do setor privado (empresas digitais globais como Spotify, Uber, Visa, etc.) com direitos iguais de voto. Essa moeda digital seria lastreada por uma reserva de ativos de baixo risco, como depósitos bancários em várias divisas e por títulos do Tesouro dos Estados Unidos. De início, as transações seriam validadas pelos membros da fundação e a reserva estaria depositada em uma “rede de custodiantes distribuídas geograficamente”.

Isso impediria a moeda digital de ter altas flutuações em seu valor como o *bitcoin*. Este ultrapassou a marca de US\$ 11.250 pela primeira vez em 15 meses, recuperando parte da valorização absurda ocorrida antes do estouro da bolha da *criptomoeda* em março de 2018. A *criptomoeda* mais negociada teve valorização vertiginosa no fim de 2017, chegando a ultrapassar US\$ 19.500, antes de entrar em uma trajetória de declínio em boa parte de 2018, permanecendo negociada na faixa entre US\$ 3.300 e US\$ 4.100 por vários meses. Porém, a recuperação do *bitcoin* se acelerou em abril de 2019.

Especuladores tentam apresentar uma razão para os ganhos. Em contraste com o ano passado, há agora sinais de interesse renovado em *criptomoedas* e na tecnologia de *blockchain*. Este é um protocolo da confiança em registros compartilhados das operações em blocos digitais, uma espécie de livro contábil eletrônico. Provavelmente, isso se deve ao anúncio da moeda Libra pelo *Facebook*, a gigante das redes sociais.

Esse lançamento de uma moeda privada global já atraiu críticas de políticos e analistas da imprensa. Todos destacam preocupações com privacidade e segurança. Martin Wolf, editor e principal analista econômico do *Financial Times*, explicitou: “O *Facebook* foi repulsivamente irresponsável com relação a seu impacto sobre as nossas democracias. Não podemos lhe confiar os nossos sistemas de pagamento”.

Estamos vivendo, senão o limiar, uma plena revolução tecnológica com impacto sistêmico de reverberação global. A Inteligência Artificial afetará não só nosso modo de produção, como também no modo de vida, possibilitando menor jornada de trabalho semanal, devido ao aumento de produtividade. Mas terá também consequências geopolíticas. Estaremos em direção aos Estados Unidos do Mundo, uma República Federativa globalizada com moeda única? Infelizmente, não estarei aqui para ver onde chegará essa dependência de trajetória caótica, quando sabemos estar nos afastando de condições iniciais, mas desconhecemos onde chegaremos. Quem viver, verá.

Há, historicamente, dois símbolos de soberania dos Estados nacionais: o monopólio da violência e o monopólio da emissão monetária. O livre armamentismo da população civil (leia-se das forças paramilitares milicianas) pode nos levar a um violento neofascismo, onde os discursos de ódio das redes sociais transbordarão para os assassinatos daqueles diferentes dos “puros”. A emissão de moeda privada quebra o conceito de moeda oficial: aquilo aceito como pagamento de impostos. Sem cobranças de tributos não há políticas públicas. Sem elas, em situação caótica de desemprego tecnológico provocado pela 4ª Revolução Industrial, viveremos em novembro de 2019 o filme *Blade Runner*?!

O termo Estado, datado do século XIII, se refere a qualquer país soberano, com estrutura própria e politicamente organizado, compreendendo o conjunto das instituições reguladoras de uma nação, inclusive sua moeda. Estado de Direito não se confunde com governo, por este ser submetido à lei máxima de uma Constituição. Um Estado soberano é sintetizado pela máxima: “um governo, um povo, um território”. Detém o poder militar, dado pela violência legítima da coerção, especialmente a legal, e o poder de gasto, dado pela emissão do poder de comando das decisões econômico-financeiras.

Na realidade, o dinheiro sempre foi criado pela sociedade como um todo, dependendo tanto de definição institucional, quando a lei não é a do mercado, mas sim a do mais forte, quanto de aceitação mercantil, quando o mercado decide. A moeda nacional ou oficial é criação do Estado, mas necessita da aceitação da comunidade para tornar-se dinheiro. O confronto entre O Estado e O Mercado a respeito de o que vai constituir o dinheiro, principalmente em circunstâncias de ameaças de hiperinflação, quando há fuga de capital (“apátrida”) para a moeda estrangeira, é contínuo na história monetária.

Todo dinheiro é moeda, mas nem toda moeda é dinheiro. Para ganhar esse status, a moeda tem de cumprir as três funções clássicas: meio de pagamento, unidade de conta e reserva de valor. Só assim se torna um ativo monetário, ou seja, toma a forma de riqueza plenamente líquida. Para tanto, tem de deter o poder liberatório de todos os contratos (de dívida, de fornecimento, trabalhistas, etc.), isto é, ter aceitação geral - reconhecimento legal e do mercado no plano nacional. Só assim será instrumento de poder econômico em larga escala. Hoje, o debate sobre a Libra é se uma única moeda sem emissão estatal obterá, brevemente, escala global.

Não será dinheiro nacional sem ter a capacidade liberatória ou o poder de saldar dívidas, liquidar débitos ou livrar de situação passiva. Não se sabe ainda se funcionará adequadamente um sistema bancário com a cisão do sistema de pagamentos eletrônicos, isto é, sem os depósitos à vista como meios de pagamentos. Suas duas outras funções - captação (portfólio dos investidores) e aplicação (empréstimos e carregamento de títulos de dívida pública) - não serão dificultadas, senão inviabilizadas? Como ocorrerá então a alavancagem financeira, o segredo dos negócios capitalistas?

Além disso, um sistema bi-monetário, cujo valor da moeda destino de fuga de capital pode sofrer choque de demanda, possui o risco de contaminar os preços nominais dos bens e serviços pagos com o meio de pagamentos oficial. Isto leva à hiperinflação!

Lições do Padrão-Ouro para o Padrão-Libra do “Feicebuque”

As sociedades com economia de mercado seriam configuradas por duplos movimentos opostos: o movimento do laissez-faire, buscando expandir o âmbito do mercado, e o movimento reativo de proteção como resistência à desincrustação da economia. Esta liberalização seria também defendida pelo neoliberalismo em âmbito internacional.

A tese de Karl Polanyi, no livro “*A Grande Transformação*”, sobre a ascensão do fascismo no período entre as duas guerras destaca o papel do

padrão-ouro internacional na limitação das opções políticas ao alcance dos diferentes países. Polanyi via no padrão-ouro uma inovação institucional em busca de colocar em prática a teoria do mercado autorregulado. Essa lógica do padrão-ouro continua como inspiração para os defensores neoliberais do livre-mercado.

Os defensores da plena abertura ao mercado externo pregavam cada país adotar regras simples para a economia seguir o mecanismo automático da autorregulação global. Em primeiro lugar, cada país estabeleceria o valor da sua moeda, referindo-se a uma quantidade de ouro fixa, e comprometer-se-ia a comprar e a vender o ouro pelo preço correspondente. Em segundo lugar, cada país lastrearia a criação interna de moeda na quantidade de ouro possuída nas suas reservas, garantia de sua moeda em circulação. Em terceiro lugar, cada país deveria conceder aos seus residentes a máxima liberdade de celebrarem transações econômicas internacionais.

Assim, as corporações multinacionais poderiam exportar bens e investir em todas as partes do mundo, com a garantia de as moedas recebidas serem conversíveis em ouro. De acordo com a teoria, se um país ficasse em posição deficitária, devido a seus cidadãos gastarem no exterior além do recebido pelo país, o ouro das reservas desse país pagaria aos credores estrangeiros. Então, automaticamente, a oferta interna de moeda e crédito diminuiria, as taxas de juro elevariam, os preços e os salários declinariam, a demanda de bens importados seria menor e as exportações com a moeda nacional depreciada em relação ao ouro poderiam ser barateadas em moeda estrangeira. Elas se tornariam mais competitivas. O déficit do país se autoliquidaria com o equilíbrio externo.

A economia globalizada seria um único mercado, sem necessidade de nenhuma espécie de governo mundial ou autoridade financeira multilateral. A soberania dos Estados nacionais se submeteria à adoção das regras da conversibilidade pelo padrão-ouro.

No entanto, toda essa idealização teórica de equilíbrio automático pelas livres forças de mercado se choca, na realidade, com o tempo do ajuste muito longo face ao insuportável ônus social provocado pela perda de emprego e renda. Por isso, o padrão-ouro teve o efeito contrário ao esperado. Houve elevação da importância do Estado-nação, dados os esforços empreendidos para os ajustes nacionais face ao padrão-ouro. As reações políticas resultaram em duas guerras mundiais.

Quando preços relativos de uma nação divergia dos níveis dos preços internacionais, o único meio para cada país enfrentar a redução das reservas de ouro era aceitar a deflação, isto é, a queda dos preços locais pela escassez

monetária. A demanda monetizada se contrairia até provocar corte dos salários e redução do consumo suficiente para assegurar o restabelecimento do equilíbrio do balanço comercial. Esta recessão poderia derivar para uma Grande Depressão com aumento do desemprego e queda da massa salarial dos trabalhadores e dos rendimentos dos agricultores, além da onda das falências nos negócios e de bancarrotas com corridas bancárias.

Os trabalhadores, os agricultores, enfim, todo o mundo corporativo se sente incapaz de suportar a incerteza da duração da instabilidade até atingir o prometido reajuste. Logo, sociedades inteiras se dividem em coligações corporativas, tentando se proteger e contrabalançar as duras consequências. Pressionam o Estado para a utilização das tarifas protetoras dos mercados internos (agrícolas e manufaturados), tornando os fluxos comerciais menos sensíveis às variações dos preços dos bens estrangeiros, devido às barreiras alfandegárias. O protecionismo nacional se alastra. Com o surto do protecionismo face às livres trocas internacionais, os negociantes locais deixam de ter acesso aos mesmos mercados e oportunidades de investimento.

No fim do século XIX, as principais potências econômicas, dos Estados Unidos ao Japão, passando pelas potências europeias, passaram a disputar uma corrida ao estabelecimento de colônias, o exclusivismo inverso à lógica do comércio livre. As colônias ficavam sob a proteção das tarifas fixadas pelas potências imperiais, para os negociantes das nações colonizadoras terem um acesso privilegiado aos mercados e às matérias-primas coloniais. A disputa dos impérios colonizadores intensificou, entre a Inglaterra e a Alemanha, as rivalidades políticas, militares e econômicas até a explosão da Grande Guerra (1914-1918).

Segundo Polanyi, o impulso imperialista foi resultante do esforço das nações em busca de proteção das exigências socialmente catastróficas do sistema do padrão-ouro. O fluxo dos recursos exportados de uma colônia rica em recursos naturais poderia salvar a nação de uma crise devastadora, causada por uma súbita diminuição das reservas de ouro. Era melhor a exploração das populações colonizadas em lugar da intensificação das lutas de classes locais.

A pregação dos neoliberais adeptos do livre-mercado segue a tradição do padrão-ouro como mecanismo automático destinado a assegurar um mundo sem fronteiras de prosperidade crescente com base nas “livres forças do mercado”. Em lugar disso, as reações nacionalistas levam à defesa das fronteiras econômicas nacionais e expansão das imperiais.

A ideia de uma moeda global lastreada, inspirada no superado padrão-ouro, continua a infestar os corações e mentes neoliberais para exercer suas

pressões disciplinares sobre as nações. A história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa. O funcionamento da Libra do “feicebuque” poderá se ver minado pela ascensão de várias formas de protecionismo contra “guerra comercial”. As nações serão forçadas a escolher entre a proteção das taxas de câmbio e a proteção dos seus próprios cidadãos. Deste impasse, no passado, emergiu o fascismo.

Os neoliberais insistem em todas as nações confiarem na eficácia dos mercados autorregulados. Hoje, as taxas de câmbio e as moedas nacionais já não se definem pela referência fixa ao ouro, mas sim por regime de câmbio flexível. O valor das moedas flutua nos mercados de divisas estrangeiras, tendo como principal referência o padrão-dólar. Porém, permanece a crença no mito liberalizante: se os indivíduos e as empresas obtiverem o máximo de liberdade na busca do seu interesse econômico próprio, o livre mercado global será melhor para todos. Daí os esforços sistemáticos dos neoliberais para desmantelamento das restrições postas aos fluxos dos bens e dos capitais e redução da intervenção dos governos na organização da vida econômica.

O liberalismo de mercado impõe às populações exigências não suportáveis. A tendência de seguir tendências de altas nos preços com profecias auto confirmatórias até o descolamento total dos fundamentos de preços justos e a reversão súbita de expectativas (da euforia para o pânico) leva a *booms* e *crashes* periódicos. Os agentes alheios à especulação, como trabalhadores, agricultores, pequenos industriais e comerciantes, têm de se submeter às flutuações periódicas das condições econômicas com perda de todo o esforço acumulado anteriormente.

Para Polanyi, a utopia neoliberal de uma economia sem fronteiras requer das pessoas comuns em todo o mundo tolerar a cada ciclo de bolha especulativa um período de saneamento prolongado - o da crise mundial de 2018 já ultrapassa uma década -, durante o qual terão de sobreviver com padrão de vida muito inferior ao obtido anteriormente. Racional e emocionalmente, é inevitável essas pessoas se mobilizarem para se protegerem desses choques econômicos. Pior, pode ser sob forma de neofascismos, onde se juntam livre armamentismo de milicianos paramilitares, fundamentalismo religioso evangélico e neoliberalismo oportunista. Aliam-se à extrema-direita para cortar direitos trabalhistas previdenciários, privatizar patrimônio público e adotar pauta regressiva para costumes conservadores.

O programa social-desenvolvimentista propõe, em lugar da livre-competição e de capitalismo de compadrio, mercados competitivos com uma cooperação econômica planejada via integração às cadeias produtivas globais. Buscará a construção de vantagens comparativas apoiadas em

programas de inovação tecnológica, sobretudo os articulados ao agronegócio, às novas fontes de energia, à infraestrutura e às grandes demandas sociais, como educação, saúde, mobilidade urbana, segurança. Bons exemplos recentes foram o apoio da Embrapa ao agronegócio brasileiro, a tecnologia da Petrobras na extração de petróleo em camadas do pré-sal, e a pesquisa e desenvolvimento em novas fontes de energia renovável.

O investimento público em infraestrutura, no curto-prazo, impulsiona a demanda agregada. O multiplicador fiscal (superior a um) provoca um efeito sobre a renda nacional e uma futura arrecadação fiscal superior ao gasto inicial. Estimulando o investimento privado, em período recessivo, o público provoca *crowding in* e não *crowding out* (“efeito-deslocamento” do setor privado pelo público), como em período de pleno emprego. O investimento público não concorre com o investimento privado, mas, ao contrário, serve como indutor ou o complementa. Ajuste fiscal se fará na futura expansão - e não durante uma recessão. Equilíbrio orçamentário permanente é coisa de contabilista, mas não de economista com pensamento na dinâmica econômica.

Planos de Carreira Profissional e Desigualdade Salarial

Alguns cientistas estão empenhados em conhecer os fatores racionais e emocionais capazes de levar os indivíduos a gastar ou investir. Áreas distintas da ciência estão somando conhecimentos para estruturar o campo de estudo destinado a cumprir essa tarefa: a Neuroeconomia. Ela é resultado da união de ferramentas de investigação e conhecimentos da Psicologia, da Economia e da Neurologia. Esta tem sofisticados aparelhos de diagnóstico por imagem ou tomografia, por ressonância magnética funcional e/ou por eletroencefalograma portátil, em forma de capacete com eletrodos para mapear o funcionamento do cérebro sob determinados estímulos.

Ofereci, no semestre passado, um curso eletivo para alunos do último ano de graduação de Economia pela Unicamp para divulgar ensinamentos sobre a cultura financeira. São conhecimentos a respeito das formas de acumulação e manutenção de riqueza através da seleção de carteira de ativos. Ensinei técnicas de planejamento financeiro da vida pessoal até a aposentadoria, para substituir a renda do trabalho pela renda do capital financeiro e/ou imobiliário. É uma necessidade para todos os profissionais cujos vencimentos superam o teto do INSS (R\$ 5.840 em 2019) com o objetivo de manter seu padrão de vida durante a aposentadoria.

Os alunos adquiriram uma educação financeira a respeito de rendas do trabalho, do capital produtivo, do capital financeiro, do capital imobiliário.

Aprenderam rudimentos de *neuromarketing* para prevenções contra os impulsos emocionais para consumir. Obtiverem conhecimentos de Neuroeconomia ou psicologia dos investidores, finanças comportamentais. Discutirmos o que seria a economia da felicidade ou da boa vida. Na avaliação final, solicitei de cada aluno um planejamento financeiro da vida pessoal e/ou familiar, inclusive no período da aposentadoria.

A ideia era o estudante planejar suas finanças até a fase inativa, considerando períodos quando poderão ocorrer cenários com as seguintes características:

1. cenário de retomada de crescimento, com taxas de inflação, juros e câmbio declinantes e Ibovespa ascendente;
2. cenário de estabilização, com estabilidade nas taxas de inflação e de juros, taxa de câmbio declinante, Ibovespa volátil, mas ainda com tendência ascendente;
3. cenário de instabilidade, onde todas as taxas estarão ascendentes, mas o Ibovespa flutuará com tendência de queda.

O desafio era ninguém conhecer, com grau de certeza confiável, as durações desses ciclos. Tinha de simular seu orçamento doméstico a partir de sua formatura, pesquisando informações reais para as principais despesas, inclusive com plano de saúde, automóvel e prestação imobiliária ou aluguel. Verificar também a remuneração média durante os diversos ciclos de vida profissional e titulações acadêmicas.

Depois, avaliaria a possível sobra de renda líquida disponível, mensalmente, para aplicações. Verificaria quanto seria necessário acumular, previamente, para manter o mesmo padrão de vida, durante a fase de vida inativa, levando em conta sua “esperança de vida”.

Consideraria, então, as seguintes alternativas disponíveis para aplicações: Tesouro Direto com títulos de dívida pública prefixados, pós-fixados ou indexados por índice de preços, CDB prefixado e pós-fixado, Fundos DI, de renda fixa, cambial (ou dólar), fundo referenciado ao Ibovespa, ações *blue chips*, *mid* e *small caps*, imóveis.

Uma pergunta-chave era: qual será a escolha de portfólio recomendável, tecnicamente, em cada conjuntura? A partir de sua resposta, estipularia o percentual de cada aplicação na seleção de carteira de ativos, inclusive imóveis e outros, durante os diversos cenários. Utilizaria matemática financeira para calcular seu estoque de riqueza financeira, inclusive com

aplicações, retiradas, prazos, rendimentos reais esperados, desconto da inflação, etc.

Os resultados esperados foram confirmados com trabalhos de avaliação muito bons realizados por mais da metade da turma de 25 alunos. Mas outro ponto me chamou a atenção no seminário final, quando, em uma roda de conversa, todos fizeram um depoimento oral sobre o trabalho e o curso, antes de eu corrigir o trabalho impresso. Perguntei quem planejava seguir a carreira acadêmica com pós-graduação. Ninguém! Perguntei quem desejava fazer concurso para serviço público ou empresa estatal. Uma aluna com família militar com exigência de muitas mudanças locacionais durante a vida e, talvez, um aluno com ideia de fazer carreira diplomática.

Depois de ler os trabalhos escritos, ficou claro para mim a razão principal para essas escolhas: a disparidade salarial entre os diversos planos de carreira dos economistas. Vale a pena registrar e compartilhar algumas pesquisas dos alunos, completadas com as minhas sobre o atual mercado de trabalho profissional.

Não existe um piso salarial único para todos os professores universitários no Brasil. Os valores dependem da qualificação, experiência, trabalhos acadêmicos publicados e instituição de ensino (privada, pública municipal, estadual, federal). A tabela de remuneração para professores do ensino superior na rede federal de ensino, por exemplo, leva em conta: a quantidade de horas dedicadas (20 horas semanais, 40 horas semanais ou Dedicção Exclusiva), a classe (Auxiliar, Assistente, Adjunto, Associado ou Titular); o nível (dentro de cada classe, de acordo com promoções recebidas); a titulação (aperfeiçoamento, especialização, mestrado ou doutorado). Nas instituições privadas, o professor universitário tem direito a receber Participação nos Lucros e Resultados (PLR) anualmente.

De acordo com a Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior (PROIFES), o piso salarial do professor universitário na rede federal em regime de dedicação exclusiva fica entre 4,4 mil reais e 20 mil reais, aproximadamente. A média salarial do professor universitário brasileiro varia bastante em função da região onde atua, dos títulos possuídos e do tipo de instituição onde trabalha (pública municipal, estadual, federal, privada). A pesquisa salarial do Site Nacional de Empregos (SINE) indica média nacional entre R\$ 2.500 a R\$ 10.300, dependendo do tempo de experiência do professor universitário e do porte da instituição onde ele leciona.

RDIDP USP - UNICAMP - UNESP			DOC UFs D.E COM DOUTORADO	
AUX. ENSINO	MS-1	5.234,66	AUXILIAR 1	R\$9.600,92
ASSISTENTE	MS-2	7.743,57	ASSISTENTE 1	R\$10.514,83
PROF DOUTOR 1	MS-3.1	10.830,94	ADJUNTO 1	R\$11.561,91
PROF DOUTOR 2	MS-3.2	11.872,02	ADJUNTO 4	R\$12.893,12
PROF ASSOC 1	MS-5.1	12.912,64	ASSOCIADO 1	R\$16.199,24
PROF ASSOC 2	MS-5.2	13.975,08	ASSOCIADO 2	R\$16.790,46
PROF ASSOC 3	MS-5.3	15.037,57	ASSOCIADO 4	R\$18.152,68
PROF TITULAR	MS-6	16.100,43	TITULAR	R\$19.985,24

Fonte: Tabela de Vencimentos USP e ANDES - A partir de 01/05/2018

Obs.: não considera adicionais por tempo de serviço, abonos, gratif., etc.

Um ponto importante a se destacar é, chegando ao topo da carreira com 33 anos de dedicação exclusiva a ensino e pesquisa, o Professor Titular pode ter direito a um justo salário de acordo com o programado na carreira e mais similar às outras carreiras de servidores públicos. Por exemplo, os salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) passaram de R\$ 33,7 mil em 2018 para R\$ 39,3 mil em 2019. Embora o salário bruto do Professor Titular não esteja tão distante, o salário líquido está muito inferior: -42,5% com diversos descontos, destacadamente, com o redutor constitucional do valor acima do salário o governador do Estado (R\$ 23.048), rebaixado politicamente para ele se apresentar como “caçador de marajás”. Para carreira de Procurador do Estado o limite constitucional está em 90,25% do subsídio fixado para ministro do STF: R\$ 35.462.

2019			
Maio			
Cargo: Professor Titular			
Ganho		Descontos Legais	
Bruto	Indenizações	Redutor	Descontos
R\$ 27.366,38	R\$ 2.535,34	R\$ 4.317,79	R\$ 8.413,18
Geral			
Total de Ganho	Total de Descontos	Líquido	
R\$ 29.901,72	R\$ 12.730,97	R\$ 17.170,75	

Antes de, apressadamente, se comparar com o salário médio da população ocupada (R\$ 2.289), equivalente à remuneração de quem tem Ensino Médio completo, ou com a mediana de R\$ 1.170, devido a quase

metade da força do trabalho não ter completado nem o Ensino Fundamental, vale comparar, por exemplo, com o mercado de trabalho de economistas iniciantes no âmbito nacional. Confira na tabela abaixo.

DISTRIBUIÇÃO DE EMPREGADOS CBO 251215 - ECONOMISTA FINANCEIRO					
Período de Observação: Oct/2018 à Apr/2019					
SALÁRIO DOS CONTRATADOS					
ESTABELECIMENTOS	500 OU MAIS EMPREGADOS		TOTAL		
Setor	Médio	Mediano	Médio	Mediano	Nº Obs.
Agricultura	-	-	3.270	2.800	17
Comércio	4.867	4.965	3.114	2.500	333
Construção civil	6.310	6.310	3.098	2.800	59
Indústria	5.495	4.472	4.070	3.265	404
Serviços	4.795	4.000	4.387	3.300	1.360
Todos	4.980	4.231	4.089	3.069	2.173
SALÁRIO DOS DESLIGADOS					
Setor	Médio	Mediano	Médio	Mediano	Nº Obs.
Agricultura	-	-	3.863	3.350	18
Comércio	4.358	4.055	3.383	2.741	342
Construção civil	9.827	3.824	5.848	3.184	73
Indústria	5.937	5.234	4.997	3.671	493
Serviços	5.732	4.597	4.886	3.650	1.354
Todos	5.813	4.578	4.708	3.500	2.280

Fonte: Salariômetro - FIPE/USP

Esses salários se distinguem bastante dos pretendidos pelos alunos formados em Universidade com ensino de excelência com interesse em trabalhar no mercado financeiro de São Paulo. Comparando com os de seus professores, entende-se porque jovens intelectualmente promissores não desejam seguir carreira acadêmica neste país.

BANCO DE NEGÓCIOS SEDIADO EM SÃO PAULO				
TEMPO	CARGO	SALÁRIO BRUTO	SALÁRIO LÍQUIDO	BÔNUS ANUAL
0-2 ANOS	<i>Trainee</i>	R\$6.149,00	R\$4.458,00	R\$30.000,00
2-6 ANOS	<i>Associate Director</i>	R\$10.269,00	R\$7.445,00	R\$60.000,00
6-10 ANOS	<i>Director</i>	R\$12.864,00	R\$9.326,00	R\$100.000,00
10-15 ANOS	<i>Executive Director</i>	R\$17.480,00	R\$12.673,00	R\$120.000,00
15-20 ANOS	<i>Managing Director</i>	R\$22.680,00	R\$16.443,00	R\$150.000,00
20-25 ANOS	<i>Managing Director Partner</i>	R\$28.000,00	R\$20.300,00	R\$300.000,00
25-35 ANOS	<i>Associate</i>	R\$35.000,00	R\$25.375,00	R\$500.000,00
Conselho	<i>Sócio</i>	R\$400.000,00		R\$4.800.000,00
Aposentado				
EMPRESA MULTINACIONAL COM FILIAL EM SÃO PAULO				
IDADES	CARGO	SALÁRIO BRUTO	SALÁRIO LÍQUIDO	BRUTO ANUAL
25-26	<i>Analista Junior</i>	R\$5.000,00	R\$3.625,00	R\$65.000,00
27-29	<i>Analista Pleno</i>	R\$6.000,00	R\$4.350,00	R\$78.000,00
30-32	<i>Coordenador</i>	R\$8.500,00	R\$6.162,00	R\$110.500,00
33-36	<i>Supervisor</i>	R\$10.200,00	R\$7.395,00	R\$132.600,00
37-41	<i>Gerente</i>	R\$16.000,00	R\$11.600,00	R\$208.000,00
42-49	<i>Gerente Senior</i>	R\$25.000,00	R\$18.125,00	R\$325.000,00
50-60	<i>Diretor</i>	R\$45.000,00	R\$32.625,00	R\$585.000,00
Aposentado				

Fontes: pesquisas dos alunos de CEB58 - Finanças Comportamentais 1o. Semestre de 2019

ASSET MANAGEMENT EM BANCO DE VAREJO EM SÃO PAULO		
CARGO	SALÁRIO BRUTO	BÔNUS ANUAL
Analista de Risco Junior	R\$5.500	R\$20.000
Analista de Equity Junior	R\$9.000	R\$100.000
Gestor de Fundos Pleno	R\$15.000	R\$250.000
Gestor de Fundos Senior	R\$25.000	R\$400.000
Gestor de Fundos Gerente	R\$35.000	R\$600.000
Superintendente de Gestão	R\$50.000	R\$1.000.000
Sócio Asset (Iniciante)	R\$100.000	R\$500.000
Sócio Asset (Maturação)	R\$100.000	R\$1.000.000
Sócio Asset (Consolidado)	R\$100.000	R\$3.000.000
BANCO DE INVESTIMENTO (FUSÕES E AQUIS.) EM SÃO PAULO		
CARGO	SALÁRIO BRUTO	BÔNUS ANUAL
Analista 1	R\$13.000	R\$200.000
Analista 2	R\$14.000	R\$240.000
Analista 3	R\$15.000	R\$280.000
Associate 1	Vencimentos Anuais:	R\$750.000
Associate 2	Vencimentos Anuais:	R\$810.000
Associate 3	Vencimentos Anuais:	R\$880.000
VP Investment Banking	Vencimentos Anuais:	R\$1.700.000
Executive Director	Vencimentos Anuais:	R\$2.200.000
Managing Director	Vencimentos Anuais:	R\$3.000.000

Fontes: pesquisas dos alunos de CE858 - Finanças Comportamentais

Bibliografia

ANDERSON, Chris. *Free: Grátis. O futuro dos preços*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2011.

COLANDER, David; HOLT, Ric & ROSSER, Barkley. *The Changing Face of Mainstream Economics*. Middlebury College Economics Discussion Paper No. 03-27 - Department Of Economics - Middlebury College - <http://www.middlebury.edu/~econ>, November 2003.

COSTA, Fernando Nogueira da. *(Im)propriedades da Moeda*. Revista de Economia Política. vol. 13, n. 2 (50), abril-junho / 1993.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Por uma Teoria Alternativa da Moeda: a outra face (da teoria) da moeda*. Campinas, Tese para Livre-Docência no IE-UNICAMP, 1994.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Economia Monetária e Financeira: Uma Abordagem Pluralista*. São Paulo: Makron-Books; 1999.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Complexidade Brasileira: Abordagem Multidisciplinar*. Campinas: Blog Cidadania & Cultura; 2018.

COSTA, Fernando Nogueira da. *A vida está difícil. Lide com isso. Narrativas da crise mundial em transição histórica*. Campinas: Blog Cidadania & Cultura; 2019.

DALIO, Ray. *Big Debt Crises: A Template for Understanding*. Bridgewater; sept/2018.

DEATON, Angus. *A Grande Saída: Saúde, Riqueza e as Origens da Desigualdade*. Rio de Janeiro: Intrínseca; 2017

FEBRABAN. *Pagamentos Instantâneos*. São Paulo: Revista CIAB n. 80; mar/abr 2019.

FISHER, Irving. *The Purchasing Power of Money: Its Determination and Relation to Credit, Interest and Crises*. New York: The Macmillan Co.; 1911.

FRIEDMAN, Milton. The Role of Monetary Policy. *The American Economic Review*. Stanford, 58 (1): 1-17; mar/1968.

GOODHART, Charles. *Money, Information and Uncertainty*. 2a. Edition. London; Macmillan; 1975 / 1989.

HUMPHREY, T. H.. *The Quantity Theory of Money: Its Historical Evolutions and Role in Policy Debates*. Economic Review. May/june 1974.

IBGE. *Contas Nacionais Trimestrais: Indicadores de Volume e Valores Correntes*. Rio de Janeiro: out-dez 2018.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínua (PNADC). *Mercado de Trabalho Brasileiro*. Rio de Janeiro: Apresentação 1º Trimestre de 2019; 16/05/2019.

IEDI. *As empresas em 2018: pouca reação dos lucros e endividamento elevado*. São Paulo: Carta IEDI 927, publicada em 20/05/2019.

LINDSTORM, Martin. *A lógica do consumo: verdades e mentiras sobre por que compramos*. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2017.

LISBOA, Marcos & PESSÔA, Samuel (org.). *O Valor das Ideias*. São Paulo: Companhia das Letras; 2019.

MALABRE JR., Alfred L. *Os Profetas Perdidos*. São Paulo: Makron Books, 1995.

MINSKY, Hyman. *Stabilizing an Unstable Economy*. NY: McGrawHill; 1986/2008.

OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. *Educação Superior brasileira no início do século XXI: inclusão interrompida?* Campinas, Tese de Doutorado IE-UNICAMP, 2019.

PHILLIPS, Arthur W. The Relation between Unemployment and the Rate of Change of Money Wage Rates in the United Kingdom, 1861-1957. *Economica*, Vol. 25, N. 100 (Nov/1958), pp. 283-299.

POSNER, Eric A. & WEYL, Glen. *Mercados radicais: reinventando o capitalismo e a democracia para uma sociedade justa*. São Paulo: Editora Portfolio/Penguin; 2019.

POSSAS, Mário. A Cheia do *Mainstream* - Comentário sobre os Rumos da Ciência Econômica. *Economia Contemporânea*. Revista da UFRJ; Nº 1 Jan.-Jun. 1997.

PINKER, Steven. *O novo Iluminismo: Em defesa da razão, da ciência e do humanismo*. São Paulo: Companhia das Letras; 2018.

RAWORTH, Kate. *Economia de Donut: sete maneiras de pensar como um economista do século 21 [Doughnut Economics: Seven Ways to Think Like a 21st-Century Economist]* Rio de Janeiro: Zahar; 16/05/2019.

RESENDE, André Lara. A Crise da Macroeconomia. *Valor - Eu&Fim-de-Semana*, 08/03/2019.

RESENDE, André Lara. *Juros, Moeda e Ortodoxia*. São Paulo: Cia. das Letras; 2017.

SHILLER, Robert J. *Narrative Economics*. Cowles Foundation Discussion Paper No. 2069 - Cowles Foundation For Research In Economics - Yale University - <http://Cowles.Yale.Edu/> January 2017.

TYMOIGNE, Éric & WRAY, L. Randall. *Modern Money Theory 101: A Reply to Critics*. Levy Economics Institute of Bard College: The Levy Economics Institute Working Paper Collection No. 778; November 2013.

WICKSELL, Knut. *The Influence of the Rate of Interest on Prices*. History of Economic Thought Articles, vol. 17, 213-220, 1907.

WIKIPÉDIA: A Enciclopédia Livre.